

JOSÉ LUIZ VAZ DE SOUSA

**POBRES GARIMPEIROS
DE RIQUEZA
A GEOGRAFIA DOS DIAMANTES
EM TRÊS RANCHOS, GOIÁS.**



**CATALÃO – GOIÁS
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS DE CATALÃO
CURSO DE GEOGRAFIA**

**POBRES GARIMPEIROS
DE RIQUEZA
A GEOGRAFIA DOS DIAMANTES
EM TRÊS RANCHOS, GOIÁS.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

JOSÉ LUIZ VAZ DE SOUSA

**ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA GERALDA DE ALMEIDA
CO-ORIENTADOR: PROF. DR. MARCELO RODRIGUES MENDONÇA**

**CATALÃO – GOIÁS
2012**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
BSCAC/UFG**

Sousa, José Luiz Vaz de.
S725p Pobres garimpeiros de riqueza [manuscrito]: a geografia dos
diamantes em Três Ranchos, Goiás / José Luiz Vaz de Sousa. -
2012.
170 f. il., figs, tabs.

Orientadora: Prof^{ra}. Dr^a. Maria Geralda de Almeida;
Co-orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Campus Catalão, Departamento de Geografia, 2012.
Bibliografia.
Inclui lista de figuras.

1. Garimpeiro. 2. Diamantes. 3. Trabalho. 4. Três Ranchos.
I. Título.

CDU: 911.3 : 549.283 (817.3)

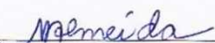
TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ LUIZ VAZ DE SOUSA

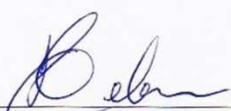
**POBRES GARIMPEIROS DE RIQUEZA: a Geografia
dos diamantes em Três Ranchos, Goiás**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal
de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dra. Maria Geralda de Almeida
Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal de Goiás – IESA


Prof.ª Dra. Regma Maria dos Santos
Membro Externo
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (História)


Prof.ª Dra. Helena Angélica de Mesquita
Membro Interno
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (Geografia)

Aprovada em 22 de novembro de 2012.



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Dissertação

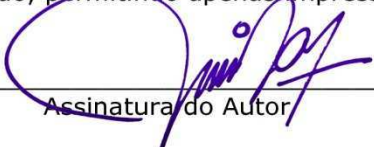
Autor:	José Luiz Vaz de Sousa		
E-mail:	zeluizvaz@yahoo.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não			
Vínculo empregatício do autor	Prefeitura Municipal de Catalão		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	UF:	CNPJ:	
Título:	"Pobres garimpeiros de riqueza – a Geografia dos diamantes em Três Ranchos, Goiás"		
Palavras-chave:	Garimpeiro. Diamantes. Trabalho. Três Ranchos.		
Título em outra língua:	"Poor miners of wealth - the Geography of diamonds in Três Ranchos, Goiás"		
Palavras-chave em outra língua:	Miner. Diamonds. Work. Três Ranchos city.		
Área de concentração:	Geografia e ordenamento do território		
Data defesa:	22/11/2012		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão		
Orientadora:	Profª. Drª. Maria Geralda de Almeida		
E-mail:	mgdealmeida@gmail.com		
Co-orientador:	Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça		
E-mail:	ufgmendonca@gmail.com		

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.



 Assinatura do Autor

Data: ____ / ____ /2013

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

*Para Cassiano, Emiliana e Iris,
meus diamantes.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

Aos familiares, pelo essencial e descompromissado apoio.

Ao compadre Nenzinho, contador de preciosas histórias.

Ao Ricardo Jr de Assis Fernandes, pelo ânimo causado com a honrosa deferência, e aos demais colegas do Mestrado, pelo convívio sempre alegre e saudável.

A todos do GETEM, particularmente à Gisele, pelo socorro sempre presente.

Aos garimpeiros de Três Ranchos, incansáveis de sonhar, porque sem eles e sem toda poesia de que são constituídos este trabalho não teria sentido.

Às pessoas que vêm colaborando, ao longo do tempo, na construção de cada indispensável parágrafo desta dissertação, cedendo fotos, documentos e depoimentos, proseando sobre essa linda lenda que é levar a vida em Três Ranchos.

Aos professores do Curso de Geografia do Campus Catalão, e àqueles que fui encontrando pela estrada, ensinamentos e convivências que resultaram em grandes contribuições para a minha vida inteira.

À prima Professora Helena Angélica de Mesquita e à Professora Regma Maria dos Santos, cujas excelentes observações no momento da qualificação trouxeram um substancial aporte de qualidade para termo desta dissertação.

De modo muito especial aos orientadores, Professora Maria Geralda de Almeida e Professor Marcelo Rodrigues Mendonça, carregados de generosidade, por nunca desistirem da empreitada.

*Se quer seguir-me, narro-lhe;
não uma aventura, mas experiência, a que me induziram,
alternadamente, séries de raciocínios e intuições.
Tomou-me tempo, desânimos, esforços.
Dela me prezo, sem vangloriar-me.
Surpreendo-me, porém, um tanto à-parte de todos,
penetrando conhecimento que os outros ainda ignoram.
Tudo, aliás, é a ponta de um mistério. Inclusive, os fatos.
Ou a ausência deles.
Duvida? Quando nada acontece,
há um milagre que não estamos vendo.*

João Guimarães Rosa

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Capa – O garimpeiro procura: em meio ao cascalho pode estar o diamante com o qual sonha.	
Figura 1 – Limites e localização do município e dos principais garimpos de Três Ranchos...	13
Figura 2 – A ocorrência de diamantes em Santo Antônio do Rio Verde, no ano de 1866.....	15
Figura 3 – A revista “Catalão Ilustrado”, de 1937, relatando a exportação de duas pedras.....	16
Figura 4 – A travessia da Comissão Cruls pelo porto Mão de Pau, em 1892	35
Figura 5 – Mapa do itinerário de uma das equipes da Comissão Cruls	36
Figura 6 – Os habitantes de Goiás, em 1835, na visão de Joseph-Louis Leborne	39
Figura 7 – Três mapas constando a região sudeste de Goiás	40
Figura 8 – Ferramentas e utensílios de uso corriqueiro	43
Figura 9 – Os primeiros documentos com o nome Três Ranchos	46
Figura 10 – A “igrejinha” de Nossa Senhora d’Abadia.....	47
Figura 11 – Casa que pertenceu a Dulce Carneiro e Theodoro José de Sousa.....	49
Figura 12 – Página do Diário Oficial com o ato de criação do Município de Três Ranchos ...	50
Figura 13 – A passagem do trem-de-ferro na ponte sobre o rio Paranaíba	53
Figura 14 – Consertando a ferrovia	56
Figura 15 – Inauguração da passagem de automóveis pela ponte ferroviária	57
Figura 16 – A movimentação no pátio da estação ferroviária.....	57
Figura 17 – Vista panorâmica da cidade circundada pelo lago	58
Figura 18 – O imigrante farmacêutico Luís Ribeiro Horta	61
Figura 19 – Parte da estrutura da ponte sobre o rio Paranaíba	62
Figura 20 – Carcereiro pago pelo administrador do porto Mão de Pau	66
Figura 21 – Pagamento de “praças” com a arrecadação do porto Mão de Pau	66
Figura 22 – A concentração de empreendimentos hidrelétricos no Brasil	71
Figura 23 – A Região Hidrográfica do Paraná e a Unidade Hidrográfica do Paranaíba.....	72
Figura 24 – Hidrografia regional e os municípios atingidos pelo represamento do rio	74

Figura 25 – A área inundada do município de Três Ranchos.....	75
Figura 26 – A “cachoeirinha do barreiro” e o “ranchão do Roldão”	77
Figura 27 – A ocupação das margens do lago em Três Ranchos	79
Figura 28 – “Nada diz melhor ‘eu te amo’ ...”	85
Figura 29 – Denúncia da Anistia Internacional contra os “diamantes de sangue”	85
Figura 30 – A lapidação “brilhante”	89
Figura 31 – Anúncio apregoando as vantagens de investimentos na África	91
Figura 32 – A violência dos diamantes de sangue em Serra Leoa e na Palestina	94
Figura 33 – 300.000 quilates de diamantes e 500.000 pessoas assassinadas	95
Figura 34 – “Os diamantes são os melhores amigos de uma garota”	102
Figura 35 – A propaganda na reinvenção do diamante	104
Figura 36 – Camadas geológicas da Terra e o local onde os diamantes são formados	109
Figura 37 – As plumas mantélicas e a ocorrência dos kimberlitos	111
Figura 38 – Localização de Três Ranchos no contexto geológico regional	113
Figura 39 – O processo de formação do kimberlito	115
Figura 40 – O acampamento dos garimpeiros	123
Figura 41 – Um garimpo e alguns de seus personagens.....	124
Figura 42 – Uma virada	125
Figura 43 – A draga, um raro equipamento.....	125
Figura 44 – José Alexandre, o “Zé de Aço”, ciscando o cascalho	129
Figura 45 – Anúncio na revista “O diamantário”	134
Figura 46 – Os riscos de ser garimpeiro	138
Figura 47 – Preparando o mergulhador no escafandro.....	140
Figura 48 – Do garimpo ao centro da cidade de São Paulo.....	142
Figura 49 – Pés no chão, pouca roupa e peixe seco	144
Figura 50 – Bráulio Calaça, o garimpeiro tal como descrito por Mário Palmério	151

RESUMO

Trata esta dissertação da inserção dos garimpeiros de diamantes no processo de constituição socioeconômica de Três Ranchos, Município situado no extremo sudeste do Estado de Goiás. Os garimpeiros de Três Ranchos arriscavam-se à sina da maioria dos trabalhadores, a de seguirem ignorados quanto à sua importância e relação com o processo histórico, e as consequências e repercussões que o seu trabalho ocasionou na transformação do espaço. É evidente a presença do garimpeiro no cotidiano de Três Ranchos, marcas que permanecem impressas mesmo depois de tanto tempo encerrado o garimpo de diamantes, que durou de meados de 1930 até 1981. Nesse ano se formou o reservatório da Usina Hidrelétrica de Emborcação, banindo os trabalhadores dos sítios onde garimpavam. A atividade garimpeira, extrativista, primária, interrompida subitamente em função do alagamento, foi substituída por outras, para atender ao turismo advindo, essas relacionadas ao setor de serviços, qualificado como o estágio terciário da economia. Este novo cenário econômico (atrativo para uns, nocivo na opinião de outros) tem como pano de fundo a descaracterização do território pela implantação de usinas hidroelétricas, evento que é um dos mais flagrantes desenhos contemporâneos da reprodução do capital. O processo histórico-geográfico, os valores e hábitos do garimpeiro, suas relações com o meio natural e social, o aporte sociocultural, as simbologias relacionadas ao ambiente do garimpo e ao próprio diamante, a exploração do trabalho pelo “fornecedor” e pelo “capangueiro”, as consequências para o ambiente adjacente ao garimpo após a inundação, a desterritorialização do trabalhador e como procedeu para se reestruturar, etc, são elementos constitutivos deste estudo. E para entender as tramas em que se envolve o diamante (ou que são tecidas em consequência dele) e também como se dá a sua constituição geológica, vários trabalhos científicos foram utilizados. Ainda, à guisa de metodologia, considerando que a memória é um apelo eficiente para se referir à espacialidade, e que a documentação específica a respeito do assunto era precária, apelou-se à oralidade dos garimpeiros, assim como às fotografias da época. Recorreu-se também à ficção e aos memorialistas e viajantes, preciosos expedientes a contribuir na decifração do que movia estes sujeitos. Dessa forma é que se cumpre o objetivo central proposto, de realçar a importância do garimpeiro e de seu trabalho, trazendo-os para a superfície da história.

Palavras-chave: Garimpeiro. Diamantes. Trabalho. Três Ranchos.

ABSTRACT

This dissertation comes from the insertion of diamond miners in the process of constitution of socioeconomic Três Ranchos, city located in the extreme southeast of the state of Goiás. Três Ranchos miners risked the fate of most workers, ignored to follow regarding its importance and relationship to the historical process, and the consequences and repercussions that their work resulted in the transformation of the space. Clearly the presence of the miner every day in Três Ranchos, printed marks that remain even after all this time closed the mining of diamonds, which lasted from mid-1930 until 1981. That year he graduated reservoir Hydropower Plant Emborcação, banning workers from places where worked. The mining, extractive, primary, interrupted suddenly function of flooding, has been replaced by others, to cater to tourism arising, those related to the service sector, qualified as the tertiary stage of the economy. This new economic environment (attractive to some, damaging the opinion of others) has as its background the mischaracterization of the territory by the deployment of hydropower, an event that is one of the most striking contemporary designs of capital reproduction. The historical-geographical process, values and habits of the miner, his relationship with the natural and social environment, the socio-cultural contribution, the symbols related to the environment from mining and the diamond itself, the exploitation of labor by “fornecedor” and the “capangueiro”, the consequences for the environment adjacent to mining after the flood, the dispossession of the worker proceeded and how to restructure, etc. are constituent elements of this study. And to understand the plots that engages the diamond (or that are woven in consequence thereof) as well as its geological constitution gives several scientific papers were used. Moreover, as a methodology, considering that memory is an effective appeal to refer to spatiality, and specific documentation on the subject was poor, appealed to the orality of the miners as well as the photographs of the time. Also resorted to fiction and memoir writers and travelers, precious expedients to contribute to clarify what moves these guys. Thus is fulfilled is the central objective proposed, to emphasize the importance of the miner and his work, bringing them to the surface of the story.

Keywords: Work. Miner. Diamonds. Três Ranchos city.

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
CAPÍTULO 1 – Notas introdutórias	
1.1 – As origens de Três Ranchos.....	24
1.2 – Do nome à emancipação	45
1.3 – A chegada da ferrovia	51
CAPÍTULO 2 – O rio e os diamantes	
2.1 – Paranaíba: o rio transformista	63
2.2 – O diamante, “esmerado sucinto”	85
2.3 – Breve alusão à geologia do diamante.....	105
CAPÍTULO 3 – O garimpeiro de diamantes	
3.1 – Primórdios da atividade	115
3.2 – O homem e o rio	121
3.3 – Pobres garimpeiros de riqueza	131
Considerações finais	153
Referências	155

APRESENTAÇÃO

Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. [...] A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. [...] Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor mesmo sabe; e se sabe, me entende.¹

Esta dissertação é o resultado de um estudo a respeito dos garimpeiros e dos garimpos de diamantes, nas margens e no leito do rio Paranaíba, no município de Três Ranchos, situado no extremo sudeste do Estado de Goiás. Esse evento e seus sujeitos deixaram marcas, que mesmo depois de inviabilizada a atividade por conta da inundação causada pela hidroelétrica, ainda são perceptíveis no jeito de viver das pessoas de Três Ranchos, cuja história é permeada pelo fluxo do rio. Muitas remanescências e reminiscências são creditadas àqueles trabalhadores, tendo em vista tanto tempo de suas vidas que dedicaram ao sonho de encontrar diamantes, de alguma forma contagiando aos demais com os seus devaneios e sua insensata esperança. A vida ao redor deles, garimpeiros, e tudo o que derivava do seu trabalho, tornando-o um emaranhado de sonhos e fantasias; as realidades adjacentes, a onipresença do capital, as esperanças e frustrações, são alguns dos elementos utilizados para esta dissertação.

A proposta de alguns questionamentos principais foi feita como objetivos da pesquisa e que serviram de roteiro, esclarecidos no decorrer da dissertação especialmente em função da vivência e das conversas do autor com os garimpeiros e com outros personagens que vivenciaram o período da garimpagem em Três Ranchos:

- Qual o significado e qual a serventia do diamante no imaginário do garimpeiro?
- Que saberes o garimpeiro utilizava na identificação das áreas propícias para o garimpo, e qual a relação desses conhecimentos com a ciência?
- Quais as técnicas de garimpagem realizadas em Três Ranchos?
- Como era a relação do garimpeiro com o rio, do homem com o ambiente?
- Como se dá a vinculação dos garimpeiros com a estrutura econômica e social do município, ontem e hoje?

¹ João Guimarães Rosa

O desenvolvimento da dissertação se dará, a rigor, conectando o referencial teórico ao que contam os garimpeiros de seu trabalho, seu modo de vida, as relações havidas, costumes e tradições, entendendo-os e atando-os como protagonistas no enredo histórico. O objetivo central é o de realçar a importância do garimpeiro e de seu trabalho, trazendo-os para a superfície da história, pois, tal como as demais categorias de trabalhadores, “esses sujeitos sociais pouco aparecem como protagonistas nas reflexões e discussões sobre as mudanças sociais e políticas ocorridas na sociedade capitalista” (MENDONÇA, 2004, p. 48).

O convívio do autor durante a infância e a adolescência com os mais velhos, a percepção e o interesse pelos seus conhecimentos e lembranças, o cotidiano e as falas, as fotografias guardadas há várias gerações, tudo serve como subsídio para a elaboração e o ordenamento da pesquisa.

Há de se ter cuidado com relação ao recorte espacial, e discerni-lo nos diversos momentos do texto, pois muitas vezes a referência vai além dos limites imediatos: pelo fato de Goiás ser anexado à Capitania de São Paulo até 1748, mesmo depois daquela data alguns acontecimentos na nova capitania continuaram sucedendo como no vasto território de antes. Semelhantemente, Três Ranchos fez parte do município de Catalão até 1948, e muitos eventos permeiam as histórias de ambos, mesmo depois da emancipação do primeiro. Por conta disso, embora haja bastante documentação referente aos primeiros anos de Goiás, há menos que as referências a São Paulo (a capitania que englobava a de Goiás); igualmente, a bibliografia refere-se mais a Catalão do que especificamente a Três Ranchos, é claro.

E para o entendimento da temática atinente ao diamante e ao grandioso processo geológico para a sua constituição, é necessário lembrar que Três Ranchos está inserido na Província Diamantífera do Alto Paranaíba, que extrapola os limites políticos estabelecidos, e em cuja extensa área muitos eventos ocorreram de forma semelhante. Os subsídios para essa abordagem são os vários trabalhos realizados em campos diversos da geologia.

O trabalho foi realizado predominantemente onde hoje se localiza o município de Três Ranchos (**Figura 1**), cujo território era, originariamente, abrangido pelo município de Catalão. Não se conhece a época precisa em que nasceu o anseio pela emancipação política, mas o processo oficial se iniciou com a elevação à categoria de Distrito, que se deu a 19 de dezembro de 1948, oficialmente o primeiro passo para a divisão dos municípios. O garimpo de diamantes na região já tinha começado, aproximadamente uma década antes, e ainda que não haja registro do vínculo entre este episódio e o da emancipação de Três Ranchos, é sabido que os eventos sucedem em consequência de outros precedentes e contribuem para que os subsequentes ocorram, num perene e dinâmico refazer. Para Milton Santos

a história é sem-fim, está sempre se refazendo. O que hoje aparece como resultado é também um processo; um resultado hoje é também um processo que amanhã vai tornar-se uma outra situação. O processo é o permanente devir. Somente se pudéssemos parar a história é que teríamos um estado, uma situação permanente. Toda situação é, do ponto de vista estático, um resultado, e do ponto de vista dinâmico, um processo (SANTOS, 1997, p. 95).

E a justificar as conjecturas de como um diamante garimpado em Três Ranchos teve reflexos além do que podia captar o olhar maravilhado do garimpeiro, o primeiro que em muitos milhões de anos contemplou aquela preciosidade, é novamente Milton Santos que demonstra como a inserção de um fenômeno (por mais insignificante que possa se apresentar) repercute em contexturas mais dilatadas:

A relação social, por mais parcial ou mais pequena que pareça, contém parte das relações que são globais. [...] Por exemplo, a história que se passa neste exato instante, em um lugarejo qualquer, não se restringe aos limites desse lugarejo, ela vai muito além. A história da produção de um fato desencadeia um processo bem mais abrangente, que insere o fenômeno em contextos cada vez mais amplos (SANTOS, 1997, p. 57-58).

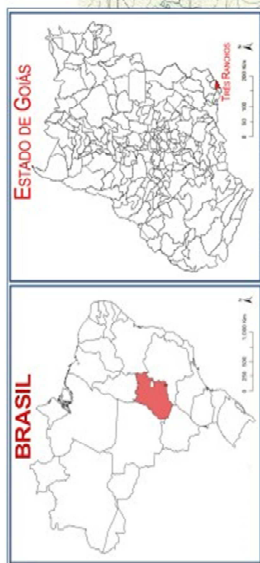
Outro exercício interessante será a constante convivência com duas grandezas temporais: o tempo histórico e o tempo geológico. Imaginar o tempo para a constituição do diamante na natureza chega a ser subjetivo: os estudos das intrusões nos diamantes (as jaças, urubus etc) apontam que alguns daqueles elementos tenham cerca de 3,3 bilhões de anos (Svizzero, 2006). Essa idade, está claro, refere-se às intrusões – os diamantes, minerais que as envolvem, são “mais jovens”! Andrade e Chaves (2009) informam que a maior parte dos kimberlitos da província diamantífera do Alto Paranaíba têm idades entre 80 e 120 milhões de anos; os mesmos autores estimam que o kimberlito Três Ranchos-4 tenha cerca de 95 Ma. Esses corpos são os veículos que transportaram os diamantes até a superfície, depois de cristalizados no manto terrestre – portanto, os diamantes, embora mais jovens que algumas substâncias que envolveram, são mais antigos que os kimberlitos que os conduziram.

Estabelecendo um paralelo com a era de desaparecimento dos dinossauros, que ocorreu há aproximadamente 65 Ma, nota-se aí uma diferença considerável de tempo, até mesmo para os kimberlitos, que são os eventos mais recentes na história dos diamantes.

Ainda insistindo na confrontação de eras, nesse exercício de contextualização temporal, o primeiro australopiteco começou a andar sobre as patas traseiras fazem 5 milhões de anos, para uma longa jornada até chegar ao seu descendente mais jovem: o homem moderno, *homo sapiens*, começou sua aventura há “pouquíssimos” mil séculos. E o recorte temporal proposto para esta pesquisa restringe-se a acanhados 50 anos! Em se tratando do tempo histórico, no entanto, é uma grandeza imensurável de eventos a serem explorados.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRÊS RANÇOS E DOS PRINCIPAIS GARIMPOS

(antes do alagamento, que ocorreu nos últimos meses de 1981)



OS PRINCIPAIS GARIMPOS DE DIAMANTES NO MUNICÍPIO DE TRÊS RANÇOS:

- 1 - Praia da Forma
- 2 - Monchão do Joaquim Bem
- 3 - Figueira
- 4 - Mancha Velha
- 5 - Ilha do Zé Alves
- 6 - Monchão do Maquinário
- 7 - Praia da Cana
- 8 - Areia da Galinha
- 9 - Limeira
- 10 - Ilha do Barco
- 11 - Três Ilhas

Havia uma infinidade de outros garimpos menores, tanto no leito do rio quanto em monchões. E cada um deles é recordado pelos garimpeiros como promessa de fatura de diamantes, cobertos pela água da represa. Não há registros de tudo que foi extraído, mas no entendimento dos garimpeiros os garimpos no Paranaíba renderam uma quantidade muito grande de diamantes, dos mais variados tamanhos, cores e qualidades. Algo que, no entanto, não redundou em riqueza para aqueles trabalhadores.

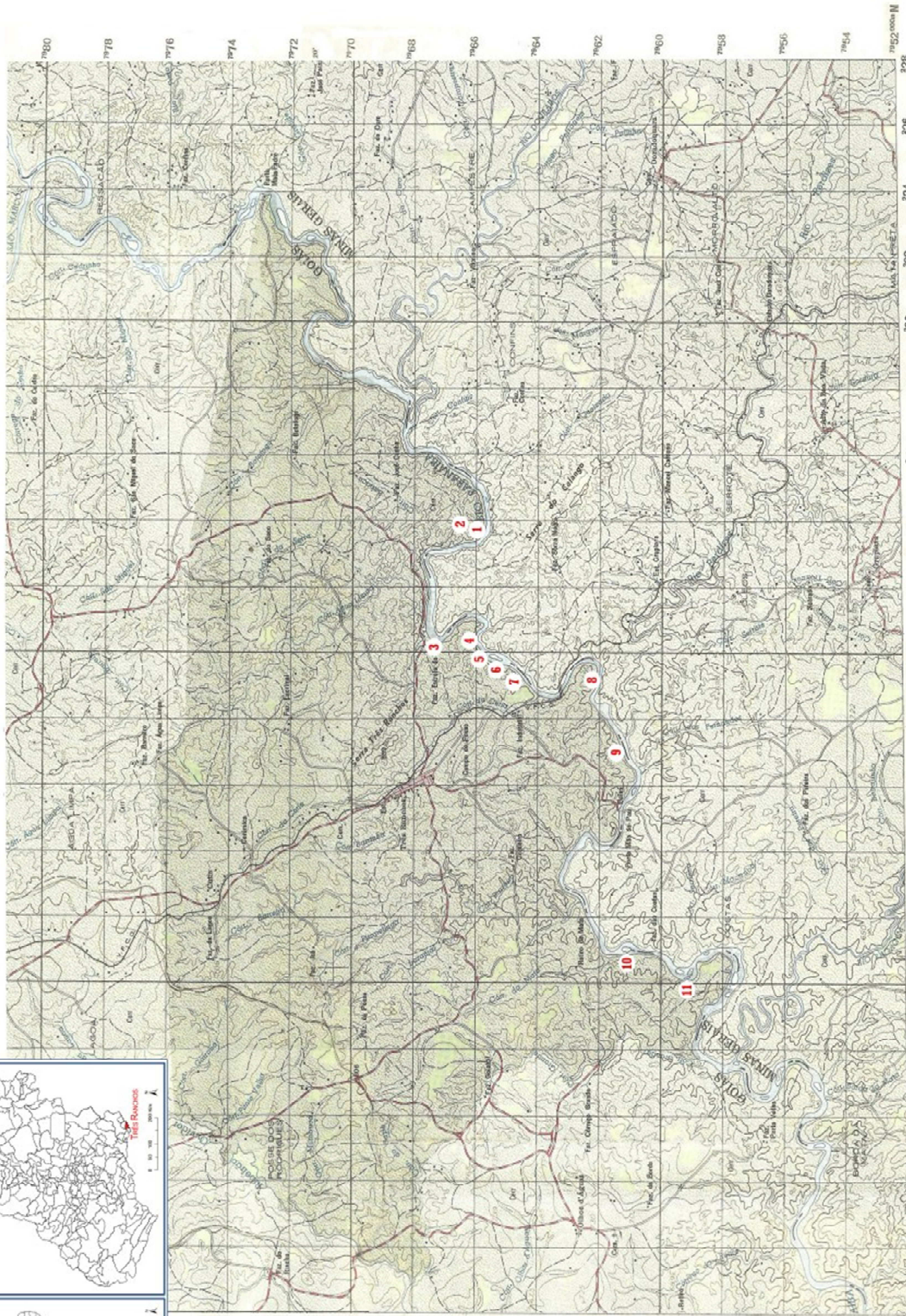


Figura 1 - Extrato da "Carta Catalão", de 1970. A área em destaque mostra o município de Três Ranchos com as fronteiras originais, antes da inundação provocada pela construção da Usina Hidrelétrica de Emborcação. Em relação à dimensão do município, as informações são conflitantes: segundo o IBGE, em 1980 (um ano antes do alagamento) Três Ranchos tinha área de 256 km²; destes, 87 km² foram submergidos pelo reservatório da UHE. Estranhamente, no entanto, o mesmo IBGE diz que, atualmente, o município tem 282 km², 26 km² a mais do que tinha em 1980. Ao longo do percurso do rio Paranaíba, pela porção leste e sul do município, é onde estavam os garimpos de diamantes. Os principais portos eram o Mata-pau e o Velho. A leste, no estado de Minas Gerais, está a região dos "Confinis", provavelmente inspiração para o título do livro de Mário Palmério, e onde era frequente o intercâmbio com a vizinha fazenda Botafogo, do lado goiano, em Três Ranchos. Fonte: Carta Catalão - SE-23-Y-A-1 - MI-2415, com modificações do autor - foi mantida a escala gráfica.

As alusões do relatório da Missão Cruls e do Memorial Descritivo da Fazenda Saco, ambas do final do século XIX, e de antes disso a notícia de que Estanislau Guterres² garimpou diamantes no Rio Paranaíba, em 1808 (o local exato de tal exploração é incógnito) são as informações mais antigas a respeito da presença das pedras preciosas por estes lados. Há ainda um ofício do coletor de Catalão (**Figura 2**) datado de 26 de outubro de 1866, dando ciência às autoridades superiores de um garimpo de diamantes na região de Santo Antônio do Rio Verde, na mesma província diamantífera que abrange Três Ranchos. Além de tudo isso, num contexto espacial e temporal mais ampliado, sabe-se que a Província Diamantífera do Alto Paranaíba é explorada desde o início da produção de diamantes no Brasil.

Mas os primeiros diamantes nas vizinhanças de Três Ranchos foram encontrados somente na década de 1930, segundo informam os antigos garimpeiros, coincidente com uma notícia veiculada na revista *Catalão Ilustrado*, de 1937, referindo-se ao ano de 1935 (**Figura 3**). Daquela época até o final de 1981, quando o rio foi barrado para formar o reservatório da usina hidrelétrica de Emborcação, o garimpo e os garimpeiros (e tudo que os envolve) é que deram o tom ao cotidiano de Três Ranchos. Para o bem ou para o mal (essa é a grande controvérsia!) o serviço da garimpagem teve o seu fim determinado menos de cinquenta anos após o primeiro achado. Sempre em vista da importância do evento naquele ciclo, coube a este estudo levantar e organizar registros a respeito, documentais ou não, de forma que não deságue no esquecimento a labuta daqueles trabalhadores, assim como o sentido que teve para eles próprios, garimpeiros, e pelo que representou na construção de Três Ranchos.

No transcurso do estudo que resultou nesta dissertação, na apresentação de trabalhos em eventos ou para a publicação em periódicos, ocasionalmente surgiam apartes quanto à pertinência de algumas bibliografias utilizadas: por exemplo, há quem considere dispensável ou árido servir-se da ficção num trabalho como este. Ocorre que esta é a fonte em que se encontra a tradução mais exata da personalidade do garimpeiro e do que ele cogita a respeito do diamante, a miragem que determina tudo o mais em sua vida. Dentre muitos outros, Mário Palmério, Eduardo Galeano, João Guimarães Rosa e Joaquim Felício dos Santos surgem, portanto, como preciosidades para dar suporte ao que se foi descobrindo a respeito dos sujeitos desta pesquisa. Foi especialmente curioso perceber, por exemplo, a similitude que há entre o garimpeiro de Três Ranchos e o que Galeano descreve, embora ambos tenham suas histórias derivadas de garimpos tão distantes entre si.

² Disponível em <<http://www.emdiv.com.br/brasil/geografia/3000-rio-paranaiba.html?lang=pt>>. Não há autoria ou outros dados acerca da informação na fonte referida, no entanto, a considerar sua importância e pertinência, considerou-se cabível a citação.

Nº. 24

Ilmo Senr

Rec a 12-11-66.

Existindo no districto de Rio-verde d'este municipio um lugar diamantino para onde agglomerão-se diversas pessoas, e importão objetos alimenticios sujeitos a 5 por cento, se torna mister a creação d'uma agencia ali, afim d' exigir esses direitos, sob m^a inspecção, e proponho p^a agente a Francisco Luis de Magalhães, remetendo-me VS os respectivos cadernos para tal escripturação; visto estar esse lugar acima mencionado dist^e d'esta collectoria desesete léguas, e não poder ser por mim prestado os conhecimentos de pagam^{to} aos contribuintes, espero de VS, a bem dos interesses da Fazenda, prestesa sobre o que venho a dizer.

Deus Guarde a VS.

Collectoria Pral. de Catalão, 26 d' Outubro de 1866.

Ilmo Snr Director Geral das Rendas Proaes
da Cidade de Goyás

Collector

Marciano José de Magalhães

Figura 2 - Em 1866, a exploração de um garimpo de diamantes em Santo Antônio do Rio Verde, distrito de Catalão, suscitava outras possibilidades, como a cobrança de impostos sobre os gêneros alimentícios que eram comercializados. Uma providência importante para o erário público, a ponto de justificar o coletor local acionar a capital da Província e pedir a nomeação de um parente (Fonte: Arquivo Histórico Estadual de Goiás).

Nº. 24
Rec a 12-11-66

Ilmo Senr

Existendo no districto de Rio-verde d'este municipio um lugar diamantino para onde agglomerão-se diversas pessoas, e importão objetos alimenticios sujeitos a 5 por cento, se torna mister a creação d'uma agencia ali, afim d' exigir esses direitos, sob m^a inspecção, e proponho p^a agente a Francisco Luis de Magalhães, remetendo-me VS os respectivos cadernos para tal escripturação; visto estar esse lugar acima mencionado dist^e d'esta collectoria desesete léguas, e não poder ser por mim prestado os conhecimentos de pagam^{to} aos contribuintes, espero de VS, a bem dos interesses da Fazenda, prestesa sobre o que venho a dizer.

Collectoria Pral. de Catalão, 26 d' Outubro de 1866

Ilmo Snr Director Geral das Rendas Proaes
da Cidade de Goyás

Collector
Marciano José de Magalhães

E da mesma forma que com a ficção, há um diálogo constante com outras disciplinas, mormente a História; mas ainda a Antropologia, a Sociologia, a Geologia, a Linguística etc, assim como são sempre aludidas questões ambientais, socioculturais, econômicas etc, todo o tempo articuladas entre si, entremeadas que eram ao cotidiano do garimpo e dos garimpeiros, como o são a quaisquer trabalhadores e suas atividades. É o que ensina Jean Brunhes:

A ideia da conexão deve dominar qualquer estudo completo dos fatos geográficos; não nos podemos contentar com a observação de um fato em si ou de uma série isolada de fatos; depois dessa observação inicial, trata-se de recolocar a série no conjunto natural, no conjunto complexo dos fatos em meio aos quais ela se produziu e desenvolveu; é preciso procurar como ela se prende às séries de fatos que a cercam, em que medida os determinou, e, reciprocamente, em que medida ela sofreu a sua influência. (BRUNHES, 1962, p. 32).

Aludindo novamente à ficção, é conveniente esclarecer que nem sempre tais referências tratam exclusivamente do garimpo: na maioria dos casos é apenas um dos cenários utilizados para compor e enriquecer o restante do enredo. Uma obra marcante da literatura brasileira, *Vila dos Confins*, de Mário Palmério, é um retrato completo e acabado do cotidiano político e social no interior brasileiro na segunda metade do século vinte. O autor descreve à minúcia alguns eventos, usos e costumes de uma pequena vila, a “dos Confins”. O nome, ao que tudo indica, refere-se a uma região na zona rural do município de Douradoquara, tendo em vista a proximidade da cidade natal do autor, Monte Carmelo, ambas em Minas Gerais, próximas a Três Ranchos. Infere-se aqui que ele tenha tomado emprestado daquele lugar o título para o seu livro, considerando ainda que “confins” é, por definição do termo, indicador de lugar remoto, eventualmente alheio ao que ocorria no resto do mundo.

Agencia do porto Mão de Pau:	
Bois	7.537
Vacas	5
Fumo em corda, ks.	50
Cavalos	10
Moveis usados, ks.	800
Aguardentes, ls.	20
Vassouras, ks.	10
Suinos cevados	4
Pedras de diamante	1
Agencia de Ouvidor (janeiro a julho):	
Malacacheta, ks.	922
Paina, ks.	45
Manteiga de leite, ks.	386
Suinos cevados	34
Doce, ks.	8
Pedras de diamante	1
Mercadorias não mencionadas, ks.	237
Volumes exportados	56
Nota: Esta Agencia foi convertida em Posto de Vigilancia.	

Figura 3 - Embora não haja numeração, na 32ª página da revista “Catalão Ilustrado” - da qual, aparentemente, só foi editado um único número, em 1937 - consta a relação ao lado, parte do “movimento de exportação referente ao ano de 1935”, que realizou o município de Catalão. Não há informação da origem dessas pedras de diamante exportadas (uma pela Agência do porto Mão de Pau e a outra pela Agência de Ouvidor); no entanto, em vista da proximidade e do que narram os antigos garimpeiros, segundo os quais as primeiras pedras teriam sido achadas nessa época, estes podem ter sido os primeiros diamantes achados, que inauguraram o garimpo no rio Paranaíba, na região de Três Ranchos (Fonte: revista Catalão Ilustrado, Ano I, 1937. Acervo do Autor).

Confins, em Minas Gerais, na vizinhança de Três Ranchos, em Goiás, os dois lugares separados pelo Paranaíba, rio que era constantemente transposto, principalmente pelo porto Mata-Padre, tornando corriqueiro o intercâmbio entre as gentes de lá e de cá, casando-se, negociando. A semelhança da narrativa de Palmério com o que se sabe ocorreu desse lado do rio Paranaíba, pela mesma época, faz do romance praticamente um relato histórico do que sucedia em Três Ranchos. O autor rememora os métodos utilizados na política e narra detalhes das pessoas e seus jeitos de viver, numa obra formidável, escrita no tempo em que Três Ranchos caminhava para a emancipação como município. Certamente Palmério narra trechos de sua própria vivência, pois foi um político respeitável, tendo sido três vezes eleito deputado federal por Minas Gerais, e nomeado embaixador no Paraguai pelo Presidente João Goulart. A certa altura, em *Vila dos Confins*, o autor descreve, de maneira comovente, o garimpo de diamantes (que existia por toda região) contando detalhes de um trabalho que é todo mesclado de sonhos e fantasias. A quem viveu ou de alguma forma conheceu o garimpo em Três Ranchos, é fácil reconhecer tipos, lugares e fenômenos, e revivê-los nessa leitura.

Algumas das obras utilizadas não são as mais conhecidas de seus respectivos autores; é o caso de Guimarães Rosa: além de *Grande Sertão*, *Veredas* e de *Primeiras Estórias*, utiliza-se aqui *Estas Estórias*, obra póstuma publicada em 1969, em cujas páginas há a menção ao garimpo, ao garimpeiro e ao diamante. Outro é o uruguaio Eduardo Galeano que tem, dentre outros livros, o célebre *Veias Abertas da América Latina*, e *Vagamundo*, editado em 1973, em que o diamante é chamado de “piedra maldita”, e o ambiente garimpeiro e seus personagens, tal como ali está descrito, faz ver que são sempre os mesmos e mesmas as suas naturezas, tanto faz se em Três Ranchos ou na Venezuela.

Vai-se assim aproveitando dos autores e suas obras, científicas ou ficcionais, tanto fazendo se são menos lidas, ou aquelas mais reconhecidas; e também há argumentações que nem sempre são as mais lembradas e utilizadas. Por exemplo, em relação a Karl Marx: lido apressadamente, é possível que não se perceba neste pensador qualquer alusão a outras categorias de trabalhadores que não a do proletariado. No entanto, a partir da definição do termo, nota-se o garimpeiro em situação muito semelhante, trocando com o fornecedor a sua força de trabalho, na condição de meia-praça, muitas vezes tendo como salário apenas os viveres suficientes para garantir as energias e continuar trabalhando. A diferença que há é o garimpeiro ser tão apaixonado em sua lida, no constante delírio em busca do diamante, chegando às margens da completa alienação, deslembrado de tudo o mais que o rodeia. A certa altura há o comentário de Marx a respeito de quanto trabalho foi invertido à procura dos diamantes no Brasil, sugerindo que se ao invés dessa garimpagem outra atividade fosse

explorada, na mesma medida, os resultados seriam muito maiores. Lembrando: Karl Marx (1818-1883) juntamente com Friedrich Engels publicou, em 1867, o primeiro volume d'O Capital; contemporâneo, portanto, à exploração dos diamantes no Brasil. Suas percepções são determinantes para a compreensão de alguns contrastes dessa atividade.

Cronistas como Joaquim Felício dos Santos e José Vieira Couto são importantes, tendo em vista a sua proximidade de eventos relacionados ao princípio da garimpagem dos diamantes, descrevendo detalhadamente a atividade e seus sujeitos.

Da Geografia comparecem, dentre outros, Milton Santos, Pierre George, Marcelo Mendonça, Jean Brunhes e Maria Geralda de Almeida, além dos “pratas da casa” e seus trabalhos a respeito de Três Ranchos ou, no caso de Ricardo Assis Júnior, com a sua pesquisa sobre os garimpeiros de Coromandel, ainda em plena atividade, na exploração da mesma província diamantífera em que Três Ranchos se insere, diferentemente dos sujeitos deste estudo que, já se disse, viram inundados todos os locais onde buscavam os diamantes.

As formas poéticas oriundas de Luís de Camões, Sá e Guarabira, Nietzsche, Gonzaguinha, Cecília Meireles, e mesmo Guimarães Rosa, são utilizadas como artifício para enriquecer e tornar a dissertação uma leitura mais deleitosa, evidentemente sem perder de vista a pertinência ao tema.

Foram utilizadas várias obras e artigos científicos na referência à Geologia, à Província Diamantífera do Alto Paranaíba, da qual os garimpos de Três Ranchos faziam parte, e ao diamante, da sua gênese à transformação em brilhante. Desses artigos e obras se extrai dados importantes para, além de permitir conhecer um dos elementos mais presentes no imaginário do garimpeiro, cotejar a perícia desse trabalhador com a ciência, a partir do registro das pesquisas científicas realizadas na região objeto desta dissertação e além.

As cartas e mapas foram fundamentais para confirmar, por exemplo, como havia uma “estrada real” passando pela região – caminho este que foi o único permitido pela Coroa Portuguesa durante um longo tempo, justamente pelo temor do “descaminho” das riquezas que eram exploradas em Goiás. Refletem, por outro lado, a dificuldade de se produzir mapas cujas escalas fossem confiáveis, como no caso do que representa o roteiro do Brigadeiro Cunha Matos, que deforma o curso do rio Paranaíba e encurta bastante a distância entre Catalão e o Porto Mão-de-Pau, nas cercanias de Três Ranchos; outros que se seguiram copiaram o erro. Já um dos mapas do itinerário da Missão Cruls (encarregada de demarcar o Distrito Federal para a construção da capital federal, Brasília, no século seguinte) serviu para demonstrar como Três Ranchos, em 1892, era caracterizado como uma povoação.

As fotografias merecem destaque: “segundas-vias” que são da memória, é como as pessoas podem confirmar a existência de um momento em suas vidas, uma descontinuidade no tempo. Diz Boris Kossoy que “toda fotografia é um resíduo do passado, um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente” (KOSSOY, 2001, p. 45). Muito mais que ilustração ao texto, a fotografia conta uma história própria e encerra, num só registro, várias possibilidades de informação, tal é a complexidade ali inscrita. Ao se referir às imagens de uma forma geral, inclusive as escultóricas e pictóricas, Peter Burke (2004, p. 17) diz que elas são evidências que “nos permitem “imaginar” o passado de forma mais vívida”, revelando usos e costumes de uma determinada época, por exemplo. O mesmo autor acrescenta ainda que “os testemunhos sobre o passado oferecidos pelas imagens são de valor real, suplementando, bem como apoiando, as evidências dos documentos escritos” (BURKE, 2004, p. 233).

Por seu lado, Boris Kossoy afirma ser

a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções. Segunda vida perene e imóvel preservando a imagem-miniatura de seu referente: reflexos de existências/ocorrências conservados congelados pelo registro fotográfico. Conteúdos que despertam sentimentos profundos de afeto, ódio ou nostalgia para uns, ou exclusivamente meios de conhecimento e informação para outros que os observam livres de paixões, estejam eles próximos ou afastados do lugar e da época em que aquelas imagens tiveram origem. Desaparecidos os cenários, personagens e monumentos, sobrevivem, por vezes, os documentos (KOSSOY, 2001, p. 28).

Desta forma, se deve enfatizar a importância das fotografias para esta dissertação; algumas feitas por Celso Custódio, nos garimpos de Três Ranchos, no transcurso das décadas de 1950 e 1960, que refletem a impiedade daquele ambiente de trabalho, a despeito da carinhosa lembrança dos garimpeiros. Outras, cedidas pela população, cujas autorias foram esquecidas, têm armazenada em seu conteúdo a possibilidade de múltiplos desvendamentos.

É preciso salientar que uma parte expressiva das referências foi obtida pela rede mundial de computadores, ferramenta que tem auxiliado muito as pesquisas (e há de favorecê-las ainda mais!) na medida em que toda sorte de documentação é disponibilizada, permitindo a relação com bibliotecas distantes, que seriam praticamente inacessíveis na circunstância de ainda não existir a *web*. É o caso da “Biblioteca Digital Curt Nimuendajú”, cujo acervo consta de obras antigas, raras, digitalizadas para o fácil acesso do pesquisador. Um exemplo do que se obteve via internet é a “carta corográfica” de Raimundo Cunha Matos, em que há o registro da passagem dele pela fazenda dos Casados, obtida da Biblioteca Nacional de Portugal. Outro documento importante é o já citado mapa do itinerário de uma das equipes da Missão Cruls,

que também não se obteve impresso, e está disponível no sítio do Senado Federal brasileiro. Além de muitos outros documentos, há a publicação de inúmeras teses e dissertações.

Falar de tempos não presenciados, descrever caminhos que não se percorreu, é tarefa um tanto arriscada. Inspiradora e desesperadora: ao mesmo tempo em que instiga o desejo da descoberta, do desvendamento, intimida a perspectiva do equívoco, de não se alcançar a adequada tradução dos fenômenos, dos “rastros” deixados. Não obstante, mesmo com tais receios, é grande o prazer de ir desdobrando, desatando a trama que tantos teceram e na qual se entrelaçam. Para Nietzsche (2008, p. 42) é o “sentir e pressentir através das coisas; seguir pistas quase apagadas; instintivamente ler bem o passado, qualquer que seja o grau em que os caracteres são recobertos por outros caracteres”. Algo semelhante aos “métodos da geografia”, de Pierre George: ao instruir que se deve evitar um acatamento a métodos puramente quantitativos, e considerando a distinção de comportamentos mentais para a abordagem do visível e do invisível, o autor ensina que o pesquisador deve levar em conta, além do observável, “impulsões invisíveis”; para ele

em qualquer procedimento geográfico, o primeiro passo é a observação. Todavia, o comportamento normal da observação consiste em propor problemas que deverão ser resolvidos pela explicação. Parte desses problemas provém de dados que escapam ao alcance da observação, quer por se tratar de dados pertencentes ao passado e dos quais só se podem observar os efeitos, quer pelo fato de ser necessário levar em conta certas impulsões invisíveis e muitas vezes oriundas de centros de comando exteriores ao meio imediatamente considerado (GEORGE, 1972, p. 20).

Considerando que a maior parte desta pesquisa consiste numa abordagem histórico-geográfica, Pierre George ensina ainda que se o geógrafo “não for simultaneamente um historiador, ficará privado totalmente de retrospecto no domínio dos fatos humanos” (GEORGE, 1972, p. 9).

Para Ecléa Bosi, em todo detalhe se pode encontrar fragmentos da história, pois

ao lado da história escrita, das datas, da descrição de períodos, há correntes do passado que só desapareceram na aparência. E que podem reviver numa rua, numa sala, em certas pessoas, como ilhas efêmeras de um estilo, de uma maneira de pensar, sentir, falar, que são resquícios de outras épocas (BOSI, 1999, p. 75).

A autora exprime seus pontos de vista de maneira poética:

não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma mão para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzam, prolongando o original, puxados por outros dedos (BOSI, 1999, p. 90).

Mais adiante, Ecléa Bosi lembra que buscar o passado é uma forma do homem vislumbrar-se em seu contexto, distinguindo-se historicamente. Ensina técnicas para essa “transposição” e alerta para os cuidados com que a lembrança deve ser trazida, considerando-a, muito apropriadamente, um *diamante bruto*, a ser tratada com o devido cuidado:

não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que é se não for capaz de sair das determinações atuais. [...] Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição (BOSI, 1999, p. 81).

Ainda a respeito das lembranças, individuais e coletivas, nascidas das entrevistas, das prosas cotidianas, incidentais, é Maurice Halbwachs quem auxilia dizendo:

Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo. Muito mais, eles me ajudam a lembrá-las: para melhor me recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito mais das ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles (HALBWACHS, 1990, p. 27).

Também haverá aqui relação com a metodologia empregada por Antônio Cândido na produção de um de seus livros, quando sintetiza que “a História se ocupa do que ficou documentado, e a documentação se refere geralmente à vida das camadas dominantes” (CANDIDO, 1997, p. 18). No caso deste estudo, mesmo as “camadas dominantes” evitavam deixar algum registro sobre os seus negócios, pois é sabido que desde os primórdios da atividade garimpeira o contrabando de diamantes é prática notória. E tendo em seu percurso meios assim ilícitos não haveria de ser conveniente qualquer assento a respeito. O melhor expediente, então, é a história oral, como fez Antônio Candido, especialmente por meio de entrevistas, reveladoras das múltiplas vivências dos sujeitos: a forma mais eficiente de obter subsídios importantes da vida dos garimpeiros foi ouvir sua própria narrativa.

No primeiro capítulo desta dissertação se busca uma contextualização via do processo histórico (ainda que o tema se evidencie em toda a narrativa) uma síntese que, neste trabalho, irá desaguar no garimpo de diamantes. Esclareça-se que o garimpo não foi o germe determinante para a fundação do município: já estava em curso o movimento emancipatório, a ferrovia vinda do litoral rumo à capital de Goiás estava para ser inaugurada etc. Porém, sobretudo porque muitos dos sujeitos da pesquisa, os garimpeiros, são autóctones, a narrativa perderia muito de seu sentido caso não se recorresse à constituição de seu ambiente social, permitindo assim um entendimento mais abrangente de todo o processo. Ademais, é fato que os eventos ocorrem mediados por outros eventos, e estes por outros mais, de tal modo que

tudo aquilo que estiver ao alcance dos sentidos do pesquisador e for pertinente deve ser narrado. Por exemplo, com respeito à história recente há o relato da emancipação política, considerando a importância social dessa autonomia. Evidentemente, o garimpo de diamantes também tem sua quota nesse processo mas, como já foi dito, os eventos não são isolados e, assim como outros em outras situações, ao passar por Três Ranchos, a estrada de ferro foi determinante na demarcação do sítio urbano do município e na facilitação da comunicação com o restante do país, via dos próprios trens e com a implantação do telégrafo; por isso haverá destaque em relação à passagem da ferrovia rumo às partes mais centrais do país.

O segundo capítulo começa com um pouco da biografia do rio Paranaíba. Como se trata de um elemento fundamental no garimpo de diamantes em Três Ranchos, de forma que os dois estão sempre associados, é obrigatório que o rio seja ressaltado. No caso, será levantada a importância do rio desde os primórdios da história de Goiás, tendo em vista que por ali ocorreram as primeiras passagens com o fito da colonização definitiva. Há um relato a respeito dos portos, pontos precursores na travessia sobre o Paranaíba, fundamentais para tudo o que aconteceria em seguida na ocupação daqueles sertões. Esses portos permaneceram úteis à população até bem recentemente, precisamente até o represamento do rio. A inundação reinventou o rio, transformado em cenário atrativo aos visitantes, desde então tem sido explorado pela atividade turística e ostenta grande potencial para a piscicultura intensiva. Tais utilidades, no entanto, surgiram em prejuízo, além do próprio garimpo, das terras marginais, muito utilizadas por sua fertilidade diferenciada e povoadas de extensos babaçuais, razões para as diversas atividades desenvolvidas às margens do rio. Vê-se logo, a hidroelétrica e suas consequências são itens de um imensurável prejuízo socioambiental.

Ainda no mesmo capítulo há uma abordagem mais específica a respeito do diamante: primeiro cuidando das mais variadas interpretações, oriundas de diversas fontes, seja da literatura, da ciência e dos próprios garimpeiros, estes com peculiares opiniões sobre as “pedras”, tendo-as quase como entes animados, prodigiosos, matreiros, fugidios. A violência na qual se envolvem homens e nações nas disputas pelo diamante. Mas, a despeito dos esforços para encontrá-lo e dos altos preços que eventualmente assume, qual seria a real utilidade do diamante para o ser humano, por que atribuir-se tamanho prestígio possuí-lo? Também há um breve comentário a respeito do processo de constituição do diamante nas entranhas mais profundas do planeta, de como sucedeu para chegar à superfície terrestre e, no nosso caso, para ser encontrado em depósitos aluvionares, resultado de eventos associados à pedogênese. Destinam-se, estes comentários, à satisfação de alguma imediata curiosidade, porque melhor ciência a respeito do tema cabe à geologia. Em tais anotações será abordada a

inserção de Três Ranchos na extensa província diamantífera, ainda hoje largamente explorada sob várias formas e em diversos locais, a maioria no Estado de Minas Gerais, embora ainda haja garimpos no leito do rio Paranaíba, acima do remanso da represa. Mais uma vez o assunto não é proposto no objetivo de esmiuçá-lo, a intenção é localizar e demonstrar, geográfica e geologicamente, a presença dos diamantes no rio Paranaíba. Do lado mineiro, há os municípios vizinhos cuja presença dos diamantes terminou batizando-os (Grupiara, Cascalho Rico, Estrela do Sul) e que fazem parte, juntamente com Três Ranchos, da Província Diamantífera do Alto Paranaíba. Reiterando, trata-se neste trabalho do trecho percorrido pelo rio Paranaíba que definia a fronteira do município de Três Ranchos com Minas Gerais.

O terceiro capítulo é, por assim dizer, o cerne da pesquisa, pois trata do garimpo de diamantes e do trabalhador mais diretamente envolvido, o garimpeiro. As origens da garimpagem, o surgimento do “grimpeiro”, as tramas havidas em função do diamante e como o trabalhador era envolvido. As representações e superstições acerca da pedra. A interação do garimpeiro e o rio, ambos fadados a uma grande metamorfose. O modo de vida característico, o vocabulário, o instrumental de trabalho, os conhecimentos acerca da atividade etc, tudo aquilo que, nessa prática, concorre para o estabelecimento dum arranjo econômico e social que permaneceu por meio século na história do município de Três Ranchos, marcando para sempre a história do lugar e de seus personagens. As relações entre o fornecedor e o capangueiro (personificações do capital) e o garimpeiro (a força de trabalho) na busca desse fetiche, pura alegoria da acumulação. Para além disso havia (e ainda há!) uma textura externa ao ambiente estrito do garimpo, que no entanto afetava diretamente o garimpeiro, em vista de todo o processo em que se enredava o diamante, desde quando era resgatado em meio ao cascalho; é sabido como o diamante é item cobiçado e, quanto melhores os seus atributos, mais longe irá a informação da sua descoberta. Para onde terão ido os diamantes garimpados em Três Ranchos?

Finalizando, será abordada a questão da hidroelétrica e de como ela concorreu para o fim do garimpo de diamantes em Três Ranchos, o que determinou tal evento e a maneira como ele se insere num contexto mais abrangente, em escala regional e planetária: o *agrohídronegócio* tem tido a preferência do grande capital para se reproduzir, à custa de violentos sacrifícios sociais e ambientais. As consequências imediatas para o ambiente local: o naufrágio das pedras e a reinvenção do rio, com a transformação da economia e o deslocamento involuntário dos garimpeiros.

CAPÍTULO 1 – NOTAS INTRODUTÓRIAS

Neste capítulo se busca uma contextualização via do processo histórico (ainda que o tema se apresente em toda narrativa) uma síntese que, neste trabalho, começa com a menção às incursões das bandeiras paulistas em território goiano ocorridas no final do Século XVII e início do Século XVIII, para desaguar nos garimpos de diamantes de Três Ranchos. Tal procedimento é necessário especialmente porque muitos dos sujeitos da pesquisa, os garimpeiros, são nascidos em Três Ranchos, e a narrativa perderia seu nexo caso não se recorresse a essa reconstituição do ambiente social. Uma sociedade que, diferente do que conta a história oficial, branca e heroicizada, foi construída com o sacrifício de muitos que não estão mencionados nas páginas dos livros. Supõe-se ocasião oportuna de se fazer uma “revisão” no que está escrito a respeito da história de Goiás, acrescentando um pouco do que ocorreu nesta região, o ponto inicial da colonização definitiva: aquelas bandeiras cruzaram o rio Paranaíba nestas paragens, nas imediações do que hoje é o centro urbano de Três Ranchos. A bibliografia pertinente contempla pouco do tema, praticamente ignorando tantos eventos importantes para uma inteira compreensão da biografia goiana.

1.1 – AS ORIGENS DE TRÊS RANCHOS

A história pertence “àquele que conserva e venera, àquele que, com fidelidade e amor, volta os olhos para o local de onde vem, onde se formou. Por essa devoção, ele quita de algum modo uma dívida de reconhecimento que contraiu para com sua própria vida. Cultivando com mãos delicadas o que existiu desde sempre, quer conservar as condições nas quais nasceu para aqueles que virão depois dele e é assim que serve à vida. O patrimônio dos ancestrais, em semelhante alma, recebe nova interpretação da propriedade, pois, agora é ele o proprietário. A história de sua cidade se torna para ele a história dele próprio.”³

Quando começa a história de um lugar? Qual o exato instante em que os fatos principiam um encadeamento cronológico, traduzível e mensurável, possíveis de serem narrados e que definem o lugar historicamente? A qualquer momento que isso seja determinado, terá sido ditado um recorte temporal, artifício utilizado para se contar um evento, mas não a história como um todo – esta é indivisível, e contá-la assim é tarefa inexequível. O recurso, então, é apelar para o recorte, começando do primeiro registro, passível de comprovação e que, sob a ótica do narrador, seja o primeiro fato relevante a compor sua narrativa. É vã a pretensão de contar *toda* história, pois ela continua, antes e

³ NIETZSCHE, 2008, p. 41-2.

depois, perpétua e inexorável. Talvez por isso, incomoda o termo “origens” no título acima; não se refere aqui à origem ancestral, ninguém saberia defini-la; o que há é a tentativa de demarcar um momento a partir do qual a pesquisa se inicia. Assim é que se concebe esta sistematização de informações a respeito de Três Ranchos: um fragmento da biografia de um município sobre o qual pouco se tem pesquisado e registrado, dos afazeres daqueles que precederam homens e mulheres de hoje, e que lhes forjaram a identidade. Com isso se pretende propor, especialmente às novas gerações, a oportunidade de conhecer um pouco da própria história, para que seja valorizada como o alicerce das vidas de agora. Nesta dissertação, trata-se do garimpo de diamantes e de seus sujeitos mais importantes, os garimpeiros, trabalhadores cuja índole foi responsável por grande parte do que se pode identificar e descrever como o jeito de levar a vida de uma parcela significativa da atual população de Três Ranchos.

Em que pese a necessidade do recorte temporal, e o fato de neste estudo ele ser relativamente breve, é conveniente salientar como o percurso dessa história começa antes, com a menção às incursões dos bandeirantes paulistas em território goiano ocorridas no final do Século XVII e início do Século XVIII, cujas travessias sobre o rio Paranaíba deram-se nas imediações do que hoje é o centro urbano de Três Ranchos. E embora se saiba de outras entradas anteriores, aquele evento é o que convém anotar como o início da história do atual Estado de Goiás: segundo conta a história oficial, por aqui passou, em 1722, Bartolomeu Bueno, buscando as minas descobertas pelo pai, quase meio século antes. No entanto, sabe-se de fato, é que tanto um quanto o outro vinha no propósito de apresar o gentio, e escravizá-lo, numa sanha desumana sem medidas, como a seguir se verá nos registros mais diversos. As minas, a considerar a narrativa de alguns autores, foram um “acidente de percurso”, e o êxito de uma aposta: supunha-se naqueles tempos que, se existia ouro nas Minas Gerais, e se o tinham achado para os lados do Cuiabá, é certo que entre esses dois pontos, nos incógnitos sertões de Goiás, também seria encontrado o cobiçado metal:

Os descobertos de Cuiabá lembraram a Bartolomeu Bueno da Silva que, uns quarenta anos antes, percorrendo os sertões em companhia de seu pai, o primeiro Anhangüera, vira entre os índios Guaiá pepitas de ouro servindo-lhes de ornatos. Deviam ser muito auríferas aquelas regiões, pois o metal chegara a atrair a atenção do aborígene. Sentiu-se capaz de achá-las outra vez, ofereceu-se a tentá-lo e seu oferecimento aceito, partiu de São Paulo em janeiro de 722. Fiara demais de sua retentiva: durante mais de três anos andou a esmo em todos os sentidos (ABREU, 1998, p. 81).

Aires de Casal também se refere ao fato:

A primeira notícia de haver ouro neste território foi dada por Manuel Corrêa, natural da villa de S. Paulo de Piratininga; o qual entranhando-se pelos

sertões na diligencia, que o abuzo então sugeria, além da preza, trouxe dez oitavas deste metal. [...] Sucedeu-lhe, pelos annos de seiscentos e setenta, na mesma diligencia Bartholomeu Buenno, que levou em sua companhia um filho do mesmo nome com doze annos de idade; e demorando-se algum tempo na vizinhança do sitio, onde hoje está a Capital, observou que as mulheres do Gentio *Goyá*, senhor daquelle districto, se ornavam com folhetas do mencionado metal, taes quaes apareciam nas torrentes. O descobrimento das minas do Cuyabá em mil setecentos e dezanove fez recordar a Bartholomeu Bueno filho (porque o pay era já fallecido) o oiro das terras do Gentio *Goyá*; e dando disto parte ao Governador Rodrigo Cezar de Menezes, este o enviou no anno de setecentos e vintedois com uma numeroza comitiva, e cem espingardas. [...] Depois de tres annos de diligencias frustradas em busca do encantado arranchamento do defunto Buenno pay, chegou o nosso Certanista a S. Paulo com uma parte da sua comitiva; havendo sepultado a outra, mortos uns de doenças, outros de desastres. (CASAL, 1976, p. 314-316).

Seja por conta das conjecturas quanto à existência de ouro ou da desumanidade contra os povos nativos fazendo-os escravos (estes os “legítimos habitantes da terra”, conforme lembra Alencastre, 1979) aquele marco temporal foi o que se convencionou como o início da colonização definitiva, dos primeiros povoamentos.

Veio antes o outro Bartolomeu, o pai. E se é notório que o filho tentou seguir a mesma trilha do Anhanguera pai, é razoável inferir que este também tenha passado por aqui. Mas são escassas tais informações: as publicações que objetivam esclarecer a historiografia goiana, mesmo as de autores goianos, praticamente ignoram o fato de que esta região e o que nela aconteceu faz parte da biografia de Goiás, inclusive porque esteve no itinerário daquelas bandeiras e tem, portanto, relevância histórica. Seria interessante esclarecer, por exemplo, se a cruz que havia às margens do rio Paranaíba (um ato tão religioso quanto providencial para sinalizar a continuidade do caminho após a travessia do rio e a dominação do território) foi fincada na passagem do primeiro ou do segundo Anhanguera. A respeito do tal monumento, há o registro de que Bartolomeu Bueno, “depois de haver deixado nas proximidades da margem direita do ribeirão Ouvidor, um marco, assinalando a sua passagem, continuou daí sua penosa viagem através dos sertões goianos”⁴. Esta citação é especialmente interessante quando menciona a “margem direita do ribeirão Ouvidor”, pois um longo trecho desse riacho é a linha demarcatória entre os municípios de Três Ranchos e Catalão, sendo que este está na margem esquerda; resta saber a que altura do referido curso d’água foi assentada a cruz.

Um breve parêntese indo mais distante no que diz respeito ao que mais motivava a ocupação: o Frei Vicente de Salvador, em sua *História do Brasil*, escrita em 1627 (pouco tempo antes da entrada em Goiás do primeiro Bartolomeu) discorre no quinto capítulo a

⁴ Fonte: AZZI, 1937 – revista Catalão Ilustrado.

respeito “das minas de metais e pedras preciosas do Brasil”; além do mesmo tipo de conjectura que estimulou as entradas em terras goianas, nesse caso considerando o fato de o Brasil ser “contíguo” ao Reino do Peru, o padre deixou anotado que não havia interesse dos primeiros bandeirantes pelas riquezas que, mesmo sabidas, eram preteridas em função de uma recompensa mais fácil e imediata, a escravização do índio:

Já no capítulo terceiro, comecei a murmurar da negligência dos portugueses, que não se aproveitavam das terras do Brasil, que conquistaram, e agora me é necessário continuar com a murmuração, havendo de tratar das minas do Brasil, pois sendo contígua esta terra com a do Peru, que a não divide mais que uma linha imaginária invisível, tendo lá os castelhanos descobertas tantas e tão ricas minas, cá nem uma passada dão por isso, e quando vão ao sertão é a buscar índios forros, trazendo-os à força, e com enganos, para se servirem deles, e os venderem com muito encargo de suas consciências, e é tanta a fome que disto levam, que ainda que de caminho achem mostras, ou novas de minas, não as cavam, nem ainda as vêem, ou as demarcam (SALVADOR, [1627], p. 7).

Posteriormente a essa “negligência”, sendo tão abundantes o ouro e as pedras preciosas e, portanto, relativamente simples consegui-los, a busca de tais riquezas, agora concomitante ao apresamento do gentio, fez com que muitos ousassem adentrando o sertão do Brasil, sonhando com o prestígio que tal empreendimento lhes proporcionaria.

Para uma compreensão mais dilatada do contexto, antes de prosseguir é oportuno mencionar algumas significações para o termo sertão. Começando por André Rodrigues:

a palavra sertão advém do termo latino desertanum, desertum. No português antigo se falava desertão para designar lugar desconhecido, solitário, seco e não entrelaçado ao conhecimento. Imaginou-se sertão também como a terra apartada do mar, mediterrânea, continental no sentido em que se empregava a palavra em Portugal no final da Idade Média: era a terra para lá das costas ao longo das quais se navegava. Com esses significados, desde a carta de Pero Vaz de Caminha e ao longo de três séculos de colonização, o conceito sertão foi empregado para designar a terra ignota do continente, “o coração das terras”, por vezes lugar sombrio e incompreensível, habitado por feras e seres inimagináveis e onde se esperava encontrar riquezas incalculáveis. (RODRIGUES, 2003, s.p.)

Magalhães (2004), citando outros enunciadores, diz que

a designação “sertão” foi consagrada por Euclides da Cunha em “Os Sertões”, a mais pungente narrativa sobre o território do sertanejo nordestino: árido, inóspito, indômito, atrasado, imune à passagem do tempo e aos progressos da civilização. Mas essa distinção do século XX não pode ser aplicada ao Brasil colonial e até boa parte do século XIX. Alcântara Machado afirma que o termo “sertão” já aparece nos inventários paulistas dos séculos XVI e XVII, como forma de nomear espaços desconhecidos, atraentes e misteriosos a um só tempo, despertava a afoiteza do desbravamento, o sonho do enriquecimento rápido e fácil. [...] espaços vastos, desconhecidos, longínquos, pouco habitados, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta e habitados por bárbaros. Foi utilizado para

nomear as mais diversas áreas, como as de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás nos séculos XVII e XVIII. Regiões distantes, povoadas pelo gentio, porém repletas de riquezas. Dependendo do enunciante, o “sertão” pode possuir os mais variados sentidos. Para os governantes portugueses na capitania e alguns administradores da província de Goiás, por exemplo, “o sertão era o exílio a que haviam sido temporariamente relegados” (MAGALHÃES, 2004, p. 17-18).

Almeida (1998), discorrendo “em busca do poético do sertão”, diz que esse ambiente tinha uma

representação cultural e ideológica que reforçava o distanciamento entre o eu e o outro [...] significava o incerto, o atrasado, o desconhecido, o longínquo, o selvagem; um lugar povoado por homens rudes e pobres onde as condições naturais e geográficas compactuavam com a violência caudilhesca e reinavam os chefes locais nos vazios do poder central. Tal situação se perpetua até os dias de hoje em certas localidades situadas nos confins [...] uma categoria histórica que se situa no limite entre ficção e a realidade. (ALMEIDA, 1998, p. 35).

Aires da Mata Machado Filho sintetiza: “sertão, essa vaga ficção geográfica que sempre foge a localização precisa. Pode-se entrar pelo sertão, que sempre haverá um sertão mais para o interior do país”. (MACHADO FILHO, 1964, p. 27-28). E ainda que se pense o sertão “enquanto uma construção social e histórica”, pode-se dizer plausíveis todas as suas descrições; e a despeito de tantas definições, e qualquer tipo de receio que pudessem causar, a ocupação tornou-se um processo inexorável, como forma de garantir a livre territorialização do capital (MENDONÇA, 2004).

A hostilidade de forças desconhecidas, perigos reais ou imaginados (parte de uma “representação cultural e ideológica”) faziam incontáveis as adversidades enfrentadas pela audácia do desbravamento destes sertões nos primeiros tempos da conquista. As entradas, empreendimentos cujo objetivo era unicamente o lucro, seja pela escravização dos índios ou no saque das riquezas da terra, não poupavam de riscos a vida de tantos quantos delas participassem. No entanto, as maiores dificuldades e sacrifícios eram o destino daqueles que, desconhecidos, permanecerão para sempre apagados na história.

A conquista do Brasil Central, que começa a partir do século XVI, quando penetram em Goiás as primeiras expedições, objetiva-se, quase sempre, às custas do sacrifício brutal de vidas humildes. As provocações e injustificadas perseguições ao gentio, além de doenças, fome e sede, são as causas constantes de inúmeras baixas. O cabo da tropa, salvo quando periclitavam seus interesses imediatos, jamais se preocupou seriamente com os desastres que atingiram membros da bandeira, principalmente se estes eram índios mansos ou escravos africanos (GOMES, 1974, p. 62).

Ao registrar suas impressões a respeito das entradas, Paulo Prado diz, em “Retrato do Brasil”:

Por toda parte o aventureiro corria atrás da prata, do ouro e das pedras preciosas, que durante quase dois séculos não foram senão ilusões e desenganos. Compensava a esterilidade do esforço a descida do indígena. Entrelaçavam-se e confundiam-se assim bandeiras de caça ao gentio e bandeiras de mineração. Quando se dissipava a miragem da mina ficava como consolo o índio escravizado. [...] Na verdade as notícias vagas de riquezas escondidas nos sertões ainda eram meras promessas (PRADO, 1997, p. 100).

E mais adiante:

No desbravamento dos sertões a bandeira foi sempre uma empresa concebida e organizada para a exploração de negócio. O granjeio do índio escravizado e vendido nos mercados de beira-mar ou utilizado nos latifúndios do planalto, preparou e tornou possível as entradas de mineração que rapidamente se multiplicaram à procura de ouro – ou na ilusão do ouro (PRADO, 1997, p. 112).

Silva (1982) descreve o trajeto da bandeira de Bartolomeu Bueno que, segundo o autor, passou pelo Porto Velho, nos limites a sudoeste do município de Três Ranchos, seguindo água abaixo no rio Paranaíba; por ali passou, também, Luís D’Alincourt, e Cunha Matos, um século depois. Tal ponto de travessia sobre o rio fazia parte da estrada que seria, por muito tempo, a única permitida oficialmente, com vistas ao estrito controle do tráfego, na tentativa de se evitar os contrabandos. Posteriormente a estrada foi desviada para um ponto a jusante, atravessando pelo porto Mão-de-pau, este já no perímetro do que seria o município de Três Ranchos.

Das imediações de Araguay a bandeira seguiu rumo de Catalão, transpondo o Paranaíba mais ou menos em Porto-Velho, seis léguas aquém da alludida cidade goyana, em cujas vizinhanças Frei Antonio se deixou ficar com animo de lançar roça. Relewa dizer que desde Uberaba em diante este roteiro se agastou bastante do que presumiam os primeiros chronistas de Goyaz (SILVA, 1982, p. 24).

No mesmo texto, Henrique Silva transcreve narrativa de Urbano do Couto:

Foi nessa sua terceira entrada nas minas de Goyaz contando da primeira em companhia de seu pai, do mesmo nome e também por alcunha *Anhanguera*, que Bartholomeu Bueno da Silva elevou pouco além do Paranaíba o cruzeiro conhecido tradicionalmente e ora d’ali removido para a Capital do Estado. Esta chamada “Cruz do Anhanguera” deve ter como inscrição a data 1726 (SILVA, 1982, p. 31).

Complemento ao que é dito acima, vale lembrar a citação de Azzi (1937), já transcrita, de que a “cruz do Anhanguera” foi fincada “nas proximidades da margem direita do ribeirão Ouvidor”. Urbano do Couto impõe a dúvida ao dizer que a cruz “deve” ter inscrita a data de 1726: a veracidade de sua citação significa que essa passagem do Anhanguera pelo Paranaíba foi a sua terceira entrada, contada a que veio em companhia do pai. Assim sendo,

tomada a cruz como o marco do início da colonização, esta se deu então a partir de 1726, e não de 1722, ano historicamente anotado como da entrada do Anhangüera filho, tida e havida como a geradora do povoamento desses sertões, mas que, a considerar a anotação de Urbano do Couto, foi malograda. As incertezas que rodeiam tais eventos evidenciam como eles são meras representações, construções ideológicas que não dizem a verdadeira história.

José Asmar [s.d.] põe em discussão o rótulo de descobridor de Goiás, dado a Bartolomeu Bueno, o filho, ponderando que, antes dele e do pai, vieram outros desbravadores. Para o autor, a reputação de descobridor é devida ao fato do Anhangüera ter sido o único, dentre os demais, autorizado oficialmente por Lisboa ao empreendimento:

Por que Bartolomeu Bueno da Silva, Anhangüera II, é considerado o descobridor do território dos goiazes, se antes dele muitos o haviam penetrado? O Anhangüera II, mesmo, já viera antes com o pai, embora em anos imprecisos [...] 1670, 1673, 1674, 1682? Em seu rastro, surgem ainda vários pioneiros, dentre os quais Manuel Correia (1647), Manuel Brandão (1669), Pascoal Paes de Araújo (1672). É que nenhum realizou sua bandeira mediante Regimento Oficial, emitido de Lisboa. Esse documento, a exemplo do conferido a Bartolomeu Bueno da Silva, filho, é o instrumento autorizativo e convencional de direitos e deveres reconhecidos e autenticados pelo sinete de Sua Majestade. O mesmo se dá com relação ao descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, nada valendo a precedência do espanhol Vicente Yañez Pinzón ou de outro navegador autônomo. Em 1721, recém-empossado governador de São Paulo – que tinha jurisdição sobre Goiás –, dom Rodrigo César de Menezes credencia o Anhangüera II e companhia à missão definitiva (ASMAR, [s.d.]).

Em relação ao bandeirante Bartolomeu Bueno (atentando para o fato de que nem sempre fica inequívoco se a referência é ao pai ou ao filho!) pode-se afirmar que o heroísmo com o qual se pretendeu impregná-lo escamoteia, dentre outros abusos, a guerra desigual e sem trégua empreendida contra o gentio. Modesto Gomes bem o resume:

Bartolomeu Bueno da Silva, estigmatizado com a alcunha de Anhangüera, inscreve-se na galeria dos mais terríveis cabos de tropa do bandeirismo paulista. Poucos o terão suplantado nas crueldades praticadas contra o selvagem (GOMES, 1974, p. 69).

Naqueles tempos, a eventual carência de registros a respeito de certos assuntos era compensada pela oralidade. Um século era insuficiente para o esquecimento, o que propiciava aos viajantes registrarem detalhes importantes da história, a partir do que lhes era contado por onde passavam. A certa altura da “Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá”, iniciada em 1818, Luiz D’Alincourt narra, a respeito do Anhangüera e seus ardis:

O cativo dos índios foi o único fim das primeiras entradas, e aqueles desgraçados, que se não podia agrilhoar com manha, ou à força, eram mortos. [...] Vendo-se em uma ocasião com grande número de Índios em frente, todos fortes, e bem feitos: e contente com a idéia da presa, mas não

ousando toma-la de viva força, receando alguma catástrofe, mudou de rumo, e travando com os Selvagens conversação amigável, e entretendo-os com várias quinquilharias penetrou mui bem quais eram os principais Cabos dentre eles: logo armando com os seus uma dança: deitando primeiro ao pescoço de cada um deles o anel das correntes, que levava preparadas, principiaram a mover-se com muita agilidade ao compasso de pandeiros, e outros instrumentos toscos, de maneira que os Índios ficaram penetrados de admiração, e pesarosos de não saberem tão encantadora folia: Anhanguera que lhes estava observando os movimentos, folgou muito conhecendo que as suas vistas se iam a cumprir; convida os Selvagens significando-lhes que fãcilmente aprenderiam a dança, de que tanto tinham gostado, e cheia de alegria aquela simples gente, aceita o convite; então Bartolomeo, como por distinção aos maiores, principia por estes, e os vai dispondo, deitando-lhes os fêrreos colares ao pescoço, bem como tinha feito aos seus, jugo que aqueles infelizes receberam como ornato preciso ao divertimento; mas bem depressa conheceram o seu engano: Anhanguera, apenas os vê encadeados, levanta a máscara, e dá a lei aos mais Índios, que ou fogem, ou facilmente se submetem, vendo-se privados de seus chefes; e com esta vil traça, em um momento, faz perder para sempre àquela gente singela os lares pátrios, e a conduz a ser entre Cristãos, pela primeira vez, desgraçada. Eis aqui a heroicidade, e o verdadeiro fôto das façanhas do velho Bartolomeo! (D'ALINCOURT, [1818], [s.p.]).

Outro registro do que foi a ofensiva branca na busca das riquezas guardadas em terras goianas está nos “Anais da Província de Goiás”, de 1863, escrito por José Martins Pereira de Alencastre:

Para que melhormente se pudesse desentranhar do solo as suas preciosidades, varria-se da superfície da terra os seus legítimos habitantes. Devastadas e destruídas a ferro e fogo as aldeias, até então pacíficas e tranquilas, os silvícolas, que escapavam à fúria dos bandeirantes, iam-se refugiar nas solidões das florestas, onde supunham poder estar a salvo de tão estranhos civilizadores. Mas embalde, que para esses aventureiros não haviam divisas, nem distância, nem obstáculos insuperáveis. E os que porventura procuravam na resistência salvar o direito do seu lar, das suas terras e da sua liberdade eram todos os anos dizimados pelo ferro exterminador dos cabos da conquista, ou reduzidos ao mais execrável cativo (ALENCASTRE, 1979, p. 19).

Raimundo José da Cunha Matos, narrando seu “itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás”, é conciso, e categórico:

Que diria o célebre bispo Las Casas, se tivesse atravessado a parte meridional da Província de Goiás? A mortandade feita pelos espanhóis nas ilhas de Haiti e Cuba, no México e Peru nada foi, guardadas as proporções da população, quando se compara com o massacre geral dos índios caiapós pelos devastadores Godóis e Buenos, paulistas, nos sertões de Goiás! (CUNHA MATOS, 2004, p. 341).

O alferes de dragões José Pinto da Fonseca escreveu uma carta ao “General dos Goyazes”, no ano de 1775, dando-lhe notícia do que experimentou no contato com os Carajá, nação indígena habitante da Ilha do Bananal. Embora o fato esteja distante espacialmente, um

trecho do relato do alferes é especialmente interessante, pois dele se sabe como o mesmo Antonio Pires de Campos que dizimou os Caiapó no sul de Goiás e Triângulo Mineiro esteve em guerra lá, contra aquela outra nação:

Haverá vinte e tantos annos que a este continente veio o defunto coronel Antonio Pires de Campos, paulista, e tratando a esta nação debaixo de paz e amizade por alguns dias, no fim d'elles lhes deu de improviso na principal aldêa, não dando vida nem ainda aos proprios inocentes, de cujos gemidos ainda hoje soam os echos nos ouvidos d'estes miseraveis, não podendo referir estas justas queixas sem que as lagrimas testemunhem a sua dor: feito este estrago, apanhou muitos prisioneiros, que conduziu com correntes para seus captivos, sendo a *língua* [intérprete] que trazemos um da dita presa; passou a crueldade d'este homem a mandar pelo caminho amarrar estes prisioneiros em árvores, fazendo dar-lhes por divertimento muitos açoites, dizendo que era para os fazer conhecer captiveiro. Pelas fazendas do sertão trocou muita d'esta gente por gado e cavallos, e a maior parte fugiu para a sua patria, publicando n'ella a tyrania dos brancos. Agora deixo na ponderação de V. Ex. o conceito que de nós fará essa gente, e outras nações que foram testemunhas oculares d'estes factos. (FONSECA, 1867, p. 377-378)

Assediados, agredidos e assaltados em seu território e modo de vida, os índios, ainda que munidos de sua notória valentia e justa resistência, pouco podiam contra as armas e artimanhas do invasor. No caso do extenso território desde os limites ao sul do Triângulo Mineiro e abarcando praticamente todo o atual Estado de Goiás (aonde se insere o recorte espacial desta pesquisa) dominava-o a nação Caiapó. Modesto Gomes dá sua opinião sobre as razões das animosidades entre índios e brancos, das quais estes se aproveitavam para justificar a continuidade da barbárie contra os nativos e manterem-se no objetivo de seu extermínio:

A época maior das hostilidades é a que se segue imediatamente à jornada vitoriosa do Anhanguera. Ou seja: precisamente quando se levantam os ranchos dos primeiros povoadores, prosseguindo com altos e baixos nos anos seguintes. Repetem-se os assaltos às povoações, agravando ainda mais seu tumulto costumeiro, de virulência invulgar. É que, provocado em seu habitat, onde leva existência despreocupada dentro dos padrões de sua cultura, o selvagem lança-se decididamente contra comboios e vilarejos (GOMES, 1974, p. 123).

Agostinho Malheiro, discorrendo a respeito da escravidão no Brasil, afirma que os índios, em vista das agressões que sofriam, fugiam à civilização, “a que aliás eram convidados com pólvora e bala, e com o cativo ou servidão” (MALHEIRO, 1867, s.p.). O relato deste autor refere-se ao tempo em que já estava no Brasil a Família Real, quando era mantida, por meio de várias “cartas régias”, a mesma truculência de antes, diferindo pouco o que fizera o bandeirante paulista do que agora se mandava fazer: “se o índio não se quisesse sujeitar por bem, devia ser reduzido à força contra sua vontade, ou perseguido como inimigo a que se não desse quartel, e mesmo destruído, exterminado” (MALHEIRO, 1867, s.p.). As ordens eram

minuciosas, por exemplo, com instruções explícitas de que os índios capturados deveriam ser escravizados “somente” pelo período de quinze anos, ou mandando que as expedições com tais objetivos incluíssem os religiosos, com delegações semelhantes às que se sabe do tempo das bandeiras. Num trecho da Carta Régia de 1º de Abril de 1809, citada por Malheiro, além de ser incumbência dos religiosos vigiarem que “se não pratique violência alguma”, lê-se:

Ao mesmo comandante ordenareis que quando seja obrigado a declarar a guerra aos índios, que então proceda a fazer e deixar fazer prisioneiros de guerra pelas bandeiras que ele primeiro autorizar a entrar nos campos; pois sem essa permissão nenhuma bandeira poderá entrar; bem entendido, que esta prisão ou cativo só durará 15 anos, contados desde o dia em que forem batizados, e desse ato religioso, que se praticará na primeira freguesia por onde passarem, se lhes dará certidão, na qual se declare isso mesmo, excetuando porém os prisioneiros homens e mulheres de menor idade; pois que nesses o cativo dos 15 anos se contará ou principiará a correr, nos homens de 14 anos e nas mulheres de idade de 12 anos; declarando também que o proprietário do índio guardará sempre a certidão para mostrar o tempo de cativo que ele deve sofrer [...]. Os prisioneiros de guerra feitos pela tropa se distribuirão pelos oficiais e soldados da mesma tropa, à exceção daqueles que for necessário deixar para o meu Real serviço.... Que fazendo partir o Comandante com a tropa de linha e artilharia.... proporcional à expedição intentada, façais ir juntamente dois religiosos ou sacerdotes de zelo exemplar e de luzes, que sejam encarregados não só de catequizar, batizar e instruir os índios, mas de vigiar que com eles se não pratique violência alguma, senão aquela que for necessária para repelir a sua natural rudeza e barbaridade (MALHEIRO, 1867, [s.p.]).

Iniciativa semelhante é mencionada pelo uruguaio Eduardo Galeano, que num pequeno trecho de *As Veias Abertas da América Latina* evidencia como a Igreja Católica participava do processo da colonização, abençoando a escravização dos índios:

antes de cada entrada militar, os capitães de conquista deviam ler para os índios, sem intérprete mas diante de um escrivão público, um extenso e retórico Requerimiento que os exortava a se converterem à santa fé católica: “Se não o fizerdes, ou nisto puserdes maliciosamente dilação, certifico-vos que com a ajuda de Deus eu entrarei poderosamente contra vós e vos farei guerra por todas as partes e maneira que puder, e vos sujeitarei ao jugo e obediência da Igreja e de Sua Majestade e tomarei vossas mulheres e filhos e vos farei escravos, e como tais vos venderei, e disporei de vós como Sua Majestade mandar, e tomarei vossos bens e vos farei todos os males e danos que puder...” (GALEANO, 1981, p. 37).

Embrenhar-se nos sertões era empreitada penosa, não restam dúvidas. No entanto, isso não justifica a brutalidade tão fartamente descrita. A prática dessa técnica de dominação (propalada como a única viável) ficou impregnada como um legado daqueles homens. Nos Anais da Província de Goiás, escritos em 1863, José Maria Pereira de Alencastre atesta, com relação ao período entre os anos de 1750 e 1756:

Domingos Rodrigues do Prado, genro de Bartolomeu Bueno, depois de ter em Pitangui promovido duas revoltas, em uma das quais foi assassinado o

juiz ordinário Manoel de Figueiredo Mascarenhas, e a segunda contra o ouvidor geral Bernardo Pereira de Gusmão, fugindo para Cuiabá, veio a final refugiar-se em Goiás, onde continuou a celebrar-se nos anais do crime e da desordem, acabando por assassinar no sítio de Catalão o capitão da Companhia de dragões, José de Moraes Cabral, quando este regressava com a sua força para a Capitania de Minas Gerais (ALENCASTRE, 1979, p. 111).

O que se fez até aqui foi um esparso e ligeiro apanhado do que ficou narrado do trajeto percorrido pela ocupação branca nos sertões de toda América e do Brasil em geral, e na terra goiana em particular: abusos contra a natureza, assaltos ao nativo, a violência da escravidão. Heroísmo nenhum. Eis a nossa tragédia fundadora! Localizado no percurso desse processo (na “parte meridional da Província de Goiás”, conforme referiu Cunha Matos (2004)), jazem nas origens de Três Ranchos os mesmos vestígios, assombram-nos os mesmos fantasmas. Lembrando uma vez mais o que assevera Friedrich Nietzsche (2008, p. 46): “não é possível livrar-nos completamente dessa corrente”.

No livro *Herança de sangue* Ivan Sant’anna conta como a história regional teve várias de suas páginas lavradas pela violência, que se ampliava para além da dominação do homem branco sobre os nativos:

O relato tem como pano de fundo a colonização do sertão goiano, o genocídio dos índios, a escravidão dos negros e a hegemonia do homem branco, jamais ameaçada pelos nativos, e muito menos pelos africanos, apesar da valentia de certas tribos indígenas e do heroísmo de alguns quilombolas. [...] é sobretudo a história de lutas de brancos contra brancos, pelo poder. De uma luta incansável pelo poder. (SANT’ANNA, 2012, p. 17).

No princípio do século XIX, na trilha das bandeiras, vieram os viajantes, a esquadriharem todo o sudeste de Goiás, no propósito de conhecer mais a fundo estes sertões. Com poucas variações, pisavam as antigas picadas, percorridas primeiro pelos índios e em seguida pelos bandeirantes. Desses itinerários resultaram preciosas referências a pontos que ainda são reconhecidos, abrangidos pelo atual Município de Três Ranchos, muitos submersos nas águas represadas do rio Paranaíba: topônimos lembrados pelos habitantes mais antigos e que podem ser identificados na Carta Catalão, elaborada em 1970, antes do alagamento, portanto. Da época dos viajantes, além de suas próprias citações a respeito de moradores já estabelecidos na região, aparecem os primeiros registros, como o da concessão de uma sesmaria, em 1810 (citada no “memorial descritivo da fazenda Sacco”) cujo perímetro era praticamente o que determina as atuais fronteiras do município. Pouco tempo depois, à luz de documentação cartorial, percebe-se o surgimento das famílias pioneiras, ascendentes de grande parte da demografia atual de Três Ranchos como, dentre outras, os Vaz – a nordeste, os Carneiro – no centro, e os Mariano – a sudoeste.

Outro episódio marcante, logo após o advento da República, foi a passagem pela região da Missão Cruls (**Figura 4**), chefiada pelo geógrafo belga Louis Ferdinand Cruls, encarregada de demarcar a área do Distrito Federal, onde seria construída a capital Brasília. No registro do itinerário, foram feitos vários mapas; num desses, há a anotação da passagem de uma das equipes pelo porto Mão-de-Pau e em seguida por Três Ranchos, no dia 28 de

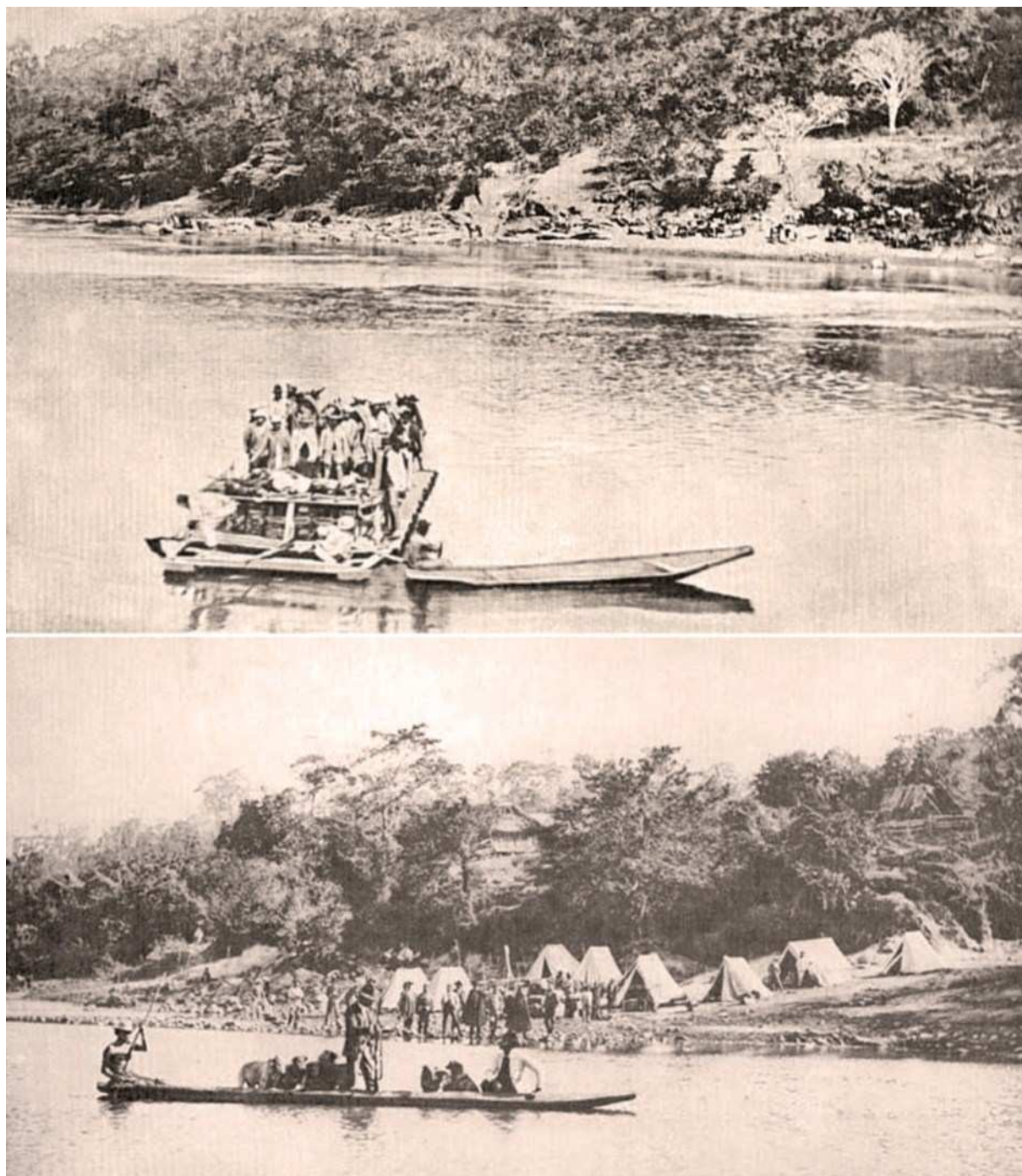


Figura 4 - A passagem da Comissão Cruls por Três Ranchos: na foto superior, a arriscada travessia na balsa; nota-se, ao fundo, a tropa, carregada com a carga da comissão. Na foto inferior vêem-se as barracas às margens do rio Paranaíba, e os membros da comissão que já o haviam atravessado; na mesma foto, acima do barranco, alguns ranchos. As fotografias foram feitas por Henrique Morise, um dos integrantes da comissão (Fonte: Cruls, 2003, p. 50).

fevereiro de 1892: o caminho seguido para Catalão é praticamente o mesmo que ainda hoje se utiliza, considerando o traçado em relação à hidrografia. O mais importante, no entanto, é a anotação do topônimo “Povoação dos Três Ranchos” – **Figura 5**. Isso, evidentemente, é a constatação cabal de que havia, já àquele tempo, população fixa, onde atualmente está o centro urbano (considerando a localização expressa no mapa), assim como a denominação da povoação também já era a atual, ainda que o documento não preste maiores esclarecimentos para as motivações da cidade ter esse nome. O relatório da Missão Cruls refere-se ainda às distâncias de Três Ranchos em relação a outros pontos no Estado, assim como a algumas informações geológicas acerca da região lindeira ao rio Paranaíba, inclusive citando a

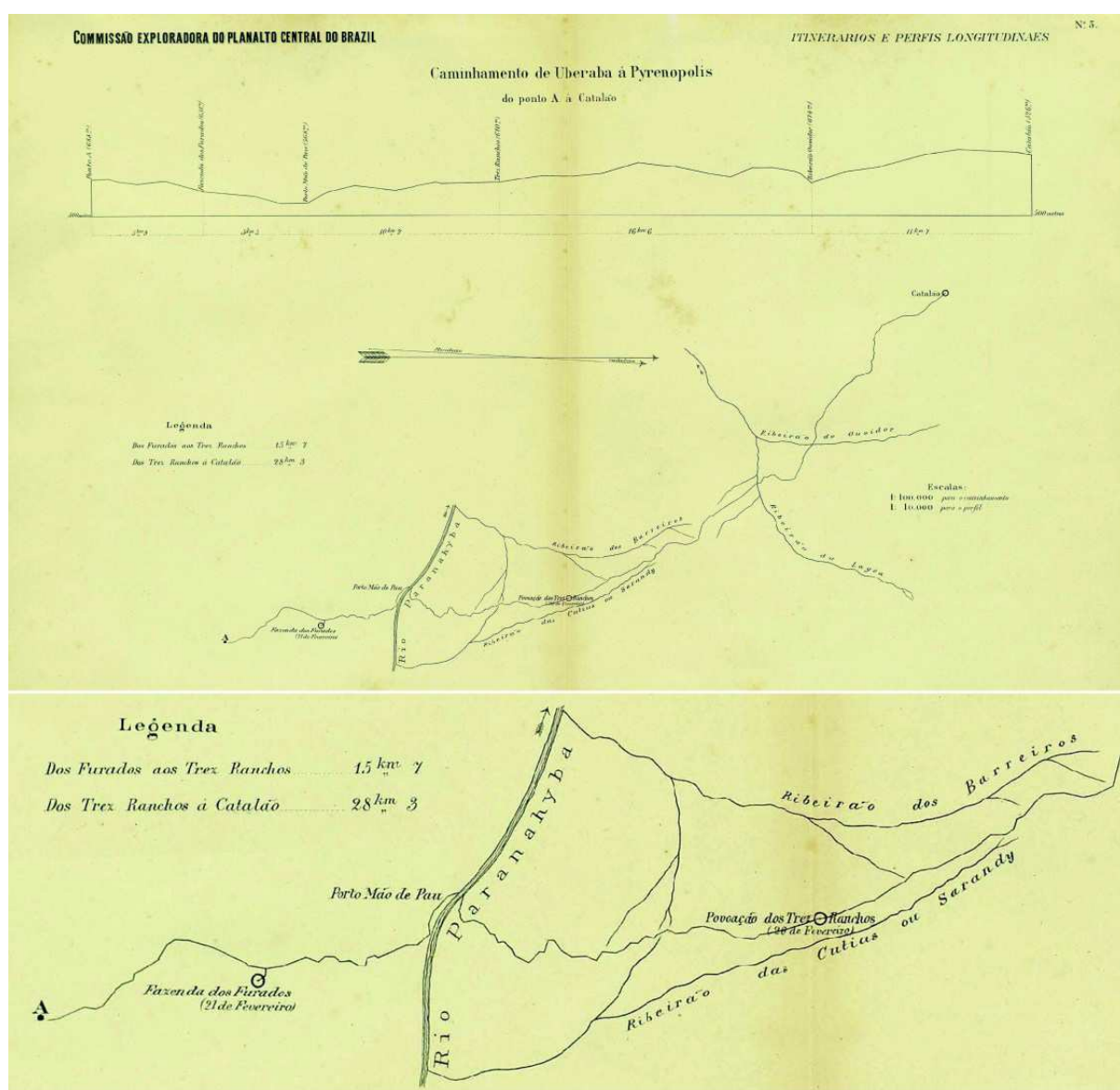


Figura 5 – Um dos mapas produzidos pela “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil”, comandada por Luiz Cruls. Mais que um registro da passagem da Comissão pela região, em fevereiro de 1892, a estampa nº 5 do “Atlas dos Itinerários”, publicado em 1894, é a confirmação de que, já naquele ano, Três Ranchos existia como “povoação” (Imagem alterada pelo autor; original disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/174485>). Acesso em 19.out.-2010)

probabilidade dos diamantes. Também em relação às pedras preciosas, pela mesma época, no “memorial descritivo de medição e avaliação da Fazenda do Sacco”, finalizado em 19 de dezembro de 1898, lê-se que há “em toda a extensão da margem do Parahyba, um soberbo cascalho, com boas informações de diamante”. Eugenio Hussak, geólogo da Comissão Cruls, quase ao final de suas anotações, e depois de várias referências à região, atesta ser diamantífero “o Parahyba, no porto Mão de Pau” (CRULS, 2003, p. 319).

Perto de meio século depois desses registros veio a estrada de ferro, que contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento de Goiás, ela também cruzando o rio e a região. À ferrovia, além de importante meio de comunicação e facilitador do tráfego de pessoas e mercadorias, pode ser creditada a consolidação de vários municípios, a exemplo de Três Ranchos, que como tantos outros viram surgir o seu núcleo urbano nas cercanias da estação ferroviária. Era o início da década de 1940 e, por conta da facilitação do tráfego pela ferrovia que vinha do litoral atlântico, intensificou a imigração, inclusive para o garimpo de diamantes, recém-iniciado no leito do Paranaíba, gente vinda de longe.

Os historiógrafos goianos têm sido pouco atentos a esses e outros muitos fatos, preferindo enfatizar a exploração do ouro, considerando-a o grande fundamento da história goiana, citando apenas o centro e o norte da antiga capitania, em detrimento de toda movimentação e povoamento ocorridos nesta região, desde tão longa data, eventos essenciais na construção de Goiás. Pior que ignorar tais eventos, no entanto, é fazer deles um registro equivocado, tornando arriscada a óbvia preferência pelas obras goianas como fonte.

No livro *História Política de Catalão*, escrito por Palacín Gomez, Nasr Chaul e Juarez Barbosa, há um fragmento referente aos primórdios da cidade de Catalão, dizendo que Bartolomeu Bueno, o filho, logo que atravessou o rio Paranaíba, deixou “como marco uma cruz de aroeira cravada nas proximidades do Ouvidor, na fazenda dos **Cassados**” (GOMEZ, CHAUL e BARBOSA, 1994, p. 20) – grifo nosso; (é útil elucidar: o “Ouvidor” referido é um dos afluentes do rio Paranaíba, e não a cidade que surgiu com o mesmo nome). Cornélio Ramos (1997) foi a referência utilizada. Com efeito, da página 22 à 28 de seu livro *Catalão: poesias, lendas e histórias*, no terceiro capítulo intitulado *A cruz do Anhanguera*, Ramos faz várias alusões à fazenda dos **Casados**, assim como cita a passagem do naturalista francês Saint-Hilaire e de sua expedição pela mesma fazenda.

Raymundo José da Cunha Matos (2004) nas páginas 247 e 248 do seu *itinerário* se refere à fazenda dos Casados por três vezes. Além disso, na *Carta corographica da provincia de Goyaz*, feita pelo mesmo Cunha Matos em 1826, há desenhado o seu trajeto passando pelos “casados”. Luiz D’Alincourt cita-a outras três vezes na *Memória sobre a*

viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá; numa vez d'Alincourt se refere ao lugar dizendo que ali “há muitas laranjeiras, engenho, fábrica de aguardente, e uma boa fazenda”. Finalmente, é Saint-Hilaire (1975) que em sua *Viagem à província de Goiás* escreve o seguinte: “Luís d'Alincourt diz que de 1818 a 1823 a Fazenda dos Casados cresceu consideravelmente porque os filhos do proprietário, depois de casados, construíram suas casas junto à do pai, vivendo todos em boa harmonia” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 123). Tem-se aí quatro referências, todas citando, várias vezes, a fazenda dos **Casados**; e além das várias citações, há o esclarecimento do que motivou, muito apropriadamente, o nome da fazenda. Ao anotar “cassados”, no entanto, Gomez, Chaul e Barbosa distorceram por completo o sentido dado ao topônimo. Evidentemente, não se trata de algum tipo de desdém por parte dos autores. Mas houve uma grande desatenção com aquele evento: ocorre inferir que a pesquisa para a produção do livro goiano desconsiderou aquelas citações, referenciais tão preciosos. Em relação especificamente a esse episódio, pelo menos, não é seguro utilizar aquela publicação goiana como referência. O pesquisador desavisado perpetuaria o equívoco.

Noutra obra, *História de Goiás (1722-1972)*, de Palacín e Morais (1989), há mais um descuido, este com relação aos primeiros deslocamentos rumo a Goiás: “De São Paulo saíam as bandeiras [...] de início seguiam de canoas o curso dos rios: Paranaíba-Tocantins-Araguaia, até voltar pelo Tietê a São Paulo” (PALACÍN e MORAIS, 1989, p. 6); tais expedições, as primeiras realizadas, e que se deslocavam pelos rios, conforme mencionam os autores, eram as *monções*, e não as bandeiras, estas viriam depois, por terra. Seria conveniente elucidar a respeito daqueles dois tipos de empreitadas. Está em jogo o entendimento de como foram os primeiros tempos da colonização de Goiás.

Os equívocos vão além dos textos: a ilustração em que Joseph-Louis Leborne descreve os “habitantes de Goiás”, em 1835 (**Figura 6**) é cena improvável, considerando os demais relatos que se referem àquela época; não consta, por exemplo, que então já desfilar-se por Goiás o garbo de um cavalo Andaluz, inda mais sendo utilizado na árdua lida com o gado!

A inexistência dos mapas era outro contratempo: algo justificável, no entanto, diante da precariedade de recursos para a cartografia da época. As anotações em relação ao itinerário que Raimundo José da Cunha Matos fez pela região em 1823, dizem que o “arraial de Catalão” dista duas léguas (12 quilômetros) do porto Mão-de-Pau (MATOS, 2004, p. 246). Isto não procede, e a explicação para o equívoco se encontra no mapa (**Figura 7**) feito pelo próprio Brigadeiro Cunha Matos, representando seu roteiro: a estranha deformação do curso do rio Paranaíba (algo que encurta bastante a distância entre Catalão e o Porto Mão-de-Pau) parece ter sido “informada” ao brigadeiro, pois na legenda consta que ele passou pelo Porto



Figura 6 - Uma cena na Província de Goiás no ano de 1835, na concepção de Joseph-Louis Leborne. (Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_095.jpg). Acesso em 23-nov.-2011.

Velho e, mesmo não a tendo percorrido, traçou também a estrada do Mão-de-Pau. A confiabilidade naquele trabalho fez que outros cartógrafos, como o engenheiro Joaquim Jardim, repetissem o erro do brigadeiro. De 1909, há um mapa que, se corrigiu o equívoco quanto à curva do rio, pôs outros topônimos da região localizados erroneamente.

A constância que se percebe, nestas e em outras muitas obras, tanto nas escritas por autores goianos como nas demais, são as dificuldades com as quais o pioneiro se defrontou por todo interior do Brasil no processo da conquista. Assim foi nos primeiros anos de Três Ranchos, cujo isolamento geográfico (ainda que estivesse situado no curso de uma estrada real) era certamente o maior estorvo; uma situação, aliás, que atingiu a capitania inteira em seus primórdios:

Goiás, às vésperas da Independência, era território pobre, perdido inteiramente no seu isolamento geográfico. Sertão bruto, palmilhado por índios e feras. Capitania abandonada, com vilas e povoados em ruínas (GOMES, 1974, p. 116).

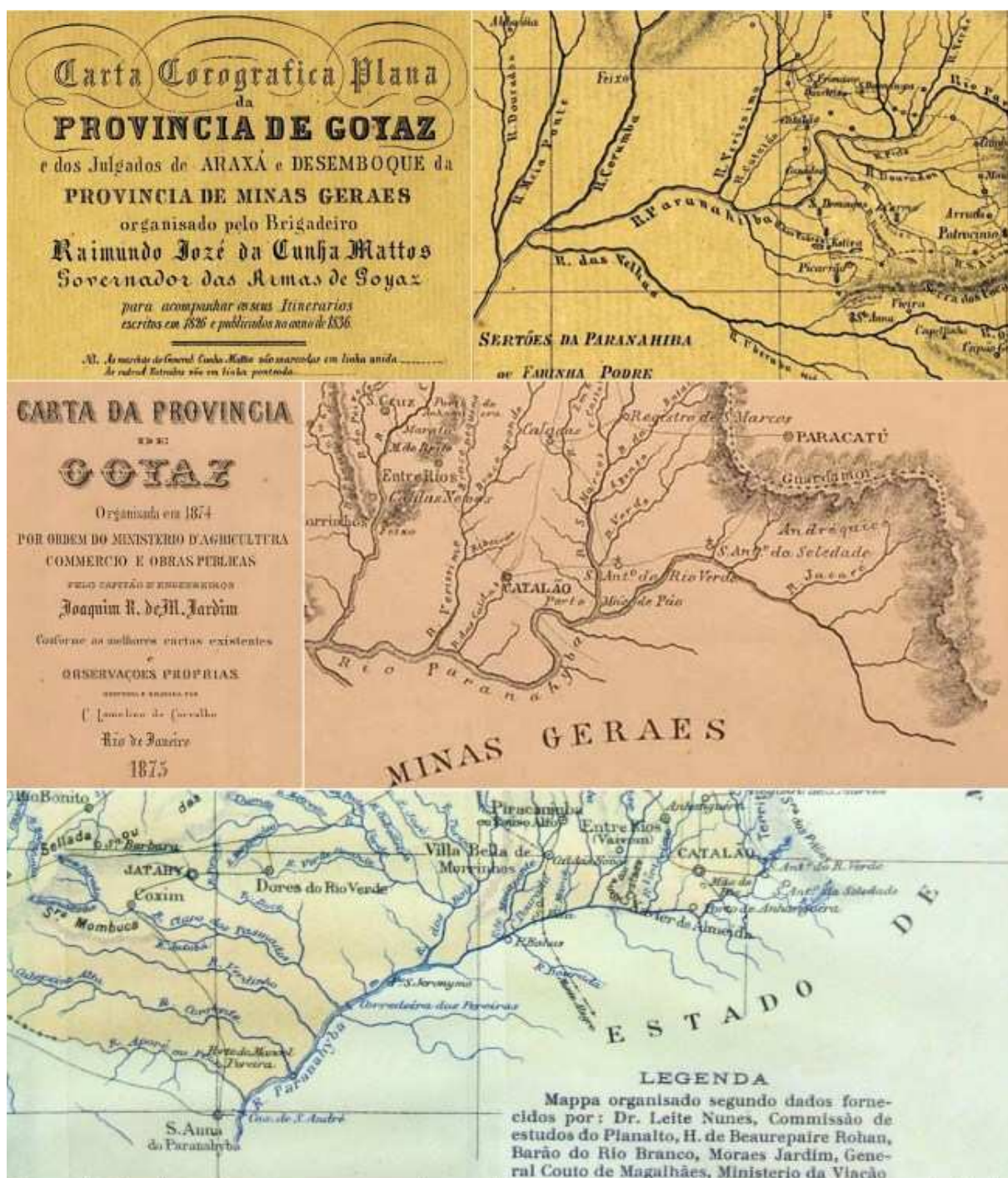


Figura 7 - Confiar nos mapas representando a região era um risco: o primeiro recorte, da carta de Cunha Matos (disponível em <<http://purl.pt/3432/1/P1.html>>) feita para ilustrar os itinerários que ele fizera anos antes, mostra uma das estradas, à esquerda, passando pela fazenda dos Casados, por onde o viajante adentrou Goiás; a do meio, que passava pelo porto Mão de Pau, o Brigadeiro não a percorreu, uma justificativa para a imprecisão com relação à distância de Catalão ao rio e àquele porto, estimada por Cunha Matos em 12 km. No mapa seguinte, ainda que desenhado “conforme as melhores cartas existentes e observações próprias”, reproduz-se o equívoco anterior, em que o curso do rio Paranaíba faz uma curva acentuada, aproximando demasiado o rio e o porto Mão de Pau da cidade de Catalão (original disponível em <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart766010.jpg>). Já o terceiro recorte é de um mapa feito em 1909: o ponto referente ao Mão de Pau está deslocado em relação ao Paranaíba, que só é identificado bem a jusante, sem que se possa saber qual das linhas representa as cabeceiras do rio; ao norte de Catalão aparece um ponto com o nome de “Anhangüera”. Este mapa foi fotografado pelo autor numa das paredes do Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Mais adiante, o autor diz que mesmo depois de superada a condição de Província

o Estado de Goiás, durante anos e anos, esteve completamente confinado em seu isolamento geográfico. Enquanto nos Estados mais desenvolvidos ou então bafejados pela civilização litorânea circulavam o trem-de-ferro e os primeiros veículos motorizados, aqui predominavam quase que exclusivamente o carro-de-bois e as tropas. As viagens, por isso mesmo, eram demoradas e difíceis (GOMES, 1974, p. 211).

Goiás tornou-se capitania independente de São Paulo em 1748, e passou à situação de província em 1822; consta que o primeiro carro-de-bois circulou em terras goianas somente em 1824, as primeiras mensagens via telégrafo foram transmitidas em 1891⁵, e a ferrovia chegou ao sudeste goiano somente no início do século XX. Em vista disto se tem uma ideia do “tempo lento” em que sucederam importantes eventos na história de Goiás.

SANTOS e SILVEIRA (2010) formulam suas impressões a respeito de como se deu o processo de povoamento e urbanização de Goiás:

A interiorização do povoamento foi devida, de um lado, à mineração e, de outro, à criação de gado nas fazendas. A exploração dos diamantes e do ouro foi responsável pela existência de inúmeros núcleos de vida urbana no interior dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso (SANTOS e SILVEIRA, 2010, p. 33).

E mais adiante:

O caso de Goiás é emblemático. Durante praticamente quatro séculos o Estado é, do ponto de vista da produção, um verdadeiro espaço natural, onde uma agricultura e uma pecuária extensivas são praticadas ao lado de uma atividade elementar de mineração (SANTOS e SILVEIRA, 2010, p. 274).

Diante da carência de produtos básicos inclusive para o consumo interno, havia o interesse e mesmo o incentivo dos governadores para que os garimpeiros abandonassem os garimpos exauridos e se dedicassem à produção agrícola. No entanto, Palacin (1972), diz que a “lavoura, esta nova atividade econômica, quase não consistia noutra coisa que na produção de alimentos para o consumo, as dificuldades de transporte vedavam, quase por completo, a produção para o exterior”.

Plantava-se, portanto, o indispensável para o consumo e para a compra dos três ou quatro produtos básicos de importação de que não se podia prescindir: sal, ferro, pólvora. Todo excedente era evitado. Isto expunha a população a devastadores períodos de fome, quando o ano agrícola, por qualquer causa, não correspondia às expectativas (PALACIN, 1972, p. 151).

São constantes as retentivas de que “naquele tempo” o clima era mais estável, podia-se confiar na periodicidade das estações das águas e da seca, e plantar contando certo

⁵ Informação disponível em <www2.ucg.br/flash/Historiagio.html>.

com tal estabilidade. Não é o que se tem anotado, no entanto. Desde os primeiros registros da história goiana há referências a períodos de reveses climáticos, que resultavam em sérias crises: “nos anos de 1773 a 1778, por exemplo, durante o governo de José de Vasconcelos, os estragos provocados pelos efeitos climáticos causaram a fome, assolando toda a região” (MAGALHÃES, 2004, p. 53).

O alicerce econômico circunscrito ao tripé agricultura-pecuária-mineração e a circunstância do “isolamento geográfico” causavam a necessidade de produzir a maior parte de bens indispensáveis ao cotidiano, em vista da difícil importação de outras regiões, razão de ser dos estoques de rapadura e sal, e das grandes tulhas e paiois onde mantimentos essenciais eram armazenados, prevenção aos eventuais estios que minavam as safras. Assim era em Três Ranchos, onde, além de tais recursos, até recentemente se empregavam os teares manuais para a produção de tecidos de algodão, oriundo de pequenas plantações nos fundos dos quintais; dos centenários engenhos (idênticos aos que ilustram o ciclo da cana-de-açúcar nos séculos XVI e XVII) é de onde saía o açúcar e as rapaduras; e o azeite extraído da mamona é que acendia o pavio das candeias. Benefícios hodiernos e triviais como a comunicação, a energia elétrica e tantos outros, há poucos anos é que ficaram disponíveis à população de Três Ranchos. O rádio, um luxo incomum, servia para a diversão em algumas poucas casas e para ouvir as notícias; transmiti-las daqui, porém, só através do telégrafo, meio de comunicação muito útil por um longo período da história do município, mas que só chegou quando veio a ferrovia, já em meados do século XX, tempo em que a televisão ensaiava a sua estreia nos grandes centros do país. Como já se tornasse um bem cada vez mais necessário, uma noção da importância que a informação sempre teve era entreouvida no caso que contava um dos primeiros moradores de Três Ranchos, o senhor Geraldo Elói, e que lhe contara seu avô: certa vez este mandou um cavaleiro na incumbência de ir-se até onde tivesse de ir a encontrar quem lhe pudesse informar que dia e mês e ano eram, esquecidos que estavam de tudo e de todos, sem saber que dia-santo era, morando nas lonjuras daqueles ermos onde se embrenharam (isso antes de Geraldo Elói vir para Três Ranchos, em “outros tempos” e “num sertão mais bruto do que era aqui”!) – uma história cujo absurdo faz pensar que seja veraz a saga dos “cem anos de solidão” de Gabriel Garcia Márquez.

E assim como para obter as informações mais banais, viajar era outro embaraço: nos princípios do Município, ia-se aonde ia o trem. Antes dele, somente a pé, a cavalo ou no carro-de-bois; a falta de estradas impedia a mobilidade dos automóveis que à época já percorriam velozes o Brasil afora. Sequer a energia elétrica era plenamente disponível: com o advento do município, foi implantado um gerador movido a óleo diesel, que atendia umas

poucas privilegiadas residências e iluminava duas ruas da cidade, isso do anoitecer até às dez horas da noite. Após esse horário, as assombrações tomavam conta do imaginário geral.

Estorvos que incomodavam, e demoraram desaparecer: até o início da década de 1970, na zona rural do município, era possível presenciar em algumas residências o modo de vida simples e despojado, tal qual registraram um século e meio antes os viajantes europeus, encarregados por ordem real de descrever tanta terra ainda ignota, e aditaram em suas anotações a modéstia na qual viviam os primeiros habitantes. A superação a tantas penúrias, aliada a outros eventos nas últimas décadas, provocou em Três Ranchos grandes mudanças, alterando repentina e profundamente os hábitos cotidianos das pessoas. Todavia, foi aquele isolamento – o que dificultava a circulação de informações e mercadorias – o mesmo que forçou a comunidade a ir se caracterizando em símbolos e valores singulares, gradativamente apropriados e moldados do agregado migratório oriundo das mais diversas partes do país,



Figura 8 - Até recentemente parte do cotidiano das pessoas da zona rural de Três Ranchos, muitos utensílios e ferramentas já nem são lembrados. No sentido horário: um forno, feito de adobes e uma grande pedra plana sobre a qual a farinha, especialmente de mandioca, era torrada; a candeia, utilizada na iluminação doméstica, cujo combustível era extraído da mamona (um biocombustível, portanto!); a enxó, com a qual se esculpia nas madeiras os cochos, bicas d'água, etc; e a roda de fiar, que transformava o algodão cardado em linhas, para a produção dos tecidos (Fotografias feitas pelo autor).

especialmente desde quando os diamantes foram descobertos e a ferrovia iniciou o tráfego. O conhecimento reunido era essencial para extrair da terra a sobrevivência: remédios para todas as moléstias vinham das plantas do Cerrado, e toda sorte de alimentos e o seu beneficiamento, os tecidos, utensílios domésticos, praticamente tudo se inventava e se produzia na maioria das fazendas daquela época. O produto de uma podia ser trocado com a vizinhança, suprimindo assim as carências de ambas. De quando em vez, os carros-de-boi e as tropas de mulas cargueiras que levavam toucinho ou outra produção local para vender alhures, traziam sal, ferramentas, as vasilhas de metal, tecidos mais finos e outras miudezas. Isso é o que ficou registrado pelo fazendeiro e negociante Joaquim Manoel, num livro em que anotou várias transações, do ano de 1885 até 1917, documento que foi zelosamente guardado pelo filho Derso Manoel. Lá estão anotados de empréstimos financeiros ao mais diversificado comércio, de sal e açúcar, ferramentas, armas e munições, lenços acetinados e panos de chita, etc; os clientes eram homens e mulheres, moços e anciãos, proprietários de terras, trabalhadores, escravizados e não. No verso da página 38, referente ao dia 25 de dezembro de 1889, há o assento de “dinheiro emprestado nos Três Ranchos” a Cândido Vaz dos Reis e a Manoel da Silva Ribeiro. Outros negociantes, os mascates, também tiveram papel importante nesse trabalho, e tal qual o Xixi Piriá que percorria os Confins descritos por Mário Palmério, iam de fazenda em fazenda, batendo de porta em porta, com seus baús carregados de novidades.

“Até meados dos anos 1970, Goiás era um estado eminentemente agrário, com a população concentrada no campo”, é a síntese que faz Mendonça (2004, p. 50) – Três Ranchos não fugia a essa regra. Muitos dos atuais habitantes vivenciaram os últimos vestígios de uma época de isolamento e, em seguida, ao processo da rápida assimilação de tecnologias que facilitaram o dia-a-dia da população. Isso sucedeu por consequência, em maior parte, do início do tráfego da estrada de ferro e, em seguida, de um fluxo acelerado de conhecimentos e experiências, provocado pela disponibilidade cada vez mais intensa do acesso à informação.

Hoje, sobreviver já não é mais o ofício tão custoso de antes: produtos que eram difíceis de obter a indústria passou a oferecer em série, renovados e inovados a cada minuto. No entanto, nestes tempos em que eventos e mercadorias são tantos, e tão facilmente acessíveis quanto efêmeros, há o perigo do esquecimento do que aconteceu ontem, das lutas homéricas contra os obstáculos que os pioneiros enfrentaram e das soluções que hoje são inconcebíveis. É preciso conhecer e dar a importância devida a tais detalhes, pois somente assim é possível fazer a tradução do que se tornaram os homens e mulheres de hoje. Um dos momentos mais formidáveis do ser humano ocorre quando ele resgata a própria história e compreende como não está apartado da humanidade, e que suas raízes vão mais fundo do que imaginara até então.

1.2 - DO NOME À EMANCIPAÇÃO

O município de Três Ranchos deve seu nome a três casebres construídos com folhas da palmeira babaçu⁶. Ponto! Mas quem teria construído, para quê e a quem teria servido esses três ranchos? O historiador Ismael Carvalho sustenta que havia próximo ao cume da serra de Três Ranchos um pequeno quilombo, formado pelos ditos casebres, onde habitaram escravos fugidos do trabalho nas jazidas da vizinha capitania de Minas Gerais. Com efeito, naquele tempo era corriqueiro escravos fugirem e se alojarem no alto das serras, onde houvesse água e de onde pudessem observar a movimentação em derredor, a uma distância segura, estratégia de defesa da sobrevivência. Tudo combina com tal possibilidade, porém, não há registros que a sustentem. A versão oficializada, por seu lado, é a de que os ranchos foram construídos para servirem de pouso aos tropeiros que traziam suas boiadas e precisavam descansar antes de atravessarem rumo a Minas Gerais e São Paulo, narrativa mais afeita às odes heroicas, amoldada à altivez branca dominante. Também plausível, é preciso admitir! No entanto, sequer se sabe do local exato desse pouso: segundo a narrativa dos antigos boiadeiros e moradores entrevistados por Melo (2008), a parada com o gado tanto podia ser à beira do rio Paranaíba como a uma distância de vários quilômetros desse ponto. Era necessário haver pasto e água para satisfazer a boiada e a tropa antes de seguirem até o próximo descanso. Isso impõe a dúvida: onde quer que fosse a parada, havia lá os três ranchos? Ainda a favor da primeira versão, lê-se no “Vocabulário Geográfico do Estado de Goiás”, publicado pelo IBGE em 1957, que o termo “três ranchos” refere-se à “serra entre o córrego Água Limpa e o ribeirão Ouvidor (M. de Catalão)” – note-se que à época da edição do dicionário Três Ranchos já era emancipado, mas os topônimos ainda estão citados ali como localizados no Município de Catalão. A forma como a serra está descrita no livro pode significar que o nome de Três Ranchos originou-se dela e por algum sucedido lá, e não do pouso de viajantes e boiadeiros. Outro fato é que o primeiro documento levantado com o nome Três Ranchos foi escrito doze anos antes do ato oficial de abolição da escravatura no Brasil, este ocorrido em 1888; referência importante, só não ajuda a esclarecer se o nome é consequente de um ou de outro evento: ora se alimenta uma possibilidade, ora outra!

Os registros mais antigos que se sabe onde há anotado o nome “Três Ranchos” datam de 1876 – **Figura 9** – duas páginas componentes da documentação de partilha da fazenda Fundos, gleba que, anexada às fazendas Lagoa, Sacco, e parte da fazenda dos Casados, formariam o atual município, algo para se inferir que a denominação já existia e era notória, a ponto de ser utilizada em tais documentos.

⁶ *Attalea speciosa* Mart. ex Spreng, palmeira muito comum às margens do rio Paranaíba, cujas florestas mais densas foram cobertas pelo reservatório da UHE de Emborcação.

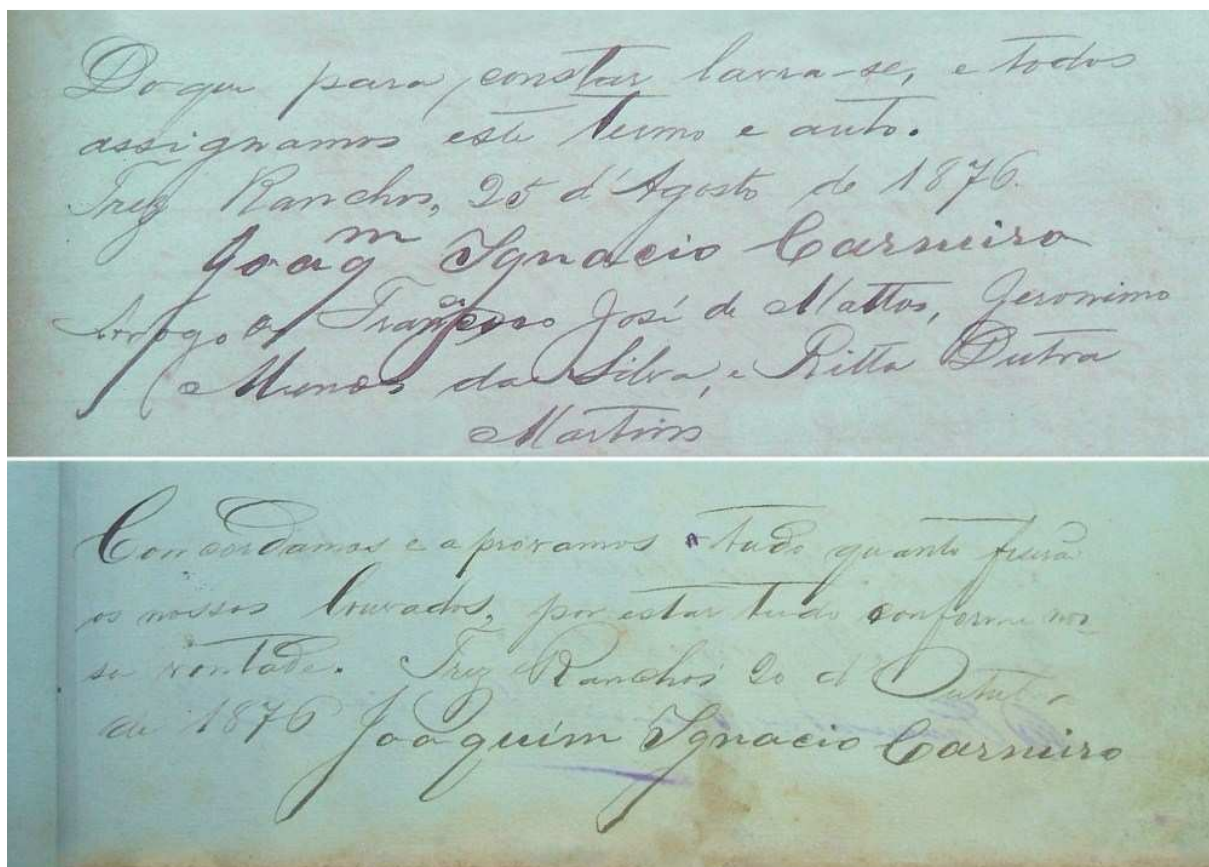


Figura 9 - Fragmentos de dois documentos integrantes da “Divisão Amigável Fazenda dos Fundos” trazem ao final, como local em que foram lavrados e assinados, o nome “**Trez Ranchos**”, um com a data de 25 de agosto e outro de 20 de outubro, ambos no ano de 1876. (Fonte: Acervo do autor).

Há algumas construções que são vestígios daquela época, como a sede da antiga fazenda Saco e outras vizinhas, na direção dos portos Mata-Padre e Velho, e a igreja de Nossa Senhora d’Abadia – **Figura 10** – construída próximo ao atual centro urbano. Por conta do generalizado desleixo com a história e a cultura locais, a velha “igrejinha” sobrevive atualmente apenas nas fotografias feitas antes de desmoronar completamente. Essa pequena igreja seria uma das primeiras construídas no Brasil em devoção a Nossa Senhora da Abadia – de antes se tem a notícia das de Muquém, em Goiás, e da Água Suja, atual Romaria, em Minas Gerais. A de Muquém consta que foi construída por um garimpeiro português, devoto à santa; a de Romaria, semelhantemente, está numa região de garimpos. Embora possa ser uma coincidência, fato é que a de Três Ranchos também está próxima ao garimpo, embora tenha sido construída bem antes do advento da atividade, provavelmente por algum integrante da família Carneiro, uma das pioneiras no município – considerando que a igrejinha ficava no pátio da sede da fazenda do patriarca.



Figura10- Fotografada na década de 1970, a “igrejinha” de Nossa Senhora da Abadia, da qual hoje só restam os vestígios, foi construída bem próximo de onde está o centro urbano de Três Ranchos, no percurso da estrada do porto Mão de Pau para Catalão (Foto de Amadeu Francisco Soares, “Dil”).

Tal autoria, assim como a ancestralidade da “igrejinha”, carecem de estudos a comprová-las, pois são elementos importantes da história goiana.

Para descrever o processo inicial do povoamento de Goiás pelo homem branco é conveniente atentar para o fato de que esta terra foi integrante da província de São Paulo até 1748. Assim sendo, são admissíveis algumas das colocações de Rubens Borba de Moraes, em artigo publicado na revista “Geografia”, de 1935, no qual o autor discorre sobre a “história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII”. Posteriormente à cisão do território, cada capitania assumiu características diversas, fluxos inverteram suas direções, fronteiras foram remarcadas etc. No entanto, alguns eventos permaneciam semelhantes, alheios às linhas que passaram a demarcar os novos territórios. Pode-se então considerar que os núcleos populacionais em Goiás advieram da ocorrência (ou da combinação) de um ou mais itens da classificação proposta por Moraes (1935): “**I** – Povoador anônimo **II** – Aldeia de índios **III** – Sesmarias e fazendas **IV** – Capela: a) fundação particular b) fundação coletiva c) fundação de romaria **V** – Pousos a) de bandeira b) de tropa [...]” (MORAIS, 1935, p. 74-75).

Em vista da proposta do autor, é presumível que o povoamento de Três Ranchos seja consequente dos itens **III** (sesmarias e fazendas), **IV** (fundação particular de uma capela) ou **V** (pousos de tropa), não necessariamente concomitantes, ou associados (consequentes, talvez!); o fato é que as três circunstâncias cotizaram-se no processo. Uma sesmaria

concedida em 1810, da qual descendeu a fazenda Saco, conforme citado no memorial desta, é indício que a ocupação da região tenha ocorrido por essa causa. O relatório do viajante Saint-Hilaire citando a travessia do rio Paranaíba e pouso numa moradia da região confirma que na região já havia moradores. Na porção central do que é hoje o município havia as fazendas Fundos e Lagoa e, mais para o sul, próxima ao porto Velho, a fazenda dos Casados.

No caminho do viajante, havia as fazendas estrategicamente posicionadas ao longo das estradas entre os arraiais. Nas casas de adobe e taipa, predominava o estilo arquitetônico mineiro, marcado pela ausência do corredor com os cômodos interligados por portas, as janelas de madeira e o forro de palmeira, em algumas poderia haver telhas moldadas pelos escravos. Na frente da casa, talvez um cruzeiro como sinal de posse da terra e, nos fundos, o quintal de mangueiras e jabuticabeiras, com rego d'água para o abastecimento. O pouso para o descanso do viajante e do tropeiro, feito com forro de palha, sem paredes e com armação de madeiras de buriti, situava-se junto à residência. Os limites do pasto do gado eram marcados por valos (valas fundas e largas) que faziam as vezes de cerca e que, juntamente com a estrada, os rios e córregos, demarcavam a fazenda (ROCHA JÚNIOR, 2006, p. 20).

No terreno da antiga propriedade do casal Theodoro José e Dulce Carneiro, nos arredores do centro urbano, é possível observar na planura das adjacências aos vestígios da casa os valos já bastante erodidos, longas linhas demarcatórias escavadas para definir as divisas da fazenda. A velha sede – **Figura 11**, é tal como descrita por Rocha Júnior (2006) e até há pouco tempo se mantinha de pé: os herdeiros da casa demoliram-na para vender o madeiramento a um turista que construía sua segunda residência às margens do lago.

Ainda em relação à existência das fazendas (a confirmar a sugestão de Moraes (1935) para o início do povoamento de Três Ranchos) refere-se em seu diário o viajante Luiz D'Alincourt, que passeou por essas bandas no ano de 1818, à “fazenda dos Casados”, hoje localizada na região fronteira do município de Três Ranchos com o de Catalão, um aglomerado de casas formado pelos filhos do primeiro proprietário, que iam se casando e construindo suas moradias próximas à do patriarca. Outro que percorreu a região pela mesma época foi Auguste de Saint-Hilaire, que também se refere à fazenda dos Casados. Cunha Matos diz que pernitoou, de 28 para 29 de maio de 1823 na casa de Francisco Pereira (certamente após ter atravessado o rio Paranaíba pelo porto Mata-Padre ⁷) nas proximidades do que hoje é a fazenda Botafogo.

⁷ Segundo Vaz dos Reis, morador da fazenda Botafogo, contando o que lhe contara o pai, Ricardo Vaz dos Reis, o porto passou a ter esse nome depois que um padre, não atendendo às recomendações de segurança do balseiro, e insistindo em não soltar as rédeas de sua mula que também atravessava o rio, a nado, terminou sendo puxado para a forte correnteza e se afogando, junto com o animal.



Figura 11- A sede da fazenda que pertenceu a Dulce Carneiro e Teodoro José de Souza foi demolida para venda do madeiramento. Conforme Rocha Júnior (2006) predominava o estilo arquitetônico mineiro, com o interior das casas marcado pela ausência do corredor, os cômodos interligados por portas, as janelas de madeira; em algumas, como a da foto acima, havia telhas moldadas pelos escravos. (Fonte: Acervo do autor)

Quanto à contribuição dos portos no povoamento original é novamente Raimundo José da Cunha Matos que em seu relatório do itinerário pela Província de Goiás revela como o porto Mão-de-Pau já existia, citando-o em seu diário no dia 29 de maio de 1823, sendo esta a alusão mais antiga a respeito daquele porto. Evidentemente Três Ranchos não era constituído como município, ainda fazia parte de Catalão, mas o fato do porto Mão-de-Pau já existir desde antes dessa época, e de ser sabido como as marchas não podiam ser longas a ponto de esgotarem as forças dos transeuntes e seus animais cargueiros, é seguro dizer que já havia a povoação fixa, que pudesse dar amparo aos viajantes; assim como está registrado havia na fazenda dos Casados, perto da travessia pelo Porto Velho, e na região do porto Mata-Padre, nas proximidades do que é hoje a fazenda Botafogo, onde pernitoou Cunha Matos, ambas as regiões, portanto, referidas pelos viajantes como habitadas. Há o já citado empréstimo feito em “Três Ranchos” no dia do Natal de 1889, registrado no livro de Joaquim Manoel. Depois, num dos mapas do itinerário da missão chefiada por Louis Ferdinand Cruls, Três Ranchos está caracterizada como “povoação”, em 1892 – vide Figura 5, à página 36.

A emancipação política começou com a elevação de Três Ranchos à condição de distrito, em 19 de dezembro de 1948; a criação do município, independente de Catalão, ocorreu em 19 de outubro de 1953, com o nome de “Paranaíba de Goiás”, conforme a Lei nº 823, assinada pelo então Governador Pedro Ludovico Teixeira – **Figura 12**. O artigo 6º da lei mandava que a instalação do município se desse no dia 1º de janeiro de 1954. Por algum motivo e a alguém “Três Ranchos” desagradava, mas a mudança da denominação não vingou: o descaminho de encomendas foi um dos incômodos causados à população, que solicitou o restabelecimento do nome centenário. A ata da sessão de instalação da primeira Câmara de Vereadores foi lavrada em 31 de janeiro de 1955. Nesse mesmo ano, logo depois de aprovado o “novo” nome da cidade, Três Ranchos, o vereador Geraldo Lopes Coelho apresentou proposta de alterá-lo novamente, desta feita para “Levinópolis”, tentando uma homenagem ao seu pai, o coronel Levino Lopes. O prefeito, Luís Ribeiro Horta, alegando falta de recursos para tantas providências que adviriam à solicitada mudança, não sancionou o projeto.

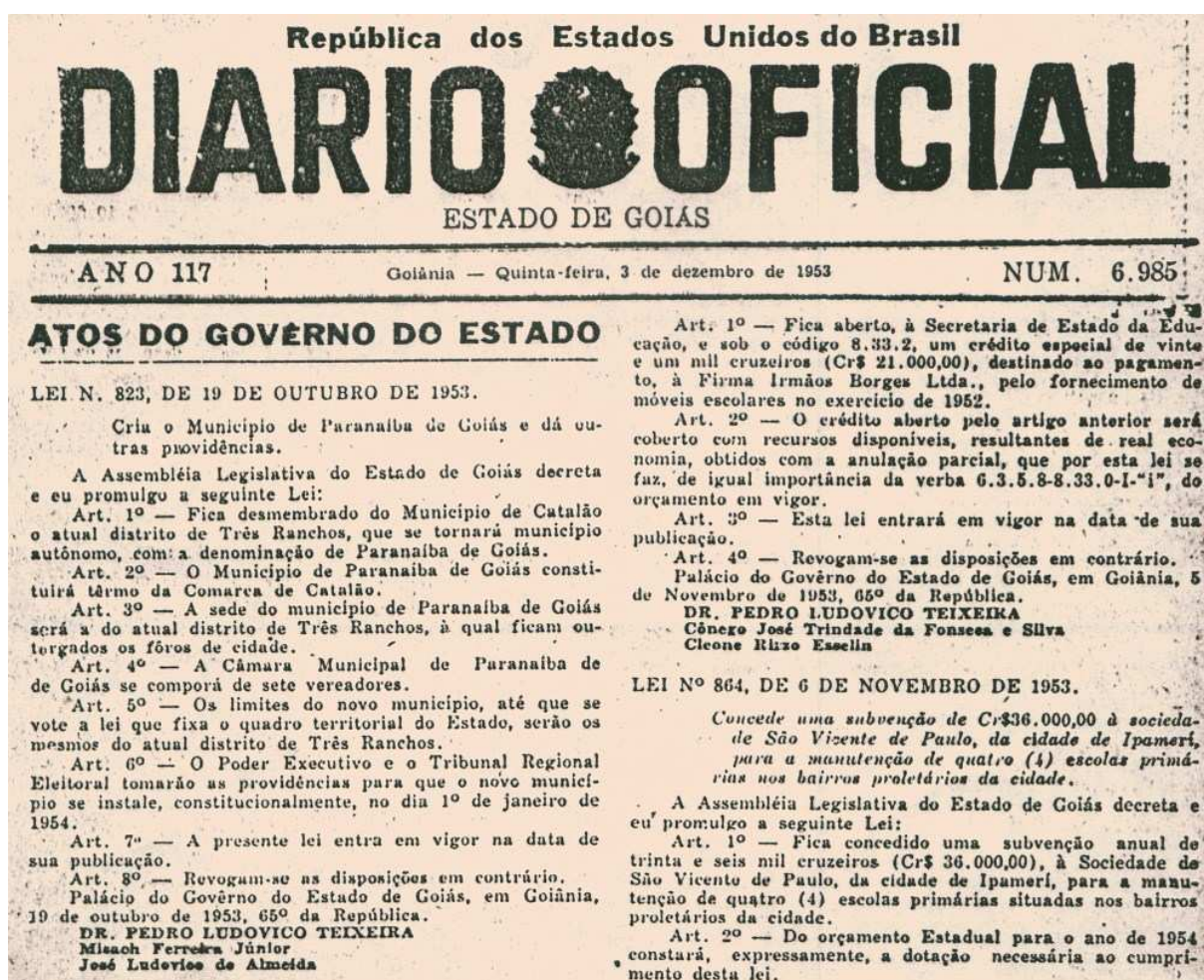


Figura 12 - No Diário Oficial do dia 3 de dezembro de 1953, a transcrição da Lei nº 823, de 19 de outubro de 1953, criando o Município de Paranaíba de Goiás. O nome durou pouco: encomendas e cartas desviadas para uma cidade homônima no Estado do Mato Grosso foi um dos incômodos causados, fazendo que logo se retomasse o antigo nome de Três Ranchos. (Fonte: Acervo do autor).

1.3 - A CHEGADA DA FERROVIA

*Mande notícias do mundo de lá
– diz quem fica.
Me dê um abraço
venha me apertar, tô chegando ...
...Todos os dias é um vai-e-vem
a vida se repete na estação
tem gente que chega pra ficar
tem gente que vai pra nunca mais
tem gente que vem e quer voltar
tem gente que vai e quer ficar
tem gente que veio só olhar
tem gente a sorrir e a chorar.
E assim, chegar e partir
são só dois lados
da mesma viagem.
O trem que chega
é o mesmo trem da partida.
A hora do encontro
é também de despedida,
a plataforma dessa estação
é a vida desse meu lugar.⁸*

Em vista das dificuldades que se supõe havia para a construção das estradas de ferro nos tempos de seu advento no Brasil, pode-se considerar breve o período de oitenta e oito anos que separa a inauguração da primeira ferrovia brasileira, às margens do oceano Atlântico, da passagem do primeiro trem pela estação de Três Ranchos. A história das ferrovias no Brasil começa em 1854, com o trecho de 15 km de trilhos ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis. Trinta e cinco anos depois, em 1889, quando a República foi proclamada, o Brasil estava cortado por quase 10.000 km de ferrovias.

No ano de 1888 a via férrea chegou à localidade de Ribeirão Vermelho, ao sul de Minas Gerais. A partir desse ponto é que se iniciou o projeto da construção de uma linha-tronco interligando o porto de Angra dos Reis, litoral do estado do Rio de Janeiro, ao sul de Goiás, pela companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas – que depois se tornaria a Rede Mineira de Viação. O projeto era que de Catalão a ferrovia adentrasse o restante do Estado de Goiás, fosse à antiga capital, Goiás, e seguisse até Cuiabá, no Mato Grosso.

Uma portaria expedida pela Diretoria Geral de Viação da Secretaria de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, logo em seguida à Proclamação da República, instrui a respeito da construção de uma ferrovia, de Catalão a Cuiabá. A direção do projeto da estrada de ferro que se pretendia construir, de Catalão a Cuiabá, foi confiada a Luiz Cruls, o mesmo que poucos anos antes chefiara os estudos para a demarcação do Distrito

⁸ Canção composta por Milton Nascimento e Fernando Brant, gravada em 1985.

Federal. A “segunda missão Cruls” percorreu partes do itinerário anterior, no intuito de fazer levantamentos para a construção da ferrovia, que também serviria para ligar a nova capital federal ao restante do país. Na conclusão do relatório dessa missão, Cruls escreveu:

Sem entrarmos aqui em considerações de ordem política e administrativa, que não são da nossa competência, muitas razões há que aconselham a mudança da Capital Federal para um ponto do interior do território. Entre ellas salienta-se o incontestável benefício que d’ahi resultará para toda essa immensa região central, á qual faltou até hoje a indispensável vitalidade para que pudesse desenvolver-se e progredir convenientemente. Para ella convergiram então as principaes estradas de ferro, que seriam como que as artérias ligando-a não só aos principaes portos do littoral como também ás capitaes dos diversos estados⁹.

A portaria com as instruções para a nova missão, assinada em 2 de outubro de 1895 e aprovada logo em seguida, no dia 9 de outubro de 1895, pelo “Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República”, trazia em seus dois artigos iniciais:

Art. 1º A direção das obras da estrada de ferro de Catalão a Cuiabá é confiada ao engenheiro Luiz Cruls, chefe da comissão encarregada dos estudos da nova capital da União.

Art. 2º Ao referido chefe compete:

I — Proceder ao reconhecimento da região compreendida entre Catalão, Goiás e Cuiabá, percorrendo-a nos dois sentidos — ida e volta — a fim de estudar as suas condições topográficas, e reunir dados que possam servir de base para os trabalhos ulteriores da exploração. [...]

Diretoria Geral de Viação da Secretaria de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, 2 de outubro de 1895.

Joaquim M. Machado de Assis.

Associada a outros documentos a respeito das providências para construção da linha ferroviária rumo ao Brasil Central, esta portaria permite inferir que Catalão, para as autoridades da jovem república brasileira, apresentava-se como uma encruzilhada estratégica, conveniente para a logística de ocupação do centro-oeste e norte do país. Uma curiosidade com relação ao documento é que o signatário daquelas instruções foi Joaquim Maria Machado de Assis, escritor e intelectual já reconhecido àquela época, ocupante do cargo de Diretor Geral de Viação, da Secretaria de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. No relatório dos trabalhos da segunda missão Cruls, consta que “em 30 de novembro de 1895, começou o reconhecimento da estrada de Catalão a Cuiabá, pelo engenheiro James João Mellor que determinou a distância entre Catalão e Goiás em 453,5 quilômetros”¹⁰.

⁹ Informação disponível em <doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1894-missao-Cruls-111-ferrovias-Brasilia.shtml>.

¹⁰ Informação disponível em <doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1896-missao-Cruls-trabalhos.shtml>.

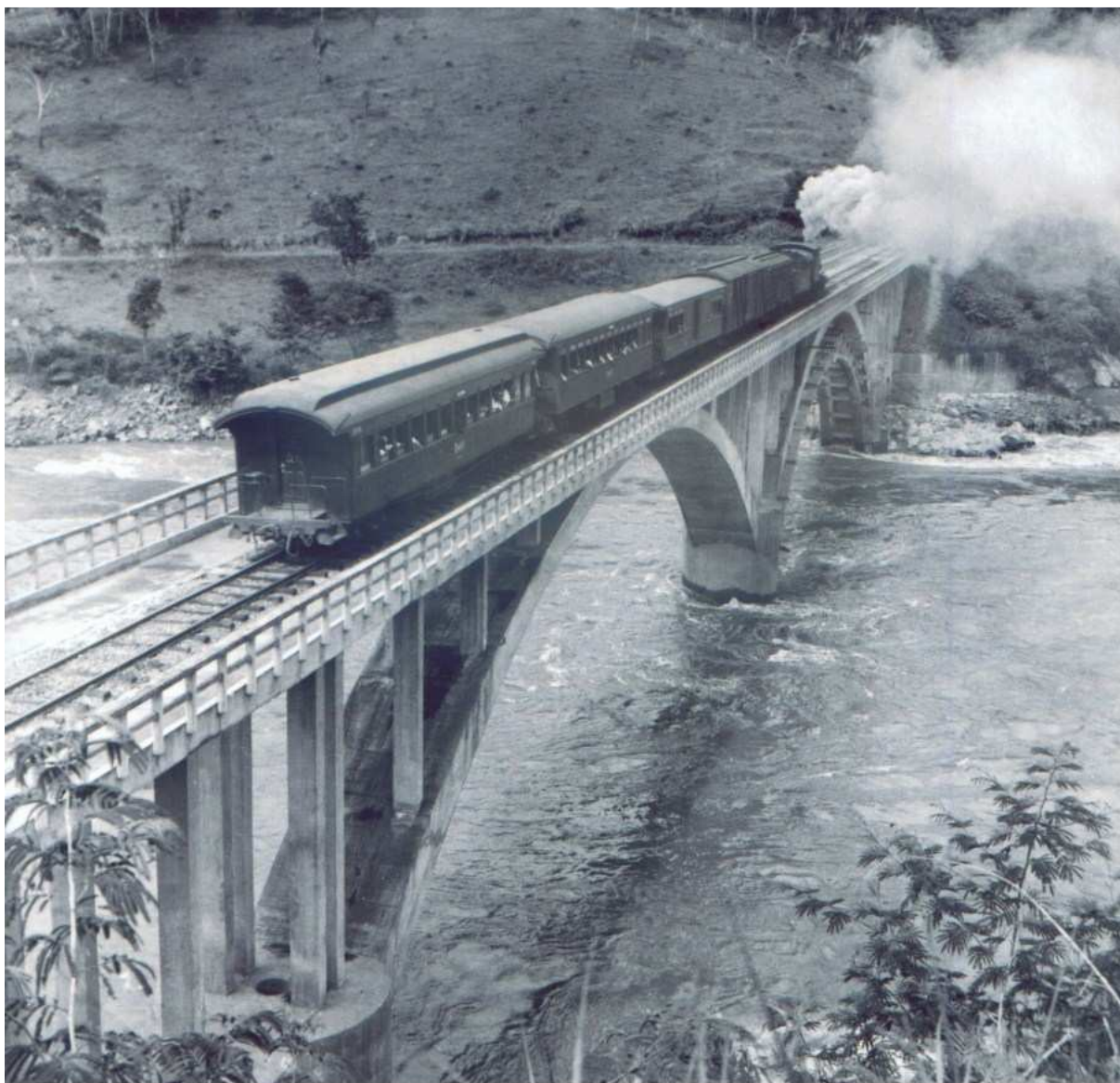


Figura 13- Além de um importante registro histórico, um belo trabalho fotográfico de Celso Custódio: a passagem do trem na ponte sobre o rio Paranaíba. O trem-de-ferro e a ponte constituíram-se, naquele momento da vida do município, em grande impulso para a comunicação e o intercâmbio com o restante do país (Fonte: foto cedida por Celso Custódio. Acervo do autor).

Passados quarenta anos da primeira ferrovia brasileira, em 1928 os trilhos chegaram a Angra dos Reis, às margens do oceano Atlântico. Em 1936 chegaram a Monte Carmelo, último ponto em Minas Gerais antes de superar o rio Paranaíba e chegar a Goiás. No ano de 1942, o primeiro trem-de-ferro passou por Três Ranchos, no extremo sudeste goiano. Daqui foi interligar ao outro trecho que chegara até Ouvidor, e que operava desde 1922; esta linha vinha de Araguari, cuja estação existia desde 1896. De lá veio dar em Anhanguera, em solo goiano, onde a estação foi inaugurada em 28 de julho de 1911. Pouco mais de um ano depois chegou a Goiandira, e a Catalão em 18 de novembro de 1912. Tal como no caso de Três Ranchos, a estação de Catalão foi inaugurada oficialmente meses depois: Ivan Sant'anna

refere-se à data de 24 de fevereiro de 1913, dizendo que neste dia “inauguraram a estação com festa e piquenique” (SANT’ANNA, 2012, p. 90).

O ritmo da construção da ferrovia foi algo extraordinário, considerando a época e as condições de trabalho em que foi executado o projeto de ligar o litoral ao centro do Brasil: pouco mais de cinquenta anos para construir o trecho de Angra dos Reis a Três Ranchos, mais de 1000 quilômetros de ferrovia, superando as mais rudes condições! O primeiro trem passou por Três Ranchos no dia 11 de novembro de 1942, mas a data oficial de inauguração da estação (assim como das demais no trecho de Patrocínio a Ouvidor) aconteceu mais de um ano depois, em 11 de fevereiro de 1944, quando a ferrovia já estava em plena operação.

Saindo de Três Ranchos para o norte a ferrovia passava por Ouvidor e Catalão e ia dar em Goiandira. Neste ponto havia um entroncamento que por um lado ia para Araguari, em Minas Gerais, passando por Cumari e Anhanguera, duas estações no lado goiano; no outro rumo a ferrovia seguia para a capital de Goiás, passando por várias estações, dentre elas Ipameri, Urutaí, Pires do Rio, Orizona, Vianópolis, Silvânia, Leopoldo de Bulhões, Senador Canedo e, finalmente, Goiânia.

Acima do quadro de horários da estação ferroviária de Três Ranchos havia a inscrição da altitude em relação ao nível do mar (672 metros) e a distância em relação ao ponto mais distante a sudeste, a cidade portuária de Angra dos Reis: 1.063,250 km. Portanto, o trem que saía de Angra dos Reis subia, em média, 63 centímetros a cada quilômetro até chegar a Três Ranchos!

Na documentação relativa ao inventário das fazendas Fundos e Lagoa já consta como seria o traçado da ferrovia, que somente vinte e seis anos depois se concretizaria. O projeto, no entanto, foi ligeiramente alterado: a planta original previa que os trilhos seguiriam o traçado por onde hoje é a rua José Barbosa, algo que provocaria uma subida bastante custosa para as locomotivas da época, vindas do sul, saindo da ponte sobre o rio Paranaíba. Mudou-se então a rota, e os trilhos margearam o Córrego Cutia em praticamente toda a sua extensão, da foz à nascente, numa ladeira bem mais suave. Uma pequena subida que restou, logo depois da estação até a igreja de Nossa Senhora da Abadia, vez ou outra fazia a maria-fumaça retornar até o trecho plano em frente à estação e acelerar ao máximo para conseguir superar o obstáculo.

As viagens nos trens-de-ferro daqueles tempos eram bem mais demoradas: a estação ferroviária de Catalão estava a trinta e nove quilômetros e meio da de Três Ranchos, mas os saudosos usuários contam que a viagem durava quase duas horas. Atualmente, pela rodovia, o percurso entre as duas cidades diminuiu em quase dez quilômetros, e o percurso de automóvel é feito em menos de meia hora.

Os velhos ferroviários lembram bem de cada estação no percurso que fazia o viajante indo de trem rumo ao litoral: partindo de Três Ranchos atravessava o Rio Paranaíba e, entrando no Estado de Minas Gerais, passava pelas estações de Grupiara, Douradoquara, Macacos, São Felix, Monte Carmelo, Celso Bueno, Macaúbas, Folhados, Patrocínio, São Benedito, Salitre, Catiara, Guabiroba, São Pedro, Ibiá, Posto 769, Tobati, Pratinha, Itamarati, Campos Altos, Uruburetama, Tigre, Vitor Tamm, Tapirai, Matinha, Bambuí, Torres, Engenheiro Luiz, Abacaxis, Franklin Sampaio, Engenheiro Ademar, atravessava o Rio São Francisco e continuava por Garças de Minas, Calciolândia, Batista de Almeida, Boa Esperança, Arcos, Loanda, Engenheiro Roxo, Formiga, Omar Soares, Timboré, Guarda Eleutério, Bugios, Expedicionário Jorge, Candeias, Expedicionário Duca, Campo Belo, Jarbas Gambogi, Toscano de Brito, Cana Verde, Perdões, Santos Dias, Álvaro Botelho, Ribeirão Vermelho, Lavras, Engenheiro Behring, Itirapuan, Itumirim, Paulo Freitas, Carrancas, Traituba, Minduri, São Vicente de Minas, Andrelândia, José Bieca, Arantina, Rutilo, Carvão, Morangal, Santo Antonio, Augusto Pestana, Carlos Euler e Passa Vinte. O trecho em seguida era no Estado do Rio de Janeiro, passando pelas estações de Zelinda, Falcão, Afra, Joaquim Leite, Quatis, Glicério, Vista Alegre, Barra Mansa, Antonio Rocha, Getulândia, Rio Claro, Lídice, Alto da Serra, Jussara, Cabo Severino, e finalmente Angra dos Reis, cidade portuária de onde os produtos transportados pela ferrovia podiam ser exportados. Era, sem dúvida, um belo passeio! Pelo caminho havia entroncamentos que permitiam o acesso a cidades importantes como Belo Horizonte (a partir de Garças de Minas) e Uberaba (saindo de São Pedro). Em tese, portanto, Três Ranchos podia se ligar ao mundo inteiro por meio da ferrovia, embora fosse um tanto demorado chegar até o litoral brasileiro e de lá prosseguir viagem. Para comparar, ir a Goiânia levava quase 12 horas ¹¹, isso se não houvesse atrasos provocados pelos acidentes que, embora nem sempre graves, faziam demorar as viagens, enquanto se consertava a ferrovia ou as locomotivas – **Figura 14**.

A chegada da ferrovia constituiu-se num grande propulsor econômico e social para a região, pois possibilitava a vinda de insumos e ferramentas com mais quantidade, variedade e celeridade, assim como permitia o escoamento da produção excedente da agropecuária e da castanha de babaçu: o comerciante Sebastião Procópio, filho de Cirila Vaz, utilizava o trem para transportar a castanha para Belo Horizonte, onde era beneficiada. A ponte sobre o rio Paranaíba, além dos trens, dava travessia aos pedestres, facilitando o intercâmbio entre as populações de Três Ranchos e dos municípios vizinhos no lado mineiro.

¹¹ Fonte: AZZI, 1937 – revista Catalão Ilustrado.



Figura 14 - O rompimento da estrada de ferro, em função de uma forte chuva, impedia a passagem dos trens, causando transtornos à movimentação de pessoas e mercadorias. (Fonte: acervo do autor).

Eram comuns as visitas aos parentes e amigos para transmitir as notícias “do outro lado”, assim como fazia parte perguntar pelas novidades aos maquinistas e ferroviários envolvidos no trabalho e manutenção da ferrovia, que também traziam e levavam recados, cartas e pequenas encomendas. A travessia para automóveis, chegou a ser inaugurada (**Figura 15**) mas logo foi desautorizada. Na **Figura 16** se pode notar a movimentação de pessoas e cargas no pátio da estação ferroviária. O trem significou o início da gradativa perda de espaço para o trabalho dos boiadeiros, pois, além das mais diversas mercadorias, o gado podia ser transportado pela via férrea, nos vagões-gaiola, com a vantagem de não perder tanto peso, como quando tocado nas longas jornadas.

Referindo-se à chegada da ferrovia em Goiás, embora do ramal que vinha de Araguari e passava por Anhanguera, Ivan Sant’anna faz um relato que se assemelha ao que ocorreria em Três Ranchos, anos depois:

Finalmente a ferrovia entrou em Goiás, quando os trilhos foram fixados na ponte recém-concluída sobre o Paranaíba, feita para uso misto de trens, carros de boi e travessia de pedestres e animais. Mercadores, passageiros e bestas de carga já não teriam de se valer de balsas, nem as boiadas precisariam atravessar o rio a nado, como vinha ocorrendo desde os tempos dos bandeirantes. (SANT’ANNA, 2012, p. 89)

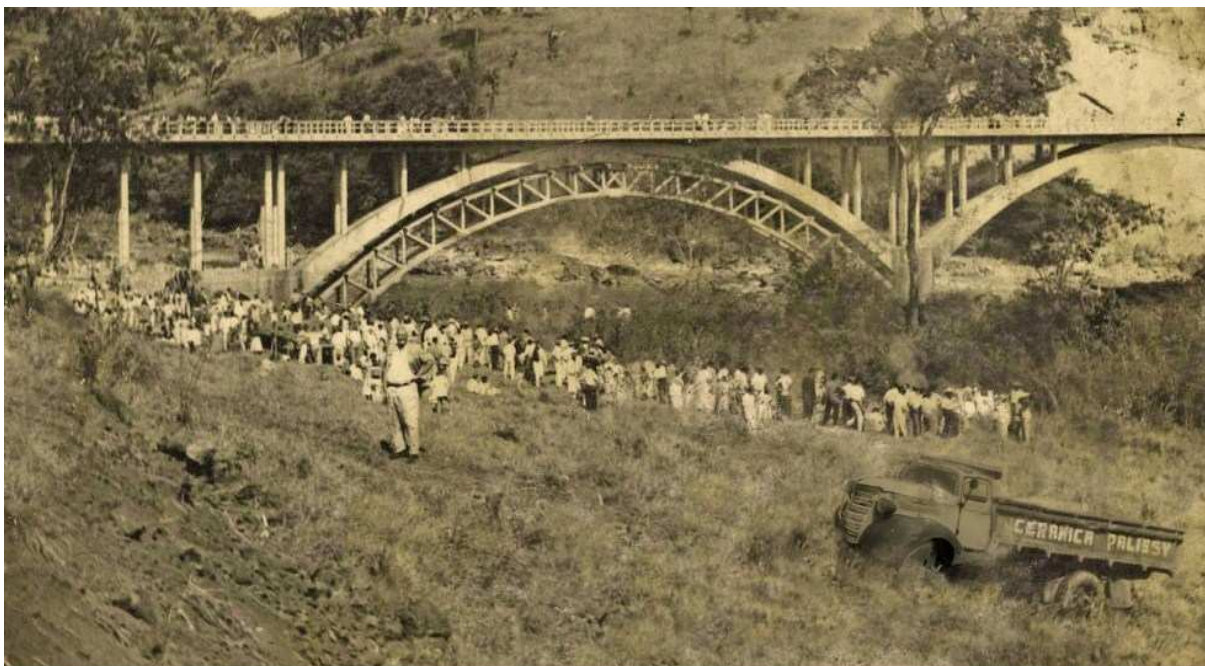


Figura 15 - A foto cedida por Dona Maria Conceição Baltazar, que esteve presente ao evento, mostra a inauguração da ponte ferroviária também para o tráfego de automóveis, algo que depois seria proibido. A foto demonstra como houve interesse da população por mais essa possibilidade de utilização da ponte (Fonte: acervo do autor).

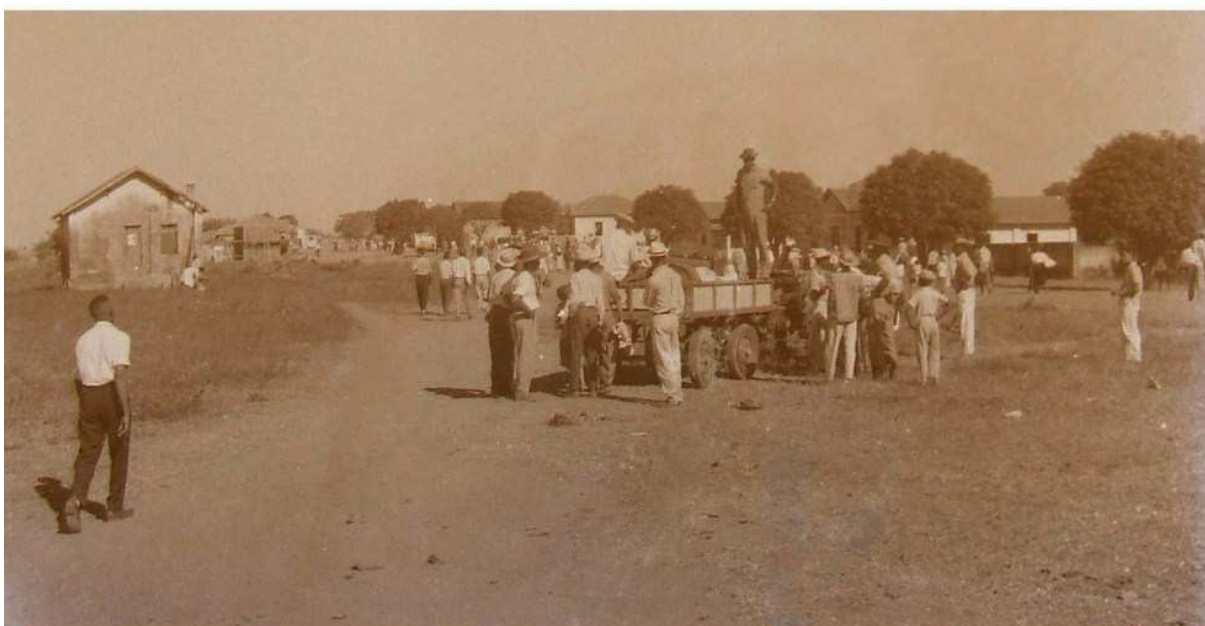


Figura 16- Enquanto tramitava o processo da emancipação, depois de ter se tornado Distrito de Catalão, Três Ranchos caminhava : na foto, o movimentado pátio da estação ferroviária, após a chegada de um trem. À direita, a avenida Coronel Levino, arborizada, com o traçado tal qual é hoje, inclusive com algumas construções que ainda existem, dentre elas a “Farmácia Horta” (Fonte: negativo cedido por Celso Custódio - Acervo do Autor).

No decreto da instalação do Distrito de Três Ranchos, datado de 19 de dezembro de 1948, consta que a solenidade foi realizada na estação ferroviária, provavelmente em razão de ser o mais importante (ou o único!) prédio público existente à época. O traçado da avenida

principal foi projetado para iniciar nas cercanias da estação e seguia o trajeto da via férrea: o relevo, conveniente tanto para as locomotivas quanto para outros veículos, recomendava que as duas estradas seguissem parelhas – **Figura 17**.



Figura 17 - Foto panorâmica feita em 2006, mostrando o sítio urbano de Três Ranchos circundado pelas águas represadas do rio Paranaíba. Na ocasião em que a fotografia foi feita o lago estava em sua cota máxima, excepcionalmente cheio, o que se pode notar pela inundação da passagem para o “ranchão”, na parte superior da foto, à direita. Das quatro vias principais que se vê do canto inferior esquerdo para o meio da foto, a que fica mais à esquerda foi construída sobre o leito da ferrovia, quando os trilhos foram removidos; em seguida está a avenida Coronel Levino e, paralela a esta, a rua Jose Barbosa, implantadas no início da urbanização. A quarta pista, à direita, é mais recente, da década de 1970. (Fonte: Acervo do Autor).

A inauguração do segmento de Patrocínio a Monte Carmelo, ainda em Minas Gerais, ocorreu em 1937. Na “Revista Ferroviária”, de 1940, consta a seguinte notícia:

A Rede Mineira de Viação está desenvolvendo grande atividade na construção da ponte sobre o rio Paranaíba, que limita os Estados de Minas e Goiás, e essa obra deve ficar concluída no decurso do ano de 1941 para, então, ser ultimada mais uma ligação ferroviária entre as duas unidades da Federação. A obra, como tivemos ocasião de nos referir, prende-se ao prolongamento da Rede Mineira de Viação até a cidade de Ouvidor, localidade onde terminam os trilhos da EF Goiás, e faz parte do Plano Geral de Viação do Brasil, quando estabelece as condições de comunicação entre o planalto central e o porto de Angra dos Reis. Atualmente, a Rede já tem seus trilhos estendidos até a margem esquerda do rio Paranaíba e o leito preparado da margem direita até dentro de Ouvidor, numa distância de 23 km. Terminada a ponte, então, serão lançados os trilhos nesse comprimento e ultimada a tão desejada ligação [...] ¹²

¹² Fonte: <<http://doc.brazilia.jor.br/TrilhosHist/1944patrocínioOuvidor.htm>>

Esse segundo trecho, de Monte Carmelo a Ouvidor, passando por Três Ranchos, foi entregue ao tráfego no dia 11 de novembro de 1942, embora num relatório da Rede Mineira de Viação conste como data da inauguração oficial o dia 11 de fevereiro de 1944. Esta foi, no entanto, apenas a data da solenidade política, posto que a ferrovia já estava em operação havia dezesseis meses.

Em 11 de fevereiro de 1944, com a presença dos chefes de governo mineiro e goiano, representantes dos Srs. Ministro da Viação e Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro e altas autoridades federais e estaduais, foi oficialmente inaugurada a linha Patrocínio a Ouvidor, com a extensão de 179 km, construída pela Rede Mineira de Viação. A construção desta importante ligação ferroviária era velha aspiração de mineiros e goianos, que por muitos anos pleitearam a realização dessa obra, a fim de que os produtos da economia de Goiás e do nordeste de Minas pudessem atingir o porto de Angra dos Reis em linha direta, pela Rede Mineira de Viação. São inumeráveis as conseqüências econômicas que advêm da ligação de Minas ao Estado de Goiás. Toda a zona agropecuária que se estende paralelamente aos novos trilhos da Rede ficou em condições de escoar rapidamente a sua produção, fazendo-a chegar ao litoral brasileiro depois de atravessar vasta região do nosso território¹³.

A década de 1950 foi o auge da ferrovia no Brasil. Mas, logo em seguida à vitória dos aliados na Segunda Grande Guerra, capitaneados pelos Estados Unidos, houve uma grande expansão do transporte rodoviário, em detrimento das ferrovias. A influência e o interesse americanos no setor eram evidentes, tantas eram as suas companhias petrolíferas e indústrias de carros, caminhões, pneus etc, que ansiavam por mais consumo. E o transporte ferroviário não se encaixava nesse propósito. Embora Três Ranchos pudesse parecer distante dessa questão (algo ilusório, porque a “história da produção de um fato desencadeia um processo bem mais abrangente, que insere o fenômeno em contextos cada vez mais amplos” – SANTOS, 1997, p. 58), a realidade é que cada vez mais o transporte ferroviário perdia a importância de outrora, e o desmazelo com a ferrovia fazia as viagens atrasarem e se tornarem preocupantes e inseguras aos usuários. Os trilhos foram retirados definitivamente no final da década de 1970, enquanto se dava a construção da Usina Hidrelétrica de Emborcação. Assim como um longo trecho por onde passava a ferrovia, também a ponte ferroviária que fazia a ligação entre os municípios de Três Ranchos e Douradoquara foi submersa pelo lago e chegou-se a cogitar a construção de outra, projeto logo em seguida descartado, em vista dos interesses de grandes municípios influentes politicamente de onde o tráfego terminaria desviado, causando-lhes algum mau reflexo na economia.

¹³ Relatório da Rede Mineira de Viação (RMV) para 1944, disponível em <<http://doc.brazilia.jor.br/TrilhosHist/1944patrocinioOuvidor.htm>>.

Registro importante do tempo em que a ferrovia passava por Três Ranchos é a Estação Ferroviária: pouco alterada em seu projeto original, construída no início da década de 1940, a estação permanece indelével na memória de muitos como o lugar de abraços e adeuses, de um tempo em que o trem-de-ferro promovia encontros e despedidas, como na canção de Fernando Brant e Milton Nascimento.

Com a ferrovia veio o telégrafo, meio de comunicação fundamental para aquela época, tanto para os avisos sobre o tráfego de trens quanto para aliviar a angústia da população por notícias urgentes e distantes. Outro relevante papel desempenhado pela ferrovia na história de Três Ranchos foi o de estimular a fixação de quem já habitava a região, além de “qualificar” a imigração: seguindo os trilhos vieram professores e outros técnicos, como o farmacêutico Luís Ribeiro Horta – **Figura 18**, cuja prática profissional (incluía a de médico) fez dele importante figura política em toda região, tendo sido vereador e prefeito na cidade de Catalão. Luís Horta se empenhou pela emancipação de Três Ranchos, onde foi o primeiro prefeito eleito, e reeleito duas vezes.

Para Sônia Magalhães (2004) o envolvimento de profissionais da medicina com a política ocorria em função de seu prestígio, em vista da erudição que detinham, bem como da importância do seu trabalho, tornando-os quase um mito perante a população.

O farmacêutico ocupava, corriqueiramente, a posição de médico, pois não se limitava a aviar a receita ou a manipular os remédios. Visitava os doentes, diagnosticava e também prescrevia. Há notícias de que os farmacêuticos realizavam pequenas intervenções cirúrgicas, colocavam os braços e pernas quebrados no lugar e até realizavam algumas amputações, quando tudo indicava esse procedimento. (MAGALHÃES, 2004, p. 218)

Ainda hoje alguns moradores mais antigos das redondezas, do lado goiano e na margem mineira do Paranaíba, se lembram de como se deslocavam para cá em busca dos bons serviços médicos do “São Luís”. Houve importantes contribuições culturais trazidas pelos ferroviários e suas famílias, vindos de plagas longínquas do Brasil. Vieram também estrangeiros para prestarem serviços na construção da ferrovia, como os portugueses Manoel Balthazar e Paulo Guedes, ambos fixando residência aqui e deixando vasta descendência.

Os trilhos tinham o seu traçado margeando o curso do Córrego Cutia, até a nascente. A cinco quilômetros da estação ferroviária, sede da fazenda do senhor Sandoval (Valim) Inácio Carneiro, as locomotivas a vapor eram abastecidas de lenha e água (ainda existe a grande caixa d’água) e os vagões carregados com as telhas produzidas pela Cerâmica Modelo, hoje desativada, também propriedade do Sr Sandoval Carneiro. Outros empreendimentos e algumas sedes de fazendas eram estrategicamente construídos próximos à ferrovia, de forma a facilitar a utilização desse meio de transporte, o mais eficiente àquela época.

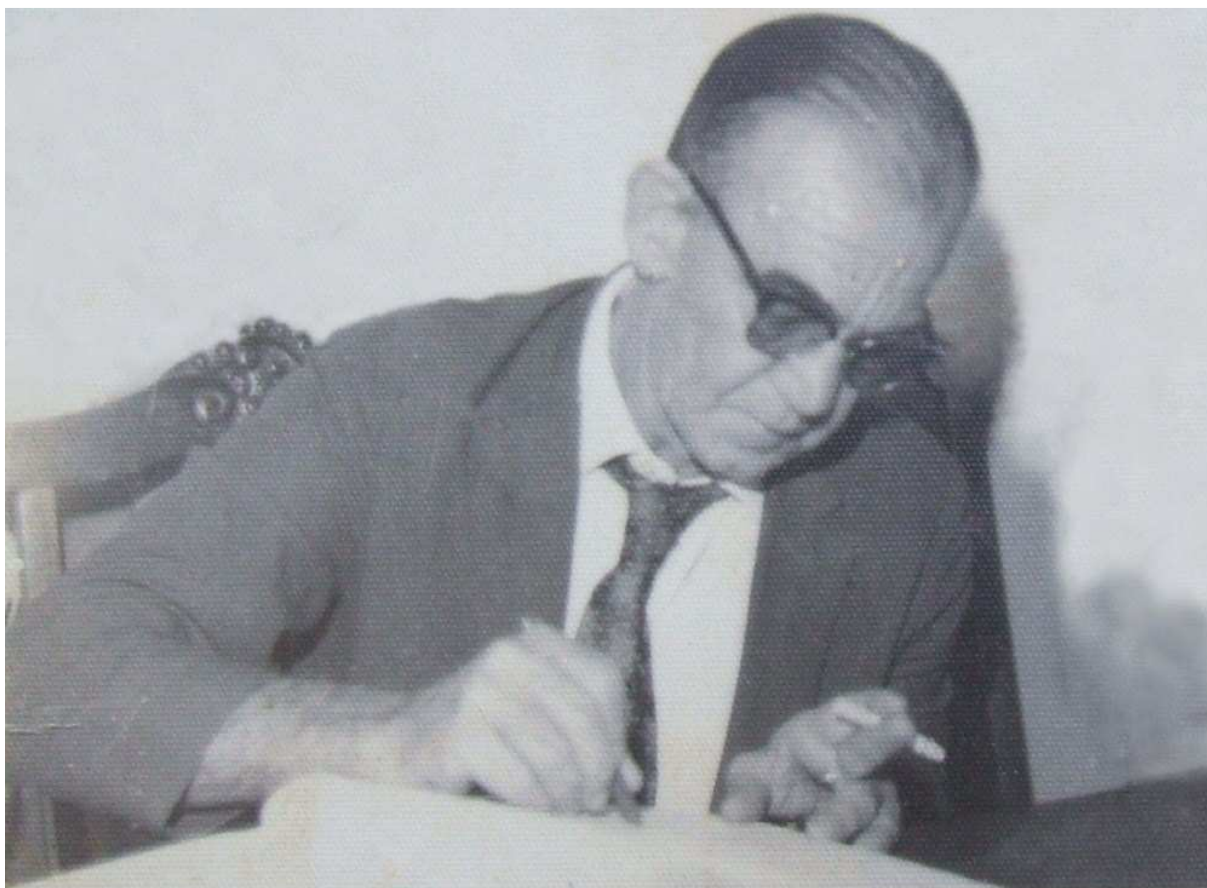


Figura18- O farmacêutico Luís Ribeiro Horta, enquanto exercia o mandato de vereador em Catalão, se empenhou pela emancipação política de Três Ranchos, tendo sido eleito prefeito deste município para três mandatos (Fonte: Acervo do Autor).

Vale lembrar ainda sobre a ferrovia que, a par de um relevante papel na história de Três Ranchos, em função dela é que se intensificou o desmatamento na região e grande parte da cobertura vegetal foi consumida pelas locomotivas da época, as “marias-fumaça”, máquinas a vapor que utilizavam carvão de madeira como combustível. Também os dormentes, utilizados na construção e manutenção da ferrovia, eram obtidos de grandes e centenárias árvores, madeiras de lei hoje quase extintas no Município.

Atualmente, jaz submersa pelo reservatório da hidrelétrica toda labuta de tantos trabalhadores. Um trabalho grandioso, que pode ser avaliado na observação da **Figura 19**, onde se vê parte de um dos arcos da ponte ferroviária sobre o rio Paranaíba, construída num tempo em que os maquinários e equipamentos não tinham a eficiência dos atuais e a força humana era a ferramenta mais utilizada. O rio, tão importante para a gente de um lado e outro, nem por isso deixava de ser um embaraço: somente o trabalho dessa mesma gente é que venceu a barreira e possibilitou a interação.

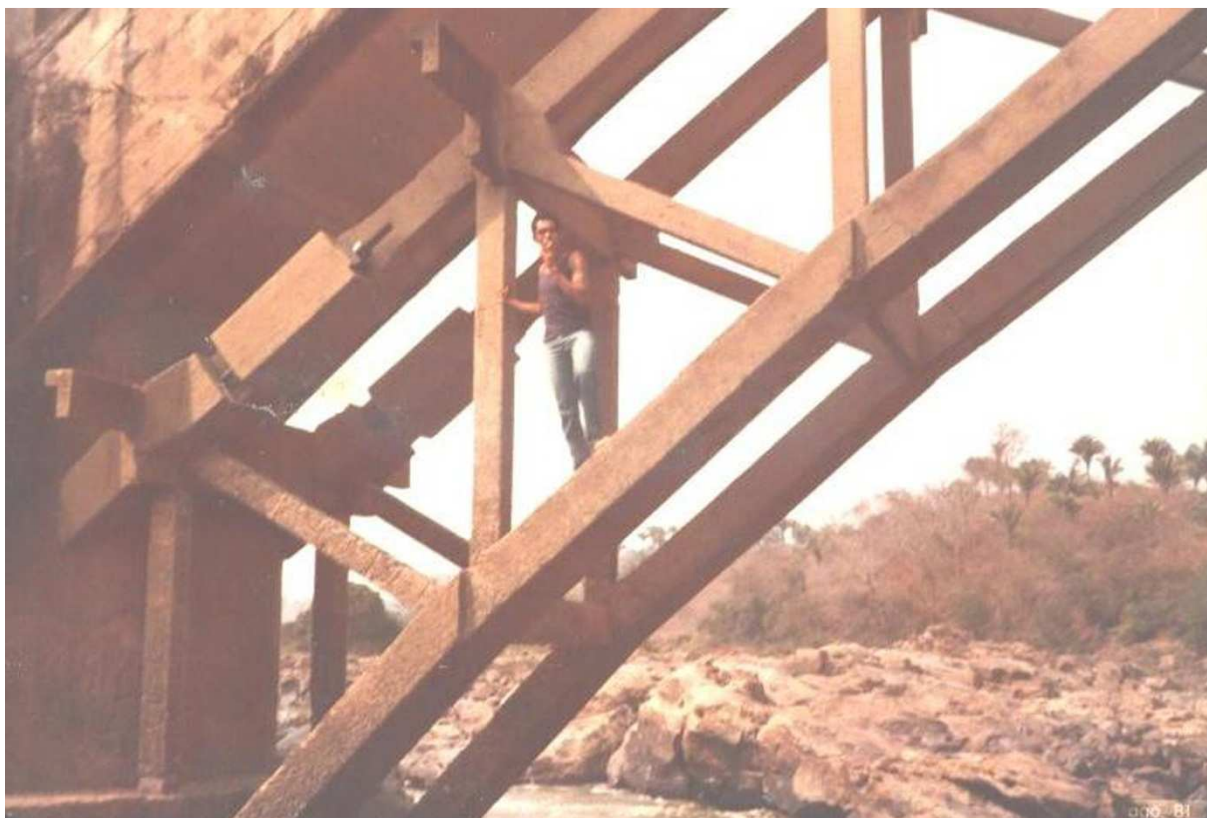


Figura 19 - A grandiosidade de uma obra: a foto tirada em agosto de 1981, em que Vicente Dias aparece sob um dos arcos da ponte ferroviária sobre o Rio Paranaíba, demonstra as dimensões da construção. (Foto cedida por Vicente Dias. Acervo do autor)

CAPÍTULO 2 – O RIO E OS DIAMANTES

Este capítulo presta-se a um pouco da biografia do rio Paranaíba. Ênfase que é necessária, pois não há como desagregar o rio no contexto do garimpo de diamantes em Três Ranchos. Bem antes do garimpo, pelos portos do Paranaíba ocorreram as primeiras passagens com o fito da colonização definitiva do solo goiano, o que torna o rio ingrediente essencial também na história da ocupação daqueles sertões. Os portos permaneceram úteis à população até o represamento do rio e a inundação pelo reservatório da UHE de Emborcação. Após esse evento veio a reinvenção do rio: transformado em cenário turístico, ostenta grande potencial para esta atividade e para a piscicultura intensiva, possibilidades de trabalho e renda para a população. Serventias, no entanto, advindas do prejuízo com o desaparecimento do próprio garimpo, da fartura de peixes, da fertilidade das terras ribeirinhas, dos extensos babaquais etc; danos socioambientais imensuráveis, causados pela hidroelétrica. Também há referência ao diamante, sua geologia e significações, e a violência na qual se envolvem homens e nações nas disputas por ele.

2.1 - PARANAÍBA: O RIO TRANSFORMISTA

*A gente do sertão que as terras anda,
Um rio diz que tem miraculoso,
Que, por onde ele só, sem outro, vai,
Converte em pedra o pau que nele cai.*¹⁴

Difícil precisar desde quando o tempo e o rio correm juntos. Certo é que os rios surgiram antes do tempo dos homens: amansaram montanhas, desceram planaltos abrindo seus próprios caminhos, saltando de grandes despenhadeiros para escorrerem calmos nas planícies. Nesses remansos homem e rio começaram a se aproximar: as enchentes carregavam das cabeceiras sedimentos para formar e enriquecer solos a jusante, onde o ser humano, cada vez mais sedentário, pôde ter na periodicidade das colheitas a garantia da sobrevivência. Em função disso, do rio e de sua natureza, muitas civilizações surgiram. E cada vez mais as margens dos rios, grandes ou pequenos, tornavam-se lócus para a saciedade da fome e sede do ser humano: as safras sazonais permitiam a vida menos trabalhosa e arriscada que aquela da caça e da coleta incertas. Tem sido assim a história do homem, salpicada de trechos narrando a dependência da água. Para o futuro, os indícios são de que grandes conflitos terão como motivação a água: no acordo de paz entre Israel e Jordânia há cláusulas regulando o

¹⁴ Os quatro últimos versos da estrofe 134, canto X, d'Os Lusíadas.

aproveitamento dos aquíferos da região; na eventualidade de consenso semelhante para a criação de um estado palestino, admite-se que haja a mesma escrita. Às margens do rio Nilo, os países acusam-se mutuamente quanto ao abuso na utilização das águas daquele rio.

O Brasil é considerado um país rico em água doce, concentrando “em torno de 12% da água doce do mundo disponível em rios [...]. Além disso, mais de 90% do território brasileiro recebe chuvas abundantes durante o ano”¹⁵. Mas a distribuição desse elemento é um tanto irregular: quase 80% das águas superficiais estão na região amazônica, onde vivem 4% da população; no centro-sul, onde está a maior densidade populacional, há 6% da água disponível. Enquanto isso, no nordeste, onde a demografia também é adensada, há o semiárido, de rios intermitentes e constantemente assolado por longos períodos de estiagem. Outro grande problema com relação à água no Brasil é a sua privatização, seja para a irrigação feita em grandes empreendimentos agrícolas, seja pelos barramentos dos rios, para formar os reservatórios das usinas hidrelétricas. Ambos os casos têm se tornado comuns no Cerrado, caracterizado por períodos anuais de chuvas intensas e de secas severas. O *agrohidronegócio* (as hidrelétricas e as extensas monoculturas dependentes da irrigação artificial) determina profundas transfigurações espaciais nas áreas de Cerrado: impactos ambientais como o alagamento de largas áreas e a dizimação de espécies animais e vegetais, e sociais como a transformação das relações entre os sujeitos e o meio, a inviabilização de atividades tradicionais, a desterritorialização de populações, etc. No caso específico de Três Ranchos, o lago da UHE de Emborcação trouxe consigo o discurso da modernização, urdido pela reestruturação capitalista, com o fito de mascarar as consequências nocivas. Mas o fato é que, contra estas, não se viu qualquer ação concreta por parte da empresa concessionária ou do poder público. Passados mais de trinta anos e os múltiplos usos (uma das argumentações para justificar esse modelo de empreendimento) não se concretizaram.

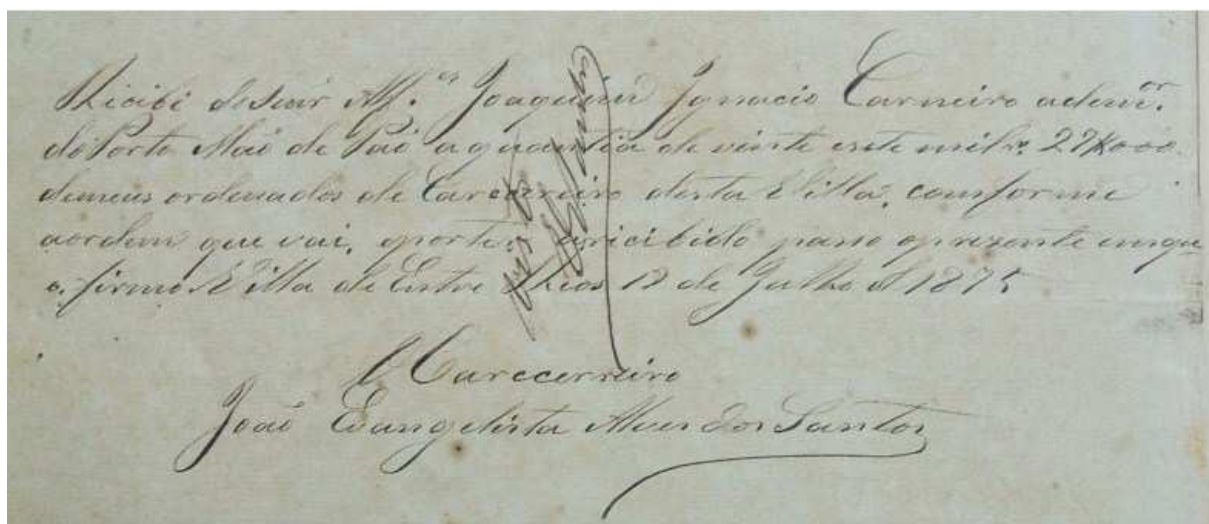
Auguste Saint-Hilaire (1975, p. 128) diz que “o termo Paranaíba vem do guarani pararayba, que significa rio que deságua num pequeno mar”. O frei Francisco dos Prazeres Maranhão, por seu lado, na “Coleção de etymologias brasílicas”, diz que Paranaíba quer dizer “mar mau ou perigoso” (MARANHÃO, 1867, p 77). Seja qual for o sentido que tenha o seu nome, interessa aqui a importância do rio Paranaíba para Três Ranchos, tendo assumido, historicamente, vários papéis: primeiro, os nativos se fartavam de suas águas e peixes; as terras férteis de suas margens atraíram os colonizadores; os portos davam sequência às estradas reais, e possibilitavam o intercâmbio com a Corte e o restante do país; depois, o

¹⁵ Dados e informações do “Almanaque Brasil Socioambiental 2008”.

garimpo de diamantes, e era onde cresciam os babaquais, de cujos frutos muitas mães (várias delas esposas de garimpeiros) extraíam as amêndoas para o sustento de suas famílias. Agora, represado, transformado num imenso lago, reitera sua promessa de sobrevivência para as populações contíguas a ele.

Os principais portos foram o Mata-Padre, o Velho e o Mão-de-Pau. Este último, durante algumas décadas, foi o mais rendoso da província de Goiás, de onde saíam recursos para, por exemplo, pagar o policiamento de Catalão, professores e o carcereiro em Entre-Rios, hoje Ipameri – **Figuras 20 e 21** – e ordens de pagamento eram expedidas na capital Vila Boa para serem descontadas no Mão-de-Pau. Mesmo com a construção de pontes, os portos continuaram tendo importância econômica, política e social. O Mão-de-Pau permaneceu ativo, ainda que com perda gradativa de sua importância, primeiro pela utilização daquelas outras travessias, como a ponte Wagner Estelita Campos, construída no percurso da BR-050, a jusante no mesmo rio Paranaíba. A ponte foi inaugurada no início dos anos 1960, final do governo de Juscelino Kubistchek, e tornou a transposição do rio bem mais fácil, inclusive para as boiadas que antes passavam pelo Mão-de-Pau – Bráulio Calaça, tropeiro entrevistado por Melo (2008), se vangloria de ter sido o primeiro a passar com uma boiada pela “ponte estelita”, antes mesmo de ser inaugurada oficialmente. O velho Mão-de-Pau, no entanto, só perderia completamente sua utilidade quando foi inundado pela represa da Usina Hidrelétrica de Emborcação, em 1981.

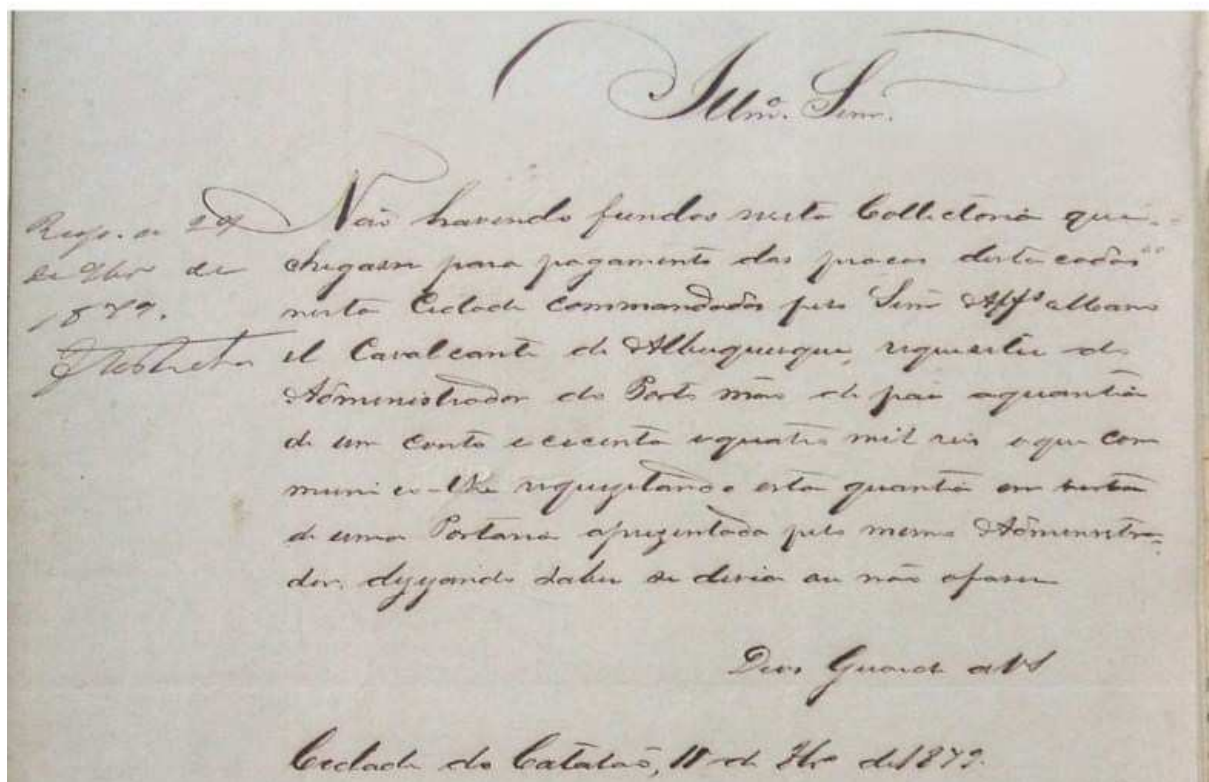
Em todo o processo da constituição do município de Três Ranchos se percebe a presença marcante do Rio Paranaíba. Assim como o tempo, carrega em seu curso acúmulos de história. Ancestral e eterno, transformista, assumiu variadas funcionalidades e significados: num primeiro momento, foi a referência do início da conquista de Goiás, o marco geográfico para a ocupação definitiva, cuja travessia ocorreu ao sul do que hoje é o município. E desde antes daquele tempo, e por muito depois, a fartura de peixes era garantia de nutrimento dos moradores. Influenciou na economia, pois as melhores fazendas, os melhores pastos, de onde saíam os melhores gados, estavam nas margens férteis do Paranaíba. Detido, represado, o rio insiste na demonstração de múltiplas serventias: gerador de energia, grande potencial para a piscicultura intensiva e para a atividade turística, que mesmo ainda incipiente, alterou profundamente o modo de vida de grande parte da população (incluindo os garimpeiros), galgada de um sistema econômico caracteristicamente extrativista, considerado o setor primário da economia, para o setor terciário, este voltado para o comércio e a prestação dos vários serviços adjacentes ao turismo.



Recebi do Sr. Alf. Joaquim Inácio Carneiro adiant.
do Porto Mão de Pau a quantia de vinte e sete mil réis 27.000.
semelhantes ordenados de Carcereiro desta Villa, conforme
acordo que vai, e portar. Porciello panno e presente em que
e firmo. Villa de Entre Rios 18 de Julho de 1875.

Carcereiro
João Evangelista Alves dos Santos

Figura 20-Em 18 de julho de 1875, João Evangelista Alves dos Santos, carcereiro da vila de Entre-Rios, recebeu a importância de vinte e sete mil réis, referente aos seus “ordenados”, pagos pelo administrador do porto Mão de Pau, Alferes Joaquim Inácio Carneiro. (Fonte: Arquivo Histórico Estadual de Goiás).



Requ. de 24 Não havendo fundos nesta Coletoria que
se chegam para pagamento das praças desta cidade
1879. nesta Coletoria Commandada pelo Sr. Alf. Albano
Theodoro el Cavalcanti de Albuquerque, requerer do
Administrador do Porto Mão de Pau a quantia
de um conto e cem e quatro mil réis e que com
muni e-lhe requirir e esta quantia em taxa
de uma Portaria apresentada pelo mesmo Administra-
dor, dizendo-lhe de devida ou não ofam

Des. Guarch att

Coletor de Catalão, 10 de Nov de 1879.

Figura 21- Em novembro de 1879 o coletor de Catalão reclamava da falta de recursos na coletoria da cidade para o pagamento dos “praças” (policiais), pelo que requisitou ao Administrador do Porto Mão de Pau o dinheiro para saldar a dívida. (Fonte: Arquivo Histórico Estadual de Goiás)

Mas um desses extrativismos, o que este estudo enfatiza, teve projeção mais intensa sobre a vida de Três Ranchos. Trata-se do garimpo de diamantes, atividade profusa de fantasias, germe da ostentação e da superfluidade, e de uma cadeia de enriquecimentos dos quais o seu primeiro agente, o garimpeiro, nem sempre participa. Garimpar, numa definição, é faina em território insondado e, talvez por isso mesmo, quem a ela se dedica é tido como

sonhador, alguém que “procura o que não perdeu”. Esse sujeito, constante e diretamente envolvido na atividade, é o garimpeiro, um tipo humano cujo adjetivo mais apropriado seria o de aventureiro, sem todo querer dizer que esse termo conforma.

Os depoimentos são de que a descoberta dos primeiros diamantes na região de Três Ranchos aconteceu próximo ao final da década de 1930; e na lista de produtos exportados publicada pela revista “Catalão Ilustrado”, de 1937, consta a exportação, no ano de 1935, de uma “pedra de diamante” pelo Porto Mão de Pau, e de outra pela “agência” de Ouvidor. Esses eram os dois postos oficiais para a fiscalização da entrada e saída de mercadorias: o Porto Mão-de-Pau, que havia mais de um século era travessia para Minas Gerais, em muitos anos foi a Recebedoria que mais coletou impostos para a Província de Goiás; e Ouvidor, desde 1922, já era servido pela ferrovia, ponto final do ramal da E. F. Goiaz, vindo de Goiandira, razão de aí haver um posto fiscal, a dita agência. Ainda que de depois se desconheça assentamentos oficiais referindo-se à saída de diamantes dos garimpos de Três Ranchos (o contrabando de diamantes é, historicamente, prática corriqueira) aquela citação serve como um registro temporal do início da atividade garimpeira no município, data coincidente com os depoimentos dos anciãos que ainda se lembram das primeiras notícias de que em meio ao cascalho no leito do Rio Paranaíba havia uma riqueza escondida, pedras brilhantes que um gringo a quem chamavam de “Zé Italiano” encontrara e mostrava aos olhos deslumbrados de quem morava nas cercanias. Veio garimpeiro de todo lado, a novidade atraía. Os que vieram ensinaram o ofício aos daqui, e os contagiaram com aquele inexplicável desejo de achar daquelas pedrinhas, tão diferentes das demais.

Garimpêro e gente era mato. Aquele buteco tudo de fôia de baguaçu. Foi bão porque aí eu... lá em casa tinha laranja dimais. Falei: – Rá! p’a três rancho vendê laranja. Enchi as mala lá, botava no cavalo. Chegava lá era um limpa nas laranja. Aí pronto, virô influência de garimpo, de diamante, de gente. P’a entrá num buteco daquele tinha que iscoiê hora de tanta gente. Aí o Olhos D’água cabô purquê o povo daquela região que frequentava Olhos D’água só ia p’a Três Rancho. Danaro a mudá tudo praquelas fazendas lá do Três Rancho. Aí virô cidade.¹⁶

O entrevistado, mesmo tendo sido garimpeiro, refere-se a “garimpeiro *e gente*”: perguntado se fazia alguma discriminação, Bráulio ri e diz que não, o que acontecia é que tinha muita gente que não era garimpeiro. Bráulio Calaça atribui grande influência do garimpo na formação da cidade. Convém lembrar, porém, que pela mesma época a estrada de ferro estava sendo construída, e que o trem-de-ferro inaugurou o seu tráfego pela região em

¹⁶ Bráulio Calaça, antigo garimpeiro, em entrevista a Melo, 2008.

1942 (portanto, os dois eventos, garimpo e ferrovia, ocorriam simultaneamente). O centro urbano se formou nas cercanias da estação ferroviária, disponibilizando alguns serviços quase contíguos a ela: a botica do farmacêutico Luís Horta, armazéns de secos e molhados como o de Sebastião Procópio – o mais sortido da cidade, a máquina de beneficiar arroz de Aparício Vaz, etc. Vale salientar que a estação ferroviária foi utilizada para realizar a reunião que deliberou pela instalação do Distrito, em 1948, materializando o anseio popular de se emancipar politicamente. A ferrovia transformou o ir e vir de pessoas e mercadorias fazendo-o bem mais fácil e rápido. E se para o garimpo a estrada de ferro colaborava transportando garimpeiros e ferramentas, os dois, garimpo e ferrovia, contribuíram para a afirmação do município, tornando-o atraente pelas facilidades colocadas ao forasteiro.

Bastava alguém *bamburrar*¹⁷ para o contingente aumentar. Trabalhadores da roça, eventuais ou proprietários, também arriscavam a sorte no cascalho – uma categoria distinta de trabalhadores: “camponeses garimpeiros”, a respeito dos quais Gonçalves (2012) tão bem dissertou. Isso durante o inverno, a seca. Nesse período, além das águas rasas favorecerem o acesso ao leito do rio, a falta de chuva diminuía a lida no campo, permitindo assim a aventura também aos agricultores. Todavia, ao primeiro sinal de mudança do tempo, quem era roceiro retornava, tanto porque era necessário preparar a terra para os plantios, como porque debaixo da chuvarada e com o rio cheio a garimpagem se tornava inviável. Pode-se dizer então que havia, no caso desses trabalhadores, uma conveniência climática que viabilizava as duas atividades, cada uma a seu tempo, sem prejuízo a nenhuma.

Mas havia os que preferiam se dedicar exclusivamente ao trabalho no garimpo; esses passavam boa parte do ano parados, esperando pelo fim das chuvas, quando o nível do rio baixava e permitia a volta ao garimpo, sonhando que as arremetidas da correnteza braba contra os barrancos tivessem arrancado de lá a pedra que mudaria por completo as suas vidas. Embora garimpar fosse serviço pesado e a relação de trabalho à qual o garimpeiro se submetia com o fornecedor não estampasse qualquer possibilidade de melhoria de vida (a não ser que o bambúrrio viesse!) ficar à toa era pior que o tempo consumido e sem sucesso no garimpo, pois podia faltar até o de comer. Criticando esta dedicação tão exclusiva à atividade garimpeira, Vieira Couto escreveu:

O mineiro que trabalha nos rios, passa já grande parte do anno assentado ás suas margens, calculando e discorrendo sobre a sua futura fortuna, e vendo entretanto correr as aguas sem nada fazer. Chega em fim a sêcca, o tempo suspirado, consome ainda uma grande parte d'elle em fazer o vallo, cercar o rio, assentar a roda, e dispor outras infinitas cousas precisas ao seu serviço.

¹⁷ Segundo FERREIRA (1995, p. 83) “bamburrar” é uma expressão oriunda das lavras diamantinas baianas, e significa “encontrar diamante muito valioso”. A utilização do termo é um sintoma da migração ocorrida de várias partes do país para os garimpos de Três Ranchos.

Quando entra a desmontar e a tirar o cascalho é quasi o fim da sêcca, olha para o serviço que tem feito, vê consumido e empregado n'ello grande parte do seu cabedal, olha para o que resta ainda a fazer, e esmorece porque lhe não cabe no tempo. Os dias santos, que já o atrazaram muito nos seus preparativos, agora lhe agravam mais os seus sustos, quando elle vê que rara semana se passa sem ser entremeiada d'elles. Em fim as aguas chegam, e quasi sempre a maior parte d'estes mineiros se acham ainda sem ter concluido os seus serviços, que elles os vêem levados de rojo pela furia das mesmas, e juntamente perdida uma grande parte das suas fadigas e esperanças. (COUTO, 1891, p. 317-318).

É conveniente esclarecer que, de um modo geral, designava-se como **garimpeiro** a duas categorias, bem distintas: o **meia-praça** e o **fornecedor**. Quem estava de fora, via qualquer envolvido na atividade como garimpeiro! Meia-praça era denominação pouco usual nos garimpos de Três Ranchos. Para efeito didático, porém, neste estudo se fará a distinção (até porque ela efetivamente havia!) entre fornecedor (incorporação do capital que, em troca do trabalho do garimpeiro, mantinha o garimpo de víveres, ferramentas etc) e o garimpeiro (a força de trabalho, mão-de-obra explorada). Na maior parte dos casos, o que aconteceu foi que alguns garimpeiros daqui, iniciados na atividade pelos que vieram de fora, tornaram-se fornecedores daqueles e de outros, explorando lhes a mão-de-obra; outro tipo de fornecedor eram os comerciantes que, tendo a disponibilidade de mercadorias, arriscavam-se também. Nem sempre o garimpeiro tinha recursos para manter-se na atividade esperando sabe-se lá até quando na virada da peneira a tão sonhada pedra croar¹⁸, então se via obrigado a submeter-se ao fornecedor.

Os prejuízos sofridos pelo garimpeiro nesse processo, no entanto, nem de longe se assemelham ao que viria com a inundação dos garimpos e a consequente inviabilização da atividade garimpeira. A qualquer observador é notório o prejuízo causado pela usina hidroelétrica às atividades associadas ao rio e seus fluxos e refluxos. Os sedimentos trazidos pelas enchentes e depositados nas ilhas e margens do rio Paranaíba fertilizavam os solos, mas estes foram justamente os primeiros a serem submergidos; produtos daí obtidos, como no caso de Três Ranchos as amêndoas do coco de babaçu, e os advindos dos bons pastos e das lavouras de produtividade acima da média regional, não podiam mais ser colhidos. A pesca mudou drasticamente: piaus, pacus, bagres, mandis, jaús, dourados, papa-terras, pirapitingas, dentre muitos outros, já não existem profusamente como antes. No lugar destes vieram outras espécies, semeadas inclusive pela empresa concessionária da hidroelétrica, peixes alienígenas,

¹⁸ “Croar” é corruptela de coroar: quando o garimpeiro vira a peneira com o cascalho que acabou de lavar, o diamante, que estava por baixo porque é mais denso que as demais pedras, aparece por cima, na “coroa”. É o clímax: “a vida pode mudar com a virada da peneira”, como diz o garimpeiro-geógrafo Gonçalves (2012).

de outros biomas. A providência, longe de reconstituir a fartura de peixes que havia, alterou o equilíbrio da ictiofauna, já profundamente abalado desde o represamento do rio. Um ciclo de extermínio se instalou: estranhos ao ambiente, alguns vorazes canibais, como o tucunaré, e recentemente o barbado, devoraram os alevinos nativos; mas ao causarem a dizimação destes, arriscavam a própria sobrevivência, passando a se alimentar dos seus filhotes. Não é incomum pescar um desses peixes e encontrar em seu estômago um alevino da mesma espécie. Assim, autodestraindo-se, vão desaparecendo também os alienígenas, devido ao rareamento de comida. Por essas e outras consequências e pelo discurso de modernidade surgido com o represamento do rio, tem razão Milton Santos:

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destruir a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais. (SANTOS, 2009, p. 217).

Em todas as situações, vê-se como ao fim de atividades tradicionais não sucedeu a substituição por outras, restituindo à comunidade ocupações cotidianas similares: no caso de Três Ranchos, à inviabilidade do garimpo e da agropecuária ribeirinha não se seguiu, por exemplo, a piscicultura, racional e intensiva, aproveitando as boas condições do lago e a posição geográfica favorável em relação a grandes centros consumidores. A extração da castanha do coco de babaçu, embora atividade primária, rudimentar, se mantida, poderia evoluir para uma utilização adequada desse recurso: “o babaçu é a maior fonte mundial de óleo silvestre para uso doméstico, tendo utilização industrial” (SILVA *et al*, 2009, p. 3). A respeito dessa perda não há o que fazer: os babaçuais, outrora tão abundantes às margens do Paranaíba tornaram-se, definitivamente, irrecuperáveis. Neste sentido, conforme ainda Milton Santos (2010, p. 301), pode-se observar que Três Ranchos tornou-se “objeto de desarticulações”, considerando a “superposição de agentes de diferentes forças”, advinda com a usina hidroelétrica.

Segundo o *Atlas de energia elétrica do Brasil*, publicação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em edição de 2005, as usinas hidrelétricas respondem por uma fatia expressiva do setor energético,

participando com quase 83% de toda a energia elétrica gerada no País. Apesar da tendência de aumento de outras fontes, devido a restrições socioeconômicas e ambientais de projetos hidrelétricos e aos avanços tecnológicos no aproveitamento de fontes não-convencionais, tudo indica que a energia hidráulica continuará sendo, por muitos anos, a principal fonte geradora de energia elétrica do Brasil. (BRASIL, 2005, p. 43)

Tratando dos “aspectos socioambientais” o mesmo documento diz que

a formação de reservatórios de acumulação de água e regularização de vazões provoca alterações no regime das águas e a formação de microclimas, favorecendo certas espécies (não necessariamente as mais importantes) e prejudicando ou até mesmo extinguindo outras. Entre as espécies nocivas à saúde humana, destacam-se parasitas e transmissores de doenças endêmicas, como a malária e a esquistossomose. (BRASIL, 2005, p. 65)

A considerar o que diz o *Atlas*, qual seria o critério para definir as espécies “mais importantes” a serem mantidas?! A resposta é óbvia: não há espécies menos ou mais importantes: todos os seres contribuem, cada um à sua maneira, na conservação do equilíbrio. Ao provocar alterações nos ambientes onde são instaladas, as hidrelétricas os prejudicam, “até mesmo extinguindo” espécies. Tal indicativo, de arrasar ninho, leito e chão dos quais dependam as espécies nativas, deveria ser levado em conta no momento de se planejar tais empreendimentos: o que se percebe, no entanto, é a assiduidade da imposição de relações desiguais que as hidrelétricas provocam, tudo em nome da “esperança de salvação da economia”, como diz Milton Santos (2009, p. 217).

As “fontes não-convencionais”, estas sim, deveriam ter a pesquisa estimulada, considerando que algumas delas causam prejuízos socioambientais muito menores. Há países cuja taxa de insolação é baixa e ainda assim as residências conseguem produzir excedentes de

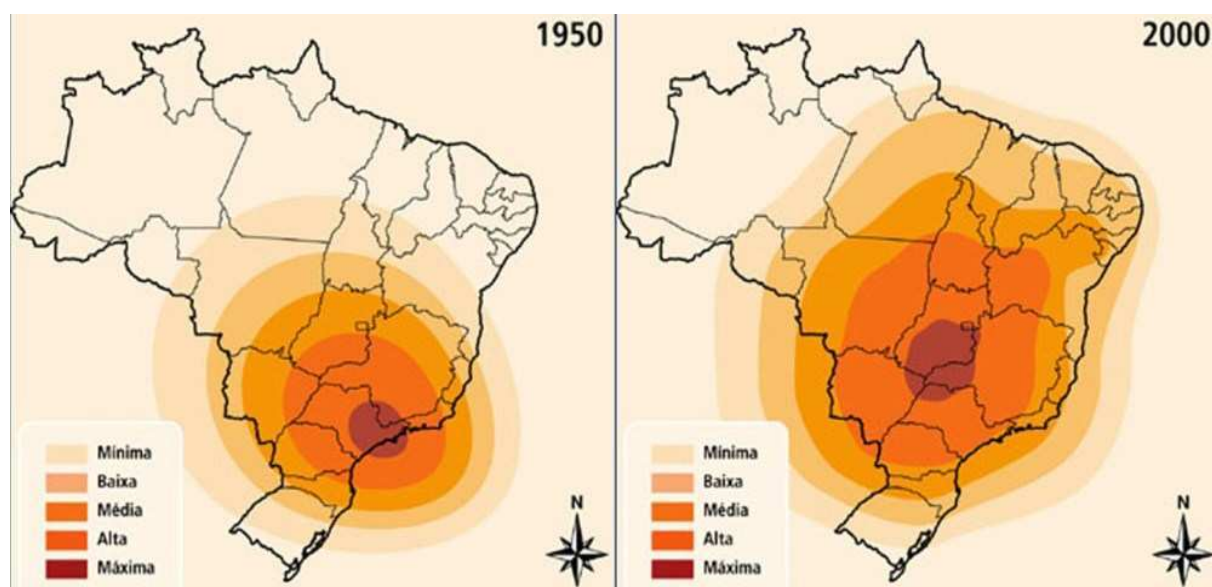
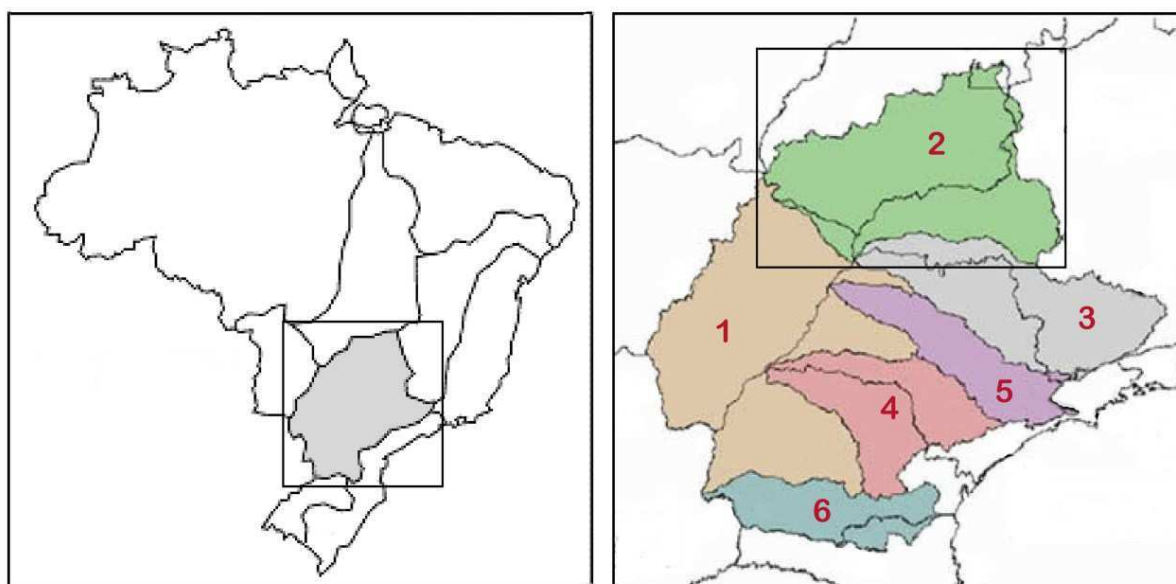


Figura 22 - Três Ranchos no caminho da concentração de empreendimentos hidrelétricos no Brasil: o deslocamento para o centro do país vem ocorrendo desde a década de 1950. Atualmente, mais da metade da capacidade hidrelétrica instalada no Brasil está na Bacia do Rio Paraná, a partir de grandes e pequenos empreendimentos. Em 2003, segundo a ANEEL, a capacidade instalada na sub-bacia do rio Paranaíba era de 7.166,67 mW, equivalente a 10,8% do total nacional, superada somente pelas sub-bacias Paraná-Paranapanema e do rio Grande (Fonte: ANEEL, 2005).



Acima, à esquerda, em destaque, a Região Hidrográfica do Paraná.
 À direita, as Unidades Hidrográficas que a compõem, por ordem de extensão:
 1: PARANÁ; 2: PARANAÍBA; 3: GRANDE; 4: PARANAPANEMA; 5: TIETÊ; 6: IGUAÇU.
 Abaixo, a Unidade Hidrográfica do Paranaíba.



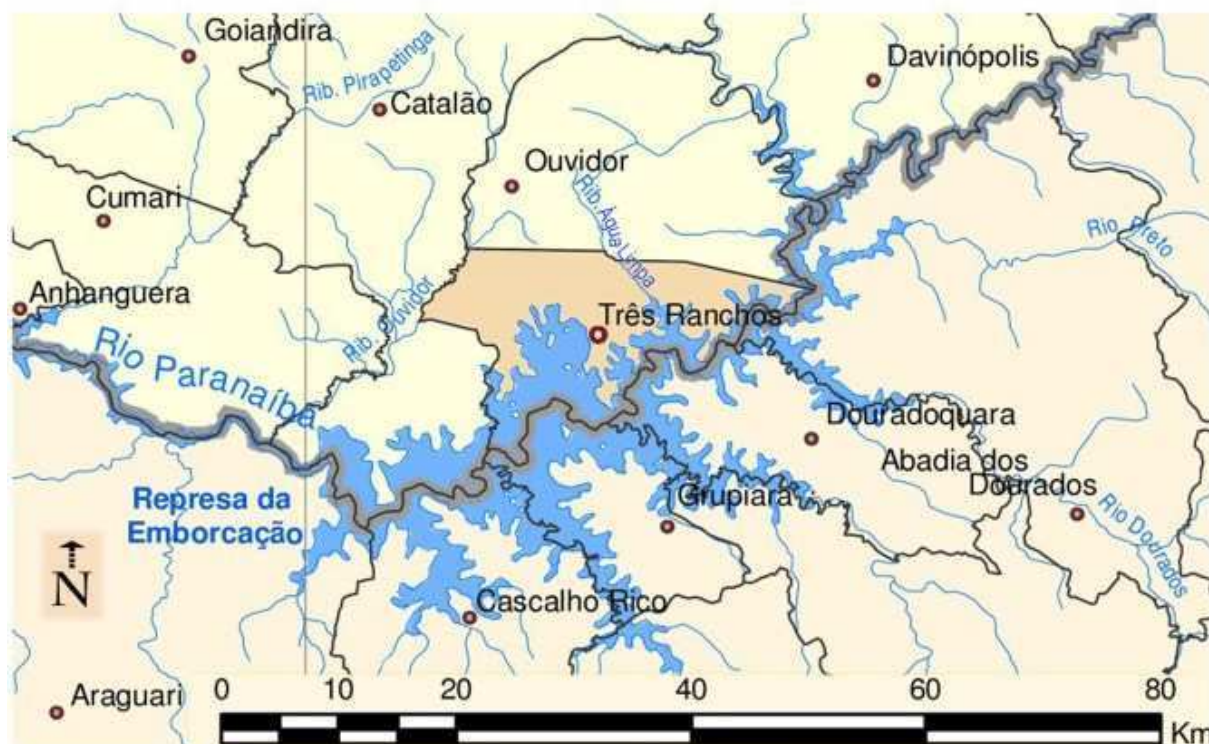
Figura 23 - Com extensão de 879.860 km², a Região Hidrográfica do Paraná (vista nos dois mapas de cima) atinge os estados de São Paulo (25% da área), Paraná (21%), Mato Grosso do Sul (20%), Minas Gerais (18%), Goiás (14%), Santa Catarina (1,5%) e Distrito Federal (0,5%) - Fonte: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/parana.aspx>>. A Unidade Hidrográfica do Paranaíba (mapa de baixo), corresponde a 25,4% da área da Região Hidrográfica do Paraná, sendo a segunda maior unidade; seus 222.767 km² de área de drenagem estão distribuídos pelos estados de Goiás (65%), Minas Gerais (30%), Mato Grosso do Sul (2%) e no Distrito Federal (3%) - Fonte: <<http://www.paranaiba.cbh.gov.br/Bacia.aspx>>. Com adaptações de José Luiz Vaz de Sousa, 2012.

energia elétrica a partir dessa fonte, que são vendidos às empresas distribuidoras; enquanto isso, no Brasil, praticamente não há exploração dessa grande potencialidade. Há pouco investimento público na pesquisa e menos ainda os incentivos para que a população se interesse pelo aproveitamento da energia solar. Não é absurdo imaginar uma relação do desinteresse governamental pela pesquisa e socialização de fontes alternativas de energia com os interesses capitalistas em manter os direitos de exploração do setor energético nacional: se os cidadãos conseguem gerar a própria energia elétrica a partir de “usinas domésticas”, aproveitando a luz solar, anula-se todo o controle que há (e, consequentemente, todos os lucros!) desde a construção da hidrelétrica, até a geração e distribuição. São processos que fogem ao domínio do cidadão comum, abrindo uma brecha para a atuação e reprodução do grande capital. A transformação dessa conjuntura, é claro, depende da própria sociedade.

Não se conhece estudos que tratem das alterações ambientais advertidas pela ANEEL em seu *Atlas* que sirvam de parâmetro para o ocorrido em Três Ranchos a partir do represamento do rio. No entanto, mesmo sem pesquisas a respeito, é consenso entre os pescadores que as espécies de peixes que habitavam o rio Paranaíba, no tempo em que ainda não estava represado, estão desaparecendo ou já se extinguíram nessa parte do rio, como são os citados casos do jaú, do dourado, do papa-terra etc. A tentativa de compensação, introduzindo-se espécies alienígenas, cuja proliferação imaginava-se rápida e intensa, não sucedeu, impedindo que a pesca se rerepresentasse como atividade economicamente viável para os antigos pescadores. E mesmo diante de tantos hectares passíveis de aproveitamento na geração de trabalho e renda para uma grande parcela da população, as iniciativas para dar curso a tal utilização têm sido insignificantes e sem prosseguimento. Considerando a expressiva demanda que há pelo pescado (em escala regional, nacional e internacional) a implantação de projetos de piscicultura intensiva – da produção até o beneficiamento e comercialização, tirando o melhor proveito de “tanta água” acumulada – é algo do interesse direto das comunidades adjacentes ao rio, atingidas pelo represamento. Neste sentido, a utilização racional do lago deve ser qualificada pelas administrações públicas respectivas como política pública permanente.

A **Figura 24** demonstra como Três Ranchos é o município mais prejudicado com o alagamento provocado pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Emborcação. Mais de 20%, ou 87,28 dos 432,48 quilômetros quadrados que o lago-reservatório ocupa estão sobre terras de Três Ranchos, anteriormente emersas (a irreversibilidade do quadro atual pelo menos assegura uma área maior a ser explorada!). O município, desde a fundação, aparece pequeno quando comparado aos seus fronteiriços, de ambos os lados do rio.

**MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO RESERVATÓRIO
DA USINA HIDRELÉTRICA DE EMBORCAÇÃO**



MUNICÍPIO	UF	ÁREA ATINGIDA	
		Km ²	% DO ESPELHO D'ÁGUA
Três Ranchos	GO	87,28	20,18051
Grupiara	MG	77,43	17,90410
Cascalho Rico	MG	77,29	17,87080
Catalão	GO	58,27	13,47282
Douradoquara	MG	46,48	10,74733
Abadia dos Dourados	MG	28,54	6,59865
Araguari	MG	22,17	5,12696
Ouvidor	GO	11,47	2,65203
Monte Carmelo	MG	10,44	2,41354
Davinópolis	GO	7,03	1,62589
Estrela do Sul	MG	6,09	1,40738
TOTAL:		432,48	100,00000

Figura 24 - Os municípios atingidos pelo reservatório da UHE de Emborcação, as respectivas áreas alagadas e o percentual do espelho d'água sobre cada um deles. O mapa, em cima, mostra Três Ranchos no contexto regional e permite visualizar o quanto foi alagado da área original deste município em relação aos demais limítrofes ao reservatório. Considerando ainda que os solos mais férteis estavam às margens do rio, vê-se como também no aspecto qualitativo houve grande prejuízo para Três Ranchos. Fonte dos dados: CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais. Fonte da imagem: <http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/arquivos/20061120110324_Bacias_Bacia_Rio_Paranaiba.pdf>. Com adaptações de José Luiz Vaz de Sousa, 2012.

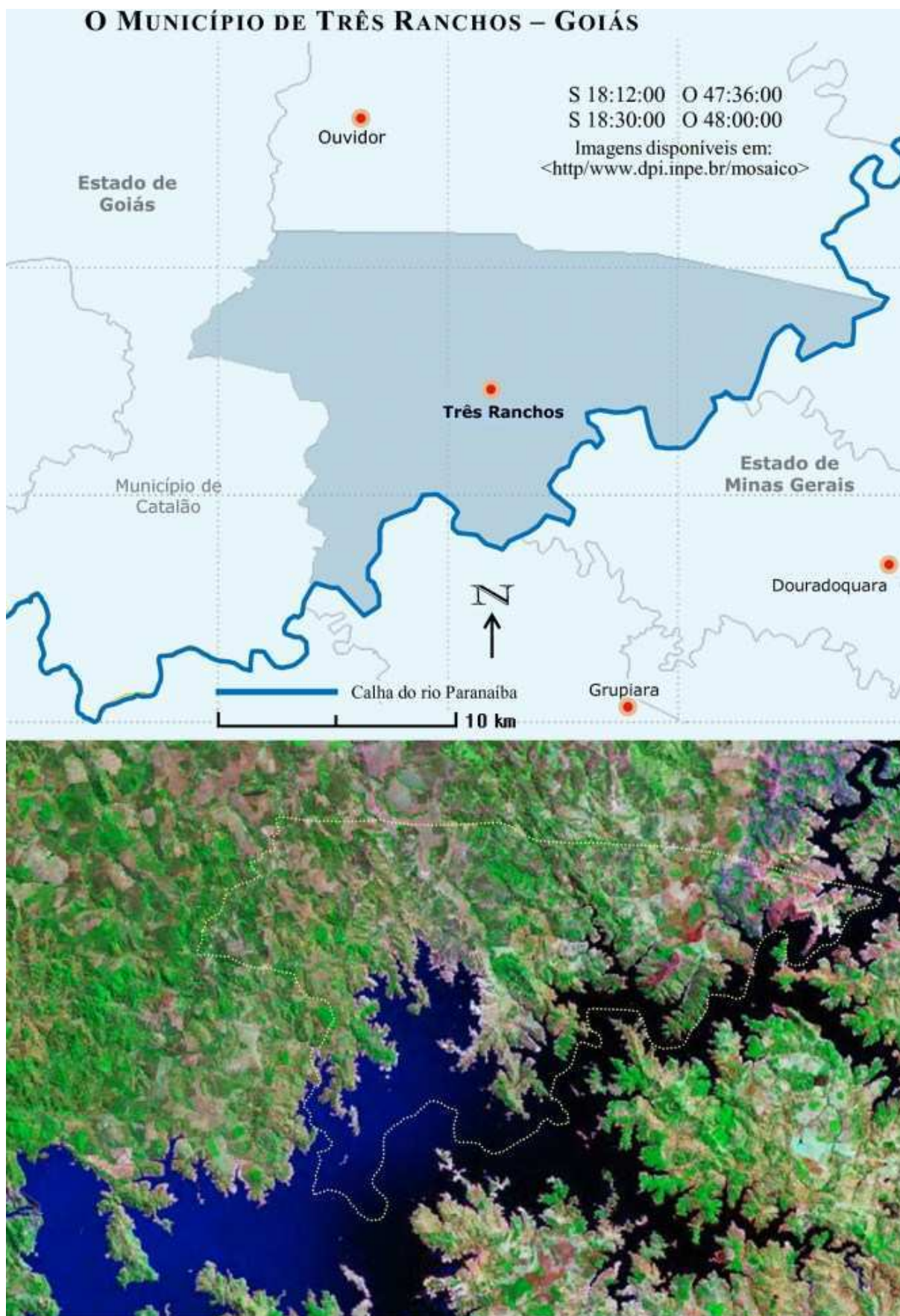


Figura 25 - Os limites de Três Ranchos, antes e depois do alagamento. Comparando as duas situações, é facilmente perceptível o grande prejuízo que houve ao longo das margens do rio Paranaíba, justamente a região onde estavam concentrados os garimpos de diamantes. (Arte: José Luiz Vaz de Sousa, 2010)

Mas há algumas informações conflitantes a respeito do assunto: consta no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que o município de Três Ranchos tem, atualmente, uma área de 282 km² (algo que o coloca como o menor dentre os atingidos)¹⁹. Esse dado, no entanto, opõe-se ao que o mesmo IBGE revela em seus arquivos relativos ao Censo de 1980 (anterior à formação do reservatório, portanto): há lá a informação de que à época a área do município de Três Ranchos era de 256 km²⁰. Ora, se em 1981 o município teve 87 km² de suas terras inundados pelo reservatório da hidrelétrica, como há de apresentar-se agora com 26 km² a mais do que tinha em 1980?

Outro aproveitamento para o lago que ainda não vingou a contento é o turismo. Antes do represamento do rio, já havia o interesse de visitantes por alguns cenários e eventos, como as praias e pescarias no próprio rio Paranaíba, assim como eram também habituais os passeios nos garimpos, ou os banhos na cachoeirinha do córrego Barreiro (**Figura 26**). Dentre os eventos, além da “Festa do Rosário” com as tradicionais congadas, o Carnaval de Três Ranchos sempre foi muito animado, desde os tempos em que era “mais família” e uma das músicas que os foliões gostavam de cantar era a versão do *hit* mexicano *Cielito Lindo*!²¹

Aqueles ingredientes, no entanto, não redundaram num aprendizado a respeito do mercado turístico, de forma que se pudesse explorar devidamente os novos atributos cênicos que se apresentaram com a chegada do lago. Como forma de compensar a inexperiência da população em relação à atividade, é necessária a ingerência do poder público, investindo em projetos de longo prazo, tornando seguras as iniciativas individuais, incentivando e dando apoio à formação em profissões pertinentes ao turismo, como forma de animar a atividade, tornando-a rentável e sustentável economicamente.

As exigências do novo mercado motivaram o surgimento de uma infraestrutura mínima, diversificada – embora improvisada, constituída de mercearias, bares, lanchonetes, restaurantes, escritórios imobiliários e contábeis, e surgiram trabalhadores autônomos prestadores dos vários serviços adjacentes (ainda que também amadores) tais como caseiros, cozinheiros, garçons, arrumadeiras, jardineiros etc. O aprimoramento veio com a prática: é o caso, por exemplo, dos bons pedreiros trabalhando atualmente em Três Ranchos, que formaram-se com os mestres de obra, arquitetos e engenheiros encarregados de construir as primeiras mansões às margens do lago.

¹⁹ Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=522130>>. Acesso em 02/11/2012.

²⁰ Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1980/CD_1980_Sinopse_Preliminar_GO.pdf>. Acesso em 02/11/2012.

²¹ Em 1942, a cantora Carmen Costa gravou “Está chegando a hora”, uma versão para a música *Cielito Lindo*, com letra composta por Rubens Campos. A música caiu no gosto popular e era muito executada nos carnavais.

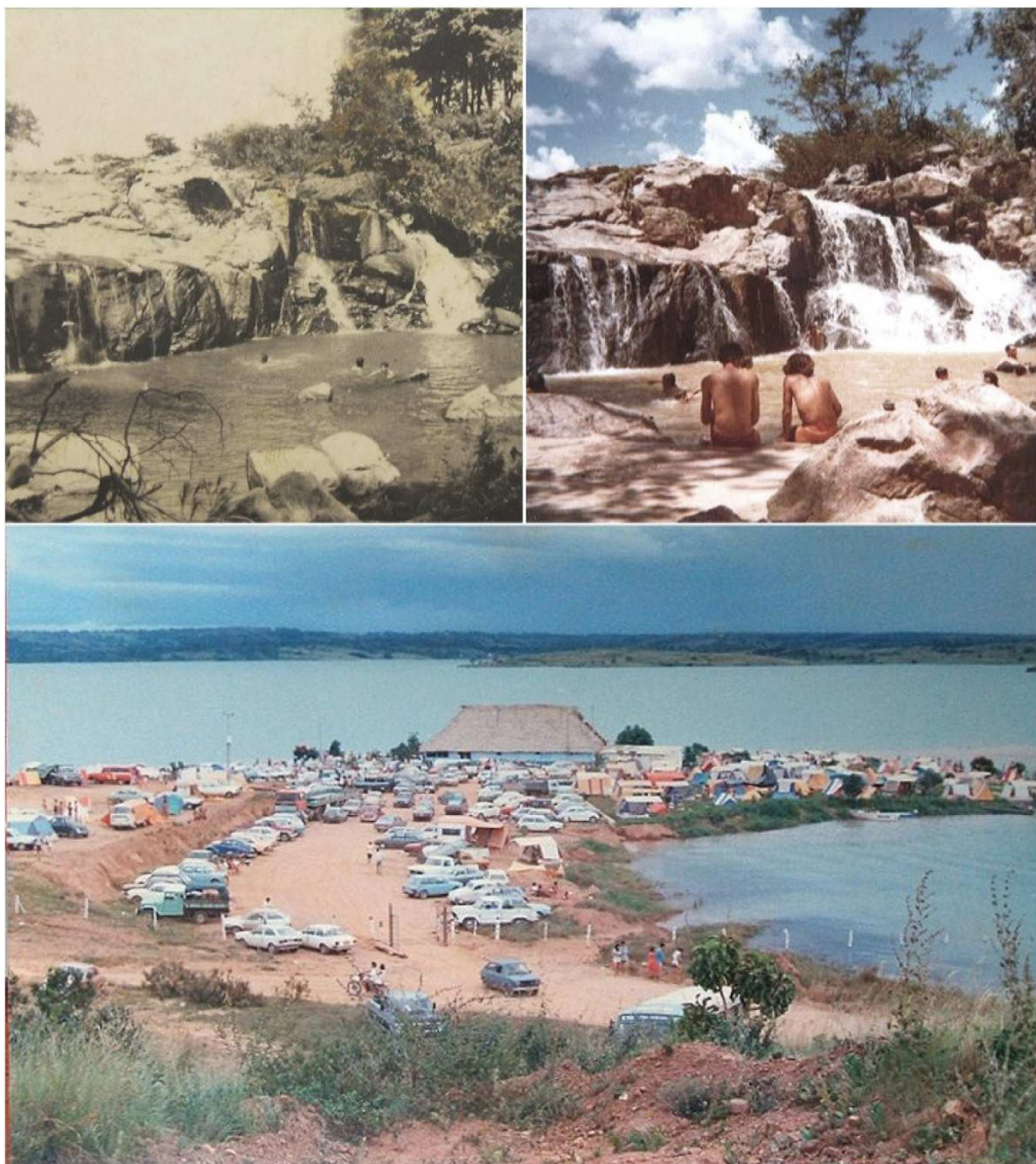


Figura 26 - Registro do interesse pelos cenários de Três Ranchos: em cima duas fotos tiradas praticamente do mesmo ângulo, da “cachoeirinha do barreiro”, uma pequena queda d’água no córrego Barreiro, bem próxima ao centro urbano; a foto da esquerda, feita por Celso Custódio, é da década de 1950, e a da direita, cedida por Adelianna dos Reis, é de pouco antes do alagamento. A diferença no volume de água indica que as cenas são de estações diferentes do ano. A foto de baixo, feita em 1988, mostra o grande fluxo de turistas ao “ranchão”, à época gerido por Roldão Pereira, e até então o principal ponto de acesso ao lago, com serviço de bar e restaurante e área de camping; é dos locais com grande potencial para a implantação de um empreendimento turístico no município. Trata-se de uma ilha ligada ao centro urbano por um istmo artificial. A área foi indenizada e pertence à CEMIG, remanescente de propriedade rural submergida pelo reservatório da UHE Emborcação. Os investimentos com vistas à melhoria da função turística da área dependem da transferência de domínio para a Prefeitura ou a algum investidor privado. Enquanto isso o local permanece como há mais de vinte anos, diferindo da foto apenas pela completa ausência dos turistas, seduzidos por outros atrativos. (Fotos: acervo do autor).

E por conta desses empreendimentos o comércio de materiais de construção, básicos e de acabamento, também se instalou. Houve também um *rush* inicial que encorajou o empresariado na implantação de alguns hotéis de boa qualidade; devido à escassez de hóspedes, porém, a realidade é o acúmulo de prejuízos e, evidentemente, o desânimo para novos investimentos privados. Vantagens e desvantagens causadas à comunidade pela metamorfose do Paranaíba é uma discussão que deve ser constantemente retomada. Um projeto duradouro em busca de reparar os maiores danos começa exatamente nesse ponto, pela enumeração dos vários efeitos advindos com o represamento do rio, lucros e prejuízos, sociais e econômicos, individuais ou coletivos.

O turismo é tido como a maior indústria do mundo; e dentre os seus malefícios o menos evidente é a poluição. Nada mal, considerando que, para a manutenção de um lugar aprazível para os visitantes, se beneficiam também os moradores nativos, usufruindo de um ambiente mais saudável. Neste sentido, é essencial a conscientização da comunidade quanto à valorização e cuidado como “produto natureza”; à administração pública cabe trabalhar pela conservação da limpidez das águas do lago, criação de parques e espaços arborizados, boa acessibilidade, a implantação de um sistema de coleta e tratamento de esgotos, etc. Ações benéficas, a um só tempo, aos visitantes e aos moradores.

O grande potencial a ser explorado, notadamente o interesse turístico pelo lago (**Figura 27**), deve se dar de forma a compensar a população pelas perdas decorrentes do represamento. É notório como Três Ranchos tem se tornado “fuga” ao estilo de vida das cidades maiores. Essa migração pode ser explicada em “Topofilia – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio-ambiente” (TUAN, 1980). O autor explica que o homem urbano, agredido pelo ambiente da cidade, procura refúgio no ideal de tranquilidade de uma cidade menor, distante dos poderes centrais e empregos opressivos, trânsito congestionados, violência. Um êxodo, no entanto, que pode trazer muitos prejuízos às comunidades receptoras dos turistas. Como forma de controlar os efeitos desse fenômeno, “o planejamento é um instrumento inigualável para efetivar políticas e economias direcionadas ao turismo para o desenvolvimento regional e local” (SANTOS, 2003, p. 195). A percepção da existência de um plano de metas causaria na população mais interesse em se envolver, avistando a atividade como um empreendimento viável. Porém, o que se percebe é que mesmo os jovens, notando que esse tipo de ação é uma realidade distante, preferem as carreiras “menos arriscadas”, repercutindo a pouca importância que se atribui ao salto de qualidade que causariam com a capacitação em cursos relacionados à gestão do turismo.



Figura 27 - Algumas casas e empreendimentos hoteleiros às margens do lago, em Três Ranchos. O lazer tem se tornado, cada vez mais, uma necessidade social, em função do aumento do tempo livre e da renda das pessoas. Em resposta ao fenômeno a atividade turística surge e reorienta a utilização dos lugares, impondo novas representações. No caso de Três Ranchos, a transfiguração foi profunda: onde havia o cerrado e um rio, surgiu um imenso lago, que teve as margens loteadas e incorporadas à reprodução do capital. A reboque, vão se alterando também a cultura e o modo de vida da população residente. (Imagens disponíveis na internet. Fonte: www.tresranchos.com.br)

Há uma série de pesquisas científicas em lugares que ocorreram fenômenos similares ao sucedido em Três Ranchos:

O turismo surge, em muitos casos, como a principal atividade econômica para o desenvolvimento da região onde há o represamento de rios, dada a mudança na paisagem e a melhoria da infraestrutura de acesso, que possibilitam opções da prática de diversas atividades econômicas ligadas ao

lazer. Soma-se a isso o aparecimento de propriedades de veraneio às margens desses lagos, inclusive, com a formação de condomínios ou balneários municipais equipados para a prática de atividades e para o lazer de um modo geral. (SOUZA, 2006, p. 19).

Logo adiante, na mesma dissertação, tendo em vista a semelhança do fenômeno que estudou em relação a Três Ranchos, o autor demonstra como também são parecidos os procedimentos necessários para a atividade turística ser mais proveitosa para a comunidade:

Havendo o planejamento prévio e uma vez que o turismo é inserido na comunidade local, como opção coletiva para o desenvolvimento, os impactos socioculturais adquirem uma importância significativa na vida comunitária. [...] Por outro lado, é preciso prever, no planejamento turístico, situações inversas e decorrentes desses impactos positivos, que ampliam os números de residentes nas localidades e, de forma inevitável, como aumento da violência, surgimento de favelas, especulação imobiliária e tensões familiares em função da inversão de valores domésticos com a imersão da mulher no mercado de trabalho. (SOUZA, 2006, p. 35).

No terreno das ações com vistas a promover a formação profissional, em fevereiro de 1999 foi iniciado o processo de inclusão de um curso profissionalizante em turismo no colégio local, a partir de uma matriz curricular elaborada com fundamento em cursos congêneres de várias instituições do país. O projeto chegou a ser protocolado na Secretaria Estadual de Educação de Goiás, com vistas à aprovação e implantação do curso. Mas a mudança na direção da escola paralisou o trâmite da iniciativa.

Providências essenciais como a elaboração de um Plano Diretor (que inclusive é exigência legal para municípios com potencial turístico – caso de Três Ranchos) nunca são levadas a efeito. Outras óbvias, como o resgate da história do lugar (estudos comprovam que turistas com melhor poder aquisitivo têm mais interesse pela cultura dos lugares que visitam), a criação de eventos anuais (a partir da produção intensiva de pescado se poderia promover um festival gastronômico) ou o estímulo aos que já existem (as congadas da festa de Nossa Senhora do Rosário e o Carnaval) deveriam ser pauta permanente da gestão municipal, com vistas à geração de trabalho e renda para a população, que causaria o incremento da arrecadação, que possibilitaria novos investimentos, num ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social. Não se trata de buscar soluções mágicas – elas não existem! Basta o planejamento sério e adequado para a implantação definitiva da atividade, a partir de projetos bem elaborados, competentes e exequíveis, com foco na sustentabilidade (ambiental, social e econômica) e que explorem adequadamente as potencialidades do lugar. Só assim toda comunidade se envolverá. De outra forma, o turismo nunca passará de uma “vocação” do município, mero discurso imediatista.

Enquanto nesta dissertação volta e meia se refere à “reinvenção do rio”, Almeida fala da invenção dos lugares para a prática turística,

posto que de lugares banais os inventores do turismo propuseram outra leitura a qual é oferecida para a sociedade contemporânea. Criado e imaginado para e pelo turismo, este uso novo dos lugares revoluciona o território e as relações (ALMEIDA [2008] p. 2).

Lenilton Assis (2003) em artigo que trata do turismo de segunda residência como uma “expressão espacial” e das “possibilidades de análise geográfica” do fenômeno, cita, inicialmente, as motivações para que a Geografia discuta o turismo:

As primeiras relações da Geografia com o Turismo se respaldam nas práticas das viagens e no interesse pelo conhecimento de novos lugares. As viagens são práticas geográficas clássicas que estão no cerne dos estudos das diferenças espaciais existentes na superfície terrestre. [...] A Geografia considera a atividade turística para além da questão econômica. Um dos principais fatores que leva os geógrafos a se debaterem sobre esta função é a influência que ela exerce na organização dos espaços onde se instala, principalmente, pela voracidade que dinamiza as paisagens e os quadros regionais. [...] No campo geográfico, o turismo é muito mais que o simples deslocamento de pessoas com fins de lazer; é uma prática socio-espacial complexa e multifacetada que interage fixos e fluxos e têm seus rebatimentos nas diferentes esferas da organização socio-espacial. [...] O mais importante é reconhecer e buscar captar a complexidade do espaço do turismo como campo de investigação da Geografia, concentrando-se o foco de análise nas relações sociais materializadas territorialmente nas zonas de emissão, de deslocamento e de recepção de turistas que resultam no processo de produção e reprodução do espaço (ASSIS, 2003, p. 108-109).

Clézio Santos (2003) por sua vez, explica as razões de ser do turismo como opção de lazer e de circulação do capital:

O lazer, como necessidade numa sociedade que precisa estar em equilíbrio e gerar novas fontes econômicas ganha um ritmo acelerado. O turismo é uma das formas de lazer, procurando organizar e planejar o tempo livre da sociedade atual. O turismo passa a exigir novos modelos de espaços que correspondem aos novos tipos de relações no nível humano, além de contribuir para a circulação de capital, melhoria econômica de uma região e o consumo dos lugares e do meio ambiente. [...] A atividade turística surge como resposta a uma necessidade de descompressão, resultante da própria dinâmica do sistema da sociedade industrial. O processo de urbanização ao mesmo tempo que cria a necessidade do lazer, não consegue atender à população. A necessidade da atividade turística aumenta com as sociedades pós-industriais ou pós-modernas. A ampliação do tempo livre de que passaram a dispor as pessoas é uma das causas do crescente desenvolvimento do turismo. O tempo livre tende a aumentar com o passar dos anos, isso significa que as atividades ligadas à utilização desse tempo livre aumentam substancialmente. Dentre tais atividades destaca-se o turismo (SANTOS, 2003, p. 194).

Jamila Tanaka, estudando o fenômeno na represa de Itupararanga, município de Ibiúna, Estado de São Paulo, em muitos pontos assemelhado ao ocorrido em Três Ranchos,

lembra os impactos gerados qualquer que seja a modalidade do turismo. Segundo a autora, ao contrário do que se costuma propalar, o turismo não é uma indústria isenta de efeitos nocivos:

a falta de conhecimento de suas consequências danosas, a falta de preocupação com o bem-estar da população residente e com a preservação do ambiente por parte dos administradores, a falta de planejamento e o comportamento capitalista selvagem podem levar a destruição do potencial natural e cultural de um lugar em curto espaço de tempo. Isto significa destruir a matéria-prima do turismo. (TANAKA, 2008, p. 11).

No caso específico de Três Ranchos, a modalidade turística mais evidente, desde a implantação dos primeiros loteamentos às margens do lago, tem sido o “turismo de segunda residência”. Lenilton Assis comenta o fenômeno, advertindo, também, para a necessidade de estudos mais aprofundados a respeito:

A residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias. Apesar da sua histórica e intensa expansão em escala mundial, a segunda residência ainda é um fenômeno pouco estudado e conhecido, que padece da falta de uma base sólida de reflexões teóricas e estudos empíricos das suas mais diversas repercussões socio-espaciais nos diferentes lugares do mundo (ASSIS, 2003, p. 110).

A segunda residência tem cores nítidas de um fenômeno socialmente definido: “o êxodo dos ricos seguido pelo das classes médias” (TUAN, 1980, p. 268). Assis (2003), admitindo tal direcionamento, explica como esse tipo de lazer exige excedente de capital:

A residência secundária pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno, construção do imóvel (quando não se compra o imóvel construído), impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular (geralmente, automóvel particular). Esses fatores fazem da segunda residência uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de *status* social, característica das camadas sociais alta e, na sua grande maioria, média. Para esta última camada a falta de maior disponibilidade e de tempo livre para o aproveitamento das férias com a família em grandes viagens pelo mundo, torna a segunda residência uma importante alternativa de lazer, devido à economia de tempo (de trabalho) e, sobretudo, de dinheiro. (ASSIS, 2003, p. 112).

Em Três Ranchos o processo de ocupação das margens do lago tem ocorrido, desde o início, em privilégio dos mais abastados, e de tal forma a especulação imobiliária se deu que sequer se pensou na disponibilização de uma área para o acesso público ao lago. Até mesmo as ilhas que se formaram, legalmente pertencentes à empresa concessionária, e que tem por isso o direito, por exemplo, de vendê-las, foram ocupadas, e são comercializadas, sem qualquer receio por parte dos negociantes (em última análise essas ilhas são áreas públicas, pois advêm das terras do município que foram alagadas). A permanecer tal situação, com o tempo o lago ficaria inacessível para os visitantes que não tivessem sua “segunda residência”

e até mesmo para a população local. Constatando isso, alguns moradores se mobilizaram e, depois de infrutíferas reuniões com diretores da CEMIG, acionaram o Ministério Público, que avaliou a questão e estabeleceu que a Prefeitura adquirisse uma área para possibilitar o livre acesso ao lago, o que efetivamente foi feito. Mantém-se, porém, a necessidade de uma infraestrutura adequada no local para que a área se incorpore ao cotidiano das pessoas, turistas e população local, como opção de lazer.

O início das construções das “segundas residências” se deu logo em seguida ao alagamento, com os primeiros fatiamentos de glebas no entorno do lago. Ao perceberem a chance de escaparem dos tormentos da grande cidade, trocando-os pelo conforto de uma casa aconchegante às margens de um belo cenário, e de quebra ainda terem ao lado uma estrutura urbana razoável, alguns abastados não hesitaram. E basta uma breve especulação a respeito para distinguir os fluxos desse tipo de turista. Oriundos de variadas procedências (algumas distantes, como São Paulo e Mato Grosso) pode-se ditar uma sequência das áreas emissoras mais marcantes: primeiro, vieram os turistas de Uberlândia, em seguida os de Brasília, depois Goiânia e, mais recentes, tem vindo os de Catalão. Nesse caso, por conta da proximidade, há os que transformam a segunda residência em principal, indo a Catalão apenas para o trabalho ou em busca de serviços que em Três Ranchos não são oferecidos a contento.

Outro fenômeno tem sido observado: os turistas que não têm interesse ou orçamento para investir na própria segunda residência, oriundos especialmente de Catalão, alugam casas para passar o final de semana. Às vezes quotizam-se e optam por casas com piscina e outras comodidades. E nos casos dos finais de semana “prolongados”, coincidentes com algum feriado, durante o Carnaval ou em temporadas de férias, a demanda supera a oferta de casas de aluguel temporário. Dessa forma, há investidores construindo com esse objetivo exclusivo, para o atendimento a esse nicho específico de turistas; há inclusive proprietários que preferem tal tipo de locação, temporária, considerando-a mais rentável.

Concomitante a todo processo há o fato das centenas de trabalhadores, homens e mulheres, jovens e nem tanto, uns contratados, outros eventuais, terem nas residências secundárias sua fonte de trabalho e renda. São eles os responsáveis diretos pela manutenção da indústria do turismo em Três Ranchos, da forma como ela tem se apresentado até agora. E talvez nem tenham consciência da dimensão e do impacto de seus rendimentos, a ponto de se poder considerá-los como indispensáveis à sustentação da economia local, sobretudo o comércio. E dentre muitos desses trabalhadores, assumindo as mais diversas atividades, estão os antigos garimpeiros.

2.2 – O DIAMANTE, “ESMERADO SUCINTO”

*Por ti trabalham os pobres,
Por ti padecem os ricos.
Por ti, mais por essas pedras
que, com seu límpido brilho,
mudam a face do mundo,
tornam os reis intranquilos!*²²

O diamante, ainda hoje e como sempre tem sido, a despeito de seu brilho e transparência, é originário de obscuras relações, que não raro se dão com violência ou aproveitando-se do sonho, do espírito fantasioso inerente ao garimpeiro e à sua lida. Por conta de uma extensa cadeia de enriquecimentos, o capital estimula a exploração, especialmente do garimpeiro, o primeiro agente desse processo, quem efetivamente encontra a pedra bruta que será transformada em brilhante. No entanto, mesmo sendo o grande responsável pela descoberta do diamante, a participação do garimpeiro nos ganhos advindos é a menor, considerando os altos preços posteriores, que a manufatura finalizará em caro adereço, e a necessidade de consumo que o marketing se encarregará de inventar e causar.

Pelo mundo inteiro, desde a Amazônia, passando por Goiás, Bahia e Minas Gerais, e indo até a África, Índia, Austrália e Sibéria, no que se refere à exploração do trabalho no garimpo, o que se vê ainda hoje é semelhante ao que sempre sucedeu, em maior ou menor grau de crueldade. A literatura e o cinema são fartos de histórias a respeito que, romanceadas, indicam só uma fração do que realmente ocorre nos garimpos de diamantes.

Há um evento em curso que, se não é notório no Brasil, há contra ele muitas denúncias, sobretudo na Europa. Trata-se dos “diamantes de sangue”, extraídos nos territórios em conflito por toda África. Diferentemente do que se poderia imaginar, a independência de vários países de suas antigas metrópoles europeias não representou desenvolvimento para as novas nações. Ao contrário, as riquezas minerais que possuem tem motivado instabilidade, situações em que os governos se armam contra seus oponentes, por sua vez também fortemente armados. Os diamantes, nesse cenário, obtidos invariavelmente à custa do trabalho escravo, é a moeda corrente, utilizada na compra de armamentos, que são usados contra a população civil, que fica a mercê da violência. Na **Figura 28** o que se vê é um garimpo convencional, onde aparenta não haver qualquer tipo de constrangimento; porém, sarcástica e trágica, a legenda denuncia: “nada diz melhor ‘eu te amo’ que uma ilusória e supervalorizada pedra, arrancada das entranhas da terra pelo trabalho escravo africano”. A violência é grande e rotineira. Em 2003 a Anistia Internacional publicou um trabalho fotográfico (**Figura 29**)

²² Últimos versos do “Romance XIII ou do Contratador Fernandes” do poema *Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles. Disponível em <<http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5628>>. Acesso em 18-jan.-2012.

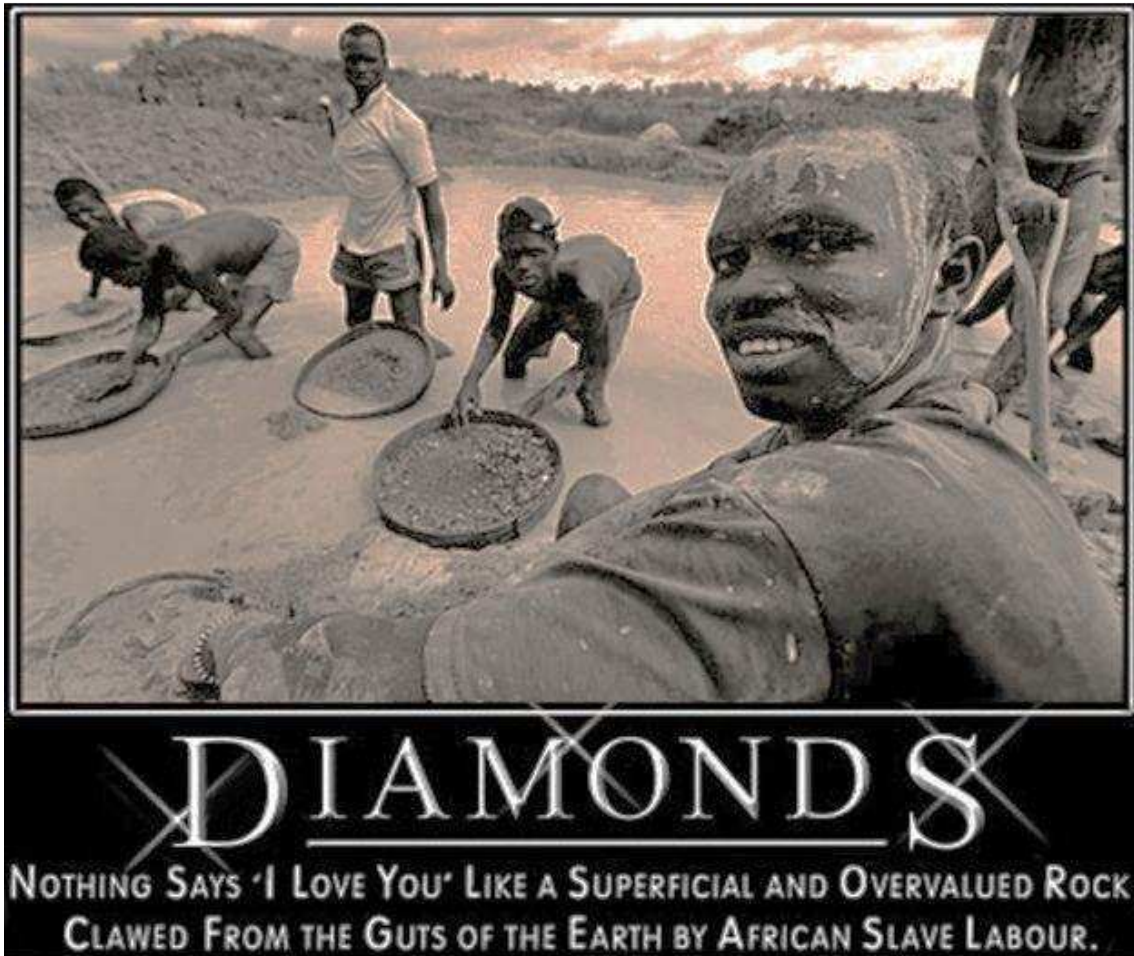


Figura 28 - “Nada diz melhor ‘eu te amo’ que uma ilusória e supervalorizada pedra, arrancada das entranhas da terra pelo trabalho escravo africano”. (Fonte: www.elephantjournal.com).



Figura 29 - “Qual o preço desses diamantes?” “Não ao comércio de armas e de matérias primas com países que violentam os direitos humanos”. Fonte: <http://www.amnesty.fr/AI-en-action/Lutter-contre-la-pauvrete/Acteurs-economiques/Presentation/Les-diamants-de-la-guerre-et-le-processus-de-Kimberley>

que também denuncia essa situação: do lado esquerdo, a metade de um rosto, de pele branca, bem cuidada, ostenta um belo colar de brilhantes; do lado direito, complementando a foto, a outra metade é de um personagem negro, um rosto carregado de suor e, ao invés do magnífico adereço, expõe no pescoço a cicatriz ainda sangrenta provocada pelo grilhão. A legenda, contundente, questiona o preço daqueles diamantes, sugerindo o sacrifício imposto pelo prazer de ostentar algo raro, e por isso caro, embora (sob algum ponto de vista) completamente supérfluo, como para João Guimarães Rosa (1985, p. 61); segundo ele, “o diamante perfaz a esquisita invenção: o esmerado sucinto. Dele a gente não vê é a nenhuma necessidade!”.

Outro, que instrui a respeito da ideia das riquezas, e que também considera o diamante um fetiche banal, é Michel Foucault (2000, p. 228): para ele, há um “paradoxo do valor”, que opõe “à inútil carestia do diamante a barateza dessa água sem a qual não podemos viver”. Jean Brunhes (1962) qualifica o ato de arrancar da terra substâncias minerais, tais como o diamante – que se esgotam, sem se renovar – como uma ocupação improdutiva do solo, ocupação estéril, um fato de destruição, uma “ocupação destrutiva”. Para Brunhes a água é um fato e uma força natural à qual o homem se acha geograficamente preso, tão imprescindível para ele quanto o ar. “A água impõe-se como a riqueza econômica por excelência”, maior que o próprio ouro. Citando a si mesmo, ao rodapé da página, reitera que “a água é para um Estado e para um povo a riqueza suprema. Ela é alimento. É adubo. É força. É caminho” (BRUNHES, 1962, p. 60).

Eduardo Galeano (1973, p. 62) diz que “o diamante é uma pedra maldita”²³.

Amaldiçoado ou não, fato é que o diamante atinge preços altíssimos, a despeito de tantas opiniões antagônicas. O preço final de um diamante (já lapidado) depende de uma classificação baseada em quatro características fundamentais: o peso, a cor, a pureza e a lapidação – não necessariamente nesta ordem de importância. São denominados “4 Cs”, por conta de serem os quatro vocábulos, em inglês, iniciados com a letra c: *carat* – quilate – a medida, o tamanho do diamante; *colour* – cor; *clarity* – pureza; e *cut* – lapidabilidade. Sutis variantes nesses detalhes (que no Brasil são ditados por parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT) afetam fortemente o preço de um diamante.

O tamanho é a qualidade que primeiro se percebe num diamante, além de ser o que mais seduz o garimpeiro: pegar a pedra grande, bamburrar! A medida da massa dos diamantes é o quilate, uma unidade métrica – símbolo “ct”, abreviatura de *carat* – que é subdividido em cem pontos e equivale a um quinto do grama. Portanto, um diamante com cinco quilates tem um grama, mas a referência é sempre em quilates, unidade adotada

²³ “*El diamante es una piedra maldita*”.

internacionalmente para medir a massa das gemas. Sendo raros os grandes diamantes, esta característica os torna mais caros: o preço torna-se progressivamente maior à medida que aumenta o tamanho da pedra (sempre considerando os demais predicados).

- | | |
|--------------------------------|----------------------------------|
| • 1 ponto equivale a 0,01 ct | • 5 quilates equivalem a 1 g |
| • 2 pontos equivalem 0,02 ct | • 10 quilates equivalem a 2 g |
| • 10 pontos equivalem 0,10 ct | • 25 quilates equivalem a 5 g |
| • 50 pontos equivalem 0,50 ct | • 50 quilates equivalem a 10 g |
| • 100 pontos equivalem 1,00 ct | • 100 quilates equivalem a 20 g |
| • 1 quilate equivale a 0,2 g | • 5000 quilates equivalem a 1 kg |

As cores em diamantes lapidados, segundo critério estabelecido pela ABNT, seguem uma classificação que vai do “excepcionalmente incolor extra”, passando por uma extensa gama de tons amarelados, até a “cor incomum ou extraordinária”. Lembrando que os diamantes se formam essencialmente de carbono, aqueles considerados puros, incolores, são constituídos exclusivamente desse elemento. Os diamantes coloridos apresentam suas nuances em função da presença em quantidades insignificantes de outros elementos químicos na sua estrutura. Por exemplo, o boro produz a cor azulada; os tons violáceos ocorrem em diamantes ricos em hidrogênio; os tons de amarelo se devem ao azoto etc. As cores também podem ser causadas pela radiação natural, emanada de rochas radioativas próximas ao depósito dos diamantes. Mas, ainda que algumas pedras coloridas sejam raras e belas e, portanto, muito caras, as gemas consideradas totalmente incolores são as mais valiosas.

Luciana Danese e Marília Carlotto dizem que

o que torna o diamante um bem mineral fascinante é que cada pedra tem um caráter único, singular. A avaliação dos diamantes tanto em estado bruto quanto os lapidados é uma operação sensível, pois os diamantes possuem um valor unitário muito elevado e pequenas variações nas suas propriedades têm grande impacto no valor unitário final (DANESE e CARLOTTO, 2009, p. 407).

No *Boletim referencial de preços de diamantes e gemas de cor*, publicado pelo Ministério das Minas e Energia, em 2009, consta o seguinte:

Os diamantes ocorrem em diversas cores na natureza com diferentes causas e níveis de raridade. Os mais conhecidos do público, que chamamos de “brancos” na realidade são incolores. O verdadeiro branco é um diamante com uma nuvem homogênea e densa de micro-inclusões, que dá uma aparência leitosa translúcida ou opaca como porcelana, de cor branca. Essa diferença fica mais clara se compararmos uma folha de papel branco com a água. O diamante preto também tem a cor devido a grande concentração homogênea de inclusões, no caso, pretas. Fisicamente nada preto pode ter transparência, então quando observamos certa transparência em diamantes pretos temos duas hipóteses: uma brecha, parte incolor inclusa ou o diamante na realidade tem uma outra cor (matiz) com tom muito escuro dando

sensação visual preta, o que pode ser apurado observando as bordas da pedra contra uma luz intensa. Os diamantes realmente incolores, são quimicamente muito puros, quando nenhuma deformação tenha ocorrido na estrutura cristalina. A cor amarela é causada pela presença de nitrogênio agregado ou disperso na estrutura. Os diamantes azuis têm como característica serem bons condutores elétricos devido a presença de boro e algumas cores cinza as vezes são causadas pela presença de hidrogênio. As cores rosa, vermelha e marrom são causadas por deformações plásticas da estrutura cristalina, provavelmente ocorrendo durante o processo geológico de transporte no qual o diamante é exposto a altas temperaturas e pressão. A cor verde é causada por irradiação natural, o que dificulta muito a separação de pedras verdes irradiadas artificialmente. (BRASIL, 2009, p. 29)

A ausência ou presença e a quantidade de imperfeições, inclusões e defeitos externos, é o que determina o grau de limpidez (*clarity*) do diamante. São pontos escuros (os “urubus”, para os garimpeiros de Três Ranchos) bolhas, fraturas etc. A maioria desses defeitos só podem ser observados com equipamento apropriado, e por profissionais *experts*. Um diamante lapidado, totalmente puro, é uma verdadeira raridade. Para o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, a escala de pureza vai de “internamente e externamente puro” a “uma inclusão grande ou inúmeras inclusões menores, muito fáceis de serem visualizadas à vista desarmada”. O mínimo detalhe, que comprometa a limpidez do diamante, é fator limitador do seu preço.

Finalmente, a lapidação (*cut*) é o que deixará à mostra as melhores qualidades do diamante, o que potencializa as cores e o brilho, por exemplo. De nada adianta uma grande pedra, com uma bela cor, e pura, se não for devidamente lapidada. Há vários talhes, uns antigos, outros modernos, estes elaborados explorando novas possibilidades na transformação do diamante bruto em joia. A lapidação é um trabalho essencialmente artesanal, e se inicia com o meticuloso estudo da pedra bruta (algo que pode ser bastante demorado, a depender do valor do diamante) com vistas a planejar as etapas para o melhor aproveitamento da pedra. Segundo Del Rey (2009), no caso de pedras grandes, se fazem antes vários modelos em gesso, para só depois se proceder a lapidação no próprio diamante.

Existe uma tendência geral para o brilhante (redondo) sobre qualquer outro tipo de lapidação [**Figura 30**]. Isto se deve a várias razões importantes: menor custo na mão-de-obra, maior facilidade para ser trabalhado em relação aos demais talhes, principalmente porque tem maior procura no mercado consumidor. Somente quando o diamante bruto não favorece o aproveitamento do talhe redondo, isto é, quando o estudo revelar que este talhe não é aconselhável, emprega-se outro tipo que dê melhor aproveitamento em peso.²⁴

²⁴ Trecho do artigo “Como lapidar uma gema”, disponível em <www.pormin.gov.br/informacoes/arquivo/lapidacao_de_gemas_e_diamantes.pdf>. Acesso em 29.nov.-2011.

A LAPIDAÇÃO BRILHANTE

As quantidades das facetas:

Mesa		1
Principal da coroa		8
Estrela		8
Superior ao rondiz		16
Total de facetas da coroa		33
Culassa		1
Inferior ao rondiz		8
Principal do pavilhão		16
Total de facetas do pavilhão		25
Total de facetas do brilhante		58

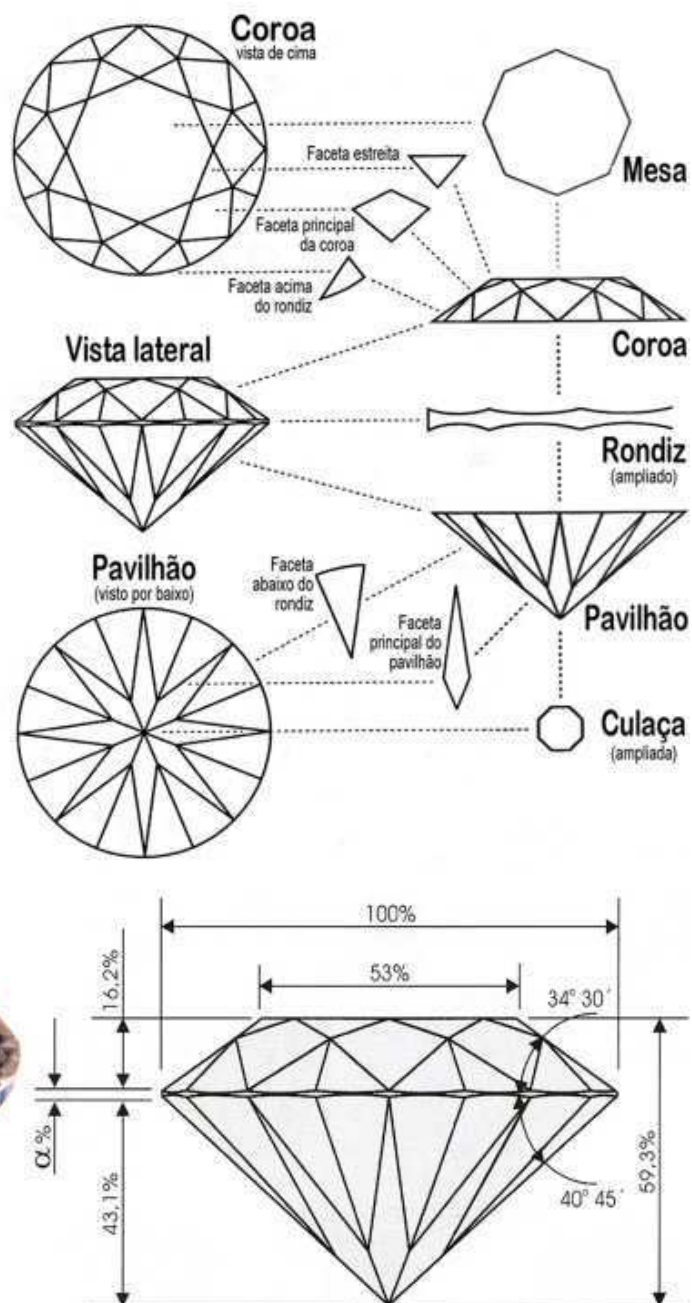


Figura 30 - A lapidação é um trabalho de arte. É um processo artesanal que envolve, além da perícia do lapidário, muita paciência: dependendo da qualidade e tamanho da pedra, a lapidação pode levar meses. Dentre várias outras, o “brilhante” é uma das possibilidades de lapidação do diamante, cujo talhe é realizado de maneira que o brilho seja realçado ao máximo, otimizando a reflexão interna da luz e sua saída pela mesa, a face plana superior. Essa lapidação pode ter 58 facetas (com o corte da culassa) ou 57 (sem esse corte) o que é mais recomendável, para não causar diminuição do brilho. Abaixo, à direita, a disposição das facetas e seus ângulos exatos, conforme os estudos do belga Marcel Tolkowsky, publicados em 1919 como parte de sua tese de doutorado, tornando-se, a partir de então, uma referência nesse trabalho. (Elaborado por José Luiz Vaz de Sousa, com base em Del Rey (2009) e Sauer (2002)).

Além dos “4 Cs”, outros elementos de relevância para a atribuição do preço a uma pedra, antes que seja transformada em joia são a raridade, forma, o hábito do cristal e a sua integridade estrutural. Há, ainda, sombrios fatores que influem, como, por exemplo, a procedência das pedras, que podem ser oriundas de países mergulhados em sérios conflitos. Os “diamantes de sangue”, obtidos à custa de trabalho escravo, tem tido forte oposição em seu comércio. É possível saber a “origem geológica” de um diamante bruto, porém, depois de lapidado, isto se torna inviável.

Vários intelectuais tem se manifestado a respeito dos “diamantes de conflito” (ou “diamantes de sangue”) como é o caso do angolano Rafael Marques de Morais, Mestre em Estudos Africanos pela Universidade de Oxford, formado em Antropologia e Jornalismo na Universidade Goldsmith de Londres, opositor ao presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, contra quem o jornalista faz contundentes denúncias. Recentemente Rafael Marques lançou um livro que trata das torturas e assassinios praticados nas regiões de extração de diamantes em Angola. O conteúdo do livro é um dossiê de abusos contra a população, levantados por Rafael Marques, na região das Lundas, no nordeste de Angola, e faz parte de uma série de documentos submetidos à Procuradoria-Geral da República daquele país.

Rafael Marques falou a respeito do livro que escreveu, intitulado *Diamantes de sangue, corrupção e tortura em Angola*, em entrevista ao “Jornal das 9” da emissora de TV portuguesa SIC ²⁵. Dentre as várias denúncias que Rafael Marques faz em seu livro estão cento e nove depoimentos narrando atos violentos cometidos pelos donos dos garimpos (aí incluídos militares de alta patente) contra a população, especialmente os trabalhadores. O início da entrevista é ilustrado com imagens de uma profusão de garimpeiros, muitos ainda crianças, enquanto o apresentador do telejornal narra um trecho do livro, em que a mãe de um trabalhador conta como o filho foi morto a “catanadas” ²⁶, simplesmente porque propôs lavar o cascalho e pagar depois – as zonas de garimpagem são controladas, e os trabalhadores pagam para que lhes seja permitido garimpar. Segundo a reportagem, violação dos direitos humanos, corrupção, assassinatos e torturas são constantes nas regiões de garimpo em Angola. Rafael Marques garante que a situação tem se agravado nos últimos anos e que por trás das atrocidades estão membros das Forças Armadas Angolanas.

Violência e saque dos recursos naturais, sem que em troca o povo receba qualquer benefício: “em 2002 o país tinha um PIB real de 11,2 bilhões de dólares e 10 anos mais tarde

²⁵ Entrevista disponível em <<http://videos.sapo.pt/s9zfziao4lcWoVD0GZPP>>.

²⁶ Catana, em Angola, é ferramenta muito semelhante em forma e utilidade ao facão que se usa no Brasil. Devido à sua popularidade no país, a catana está estampada na bandeira nacional angolana, simbolizando o campo.

este número foi multiplicado por dez. Em contraste, a maioria dos angolanos (54,3%) vive abaixo da linha da pobreza, com menos de US\$ 1,25 por dia”²⁷. Em determinada altura da entrevista à TV SIC, Rafael Marques declara que, através do que ele chama de saque das riquezas do povo angolano, há quem creia, tanto nas empresas portuguesas que exploram diamantes em Angola como dentro do próprio governo português, que esta seja uma forma de salvar Portugal da crise econômica. Isso, obviamente, em grave prejuízo do povo angolano.



Figura 31 - Um fundo de investimentos da Suécia anuncia a oportunidade de se investir na África: “Bem-vindo a um continente rico. Em vários aspectos, a África é bem rica, uma vez que tem grandes quantidades de matérias-primas que são muito procuradas pelo resto do mundo. Isso cria novas oportunidades em um continente que sempre foi associado com problemas e pobreza. Por exemplo, 25% de todo o ouro do mundo é extraído na África, que tem quase 10% das reservas mundiais de petróleo, e um total de 14 toneladas de diamantes são produzidos a cada ano”. Mas o anúncio não explica os motivos pelos quais o continente africano “sempre foi associado com problemas e pobreza”, ou cogita se isto está relacionado ao fato de tanta riqueza não se converter em benefícios para o povo da África. Obviamente sem considerar as formas como a exploração dessas riquezas tem se dado historicamente, o anúncio foi um dos vencedores em 2006 na categoria “serviços financeiros”, pelo “Europe’s Premier Creative Awards”, um festival que reúne a melhor publicidade da Europa (Fonte: Imagem disponível em <<http://archive.epica-awards.com/pages/results/2006/winners/results2006-cat09.html>>).

Conta Rafael Marques que os principais generais do exército angolano são sócios das empresas e projetos de exploração de diamantes, e o presidente do país estaria conivente

²⁷ Disponível em <<http://allafrica.com/stories/201203051508.html>>. Acesso em 08-ago.-2012.

com a situação, na medida em que permite que os generais enriqueçam à custa dos diamantes de sangue. A reportagem lembra e o autor confirma que há uma grande soma de investimentos angolanos em Portugal os quais, surpreendentemente, não se inquire qual a origem do capital. Rafael Marques cita o caso de um tenente-coronel do exército angolano que pagou 375 milhões de dólares ao Banco Espírito Santo, de Portugal, por uma fatia de 25% das ações da sucursal do banco em Angola, numa evidente ação de lavagem de dinheiro oriundo dos diamantes. Além disso, ao tolerar que as empresas estrangeiras ajam livremente (utilizando-se da violência para subtrair as riquezas do solo angolano, sob a proteção do próprio exército) o governo obtém a legitimidade internacional, conclui Marques. Em artigo publicado em 15 de dezembro de 2011, o sítio “Maka Angola” acusa a empresa brasileira Odebrecht de “crime de suborno do Presidente da República”, pelos obscuros contratos que realiza com familiares do presidente de Angola ²⁸. As pedras preciosas são uma enorme fonte de riqueza em Angola, porém, não são os cidadãos angolanos que enriquecem com elas. Nos garimpos, os trabalhadores são subjugados e brutalizados pelas forças militares e de segurança a serviço do Estado e das empresas diamantíferas. Além dos diamantes, a África tem se tornado atrativa por conta das mais diversas riquezas minerais que possui, algo muito sedutor para os capitalistas.

Os “diamantes de sangue” estão por todo continente africano, onde quer que haja um garimpo. Não se trata aqui dessa vertente específica do tema, mas é conveniente expor como os diamantes têm sido utilizados no comércio de armas e na violação dos direitos humanos, e mostrar até onde esse evento se alastra.

Outro caso é o conflito entre Israel e os palestinos: organizações não governamentais denunciam que grande parte da receita auferida com a exportação de diamantes por Israel é destinada à compra de armamentos para a guerra contra os palestinos. Segundo o economista Shir Hever “a indústria israelense de diamantes contribui com cerca de 1 bilhão de dólares por ano para a máquina de guerra de Israel”²⁹. Em 2011 os diamantes representaram 30,5% do total das exportações de Israel. Segundo dados divulgados pelo escritório da Representação Comercial dos Estados Unidos, o primeiro item da exportação de Israel para os Estados Unidos em 2011 foram as pedras preciosas, que representaram 9,3

²⁸ Notícia veiculada em <<http://makaangola.org/2011/12/15/os-diamantes-da-tchize/>>. Acesso em 16-set.-2012. A indignação popular é evidente e aparece dentre os comentários a este artigo: o leitor Miguel Sambrano diz que “por mais que haja dor a alma não se habitua, germina ódio...”.

²⁹ Declaração disponível em <<http://www.inminds.com/boycott-israeli-blood-diamonds.php>>

bilhões de dólares ³⁰; isso equivale a 41% do total das exportações de Israel para os EUA. Para a União Europeia as exportações de diamantes foram da ordem de US\$ 3,5 bilhões, aproximadamente 18,6% das exportações de Israel. E para os países asiáticos, foram US\$ 8 bilhões em diamantes, principalmente para a Índia e China, que representaram 41,3% das exportações de Israel para a região. Nada anômalo, não fosse o fato de grande parte dos resultados dessas exportações ser utilizada na compra de armas que serão utilizadas na dizimação do povo palestino, conforme Shir Hever diz no parágrafo anterior.

Alheios a isso (ou, antes, admitindo tal forma de exploração dos trabalhadores e utilização dos diamantes como moeda para a compra de artefatos de guerra) a preocupação dos negociadores de diamantes é tão somente manter próspera sua atividade, se possível controlando-a totalmente, para aumentar indefinidamente os lucros.

Edward Jay Epstein, ex-professor de ciência política e jornalista americano, publicou, no ano de 1982, o livro *The diamond invention*³¹, inédito no Brasil, onde aborda a história de como se formou o grande cartel da indústria do diamante, ocupando toda cadeia produtiva desde a exploração, passando pelo beneficiamento e indo até o varejo, com vistas ao completo domínio do mercado e preços. Para que tal pudesse ocorrer, o autor elenca uma série de ações, como o controle da quantidade de gemas oferecidas ao consumidor final e por estratégias de marketing bem urdidas. Além do livro, Epstein publicou na revista *Atlantic Magazine*, em fevereiro de 1982, tratando do mesmo assunto, um artigo a respeito das artimanhas criadas pelo cartel, via da propaganda, para incutir nas pessoas a ideia da necessidade do diamante.

Neste artigo, cujo título é *Have you ever tried to sell a diamond?*³², Epstein trata da dificuldade para o cidadão comum vender um diamante, se este foi adquirido a título de investimento, porque há todo um processo para impedir que isso aconteça, ficando o comércio restrito a um grupo de negociadores, num rígido e eficiente controle, da produção até a comercialização. O próprio jornalista constatou que, apesar de parecer diferente, não foi lucrativo comprar um brilhante para, tempos depois, revendê-lo. Além da malograda

³⁰ Informação disponível em: <<http://www.ustr.gov/countries-regions/europe-middle-east/middle-east/north-africa/israel>> e em <http://idexonline.com/portal_FullMazalUbracha.asp?id=37256>.

³¹ O título do livro, numa tradução para o português, ao invés de “a invenção diamante”, poderia ser “a reinvenção do diamante”, tendo em vista como ele havia sido anteriormente apropriado pelo grande capital, para em seguida, no evento descrito por Epstein, ser recriado numa gigantesca campanha publicitária a envolver o público para consumir diamantes como algo indispensável, tal como um artigo de primeira necessidade.

³² “Você já tentou vender um diamante?” – Considerando a importância do tema abordado pelo jornalista, e a relação com esta dissertação, o autor empenhou-se na tradução de trechos do artigo e do livro – ambos, o livro e o artigo, estão disponíveis na internet, porém inéditos em português.

Blood Diamonds
 have been both a blessing and a curse for the people of Sierra Leone. In the diamond fields, tens of thousands of impoverished men and children risk their lives in the dream of finding the BIG one.

Don't break her heart on VALENTINE'S DAY
 Israel's blood diamond trade is used to finance its illegal occupation of Palestine, war crimes & genocide

A legenda da imagem acima diz que os "diamantes têm sido bênção e maldição para o povo de Serra Leoa. Nos garimpos, dezenas de milhares de homens pobres e crianças arriscam suas vidas no sonho de encontrar um grande diamante".

A marca da camiseta do menino é uma trágica ironia: "youngblood" - sangue jovem!

Já a peça publicitária à esquerda denuncia: "Não quebre o coração dela no Dia dos Namorados. O comércio de diamantes de sangue por Israel é usado para financiar a ocupação ilegal da Palestina, crimes de guerra e genocídio".

Figura 32 - Alguns dos bilhões de dólares que pagam os brilhantes em joalherias do mundo inteiro financiam a compra de armamentos de guerra, e muitos diamantes são extraídos à custa de trabalho escravo, inclusive de crianças. Fontes das imagens: <<http://australiansforpalestine.net/38692>> e <<http://firstlightforum.files.wordpress.com/2012/05/blood-diamonds-2.jpg>>. Acesso em 15-out.-2012. Comparar esta página com as figuras 34 e 35 e observar como o diamante provoca a contradição.



Figura 33 - As imagens denunciam regiões em conflito na África, onde o trabalho escravo extrai os “diamantes de sangue”, que serão trocados por armas, estas utilizadas para fazer mais escravos, num macabro ciclo de violência. A legenda da primeira foto diz que “para cada dedo que receber um anel, um outro dedo puxará o gatilho – 300.000 quilates de diamantes são extraídos por ano com o trabalho escravo de rebeldes aprisionados. Em 2002, depois de cerca de 1,5 bilhões de dólares em lucros, mais de 500.000 pessoas tinham sido assassinadas ou morreram por tortura. A beleza não vale a pena de morte”. Na segunda foto a mensagem é que “para cada mão pedida em casamento, outra é decepada”, e acrescenta que “para assegurar que os trabalhadores escravizados não roubarão” uma das mãos de um deles é cortada como advertência aos demais. E mais uma vez: “a beleza não vale a pena de morte”. Fonte: <http://adsoftheworld.com/forum/exhibition/african_conflict_diamonds>. Acesso em 23-ago.-2012

experiência, o autor traz à baila algumas engenhosidades do capital para a própria reprodução, aplicando-as, no caso, a uma pequena e brilhante rocha. Uma de suas abordagens é quanto ao apego pelo diamante que a indústria, por meio do marketing, provocou nas pessoas, a ponto de não se querer “passá-lo adiante” como qualquer outra mercadoria. Um dos pilares do marketing lançado pelos negociadores de diamantes fundava-se no mito da raridade: somente seriam valiosos (e, portanto, viáveis sob o ponto de vista econômico!) enquanto raros; a partir do instante em que o diamante dependesse somente de suas qualidades minerais, e já não fosse mais escasso, ele não sobreviveria, não teria mais tamanho interesse das pessoas. Coincidentemente, no momento em que Epstein escrevia seu artigo, o monopólio se achava abalado, por conta justamente do grande aumento na produção em novos descobertos e, conseqüentemente, do risco do descontrole.

Os diamantes eram encontrados com relativa facilidade em rios e aluviões do Brasil e da Índia até perto do final do século XIX. Os relatos são quase unânimes ao dizerem que os primeiros diamantes foram achados em Minas Gerais por volta de 1729 (“o que é certo é que no ano de 1729 já os diamantes tinham aparecido, e eram explorados” – SANTOS, 1976, p. 305); mas é o próprio Felício dos Santos quem obtempera, declarando o desconhecimento quanto ao local em que foram encontradas as primeiras pedras. Se assim é, evidentemente também não se pode afirmar com certeza a data do evento:

Não se sabe ao certo o lugar em que fora achado o primeiro diamante, atenta a variedade de tradições que há a respeito. Esta incerteza e variedade de tradições explica-se, e mesmo parece natural, se atendermos que os mineiros só se ocupavam com a extração do ouro e não conheciam ainda o diamante. Sucedia que na mineração do ouro, nos leitos dos córregos, encontravam certas pedras pequenas, cujo brilho e cristalização lhes atraía a atenção; mas não lhes conhecendo outra utilidade, eram guardadas como simples objeto de curiosidade e serviam de tentos para marcar jogos. Considerado assim como objeto de nenhum valor, fácil fora perder-se a memória do lugar em que se achara o primeiro diamante. (SANTOS, 1976, p. 49).

Em Três Ranchos conta-se que sucedeu o contrário: despreocupado com o ouro, Bráulio Calaça relata que o encontrava em meio às areias e ao cascalho, mas não se importava em explorar e apurar o metal precioso, pois apenas o diamante interessava.

Jacques Cassedane (1989) conjectura a respeito dos primeiros descobertos de diamantes no Brasil, dizendo que teriam ocorrido bem antes do que supõem outros autores:

Oficialmente a descoberta de diamantes no Brasil é datada de 1727. Garimpeiros encontraram cristais de diamante antes dessa data, talvez já em 1670, mas não reconheceram a sua importância ou valor. A chegada dos primeiros diamantes brasileiros na Europa causou uma depressão no mercado, e os fornecedores de gemas reagiram à tentativa de denegrir a qualidade e ocultar a fonte (CASSEDANNE, 1989, p. 325).

Rabello (1997) suspeita que os primeiros diamantes brasileiros podem ter sido encontrados antes de 1714, precedendo a data oficial do evento, portanto, em quinze anos. Para o autor, tal “hiato” só se explica considerando a natureza do novo achado:

Não é possível fixar o momento exato do encontro das gemas. Produto tão valioso, sujeito às vicissitudes da intriga, da ambição, de todo um jogo de influências e de apetites díspares, forçosamente terá no seu achado uma origem nebulosa. É possível que até mesmo antes de 1714 já tenha sido localizado (considerando-se a imensidão do território). Mas a oficialização da descoberta é de 1729, quando o Governador e Capitão-General de Minas Gerais, Dom Lourenço de Almeida, premido pelas circunstâncias, em ofício de 22 de julho daquele ano, comunicou a El-Rei o evento (RABELLO, 1997, p. 23).

Tratando-se da aristocracia daquela época, parece pouco provável que houvesse tal desconhecimento por tempo tão alongado, de algo tão precioso e tão representativo da ostentação, que certamente fazia parte dos usos e costumes, apreciado exatamente pelas altas rodas de então.

Dessa época (início do século XVIII) até cento e quarenta anos depois, o Brasil foi o maior produtor de diamantes do mundo, exauridos que estavam os campos da Índia. Havia, com efeito, boa oferta de gemas, mas o mercado absorvia-as, mesmo com algum casual aumento na produção. No ano de 1870, porém, um evento sacudiu o conforto dos envolvidos naquele negócio: na região do rio Orange, na África do Sul, foram encontradas enormes jazidas de diamantes, onde se podia extrai-los em grandes quantidades. Isso, evidentemente, jogaria por terra o merchandising de que os diamantes eram raros, portanto preciosos e, por conseguinte, caros! Em consequência da abundância descoberta na África do Sul, de pedra mais preciosa, por conta da raridade, fosse qual fosse sua origem o diamante terminaria declinado à categoria das semipreciosas, tendo então de ser substituído por algo mais raro. Por aquela mesma época, e na mesma Inglaterra, cujo império incluía a África do Sul, Karl Marx escreveu:

Com minas mais ricas, a mesma quantidade de trabalho representaria uma maior quantidade de diamantes, cujo valor baixaria. Se se conseguisse transformar com pouco trabalho o carvão em diamante, o valor deste último desceria talvez abaixo do valor dos tijolos (MARX, 1974).

Cientes da teoria de Marx, ou advertidos por ela, os investidores entenderam que havia urgência de se organizarem, e decidiram fundir “os seus interesses em uma única entidade que seria poderosa o suficiente para controlar a produção e perpetuar a ilusão de escassez dos diamantes” (EPSTEIN, 1982a). O instrumento que se criou, em 13 de março de 1888, foi chamado *De Beers Consolidated Mines Limited*.

Outra lição, de antes, numa circunstância semelhante, é o que conta Joaquim Felício dos Santos (1976), referindo-se ao negociante londrino John Mawe, que num trecho do seu “Tratado dos Diamantes e Pedras Preciosas”³³, aborda o excesso da oferta de diamantes brasileiros na Europa logo em seguida à descoberta em Minas Gerais, dos transtornos advindos, e dos infames recursos para salvar o negócio:

Em consequência da favorável exposição da descoberta de diamantes do Serro Frio, foram estes procurados com a maior avidez. Fizeram-se extensas especulações e chegaram à Europa em tal abundância, que se receou seriam muito desapreciados. Para evitar isto espalhou-se de propósito o boato que os diamantes do Brasil eram decididamente inferiores aos orientais. Outros interessados no seu comércio negavam que fossem da América, e declaravam que eram o refugio das minas da Índia, enviados do Indostão a Goa e dali transmitidos ao Rio de Janeiro. Estas informações falsas excitaram na Europa um grande prejuízo contra os diamantes do Brasil; caíram logo nas mãos de poucas pessoas, que sabiam melhor manejar o negócio, as quais antevendo que o Governo não podia ficar indiferente, compraram todos os que se lhes ofereceram, e tomaram o engenhoso expediente de ocultamente transmitirem os diamantes a Goa, e daí a Bengala, onde eram batizados como legítimos diamantes orientais, comprados a altos preços e transmitidos à Inglaterra, de onde se espalhavam pela Europa. Eram em toda a parte recebidos pelos consignatários manufatureiros de brilhantes como genuínos diamantes orientais. Trazidos assim a uma competência manifesta, achou-se que eram em nada inferiores às mais belas pedras de Golconda. O primeiro prejuízo foi logo abandonado pelo comércio, mas fez uma notável impressão nas pessoas pouco conhecedoras do diamante. Pode-se com verdade afirmar que a Europa depende quase que inteiramente do Brasil para o suprimento dos diamantes (SANTOS, 1976, p. 78).

Mais tarde, outro descoberto, também rico, provocou sérios prejuízos: “em 1844 foram descobertas novas e ricas jazidas de diamantes na Província da Bahia, cuja produção inundou novamente o mercado com considerável quantidade de pedras, o que ocasionou a desvalorização geral das custosas gemas” (CANSTATT, 2002, p. 151).

Transtornos, sem dúvida, de uma atividade sobre a qual não havia total controle, que não previa ou não se assegurava de todos os riscos e reveses, algo que os negociantes reunidos na *De Beers* agora pretendiam evitar. A *De Beers* urdiu então a dominação de todas as etapas da indústria, de ponta a ponta, e em escala planetária, assumindo variadas feições mundo afora, por meio inclusive de subsidiárias, desde a extração, detendo a propriedade das minas, e, com vistas à estabilidade dos preços, controlando a distribuição às empresas comerciais no extremo oposto, fazendo a conexão direta com o mercado consumidor.

³³ Esta referência não foi localizada, para ser consultada e apontada aqui como fonte primária; no entanto, pelo interesse da informação, e considerando a confiabilidade em Felício dos Santos, a citação foi mantida.

Os colonizadores europeus na África assumiram poderes imensuráveis. Dentre os fundadores da *De Beers* estava Cecil Rhodes,

o único homem na história a ter duas nações e uma federação com o seu nome: Rodésia (atual Zimbábue), Rodésia do Norte (agora Zâmbia) e da Federação da Rodésia (que incluía Malawi, Zâmbia e Zimbábue). Em menos de dez anos, sob o foral concedido a ele pelo governo britânico, havia colonizado milhões de quilômetros quadrados da parte mais rica da África Austral e Oriental. Esse império territorial foi efêmero [...]. Mas ele criou outro império, a De Beers, que permaneceu (EPSTEIN, 1982b).

Matthew Sweet complementa:

Em 1891, ele havia agrupado as minas da De Beers sob seu controle, impondo domínio sobre 90 por cento da produção mundial de diamantes. Ele também garantiu outras duas posições importantes, primeiro-ministro britânico da Colônia do Cabo, e presidente da Companhia Britânica da África do Sul, uma organização que foi formada – conforme as antigas empresas das Índias Orientais – no objetivo das aventuras expansionistas para as quais os governos patrocinadores não tinham disposição própria. O resultado de seus esforços produziu novas anexações britânicas: Nyasaland (agora Malawi), Rodésia do Norte (agora Zâmbia) e Rodésia do Sul (atual Zimbábue) (SWEET, 2012).

Jay Epstein afirma que em razão do controle imposto pela *De Beers*, diferente de outras commodities, como ouro, prata, cobre, borracha e grãos, que flutuavam segundo as vicissitudes da economia, os diamantes não só permaneciam com os preços estáveis como apresentavam uma evolução segura, a ponto de, no final dos anos 1970, “até mesmo os especuladores começaram a comprar diamantes como uma proteção contra os caprichos da inflação e recessão” (EPSTEIN, 1982a). Em 1979 a *De Beers* havia expandido

suas vendas de diamantes nos Estados Unidos em mais de US\$ 2,1 bilhões, no atacado, em comparação com meros US\$ 23 milhões em 1939. Em quarenta anos, o valor de suas vendas tinha aumentado quase cem vezes. As despesas com anúncios, que começaram com apenas US\$ 200.000 por ano, gradualmente, aumentaram para US\$ 10 milhões (EPSTEIN, 1982a).

Para que tal ocorresse (ou continuasse ocorrendo!) uma das providências postas em prática foi reinventar o diamante em suas representações, a partir de um ardiloso merchandising. Era preciso sustentar a representação da raridade e, ainda, acrescentar que possuí-lo era sinal de elevada autoestima, de romance e sensualidade; símbolo de poder e riqueza, da ascensão socioeconômica, de prosperidade e superioridade. Além disso, era preciso propagar e incutir o conceito de que presentear com tal preciosidade era um gesto de amor, parte inerente dele, a significação de que assim se desejava fosse a vida conjugal: singular e indestrutível como o diamante. E sendo representação de algo tão importante para as pessoas, o diamante se tornaria, tal como o que representava, mercadoria inegociável.

Então, se sempre haveria noivos desejosos de uma vida conjugal duradoura como o diamante, e eles estariam dispostos a comprar um para representá-la, teriam de fazê-lo sempre da própria *De Beers* que, além de controlar o mercado propagava que quem já possuísse a preciosidade deveria conservá-la. As mulheres já estavam psicologicamente condicionadas para nunca vender os seus diamantes. Mas, além delas, havia um grande contingente de “herdeiros”, que também precisariam ser persuadidos quanto à segurança dos diamantes, do ponto de vista financeiro. Epstein (1982a) estimou, à época de seu artigo, que o público possuía mais de 500 milhões de quilates de diamantes gema, equivalente a mais de cinquenta vezes a quantidade produzida pelo cartel do diamante em um ano. Se aqueles brilhantes, por qualquer motivo, invadissem o mercado, haveria uma séria crise no negócio. Para evitar a catástrofe, quem possuísse diamantes deveria estar permanentemente convencido a nunca romper o vínculo com eles. Caso esse público percebesse alguma oscilação nos preços e por isso resolvesse se desfazer de seus tesouros, com receio de prejuízos, haveria uma reação em cadeia e o mercado ficaria caótico, caso em que nem mesmo a *De Beers* conseguiria reverter a situação, impedindo a queda vertiginosa no preço dos diamantes.

Na década de 1930 a *De Beers* pediu que se criasse um slogan, uma síntese de todo o seu marketing, que se mostrava tão promissor. Um jovem publicitário, Frances Gerety, da agência americana *NW Ayer & Son*, que cuidava da bem-sucedida campanha para o cartel, elaborou a frase “um diamante é para sempre”, associando-o à imagem de um casal de namorados. “Mesmo que o diamante possa ser quebrado, lascado, descolorido, e até queimado e convertido em cinzas, o conceito de eternidade capturou perfeitamente as qualidades mágicas que a agência de publicidade queria atribuir aos diamantes” (EPSTEIN, 1982a). Com efeito, tudo estava ali resumido, naquela breve citação, tornando-se daí em diante o lema oficial da *De Beers*. No ano 2000, a revista *Advertising Age* considerou o slogan o melhor da publicidade de todo século XX.

O fascínio que os diamantes exercem sobre as pessoas é algo que vem de longe:

o Artha-Sastra de Kautilya, antigo manuscrito sânscrito [...] relata que diamantes eram negociados ativamente na Índia há cerca de 2.300 anos. O Mahabharata, um épico sânscrito, sugere que os diamantes foram descobertos na Índia há milhares de anos, e o Rig-Veda, que trata de pedras preciosas, escrito há mais de 3.500 anos, cita diamantes em seus textos (SAUER, 2002, p. 17 e 40).

No entanto, o vínculo dos brilhantes com a vida conjugal, e todas as imagens adjacentes, é uma construção recente, fruto de uma campanha publicitária bem elaborada, encomendada por um cartel com vistas ao controle absoluto do mercado. Epstein (1982a) conta que o cinema foi uma das mais eficientes armas utilizadas para atingir o público em

massa, fazendo dos ídolos símbolos de amor eterno e indestrutível, evidentemente sempre ostentando um diamante como enfeite.

Muito a propósito, embora provavelmente não sob uma explícita encomenda da indústria do diamante, mas com seu grato e óbvio assentimento, Marilyn Monroe (**Figura 34**) protagonizou, ao lado de Jane Russel, o filme *Gentlemen prefer blondes* ³⁴, lançado em 1953. Um dos temas musicais, cantado por Marilyn Monroe, reafirma o slogan da *De Beers* de que “os diamantes são eternos” especialmente na segunda estrofe, ao dizer que “essas pedras não perdem a forma”:

Os Franceses adoram morrer de amor
Eles se divertem em duelos
Mas eu prefiro um homem que viva
E me dê joias caras
Um beijo na mão pode ser sofisticado
Mas os diamantes são os melhores amigos de uma garota

Um beijo pode ser grandioso mas não pagará o aluguel
Do nosso humilde apartamento, nem o ajudará com as refeições
Os homens se tornam frios ao passo que as garotas envelhecem
E todos nós perdemos nosso charme no fim das contas
Mas, quadradas ou como peras recortadas
Essas pedras não perdem a forma
Os diamantes são os melhores amigos de uma garota...

E porque a Grã-Bretanha tivesse interesses diretos nessa indústria, foi ponderado quão proveitoso seria se a família real ostentasse diamantes ao invés de outras jóias; e assim se fez: as “jóias da coroa” inglesa são célebres, e foram se tornando, desde então, sinônimo e representação do fausto e riqueza da realeza bretã. Uma imagem obviamente conveniente para ambos, para o império britânico e para a indústria e seus financistas, envolvidos na exploração dos diamantes, especialmente no continente africano.

Epstein (1982a) afirma que “em 1941, a agência de publicidade informou ao seu cliente que ele já tinha alcançado resultados impressionantes em sua campanha. A venda de diamantes aumentou em 55 por cento nos Estados Unidos desde 1938, invertendo a tendência anterior de queda nas vendas no varejo”.

A partir de meados da década de 1960, tendo consolidado o mercado americano, o marketing bem sucedido da *De Beers* foi internacionalizado, e os principais alvos foram a Alemanha, o Japão e o Brasil. Mesmo para o caso do Japão, de tão milenares e arraigadas tradições, não houve mudanças significativas na campanha: foram espalhados anúncios em revistas japonesas nos quais belas mulheres, tipicamente ocidentais, exibiam anéis de diamante. Nada relacionado ao modo de vida local.

³⁴ “Os homens preferem as loiras”.

A mensagem era clara: os diamantes representavam uma ruptura com o passado oriental e um sinal de entrada na vida moderna. A campanha foi um sucesso notável. [...] Quando a publicidade começou, em 1967, perto de 5 por cento das mulheres japonesas receberam um anel de noivado de diamante. Em 1972, a proporção havia subido para 27 por cento. Em 1978, metade das mulheres japonesas casadas usava um diamante; em 1981, cerca de 60 por cento das noivas japonesas usavam diamantes. Em apenas quatorze anos, a tradição japonesa de 1.500 anos foi radicalmente revista. Os diamantes tornaram-se um emblema do casamento japonês. O Japão se transformou no segundo maior mercado, depois dos Estados Unidos, para a venda dos anéis de noivado de diamante (EPSTEIN, 1982a).

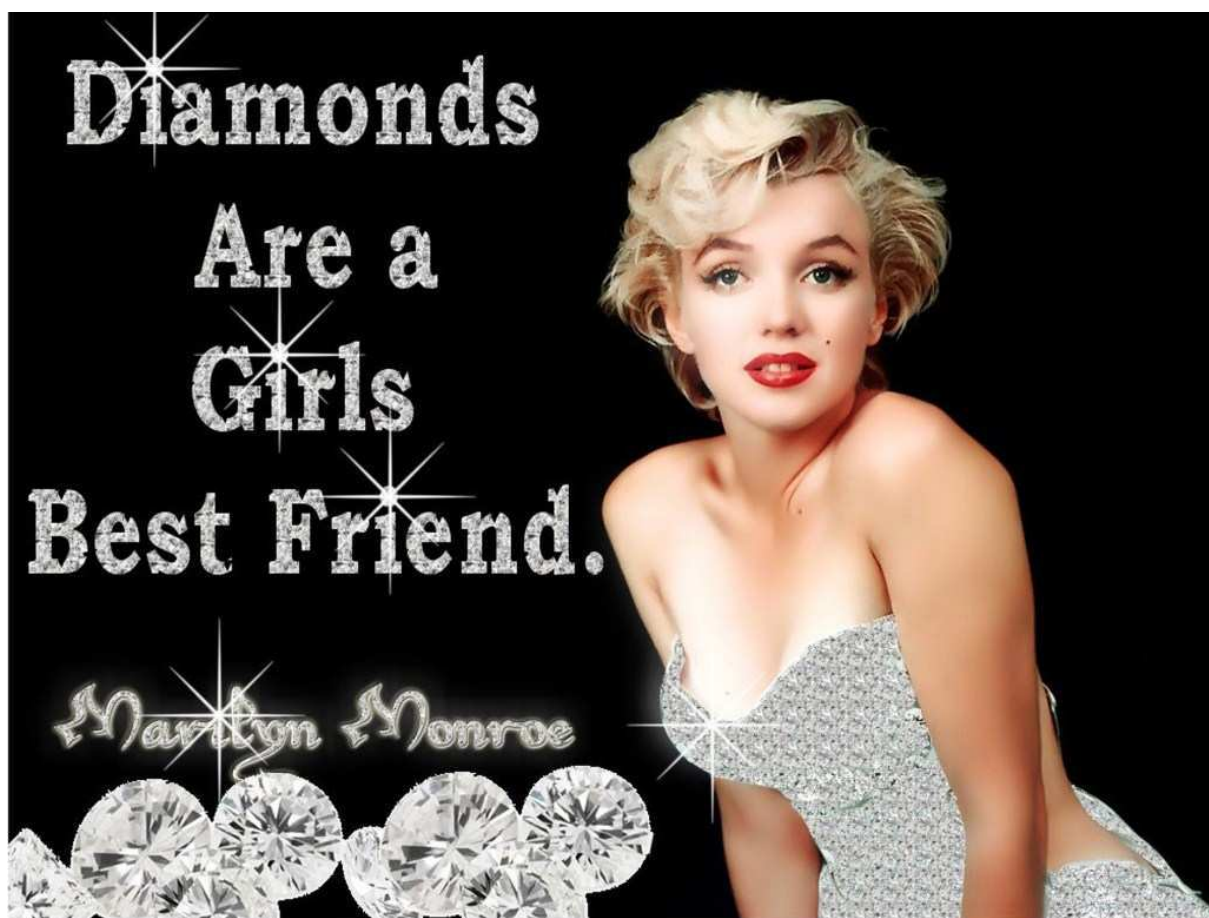


Figura 34 - “Os diamantes são os melhores amigos das garotas”... O erotismo e o cinema foi combinação perfeita para causar nas mulheres o desejo pelo diamante (Fonte da imagem: <[www.freakingnews.com Marilyn/Monroe/Diamonds/Pics/36126.asp.jpg](http://www.freakingnews.com/Marilyn/Monroe/Diamonds/Pics/36126.asp.jpg)>).

Daí depreende-se que um ato tão prosaico (embora muitas vezes tão ansiosamente aguardado) como o compromisso de noivado, em que um anel de brilhante é oferecido à noiva como sinal de amor e compromisso, tem por trás uma campanha publicitária laborada com toda astúcia que pede a reprodução do capital. Outras providências tiveram de ser tomadas pelo cartel *De Beers* para manter o domínio do mercado, em função, por exemplo, de novos e grandes descobertos, que ameaçavam seu controle (o grande pesadelo dos integrantes do cartel!). O mais ilustrativo, no entanto, em relação ao universo da indústria e suas estratégias foi a reinvenção do diamante, impondo-o como um elemento indispensável na vida conjugal.

Sob encomenda da rede de joalherias Amsterdam Sauer, o escritor paulista Ignácio de Loyola Brandão produziu o texto de apresentação do catálogo de joias lançadas no final de 2010, a coleção *Dreams*. O autor sintetizou o espírito do marketing que, conforme relata Epstein (1982a e 1982b), foi a campanha da agência norte-americana NW Ayer veiculada durante mais de meio século, para a *De Beers*:

Jóias são sonhos. Dreams. Elas nos remetem à feminilidade. Substantivo feminino que pode ser adjetivo. Provocam lágrimas de felicidade, indicam paixão, abalam o coração, trazem riso, ansiedade, despertam a volúpia. Objeto de sedução que subjuga [...] Trazem à mulher a certeza do amor, a perturbadora sensação de ser desejada por alguém que a quer mais perto. São símbolos, confirmações de quem dá, se dá e quem recebe. Significam entrega, pedido, a capitulação, o enternecer. Mulheres, que são sábias, compreendem a mensagem oculta que chega com uma joia. O jogo da sedução, sutil e feminino, encerra doces enigmas que as mulheres adoram. Uma joia marca momentos de vida e estados de espírito: no poder de um diamante, na raridade de uma turmalina, no mistério de uma esmeralda, no calor de uma rubelita. A memória é volátil, a joia permanente. [...] As jóias narram nossa vida e os que nos amaram, os que amamos e quem fez de nós o que somos. Para sempre.

Loyola Brandão não resistiu, e concluiu seu texto com a mesma assinatura do slogan da *De Beers*: “diamantes são *para sempre*”! Além disso, a mensagem lembra outros pontos da campanha americana, sugerindo, por exemplo, a “mensagem oculta” que há numa joia, um “objeto de sedução” coberto de sentimentos que só as “mulheres sábias” compreendem; representam a garantia do amor e causam “a perturbadora sensação de ser desejada”, “provocam lágrimas de felicidade, indicam paixão, abalam o coração, trazem riso, ansiedade, despertam a volúpia”! Em suma, o texto ressalta tudo o que um amante pode pretender insinuar ou dizer quando se lança a “subjugar” uma mulher; mas, está implícito na mensagem: ele só conseguirá fazê-lo se presenteá-la com uma joia. Para a mulher, que corre o risco de um dia não mais fazer parte da “memória volátil” do homem que a seduziu, resta o consolo: ficará a joia, esta é permanente!

Evidentemente, os diamantes não são a essência das belas e verdadeiras histórias de amor; ao contrário, um bom relacionamento conjugal dispensa que os brilhantes lhe sejam agregados. O que ocorre é que eles foram apropriados pelo capital com vistas à sua utilização para a representação, ora da própria beleza, ora da riqueza, ora do romance... O capital prima pela exploração sem medidas, pela opressão e espoliação, tanto do meio natural quanto do homem e do seu trabalho. Toda história do diamante é permeada de violência, e o seu apelo sentimental não é mais que uma fábula, construção de uma imagem pela indústria cujo objetivo e resultado é a reprodução do capital. Epstein (1982a), na conclusão de seu artigo, afirma que “a indústria do diamante é, no final, muito parecida com o diamante: para o olho destreinado, pode parecer radiante e inquebrável, mas sob ampliação intensa, é falho”.



Figura 35 - O apelo às divas e à sensualidade é recorrente na história da propaganda do diamante. Marilyn Monroe foi uma das muitas atrizes de cinema utilizadas pelo capital na reinvenção das representações do diamante, a partir de um ardiloso merchandising. Embaixo, à direita, o anúncio é especialmente representativo: o texto diz “projetado para a satisfação da mulher”; a imagem, no entanto, é a de uma arapuca!

Para contextualizar: fazem 80 anos, Ernst Oppenheimer, fundador da mineradora Anglo American, assumiu o controle da *De Beers*, fundada pelo financista e político britânico Cecil Rhodes, que também fundou a Rodésia, atual Zimbábue. Recentemente, a Anglo American, que já controlava 45% do capital da *De Beers*, adquiriu mais 40%, agora dos herdeiros Oppenheimer. Segundo André Araújo, (no artigo “os reis do diamante saem do mercado”) o afastamento dos Oppenheimer da *De Beers* encerra um longo ciclo, motivando incertezas no mercado de diamantes, embora o próprio Araújo admita que um “extraordinário aumento da demanda está empurrando para as alturas o preço da pedra”.

Outro episódio, recente, marcou a relação entre os diamantes e as divas, porém de forma bem menos glamourosa que nos tempos da *blonde* Marilyn Monroe: o hoje ex-presidente da Libéria, Charles Taylor (eleito em 1997, deposto seis anos depois e atualmente asilado na Nigéria) processado por violações aos direitos humanos em seu país, presenteou a modelo internacional Naomi Campbell, em 1997, com um punhado de diamantes brutos. A modelo foi convocada para depor e esclarecer o presente; segundo os promotores do caso, que a convocaram para depor, Naomi foi presenteada com diamantes vindos de Serra Leoa, semelhantes aos que Charles Taylor rotineiramente recebia em troca de armas utilizadas na violenta guerra civil que assolou aquele país de 1992 a 2002, durante a qual centenas de milhares de pessoas foram mortas. O fato ganhou notoriedade justamente pelo envolvimento de Taylor no comércio de diamantes de sangue, e estar sendo julgado pela acusação de responsabilidade por atrocidades em Serra Leoa, incluindo mutilação, escravidão, estupro e assassinato. Um epílogo melancólico, *antimerchandising* para mercadoria tão estimada, considerando especialmente como ficaram marcados os primeiros anos da reinvenção do diamante, sempre associado ao glamour de atrizes do quilate de Marilyn Monroe.

Mesmo sendo um recurso finito, após a exaustão de uma reserva sempre se tem descoberto outra: depois da Índia, o Brasil se destacou por um século e meio, em seguida veio a África do Sul, a Austrália, outros vários países no continente africano etc. Além disso, a produção de diamantes em laboratório se aprimora a cada dia, com uma vantagem sobre as gemas naturais: um diamante sintético pode ter suas propriedades controladas, de acordo com a finalidade a que se destina, características com as quais não se pode contar nos diamantes encontrados na natureza. Mas o que pode estar inquietando os capitalistas envolvidos na indústria do diamante é um descoberto divulgado recentemente pela Agência *France Presse*, mais precisamente em setembro de 2012:

Uma mina de diamantes localizada na Sibéria, cuja existência foi mantida em segredo por décadas, tem enormes reservas e pode causar uma “revolução industrial” no mundo, dizem especialistas. O depósito foi descoberto no início dos anos 1970 em Popigaï, uma área desabitada da Sibéria oriental, a 400 km de Khatanga, e 2000 km ao norte de Krasnoyarsk, a principal cidade da região. Por conta da Guerra Fria, o depósito foi imediatamente considerado “reserva estratégica” da antiga União Soviética e sua existência mantida em segredo³⁵.

A reportagem diz ainda que a jazida está numa cratera com cem quilômetros de diâmetro e, segundo estudos geológicos, ela foi formada a partir da queda de um asteroide, há 35 milhões de anos. De acordo com as pesquisas, os diamantes da mina de Popigaï são duas vezes mais duros que os diamantes tradicionais, do tipo “indústria”, principalmente em razão do tamanho – pequenos. No ritmo atual de uso de diamantes industriais, as reservas de

³⁵ Notícia disponível em <<http://www.afp.com/fr/node/521896>>. Acesso em 02-out.-2012.

Popigai são suficientes para abastecer o mundo durante 3000 anos! No entanto, em vista da localização remota, a exploração ainda é considerada antieconômica.

Para um futuro ainda mais distante, há especulações a respeito de planetas cujo processo de formação, diferente do que ocorreu na Terra, tê-los-ia feito quase inteiramente de diamante. É o que também informou a mesma *France Presse*: segundo a agência de notícias, astrônomos descobriram um “exoplaneta” (localizado fora do sistema solar) distante 40 anos-luz da Terra. Esse planeta tem um raio de 12.747 quilômetros, duas vezes maior que o da Terra. Os cientistas que o descobriram e estudaram afirmam que a quantidade de diamante é equivalente a 55% da massa do planeta, algo equivalente a três vezes a massa da Terra ³⁶.

Pode não ser ficção, portanto, imaginar o dia em que se confirmará a presciência de Marx, segundo a qual o excesso fará que os diamantes valham menos que tijolos!

2.3 – BREVE ALUSÃO À GEOLOGIA DO DIAMANTE

*Pois o diamante é o mesmo carvão, carbono. Seja talvez o senhor verdadeiro deste mundo. Tudo o que existe – matéria de natureza dos animais e plantas – exige de conter carbono. Compõe até o ar que obrigados respiramos.*³⁷

A quem usa um brilhante e mesmo ao garimpeiro que pega uma bela pedra num monção ou na virada de um rio, nem sempre ocorre imaginar como se dá o longo processo geológico da constituição e aparecimento do diamante na superfície terrestre. As primeiras conjecturas que ficaram anotadas a respeito são improbabilíssimas, mesmo ao menos experto:

Ao longo dos séculos, sobejaram teorias a respeito da origem dos diamantes. Algumas afirmavam que eram lascas de estrelas, gotas de orvalho petrificadas ou cristal de rocha maduro. Platão o definiu como “a parte mais nobre e pura do ouro – fundido em uma massa brilhante e transparente”. Muitos acreditavam que eram formados quando meteoritos ou relâmpagos atingiram a Terra. Na Índia achavam que os diamantes cresciam no solo e que o tamanho indicava sua idade. Alguns teóricos acreditavam que os diamantes eram capazes de procriar. Em 1243, o lapidário anglo-normando Sloane fez a seguinte descrição: “os diamantes vêm da Índia e alguns da Arábia; aqueles vindos da Índia são machos recortados, os outros, fêmeas. O macho emite um brilho marrom sob a luz, a fêmea é branca e tem a linda cor do cristal. Esses diamantes são muito preciosos e possuem grande dureza, pois cortam ferro ou aço sem sofrer um arranhão sequer” (SAUER, 2002, p. 18).

³⁶ Notícia disponível em <<http://www.afp.com/fr/node/589538>>.

³⁷ João Guimarães Rosa, 1985, p. 262.

Dentre os brasileiros que registraram suas impressões a respeito do diamante e dos primeiros achados no Brasil está José Vieira Couto, em cuja “Memória sobre as minas da capitania de Minas Geraes”, publicada em 1801, constam curiosos pormenores:

Estes diamantes acham-se entre o saibro ou cascalho, que os rios acarretam em outro tempo dos montes, e os conservam dentro de suas vêas, ou nas suas abas e visinhanças. As aguas d’estas pedras são de diferentes côres, umas muito claras, nitidas, e da feição de prata polida; outras alambreadas, verdeadas outras, azuladas, e também côr de aço: dizem que também as ha encarnadas, ainda que estas as não vi. Na sua crystallisação se observam muitas variedades; as pedras pequenas são as mais regulares pela maior parte; conhecem-se bem as que são em fôrma de duas pyramides unidas pelas suas bases, e às quaes chamam os nossos mineiros *diamantes de pião*; as que são triangulares, chamadas *diamantes em figura de chapéo*; as que tesselladas, ou arredondadas; e todas ellas bem conformadas, e com suas faces e angulos bem vivos e distinctos. Mas pelo que diz respeito às pedras maiores, estas não guardam fôrma alguma constante e regular de crystallisação; umas são redondas e lisas, outras chatas, outras alongadas, e sempre por alguma ponta ou extremidade mostrando lados abruptos, como se lhes faltasse a sua continuação, ou algum pedaço. Em muitas d’ellas observam-se além d’isso jaças, pontos interiores negros ou verdeados; cousas estas, que raras vezes se observam nos diamantes do Serro; porém de mistura com todos estes defeitos conservando sempre um brilho e fulgor bastantemente vivo. São mui vulgares estas pedras grandes n’este paiz, de sorte que quando aparece um diamante de duas, quatro e mais oitavas de pezo, não admira a sua aparição; tem grandes falhados; porém todos estes diamantinos, onde se não acham nem grandes, nem pequenos, aqui se topa com uma pinta rica, e logo o terreno, que se segue, e por muito espaço, não dá nada: amargurados descontos, com que a natureza refrêa, intimida, ou zomba da cobiça humana! (COUTO, 1801, p. 119).

Além da “Memória sobre as minas”, Vieira Couto escreveu, em 1790, a “Memória sobre a capitania de Minas Geraes – seu território, clima, e produções metálicas”, formulando, em ambas, precioso relato a respeito do assunto. Não obstante sua erudição e a importância histórica de suas obras, Couto revela desconhecimento em relação à gênese do diamante. Provavelmente porque levou em conta as superstições que ouvia, ou em função dos locais em que as primeiras pedras preciosas eram comumente encontradas (a maior parte no leito dos rios, como ele refere) o autor desconhecia a atividade geológica de constituição desse mineral, conforme hoje é sabida, tornando bizarras suas palavras a respeito, especialmente quando descreve como o diamante é “cristalizado” na superfície da terra:

o diamante é commun em muitas partes do Brazil, ouço dizer que até em outras capitánias, fôra esta, os ha. Porém o lugar que se tem feito mais celebre por elles é o Serro do Frio: por toda a parte os ha n’esta comarca, e agora de proximo também se tem descoberto na comarca de Sabará, em varios rios e córregos que vertem para o de S. Francisco, como o Abaité e outros. Esta pedra é toda crystallisada na superficie da terra, e nunca em vieiros que se entranhem pelos montes. Jámais se lhe achou base ou crosta que lhe servisse de assento, como matriz, para a mesma crystallisação; e a fôrma das mesmas pedras em pião, pontudas por uma e outra parte,

triangulares, arredondadas, e por todas as partes faceadas e lizas, tudo isto prova que a sua crystallização é dispersa, solitaria e não continuada. Por essa razão é que, creando-se esta pedra na superficie da terra, e não se achando presa em uma base ou vieiro, nem entranhada pelos montes, o tempo, os alluviões das aguas, as revoluções da terra, estes grandes agentes da natureza, as tem conduzido já quasi todas aos rios, às suas baixas e leitos antigos. Estes são os logares mais ordinarios em que se acham os diamantes: n'esta terra tambem os temos visto (ainda que sempre mais raras vezes) nos picos das serras e em algumas planicies elevadas e mui retiradas dos rios, e que nunca foram seus leitos; n'estas paragens se pôde dizer que ellas estão ainda no logar natural das suas crystallisações, e por isso sempre à flôr da terra. (COUTO, 1891, p. 326)

Embora a publicação da obra de Vieira Couto aqui referida tenha ocorrido em 1891, ela foi escrita bem antes, pelo que são compreensíveis suas conjecturas.

Branco (1989) também anotou a respeito das crendices acerca do diamante:

na Antiguidade, acreditava-se que o diamante, se usado na segunda-feira, trazia azar, sendo o sábado o dia mais indicado para uso. Segundo o Talmude, se ficasse embaçado diante de um suspeito de crime, este era culpado. No século XVIII, era tido como dissipador de raios e fantasmas e defensor da virtude. Acreditava-se também que era capaz de se reproduzir. Entre os espíritas, era considerado o meio mais seguro de provocar o transe. Atualmente é considerado a pedra dos nascidos sob o signo de Leão, simbolizando a pureza e a constância. Os birmanes acreditam que, ingerido, é tão venenoso quanto o arsênio. (BRANCO, 1989)

Vê-se como de tudo o que se conhece hoje do diamante, até recentemente muito pouco se sabia. Infere-se que o que fez o diamante tornar-se um objeto de desejo foi o mistério que o encobria, o desconhecimento de sua procedência e, além da beleza, mormente sua raridade. Em vista de atributos que só o diamante possui, e da potencialização dessas qualidades pela indústria, cada vez mais se tornou um fetiche, carregado de representações, detentor de poderes mágicos, algo que para o garimpeiro só confirma o que sempre supôs.

Em vários sítios na internet há farta informação disponível a respeito do diamante, como no sítio da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, em que consta:

O diamante é a gema mais cara que se pode encontrar no mercado e difere das demais em vários aspectos. É composto de carbono puro, como a grafita (ou grafite), mas é completamente diferente deste mineral, na cor, no brilho, na dureza, na densidade e no valor. É transparente, quase sempre incolor ou com cor clara. De todos os diamantes produzidos, 99,9% são incolores ou levemente amarelados. Salvo raras exceções, quanto mais escura é a cor de uma gema, mais valor ela tem. Mas, o diamante, não: quanto menos colorido ele for, maior é o valor (a não ser que tenha uma cor bem definida). O diamante pode ser amarelo, castanho, cinza, preto, leitoso, às vezes azul ou verde e raríssimas vezes vermelho. Tem um brilho intenso (chamado de brilho adamantino) e é a substância mais dura que se conhece. Na escala de Mohs, que vai de 1 a 10, ele tem dureza 10, mas é 150 vezes mais duro que o rubi e a safira, que têm dureza 9,0. Por essa razão, para serrar ou polir um diamante é preciso usar o próprio diamante. Embora muito duro, isso é,

difícil de ser riscado, é frágil, sendo fácil de quebrar. Em muitos locais, o diamante ocorre numa rocha chamada kimberlito. Na África do Sul, os kimberlitos têm em média apenas 67 mg de diamante em cada tonelada de rocha, mas mesmo assim o aproveitamento é lucrativo. No Brasil, é encontrado em aluviões e eluviões, não sendo ainda conhecidos kimberlitos diamantíferos economicamente aproveitáveis. Pode aparecer também em arenitos e conglomerados. Em 1983, descobriu-se, na Austrália, que também o lamproíto, outro tipo de rocha, pode conter diamantes. De todo o diamante produzido, apenas 1/3 são próprios para uso em jóias, mas esse 1/3 corresponde a 80% do valor total da produção. O restante é usado como abrasivo e em instrumentos de corte e perfuração. A maioria dos diamantes brutos comerciais tem de 0,3 a 1 quilate. A formação do diamante se dá a uma profundidade entre 150 e 200 km, sob temperaturas de 1.100-1.500 °C e pressão também muito alta. De lá, ele é trazido para cima por magma kimberlítico ou lamproítico, que é bem mais jovem que o diamante. Atualmente já se extraem diamantes do fundo do mar. Embora muita gente chame o diamante de brilhante, isso está errado. Brilhante é um tipo de lapidação, não uma pedra preciosa. Como esse estilo de lapidação é o mais usado para o diamante, estabeleceu-se essa confusão. A lapidação de um diamante pode durar vários dias, enquanto a lapidação de outras gemas raramente excede alguns minutos. (BRASIL [s.d]).



Figura 36 - O diamante natural é formado a mais de 150 quilômetros da superfície da terra, sob pressão e temperatura altíssimas. A produção em laboratório já é possível, desde que reproduzidas aquelas condições, que ocorrem no manto terrestre, abaixo da crosta (Arte: José Luiz Vaz de Sousa, 2012)

A ocorrência de diamantes mais comum no Brasil é a de aluvião (considerada uma fonte secundária) formada a partir do desgaste da rocha matriz. A rocha matriz, ou fonte primária, passa por um processo erosivo da ordem de milhões de anos, que inclui – considerando justamente o tempo decorrido – as glaciações. Além dessas, pode-se inferir como toda sorte de eventos geológicos contribuíram para o deslocamento dos diamantes da rocha matriz até as fontes secundárias. Arrastados, no transcurso de um período tão longo, desde o alto das crateras dos vulcões que os trouxeram das profundezas do planeta, os

diamantes foram depositados em locais mais baixos, algumas vezes chegando até os leitos dos rios, para serem novamente carregados. Esse é o motivo pelo qual as pedras podem ser encontradas, em alguns casos, a uma distância considerável da rocha matriz, dificultando a determinação de sua procedência.

A rocha matriz dos diamantes que mais será lembrada aqui é o kimberlito – uma das formações geológicas consideradas como fontes primárias do diamante: o kimberlito é assim chamado por ter sido identificado pela primeira vez, no ano de 1870, na região de Kimberley, na África do Sul. Caso o garimpeiro de Três Ranchos a conhecesse, diria ser essa rocha mais uma “forma”, que é como ele denomina os mais variados vestígios geológicos que a vivência o faz distinguir como sendo um indicativo da presença do diamante. Em sua gênese, numa era remota, a rocha kimberlítica originou-se a partir de um vulcão.

Chamar o kimberlito de “rocha matriz do diamante” pode, no entanto, causar uma interpretação equivocada, deixando entender que se trata de onde o diamante foi formado, ou que ambos têm a mesma constituição etc. E não é bem assim. O diamante foi formado bem antes do kimberlito: o estudo de intrusões em diamantes (as jaças) revelou que algumas delas são fragmentos minerais com mais de 3 bilhões de anos, uma era transitória do Paleoarqueano para o Mesoarqueano, época em que a Terra foi o paraíso de bactérias e estromatólitos! São preciosas as informações contidas nas inclusões dos diamantes – embora seja o que mais os desvaloriza. Além do conhecimento obtido pelo estudo das “sujeiras” numa pedra, há ainda o fato de que

os diamantes foram formados sob alta pressão a mais de 150 km de profundidade no manto da Terra e [por isso] fornecem informações valiosas sobre a composição do fundo sub-continental do manto litosférico, bem como dos processos de fusão e metassomática nas proximidades da interface do manto com a base fluida (TORSVIK, 2010).

Quanto à influência das plumas mantélicas no processo de ascensão dos diamantes para a superfície terrestre, no sítio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, consta que

A distribuição de diamantes no subsolo terrestre é controlada por plumas mantélicas [**Figura 37**], fenômeno geológico que consiste na ascensão de um grande volume de magma de regiões profundas. Essa distribuição tem sido feita dessa forma há pelo menos meio bilhão de anos. [...] As plumas, originadas da fronteira entre o núcleo e o manto terrestre, são responsáveis pela distribuição dos kimberlitos, rochas vulcânicas raras das quais são retiradas os diamantes. [...] Esses kimberlitos, muitos dos quais trouxeram diamantes de mais de 150 quilômetros de profundidade, estiveram associados com extremidades de disparidades em grande escala no manto mais profundo. Essas extremidades seriam zonas nas quais as plumas mantélicas se formaram.³⁸

³⁸ Fonte: <<http://agencia.fapesp.br/12469>>. Acesso em 06-set.-2011.

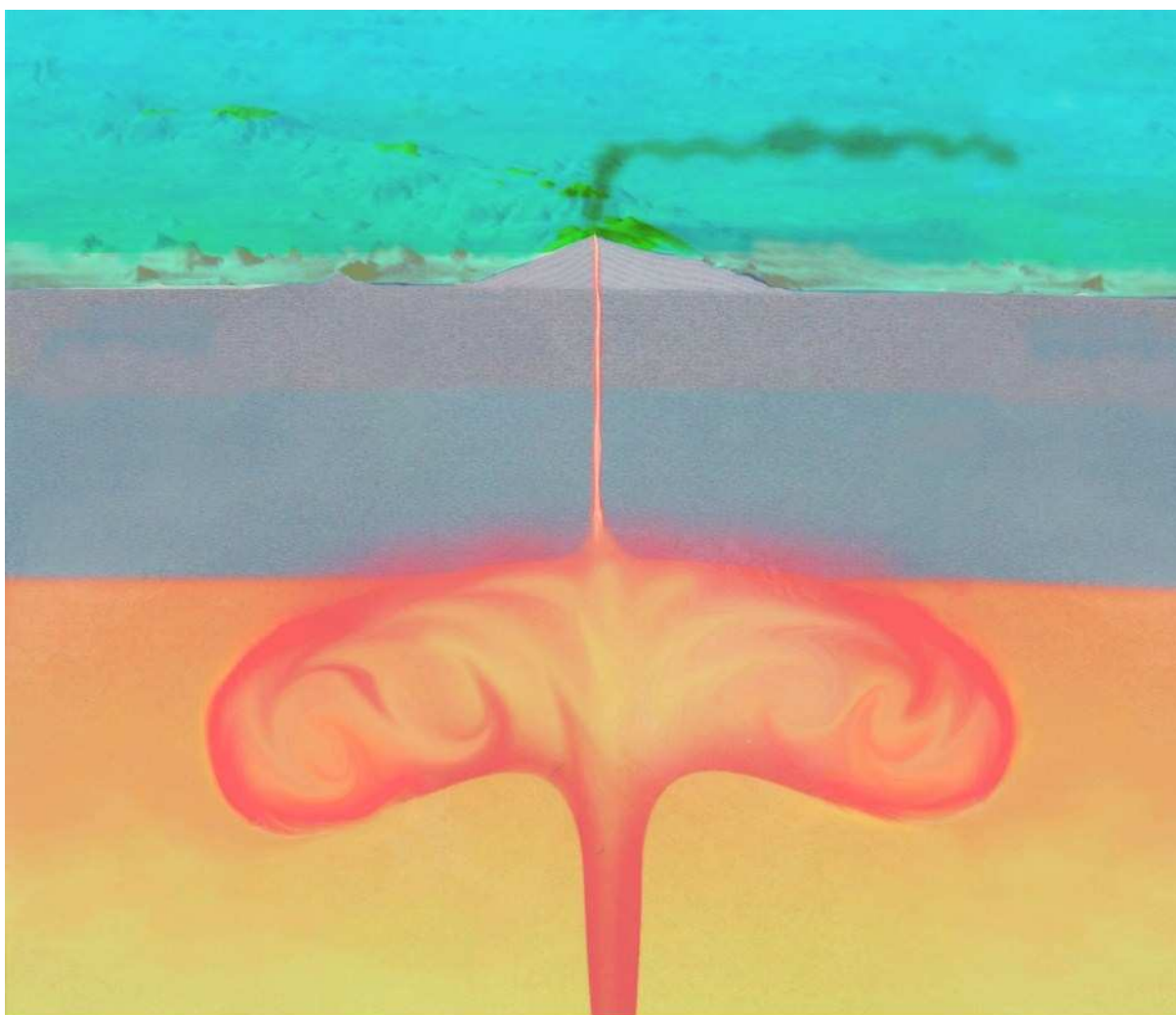


Figura 37 - A ilustração da capa do livro de Kent Condie dá uma ideia da dimensão e de como ocorrem as “plumas mantélicas”, anomalias térmicas que consistem na ascensão de grandes quantidades de magma, uma massa flutuante de material que se eleva desde o manto profundo até regiões logo abaixo da crosta terrestre. Segundo Condie (2001) ao chegarem à base da litosfera, as plumas espalham-se lateralmente, chegando a diâmetros que variam de centenas a milhares de quilômetros. Quando há uma intrusão, ocorre o processo de vulcanismo, razão de se relacionar a ocorrência dos kimberlitos diamantíferos às plumas mantélicas. (Ilustração de Condie (2001) alterada por Vaz de Sousa, 2012).

Quanto ao período de ocorrência dos eventos vulcânicos que resultaram nos kimberlitos, as fontes primárias que povoam a província do Alto Paranaíba, “a maior parte das intrusões kimberlíticas ocorreu no período entre 120 e 80 Ma” (ANDRADE & CHAVES, 2009, p. 33). Ou seja: considerando as datações que comprovam a sua idade, os diamantes já há muito estavam formados, quando os kimberlitos os trouxeram até a superfície. E assim como houve condições propícias para a constituição dos diamantes, também houve para que eles não se dissolvessem no processo de ascensão.

O kimberlito trata-se de um peridotito composto por olivina com quantidades variáveis de flogopita, ortopiroxênio, clinopiroxênio, carbonatos e cromita. Todos os peridotitos possuem mais de 40% de sua composição de olivina. No caso do kimberlito, a olivina componente é comumente

serpentinizada. O kimberlito é encontrado em chaminés kimberlíticas, que são resquícios de chaminés vulcânicas. As chaminés kimberlíticas apresentam-se geralmente com pouco soerguimento da área ao redor e com crateras muito largas. É comum que estas crateras se apresentem como maares. É consensual a proposição de que os kimberlitos são formados de um magma rico em voláteis. [...] Classifica-se grosseiramente, em função das características do kimberlito de Kimberley o kimberlito como sendo “yellow ground” e “blue ground”. Yellow ground é relativo ao kimberlito intemperizado que se encontra na superfície. Blue ground é relativo ao kimberlito não intemperizado, encontrado em profundidades variáveis. Esta nomenclatura, embora usual, não caracteriza o kimberlito satisfatoriamente, tendo em vista as discrepâncias que kimberlitos de diferentes regiões apresentam. Estas discrepâncias entre os kimberlitos levou à teoria que haveria diferenças em sua formação. Baseado nesta premissa, o modelo de classificação dos kimberlitos mais aceito hoje em dia foi proposto por Clement e Skinner em 1985 e classifica os kimberlitos segundo três grandes grupos relativos ao seu local de formação na chaminé kimberlítica: Crater Facies Kimberlites, Diatreme Facies Kimberlites e Hyperabyssal Facies Kimberlites, que numa adaptação livre podem ser denominados simplesmente por “Kimberlitos de Crateras”, “Kimberlitos de Diatremas” e “Kimberlitos Abissais”. Os Kimberlitos de Crateras são formados na porção superior da chaminé kimberlítica em profundidades muito rasas. Os Kimberlitos de Diatremas são formados nas diatremas, que é a região cônica da chaminé kimberlítica. Os Kimberlitos Abissais são formados na região abaixo das diatremas, no fundo do cone e nos entornos do dique de alimentação da chaminé (BARBOSA, 2006, p. 20).

Geologicamente, Três Ranchos está inserido na província diamantífera do Alto Paranaíba, reconhecida pela produção de grandes diamantes; também é a mais estudada, em vista de suas especificidades geológicas. A região é conhecida como povoada de vários kimberlitos, um dos quais situado bem próximo do centro urbano de Três Ranchos, na margem direita do córrego Barreiro. Escudados em diversas fontes, Dardene e Schobbenhaus (2003) descrevem a província do Alto Paranaíba, mencionando que ela

ocupa as porções noroeste de Minas Gerais e sudeste de Goiás [Figura 38], é caracterizada pela distribuição dos complexos alcalino-carbonatíticos, dos pipes kimberlíticos e kamafigíticos, das intrusões ultramáficas potássicas e ultrapotássicas e dos seus equivalentes associados lavas e rochas piroclásticas. Os carbonatitos e rochas alcalinas associadas derivam da diferenciação de magma ultramáfico com afinidade kimberlítica na região superior do manto. [...] Na província magmática do Alto Paranaíba, destaca-se o grande número de pipes, diques e ventos, aos quais são relacionados os kimberlitos e kamafigitos (mafuritos, uganditos e katungitos), cuja idade varia de 83 a 90 Ma, conhecidos como Bocaína, Córrego do Couro, Morro Alto, Córrego do Varjão, Indaiá I e II, Limeira I e II, Pântano, Japacanga, Mata do Lenço, Serra do Bueno, Três Ranchos IV e Três Barras, descritos em diversos trabalhos e objeto de controvérsias quanto ao seu potencial diamantífero. [...] Alguns desses kimberlitos se encontram seguramente mineralizados em diamante, mas até agora os corpos definidos são de pequenas dimensões e apresentam concentrações subeconômicas (DARDENE e SCHOBHENHAUS, 2003, p. 423-425).

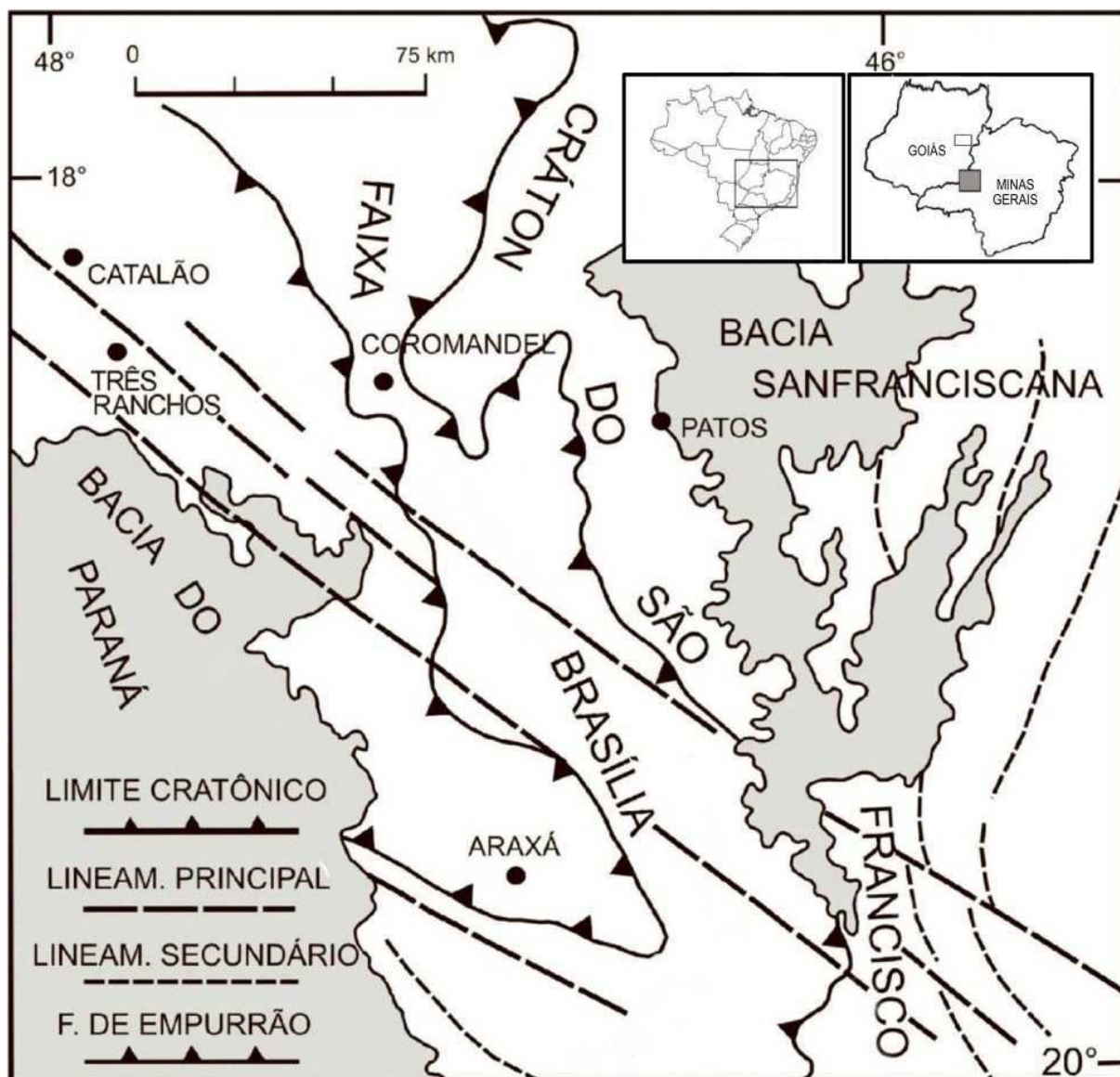


Figura 38 - Localização de Três Ranchos no contexto geológico regional, nas proximidades da faixa de desdobramentos Brasília. (Fonte: ANDRADE e CHAVES, 2009 - Modificado pelo Autor).

Lacerda Filho *et al*, referindo-se aos recursos minerais do Estado de Goiás e do Distrito Federal, no Projeto de Mapeamento Geológico/Metalogenético Sistemático, parte do Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil, dizem que

no sudeste de Goiás, região do Alto Paranaíba, verificam-se mineralizações diamantíferas relacionadas a metaconglomerados e aluviões recentes e a rochas alcalinas. Nesta região os diamantes estão associados tanto a depósitos aluviais quanto a corpos kimberlíticos, estes formando múltiplas chaminés associadas aos complexos carbonatíticos, fazendo parte de um conjunto de várias dezenas de corpos que afloram nas regiões de Catalão-Ouvidor-Três Ranchos. [...] A rocha é maciça, possui textura porfirítica e estrutura brechóide típica de kimberlitos, formada por fragmentos de granito cisalhado e xenólitos de dunito, harzburgito e granada lherzolito. (LACERDA FILHO *et al*, 1999, p. 115)

Em sua dissertação, Vicente Sérgio Costa também se refere ao kimberlito Três Ranchos e, além de outras características, cita sua localização:

A intrusão Três Ranchos-4, situada a 5km noroeste da cidade balneária de Três Ranchos, GO, apresenta uma área com cerca de 0,5 ha e coordenadas geográficas 47°49'W e 18°19'S. O corpo situa-se a cerca de 300m sudeste da Fazenda Alagoinha e expõe bons afloramentos junto à margem direita do córrego Barreiro. (COSTA, 1996, p. 3).

Ainda segundo Costa (1996), referenciado em outras pesquisas a respeito, dentre dezoito corpos examinados, “a partir de estudos petrográficos, litogeoquímicos (incluindo isótopos radiogênicos) [...] somente a intrusão Três Ranchos foi classificada como kimberlito típico”. Outros autores, no entanto, estendem a designação de kimberlito a várias outras formações na região.

As referências existentes não indicam uma relação estreita entre os diamantes encontrados no leito do rio Paranaíba e os eventualmente originários do kimberlito Três Ranchos IV; até porque, segundo a literatura pertinente, esse kimberlito (como a maioria dessas formações, aliás) apresenta teores inviáveis economicamente. Empiricamente, se pode inferir que, como estivessem bem distantes, rio Paranaíba acima inclusive, pelo menos nesses garimpos não haveria diamantes oriundos do kimberlito citado.

Com relação ao transporte dos diamantes nos leitos dos rios, Campos e Gonzaga (1999), contrariando o senso comum e alguns estudiosos do assunto, dizem que é “pouco provável o transporte de diamantes a centenas de quilômetros de distância da área fonte por este tipo de agente transportador” (CAMPOS & GONZAGA, 1999, p. 114). Logo adiante, no mesmo artigo, os autores concluem que

os sistemas fluviais transportam minerais pesados a distâncias reduzidas, geralmente não compatíveis com centenas de quilômetros da fonte, como usualmente é sugerido na literatura. A tendência natural do diamante é a rápida deposição nas fácies proximais nos ambientes de maior energia. Quando ocorrências diamantíferas são distribuídas por uma grande região, deve-se esperar a presença de várias fontes (primárias ou hospedeiros secundários) ao longo de todo o sistema fluvial [...]. As fontes primárias diamantíferas apresentam uma dispersão de pequena magnitude, enquanto os hospedeiros secundários podem apresentar uma distribuição geográfica muito ampla (CAMPOS & GONZAGA, 1999, p. 118).

Outra referência, agora com relação à idade que se presume para estas formações geológicas na região, atribui cerca de 95 milhões de anos ao kimberlito Três Ranchos:

Em contexto regional amplo, a maior parte das intrusões kimberlíticas ocorreu no período entre 120 e 80 Ma. [...] Na região de Coromandel as idades indicaram *emplacements* no Cretáceo Superior, variando entre 95 Ma no Kimberlito Três Ranchos-4, 86-87 Ma no Kimberlito Poço Verde e 83 Ma no Kimberlito Santa Rosa-4, este último situado logo ao sul da área estudada. (ANDRADE & CHAVES, 2009, p. 33).

A **Figura 39** descreve, de forma simplificada, o processo de formação de um kimberlito, a rocha hospedeira do diamante.

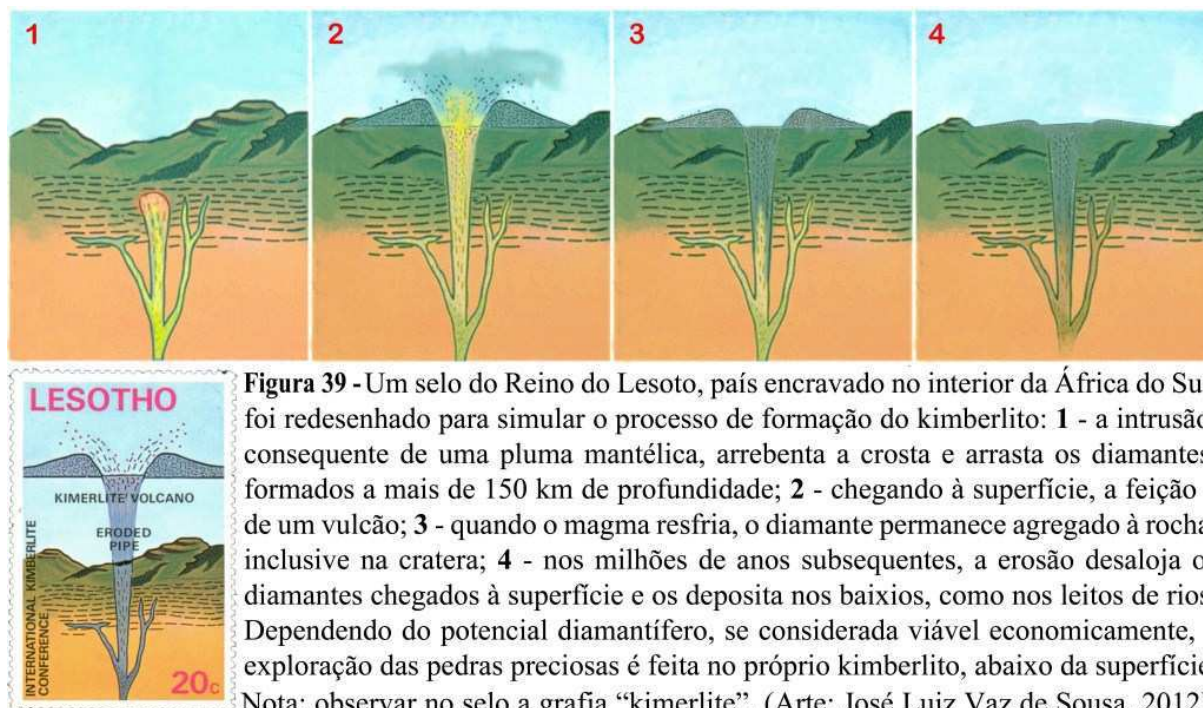


Figura 39 - Um selo do Reino do Lesoto, país encravado no interior da África do Sul, foi redesenhado para simular o processo de formação do kimberlito: **1** - a intrusão, consequente de uma pluma mantélica, arrebenta a crosta e arrasta os diamantes, formados a mais de 150 km de profundidade; **2** - chegando à superfície, a feição é de um vulcão; **3** - quando o magma resfria, o diamante permanece agregado à rocha, inclusive na cratera; **4** - nos milhões de anos subsequentes, a erosão desaloja os diamantes chegados à superfície e os deposita nos baixios, como nos leitos de rios. Dependendo do potencial diamantífero, se considerada viável economicamente, a exploração das pedras preciosas é feita no próprio kimberlito, abaixo da superfície. Nota: observar no selo a grafia “kimerlite”. (Arte: José Luiz Vaz de Sousa, 2012).

A idade geológica de alguns kimberlitos, girando em torno de 90 milhões de anos (Svizzero, 2006), demonstra como um demorado processo erosivo é o que explica a presença dos diamantes em locais como o leito dos rios e nos “monchões”, as fontes secundárias, não raro distantes da fonte primária, porém, em suas vizinhanças. Assim é possível definir o caminho percorrido pela pedra preciosa, desde a sua origem, a partir do conhecimento da formação geológica regional.

Considerando o tempo decorrido (95 milhões de anos, a idade estimada do kimberlito Três Ranchos – ANDRADE & CHAVES, 2009) é de se inferir como várias glaciações tiveram o seu papel no arraste dos diamantes, assim como no aplainamento da cratera do vulcão originário do kimberlito.

Ao tomar conhecimento de como se dá o processo para a chegada do diamante na superfície do planeta, algo de proporções tão colossais, cataclísmicas, o garimpeiro não faz duvidar, e ainda mais se anima, saber que faz parte desse episódio gigantesco, extraordinário, no tempo e no espaço. É desse ponto em diante que o garimpeiro entra em cena e imprime sua presença na história!

CAPÍTULO 3 – O GARIMPEIRO DE DIAMANTES

Este capítulo, epílogo da dissertação, trata especificamente do garimpo de diamantes e do trabalhador envolvido na atividade, o garimpeiro. As origens da garimpagem, o surgimento do “grimpeiro”, as tramas havidas em função do diamante e como o trabalhador era envolvido. As representações e superstições acerca da pedra. A interação do garimpeiro e o rio, ambos fadados a uma grande metamorfose. Os conhecimentos acerca da atividade e tudo o mais que, nessa prática, concorreu para o estabelecimento dum arranjo econômico e social cuja atividade permaneceu por quase meio século no município de Três Ranchos, marcando para sempre a história do lugar e de seus moradores. As relações entre o fornecedor e o capangueiro (personificações do capital) e o garimpeiro (a força de trabalho) na busca desse fetiche, pura alegoria da acumulação. A contextura externa ao ambiente estrito do garimpo, que afetava diretamente o garimpeiro, por contado processo em que se enredava o diamante, desde quando era resgatado em meio ao cascalho; é sabido como o diamante é item cobiçado e, quanto melhores os seus atributos, mais longe irá a informação da sua descoberta: para onde terão ido todos os diamantes garimpados em Três Ranchos? A hidroelétrica e o concurso dela para o fim do garimpo de diamantes em Três Ranchos, o que determinou tal evento e a maneira como ele se insere num contexto mais abrangente, em escala regional e planetária: o *agrohidronegócio* tem tido a preferência do grande capital para se reproduzir, à custa de violentos sacrifícios sociais e ambientais. As consequências imediatas para o ambiente em estudo: o naufrágio das pedras e a reinvenção do rio, com a transformação da economia e o deslocamento involuntário dos garimpeiros.

3.1 – PRIMÓRDIOS DA ATIVIDADE

Os eventos descritos no capítulo anterior, referentes ao tempo geológico, continuam seu curso inexorável, porém quase imperceptíveis no contexto do tempo histórico. É o trabalho dos homens que causa e apresenta consequências e repercussões imediatas no processo histórico. Muitas vezes, no entanto, esses mesmos homens não tem consciência da sua relação com a história, e deixam-na tal qual entraram, incógnitos, e “pouco aparecem como protagonistas nas reflexões e discussões sobre as mudanças sociais e políticas ocorridas na sociedade capitalista” (MENDONÇA, 2004, p. 48). A escolha da atividade garimpeira e de seus principais personagens como tema desta pesquisa se dá por entendê-los elementos fundamentais na formação recente do município de Três Ranchos. Ainda hoje traços da

personalidade do garimpeiro de diamantes são perceptíveis no modo de vida da população do município, depois de tanto tempo encerrado o garimpo, interrompido no início da década de 1980 pelo represamento do rio Paranaíba para a formação do reservatório da Usina Hidroelétrica de Emborcação. “Havia um encanto indefinível, inexplicável, na vida do garimpo, toda cheia de perigos, de trabalhos, de fadigas, de sofrimentos, de incertezas, de inquietações, de emoções e de variedades” (SANTOS, 1976, p. 112).

Enquanto durou, a garimpagem de diamantes em Três Ranchos, à exceção das balsas, dos escafandros e uma ou outra draga, todo o tempo contou principalmente com a perícia dos garimpeiros, e sempre ocorreu alheia aos padrões convencionais das relações de trabalho. A atividade garimpeira era

desenvolvida em um ambiente natural aberto e mutável no tempo e no espaço. Cada cava, cada barranco, cada curva do rio apresenta situações distintas e em permanente transformação; tais circunstâncias ecológicas particulares impõem contínua adaptação, ajustamento e improvisação dos procedimentos rotineiros e das técnicas de extração. Toda decisão no processo de trabalho depende de uma cuidadosa avaliação das circunstâncias em questão. Ademais, os resultados da atividade são marcados por uma imprevisibilidade irredutível, apenas imperfeitamente contornada por uma razão prática que interpreta pistas proporcionadas por um ambiente complexo. A atividade faz-se acompanhar, pois, de uma série de conhecimentos tácitos, saberes empíricos incorporados à experiência e associados às circunstâncias típicas deste ambiente, que são corporificadas e representadas na *sorte*. (COSTA, 2007, p. 11).

Às “circunstâncias típicas deste ambiente” pode-se agregar uma infinidade de situações, a começar pela personalidade de cada garimpeiro, de como cada um deles vê a sua lida e o resultado dela, o diamante. A contribuição do trabalho desses homens para a história não deve ficar, como os diamantes que restaram no rio Paranaíba, submergida pela ação de outros homens mais poderosos.

Em que pese os diamantes terem marcado um longo período da história do Brasil, há alguma discrepância quanto à data exata dos primeiros achados. Estudiosos de toda ordem, cronistas e viajantes, especialmente os contemporâneos aos primeiros achados, descrevem o início do garimpo de diamantes no Brasil, na condição de testemunhas ou pela informação que colhiam entre os que assistiram ou também participaram diretamente do evento. Um desses autores é Oscar Canstatt que, como outros, considera o ano de 1729 a “data oficial” da descoberta do diamante no Brasil; ele acrescenta como, também nesse caso das pedras preciosas, o Brasil foi usurpado em suas riquezas:

Da riqueza do Brasil em diamantes só se teve conhecimento muito depois do da presença do ouro. Foi só no ano de 1729 que um português encontrou a primeira pedra dessa espécie, e levou-a a um joalheiro da capital da província, que reconheceu imediatamente seu grande valor. Segundo outros,

levaram algumas pedras brilhantes ao primeiro magistrado da Vila do Príncipe, que delas se serviu por muito tempo como fichas de jogo. Algumas delas foram depois ter às mãos dos ministros residentes em Lisboa, que as mandaram para Amsterdã, para serem ali examinadas. Os holandeses mal reconheceram a preciosidade das pedras, fecharam um contrato com os portugueses, pelo qual, contra uma pequena indenização anual, todas as pedras preciosas encontradas nas principais zonas diamantíferas lhes ficariam pertencendo. Só muito depois foi que os brasileiros reconheceram quanto tinham sido lesados com esse contrato. Por muitos anos tiveram de ver como os tesouros que a natureza lhes prodigalizara passavam, por este modo, para as mãos de seus rivais. Mais tarde, depois da expiração do contrato (1772), quando entraram novamente na posse dos seus direitos, os diamantes na Europa já tinham perdido muito do antigo valor (CANSTATT, 2002, p. 151).

No tempo da descoberta dos primeiros diamantes, eles eram buscados nos leitos dos rios ou, no máximo, nas planícies aluvionares próximas. Não havia o garimpo como hoje se distingue, e os trabalhadores eram conhecidos genericamente como mineiros. A designação ao “garimpeiro” surgiu antes de “garimpo” e “garimpar” (os termos correspondentes eram “mineiro”, “mina” e “minerar”). Conforme indica o que se tem como primeira referência ao termo, a alusão original ao garimpeiro está logo no início da *Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais*, de José Vieira Couto, escrita em 1801 e publicada em 1842 “sob os auspícios do Instituto Historico e Geographico do Brazil”, onde se pode dizer está o registro do surgimento de uma nova categoria de trabalhadores, os “*grimpeiros*”:

nome com que se appellida n’este paiz aos que mineram furtivamente as terras diamantinas, e que assim são chamados por viverem e andarem escondidos pelas grimpas das serras. (COUTO, 1842, p. 2)

Está evidente, não é por conta de sua atividade (minerar furtivamente) mas pela sua condição de vida (por viverem e andarem escondidos pelas *grimpas* das serras) que lhes resultou a alcunha de “grimpeiros”. Foi por conta de lá “viverem e andarem escondidos”, nas *grimpas*. Esta foi a motivação. Os locais onde trabalhavam não estavam nas “grimpas das serras”, então não é essa a causa de aqueles trabalhadores terminarem chamados de “grimpeiros” e motivarem o neologismo: Couto não se refere aos que “garimpam”, mas aos que *mineram*! “Garimpo” e “garimpar”, denominações ao local de trabalho e à atividade, surgiram posteriormente, como derivações da designação ao trabalhador, o *garimpeiro*. E considerando que este possa ser o primeiro registro da qualificação dessa nova categoria de trabalhadores, pode-se inferir também que ela surgiu concomitante ao início da exploração dos diamantes; antes, os que buscavam o ouro, como narra Vieira Couto, eram os “mineiros”.

O garimpo esteve, desde o seu surgimento, imerso na economia informal, em que estão ausentes as garantias formais do direito de propriedade; sempre à margem da ordem legalmente constituída. Esta marginalidade foi

fundamental na constituição do ambiente de trabalho, definindo as bases de toda a sua estrutura a partir de uma lógica organizacional totalmente diversa das organizações burocráticas convencionais. Toda a sua organização é estruturada provisoriamente, seja em função da imprevisibilidade gerada pela fiscalização, seja pelas características naturais e próprias da atividade (COSTA, 2007, p. 3).

Nessa época, o garimpeiro era um sujeito marginalizado pelos preconceitos, e de tal forma que o próprio José Vieira Couto, sugerindo a ocupação das terras diamantinas, diz como esta seria uma forma de defender o patrimônio régio “contra a maloca dos grimeiros”:

A povoação dentro de uma Demarcação diamantina, longe de ser prejudicial aos interesses d’ella, lhe é util. O habitante estabelecido na tal Demarcação com terras e com familias é uma vigia gratuita do patrimonio regio, e a quem o Rei nada paga; elle guarda suas testadas contra a maloca dos grimeiros; elle avisa com tempo a guarda, muitas vezes distante, de todas as novidades; e isto faz tanto por seu commodo, para que não lhes roubem os ditos grimeiros suas plantações, como para que a mesma guarda não lhe impute alguma culpa. (COUTO, 1842, p. 136).

A despeito de alguns pontos de vista um tanto duvidosos, como o da sentença acima, o autor segue adiante em sua crônica a respeito da atividade garimpeira, e assim como no trabalho de outros autores, muitas vezes confirmando o que viveriam os garimpeiros de Três Ranchos quase dois séculos mais tarde.

Robert Southey, historiador e poeta inglês, escreveu, entre 1806 e 1819, uma grande obra intitulada *História do Brasil*. Daí extrai-se interessantes relatos a respeito do que naqueles tempos sucedia na vida brasileira, como colônia ou na condição de sede do reino, justamente quando Southey produzia seu livro. No presente caso, têm-se as impressões do autor com relação ao garimpeiro, que em nada diferem do trabalhador que seria fartamente descrito por outros autores e como também é conhecido em Três Ranchos. O sonho, a descomedida vontade da riqueza, percebida nesse trabalhador, é narrada por Robert Southey:

uma sorte de insânia, conjuntamente a mais febril e crônica espécie dessa enfermidade que o amor do jogo produz. [...] a primeira tentativa, por mais que ele se proponha que não passará de um ensaio, imprime-lhe inalterável direção a todo o resto da vida. Libou a taça envenenada [...]. Homens conhecidos por prudentes e até por apertados enquanto se não deixam induzir a tentar sorte nas minas adquirem logo novo caráter, arrastando a cobiça a mesma avareza à prodigalidade. Deixam-se levar não só desses indícios mineralógicos em que pode confiar a razão, mas até por fantásticas correspondências, como direção, forma, grandeza do outeiro ou monte, e ervas que produz. Desde a hora em que se atiram a esta empresa, é a sua vida um contínuo sonhar de esperanças: com maior açodamento e mais viva expectativa do que o primeiro dispêndio lança ele na voragem os destroços de uma arruinada fortuna. Uma tentativa mais pode tornar a trazer tudo o que já lá vai; próxima está a veia, mal se toque a nascente manará em golfadas a riqueza, o dia de amanhã pagará o trabalho, realizará as esperanças de tantos anos de paciência e fadigas (SOUTHEY, 1977, p. 41).

Ainda com relação ao início da exploração dos diamantes, agora já referindo à própria atividade, e de forma menos preconceituosa da que imprimiu José Vieira Couto, e até louvando o garimpeiro, é Joaquim Felício dos Santos (nascido um ano após a morte de Couto) o cronista que narra o trecho a seguir, de forma bastante didática, deixando entender que tanto “garimpo” quanto “garimpeiro” ainda não eram termos de uso corriqueiro, fazendo necessário, portanto, o esclarecimento; e ainda: mais que o sonho da fortuna repentina, havia a própria necessidade do trabalho pela sobrevivência.

Garimpo era a mineração furtiva, clandestina do diamante, e o *garimpeiro*, o que a exercia. [...] Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado; era aquele que, condenado ao degredo para o solo ardente africano, vendo sua família na miséria, por lhe terem sido confiscados todos os bens, por qualquer arte ou casualidade escapava à punição e ia homiziar-se nos profundos recônditos de nossas brenhas, de onde poderia talvez oferecer algum auxílio à família, que fora obrigado a abandonar, e ver ainda a pátria, filhos, parentes ou amigos, de quem já se despedira para sempre; era finalmente o audaz, intrépido e ambicioso aventureiro, que ia buscar fortuna nessa vida cheia de riscos, perigos e emoções. (SANTOS, 1976, p. 79)

Vê-se logo, o garimpeiro já começa a mudar de cores e desempenha agora o personagem romântico, quase herói. Felício dos Santos continua:

Não se confunda o garimpeiro com o bandido. Foragido, perseguido, sempre em luta com a sociedade, o garimpeiro só vivia do trabalho do garimpo, trabalho na verdade proibido pela lei – e era o seu único crime –, mas, respeitava a vida, os direitos, a propriedade de seus concidadãos. Nossas estradas eram seguras, e talvez mais seguras do que hoje, e o viajante que por elas transitava não temia o encontro do inofensivo garimpeiro. Ora dormindo descuidado ao relento no meio dos campos; ora refugiado no alto de alcantilada rocha, como um atalaia à espreita do inimigo; outro dia abrigado nos andurriais dos montes, ou nas profundas grutas de socavadas serras; sempre errante, perseguido, sem um abrigo certo; assim vivia o garimpeiro. A caça que se dava ao garimpeiro era cruel, desapiedada, encarniçada: eram perseguidos e se procurava exterminá-los como a animais ferozes. (SANTOS, 1976, p. 79)

Joaquim Felício dos Santos narra também a violência oficial perpetrada contra os garimpeiros, demonstrando que, desde aqueles primeiros tempos, os garimpos de diamantes já se caracterizavam como focos de tensões e conflitos:

Quando as tropas da Extração saíam à cata deles, levavam autorização para prendê-los a todo transe; podiam mata-los, quando procurassem fugir. Se caíam mortos, abria-se uma cova no lugar, e aí enterravam-se seus cadáveres: era até onde chegava a caridade; a maior parte das vezes arrastavam-se seus cadáveres e lançavam-se nos rios mais próximos, quando não se deixavam insepultos no campo para servirem de pasto aos animais. (SANTOS, 1976, p. 147)

Segundo o mesmo autor, a prática do garimpo fora do controle oficial era classificada como crime hediondo. Felício dos Santos relata uma expedição armada contra os garimpeiros, cuja pompa por ocasião da partida sugeriria uma campanha rumo a um violento e perigoso combate; a citação, além da informação em si, demonstra como a igreja caminhava alinhada com a dominação:

[Em fins de janeiro de 1782] houve missa, sermão, bênção do sacerdote e outras cerimônias religiosas para se implorar a proteção divina, a fim de que o General [Dom Rodrigo] e seus bravos guerreiros fizessem feliz viagem e voltassem vitoriosos: era como se tivessem de ir guerrear mouros ou hereges. Depois as tropas desfilaram pelas ruas do Arraial no meio de vivas estrondosos e entusiásticos dados à Rainha e ao General: tudo isso com um luxo, grandeza e aparato, como nunca até então este povo presenciara. Dir-se-ia um exército que marchava certo à vitória, ou que enviado pela Providência ia libertar a pátria ameaçada por bárbaros inimigos. Entretanto esse exército marchava para matar nossos irmãos, pobres párias do tempo, muitos dos quais levados à miséria, vítimas do despotismo dos mandões da metrópole, iam procurar um meio de vida no que se qualificara crime hediondo – o garimpo! (SANTOS, 1976, p. 150)

Luciano Rodrigues Costa (2007) resume a representação que se criou ao redor da atividade garimpeira e de seu principal personagem, o garimpeiro, sempre havido como um sonhador de que a vida pode melhorar subitamente, um apostador na riqueza repentina, para quem basta confiar que a sorte está à espreita:

Em torno dessa cultura garimpeira, cristalizou-se uma representação mítica do garimpeiro estribada nas ideias de *sorte, aventura e jogo*, e corporificada em torno de uma série de lendas, mitos e histórias de grandes bamburros seguidos de falência. Esta representação, presente desde o surgimento da figura do garimpeiro, foi se fortalecendo gradualmente no imaginário popular e, por que não dizer, alimentada pelos próprios garimpeiros. Assim, o garimpeiro era aquele aventureiro, audaz, ambicioso, jogador intrépido, que buscava fortuna numa vida cheia de riscos, perigos e emoções (COSTA, 2007, p. 4).

Especificamente a respeito de como o ambiente do garimpo suscita no homem (e este àquele ambiente!) uma realidade mítica, é Yi-Fu Tuan (1983), tratando do “espaço mítico e lugar”, quem diz que “o mito não é uma crença que possa ser facilmente verificada ou negada pela evidência dos sentidos [...] nossa imaginação constrói geografias míticas que podem ter pouca ou nenhuma relação com a realidade. Os mundos da fantasia são construídos sobre pouco conhecimento e muita vontade” (TUAN, 1983, p. 96-7). Palavras, evidentemente, anotadas num outro contexto, mas que explicam uma “essência mítica” sempre evidente no garimpo, diferente da concepção pragmática e científica que pode resultar da análise de outros ambientes.

3.2 – O HOMEM E O RIO

*Foi assim mesmo. Eu tava infusado que dava pena, num pegava nada, muié morrendo de fome. Fui ver Zé da Bastiana, o Curador, me limpei com ele, fiz obrigações e fui pra serra. Sorte descansada, obrigação feita, fui pra serra. Aí vi aquela maravilha, um homem todo de diamante relanceando ao sol que chegava a cegar. Me deu aquela tremura, eu sozim na serra, mas pensei: é o meu. O homem era feito de diamante, era um diamante em forma de gente, chegou assim bem pertim, alumando o dia. Vi os olhos dele, duas poças d'água, assim, olho de água. Ele andou na minha frente, aquele sol andando, andou, andou e pulou dentro dum riacho, desapareceu. Pensei que ele tinha mergulhado, mas quando cheguei era um riachim de nada, um palmo de fundura. Eh, lazeira! E o cascalhão lá. Peguei u'as duas mão, joguei na bateia, mexi e o bicho arrupiou no fundo: u'a pedra branca, verde-amarelada, aquela força pura. Peguei ela, a gente chega a sentir na palma da mão aquela força. Me deu aquele trem esquisito, aquilo me atacou o sistema nervoso, Vige Nossa! Foi um bambúrrio bom. Daí pra cá não peguei mais nada, nem um mosquitim.*³⁹

Nesta dissertação, embora aparentemente relegado à categoria de coadjuvante, o rio tem papel e atuação de personagem principal! Milton Santos fala da configuração territorial que, transposta para o cenário deste texto, é o rio Paranaíba e suas adjacências: aquele momento histórico e o arranjo dos “elementos naturais e artificiais”, dispostos da maneira como Santos sugere. Assim se vai montando uma extensa colcha, cujos retalhos, diz Milton Santos, variam em seu arranjo, a cada momento histórico (a “astúcia que têm certas coisas de se remexerem dos lugares”⁴⁰, conforme o arremate poético de Guimarães Rosa, impregnado da geografia). Será estéril um parágrafo que seja a respeito de Três Ranchos sem associá-lo intensamente ao rio Paranaíba, pois tudo o que se sabe do município está, todo o tempo e de alguma forma, relacionado ao rio.

Os garimpeiros *arranchavam*⁴¹ nas margens do rio, próximo às manchas (**Figura 39**). Assim foi na Mancha Velha, um dos maiores garimpos de Três Ranchos. Outras dezenas de arranchamentos surgiram, para durarem enquanto alguma esperança os mantivesse de pé: a *forma*⁴² do cascalho é que determinava o quanto a garimpagem duraria naquele local. Quem tem na memória ainda vivo o tempo em que se garimpava diamantes no município, como Bráulio Calaça, diz que foi a época que mais riqueza se viu por aqui. Havia grande movimentação de dinheiro. O comércio se diversificava a cada diamante encontrado.

³⁹ Fala de Benevides, garimpeiro da Chapada Diamantina, em depoimento ao Jornal do Brasil, transcrito por Branco, 1989, p. 6.

⁴⁰ Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro, José Olympio, 15ª ed., 1982, p. 142.

⁴¹ No presente caso, o termo é literal: os garimpeiros construíam *ranchos* com folhas de babaçu.

⁴² O termo pode ser considerado uma corruptela de *informação*, que o garimpeiro obtinha examinando o cascalho: esse conhecimento era fundamental para o exercício da garimpagem.



Figura 40 - Os garimpeiros arranchavam nas margens do rio, onde a forma promettesse o diamante. Nesse ambiente o homem é que fazia de um tudo, mulheres eram personagens raras. No centro da foto de cima, Sebastião Camilo, um dos muitos migrantes para os garimpos de Três Ranchos. As precárias condições de trabalho e a vida custosa do garimpeiro só eram suportáveis em razão do sonho persistente com o diamante (Fotos tiradas por Celso Custódio na segunda metade da década de 1950. Acervo do Autor).

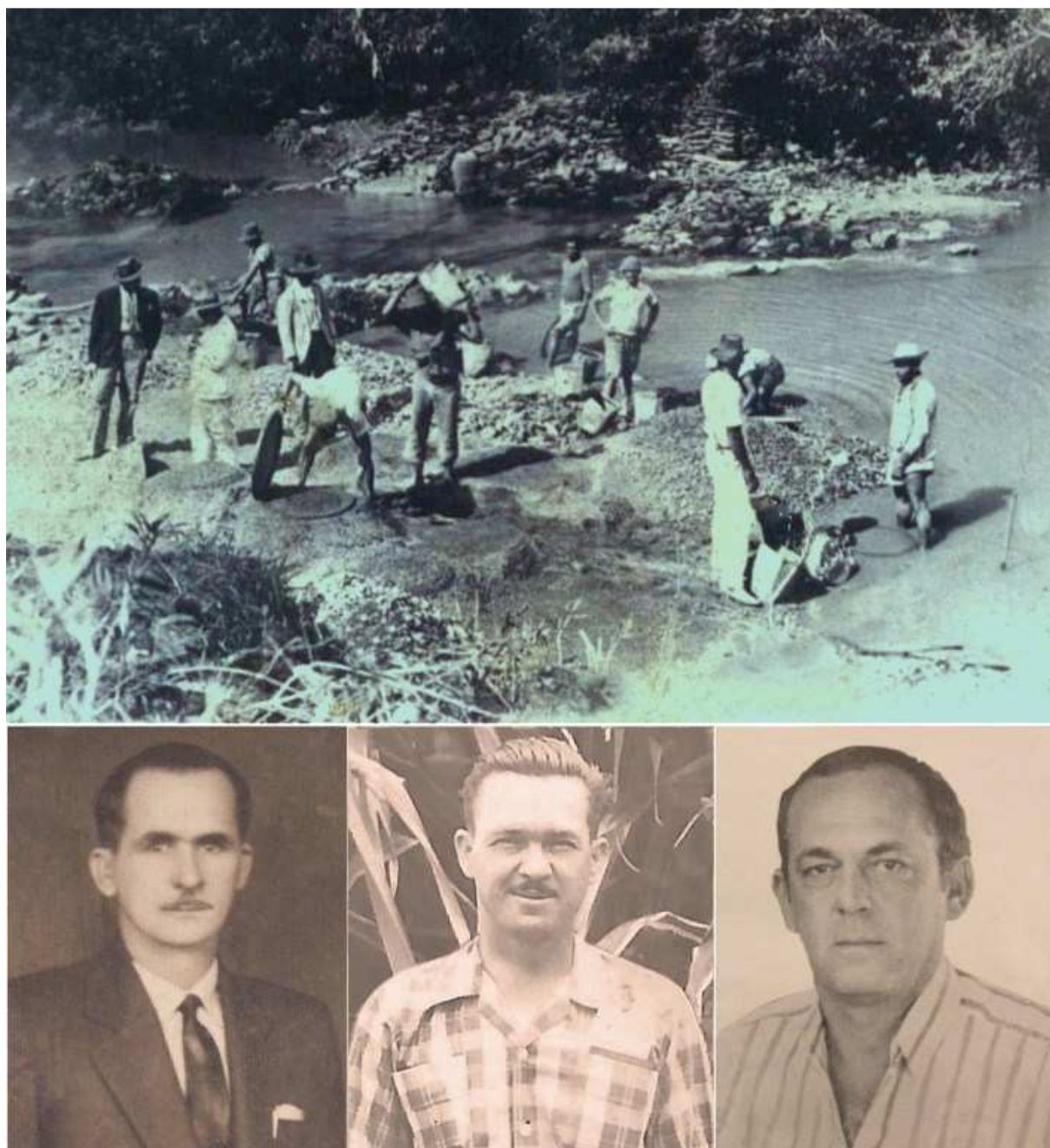


Figura 41 - Na foto de cima, uma cena típica dos garimpos em Três Ranchos: à esquerda, os três sujeitos de terno não trabalham diretamente no garimpo, aparentemente são compradores de diamantes (o do meio, de branco, parece examinar uma pedra). Em seguida, um garimpeiro acabou de virar a peneira, e observa se croou algum xibiu; outro, com uma lata nos ombros, traz nela o cascalho para ser lavado. O homem à direita, calçado, carrega nas sacolas mercadorias para vender aos garimpeiros.

Na foto de baixo, da esquerda para a direita: Miguel Pereira Coutinho, o filho Roldão Pereira Carneiro e o neto Eurípedes Pereira Ferreira, três gerações de garimpeiros cujas histórias sempre foram ligadas ao rio Paranaíba e aos diamantes. Mesmo tendo rareado à medida que eram explorados, os diamantes foram abundantes enquanto os três garimpavam. A despeito disso, porém, nenhum deles conseguiu deixar um legado financeiro expressivo, o mesmo ocorrido com a grande maioria dos garimpeiros. (Fotos: Acervo do autor)



Figura 42 - Uma “virada”: parte do curso do rio é barrada e desviada, de maneira que o cascalho possa ser retirado. Era comum que o barramento rústico, feito com madeira e terra socada, se rompesse com a força das águas, destruindo o trabalho de muitos homens durante semanas. Bráulio Calaça conta que logo que começou a garimpar, perto dos seus 14 anos, assistiu a construção de uma virada que demorou dois meses e demandou o trabalho de mais de quarenta homens. Foto cedida pela S^{ra} Maria Pereira Saldanha.



Figura 43 - Na foto acima, também cedida pela S^{ra} Maria Pereira Saldanha, Roldão Pereira Carneiro vistoria uma draga, equipamento que facilitou a retirada de cascalho do fundo do rio, trabalho que antes desse maquinário só podia ser feito depois de construídas as viradas ou à custa do mergulho dos garimpeiros.

A informação corria, e vinha mais gente, a cidade crescia. Mas, a despeito de um aparente sucesso na economia, os desníveis sociais eram tão graves quanto evidentes. Os casebres e ranchos da maioria dos garimpeiros contrastavam com algumas casas dos fornecedores, bem construídas, erguidas à custa dos diamantes que os garimpeiros tiravam do Paranaíba. A atividade garimpeira era a reprodução do sistema capitalista, com o agravante de incorporar o coronelismo ⁴³, oficialmente extinto, mas ainda em voga.

A vida é um jogo! – é a justificativa do garimpeiro para as suas insânias. Wilson Ribeiro da Silva, vulgo Nenzinho, diz que, criança ainda, acompanhando seu tio Urias, era um “garimpeirinho pé-de-pedra” ⁴⁴. Comerciante na cidade, Nenzinho conta como seus antigos camaradas (hoje fregueses) ainda são propensos às apostas, ao jogo; para eles, qualquer que tenha sido o sonho da noite anterior, é um sinal da iminente fortuna. Se ela não vem, é por um descuido na interpretação. Assim como era no garimpo: os sonhos davam sinais de onde estava o diamante, e até o descreviam em cor, tamanho e forma. Motivada por aquela visagem e sua “qualidade”, a busca principiava e podia ser que durasse anos, a vida toda. Não era prudente desdenhar do sonho, ao contrário, merecia respeito, afinal aquilo era um gesto garantido da fortuna, a interpretação dele é que podia ser equivocada. Qualquer dia, porém, seria bem-sucedida, pelo que fazia jus perseverar na tentativa, insistir. Persistir no sonho. Naquela sentença que o próprio garimpeiro se impunha, dias e noites sucediam, invariáveis, sempre se realimentando de outros devaneios.

Nenzinho diz que garimpo “é uma tentação, cegueira pura”. Conta que quando era menino sonhou que por ali, pouco pra baixo da ponte da estrada de ferro, arrancou uma moita de capim, remexeu o cascalho e achou uma pedra, “desse tamanho, azulinha, coisa mais linda. Eu ainda era menino, não invoquei. Mas garanto que se fosse hoje, eu mesmo ou algum garimpeiro que escutasse a história ia querer ir atrás. Cegueira esse negócio de garimpo!”.

Mané Cego nem sempre foi assim, da vista ofuscada. Ficou daquele jeito ainda adolescente, acometido por alguma moléstia grave e de medicação ainda rara, uma meningite muito forte, sabe-se lá. Mas deu tempo de ele apreciar muito do mundo. E gostava de contar como sonhava colorido, um sonho teimoso, que volta-e-meia vinha: divisava direitinho um morrote cheio de diamantes, coloridos, de toda cor, uns do tamanho dum ovo de galinha – dava a medida com a mão, o indicador distante do polegar. Mas a cegueira o desnorteou de

⁴³ O coronelismo teve o seu fim oficializado com a implantação do Estado Novo, em 1937; porém permaneceu como um estilo sócio-político nos grotões do Brasil por muito tempo depois.

⁴⁴ Aparentemente, trata-se de um termo regional: o garimpeiro “pé-de-pedra” procurava diamantes no cascalho acumulado ao sopé de grandes rochas no leito do rio, carregado para ali pela correnteza do rio, durante a cheia; errante, trabalhando por conta própria e sem mais equipamentos que as peneiras e uma enxada, era o mais humilde dos garimpeiros.

não saber o rumo que seguia no sonho; até morrer viveu na fé de um dia voltar a enxergar só pra achar e tomar posse daquela riqueza.

Nem precisava ser garimpeiro para se infectar da febre: mesmo quem não era envolvido com a atividade impunha alguma coisa no cotidiano que fazia lembrar sempre do garimpo; é o caso dos nomes dados aos bichos de maior estimação: dentre os bois de carro de Constâncio Carneiro, um atendia por “diamante”, e Amazília Vaz tinha um cãozinho preto, vigia da casa, chamado “xibiu”.

Naquela vastidão noturna, do rio ao céu, do céu ao rio, sem se discernir bem ao certo o que é o quê, desvaira o garimpeiro nas lonjuras do pensamento, penumbra depositária de sonhos, febre de visagens de diamantes pedras coloridas faiscantes. Rara noite aquela derramada de vagalumes, lumevagueando na noite sobre o rio, clareada de estrelas refletidas no rio (ou era o rio repercutido no céu?). A vista ainda desacostumada com o luzidio, cá, lá e acolá, imaginativo de que aquilo bem podiam ser os brilhos reflexos de quanta infinidade de infinitos diamantes havia embaixo da noite, embaixo da água, embaixo do cascalho, esperando só serem desvendados, noites águas e cascalhos. Perdido, consumido naquelas cogitações, não dispunha de sono que o reparasse do distúrbio, ignorando tudo mais que não fosse pensar na pedra dos sonhos sonhados a vida inteira até aqui. No adiante dia, quem sabe, tantos acasos aconteceram e acontecem: por ali mesmo companheiro bamburrou, por perto, no monchão, na virada, rio abaixo, rio acima.

Lembranciamentos diversos, desatinados às vezes, desorganizados, febris, em desalinho, um antes daquele que devia ser o precedente. Recordados recortados, retocados às vezes, aqui e ali, e ainda algum deslembado consentido, desses que a gente teima e não consegue converter em esquecimento. Abandonada família, mulher, filhos, pessoas suas, de parentesco perto ou remoto, porém parentes, o burburinho da corrutela. Falta coragem agora, de resignar-se ao fracasso, a mesma que teve para renunciar a tudo de antes. Não seria o primeiro, não seria o único, não seria o último. Mas quá! Bobagem! O que falta mesmo é o diamante. Nem grande. Um algum mosquitim que seja, xibiuzinho, forma de que a praia é rica, só pra justificar o desistir da vida por essa desdita de agora. Aí fornecedor vai querer financiar o garimpo, dispor mantimento, e o garimpeiro vai desdenhar, ponderar, pensativo, enquanto pica o fumo e enrola o pito, tudo de araque, truque, trapaça, traquinice, pra despistar o seu tanto querer prosseguir na beira do rio. Com tão pouco, tudo se resolvia então: uma pedrinha só, estilhaço minúsculo, rebento da mais profunda víscera do planeta, chegado até aqui, na palma da mão. Perdição ou bendição! Jeito há pra tudo nesse mundo. Não tem resguardo é contra a morte, seja ela vinda de que jeito for, veneno de amor ou cascavel. Para a vida sim, cabe atitude! Então que seja essa, nos conformes propostos da sorte. Por certo na hora certa a pedra croa.

Entorpecido, anestesiado em suas variações, decerto nem sente a friagem reinante. A reestreia da vida, perto do dia nascente, romper da aurora, vistas as primeiras cores do alvorecer, na provável quadra mais fria do dia, já caçava jeito de reprincipiar a lida. Quem sabe é hoje! Primeiro o café quente, um quebra-jejum qualquer, o pito. Na peleja, no chacoalhar da peneira, o enregelamento da madrugada logo-logo evapora, assim como vapora o suor. Ignorado de toda alma ignorante, o garimpeiro, porém, nos presságios da noite anterior, nas longitudes do sono leve, garantia ter visto de perto o cascalho e por pouco teria até demarcado o recinto onde (tinha certeza!) estava o diamante como tantos que vira rebrilhantes no céu imenso. Encontrá-lo-ia, finalmente! Seria o êxtase, um deslumbramento inusitado, o diamante tão sonhado, incógnito, domínio de ninguém, intocado até então; milhões de anos estiveram à espera um do outro! Tantos matizes dados à luz, concentrados nesse pedrisco ancestral. E lá se vai mais um dia de fatigante e estéril trabalhar.

Muito do que se diz do garimpo, tanto na literatura quanto nos relatos dos que se envolveram na atividade, é a descrição de um ambiente com pessoas quase miseráveis num momento e, no seguinte, bafejados pela fortuna, para logo depois retornarem à condição anterior, incapazes de lidarem com a circunstância de milionários. Esse é, desde sempre, um aspecto característico desses trabalhadores, considerando tudo o que, no transcurso de tantos anos, vem sendo dito e escrito a respeito. Afinal, como contestar tantas e tão semelhantes descrições de um mesmo personagem? E, com efeito, ao se fazer uma leitura mais dilatada do garimpeiro, encontra-se um ser humano complexo, cuja conduta é densa de valores que passam pela honestidade e a solidariedade, pela lealdade e a generosidade. Culturalmente, é supersticioso, fantasioso, para quem a boa ou a má sorte está sempre à espreita, pressagiada nos acontecidos mais miúdos da vida. Constrói e carrega consigo os conhecimentos, que se acumulam e são revividos cotidianamente, um ritmado permanente de práticas e reaprendizagens. Dentre os seus saberes, atento às informações geológicas, distingue com maestria os sinais que podem levar ao diamante – Bráulio Calaça diz que gostaria de ter encontrado a “chaminé” de onde vêm os diamantes, aludindo sem o saber ao kimberlito, a fonte primária. O caldo resultante desses saberes “tácitos”, aliados ao sonho, é a esperança que o move, teimoso, na busca da fortuna.

Riqueza fácil, sonhos demais, é o que mais se diz! No entanto, a compreensão do que era a vida desse trabalhador e as dificuldades em que esteve sempre mergulhado, responde como o eventual sucesso não tinha nada de fácil. O que não era motivo para o garimpeiro abandonar a ilusão, contraditando a prédica de um certo Riobaldo, segundo o qual “quem mói



Figura 44 - O garimpeiro José Alexandre, vulgo “Zé de Aço”, ciscando as formas croadas depois de virada a peneira, à procura de algum xibiu. (Foto feita a partir de negativo cedido por Celso Custódio).

no asp’ro não fantaseia”⁴⁵. Ainda que nitidamente nostálgicas, o que se infere das narrativas dos antigos garimpeiros é que a realidade do garimpo de diamantes em Três Ranchos era uma rotina de sofrimentos, áspera dialética de esperança e frustração. Uma diluindo a outra.

O garimpeiro, primeiro e fundamental sujeito nessa atividade, nunca saía de uma condição quase miserável: no caso específico de Três Ranchos não se tem notícia de algum garimpeiro que enriquecesse (e assim permanecesse!) à custa de seu trabalho, mesmo tendo achado diamantes mais que suficientes para isso – o que não deixa de ser uma violência: tantos sonhos privados pela insaciável sede de acumulação, materializada especialmente pelas figuras do fornecedor⁴⁶ e do capangueiro⁴⁷. E se a violência cruenta descrita ou estampada nas mais diversas mídias aparenta excedida para o caso específico do garimpo de diamantes de Três Ranchos, não significa que aqui tenha sido inexistente. Invisibilizados pelo sistema, os garimpeiros de diamantes e o seu trabalho nunca tiveram uma leitura adequada, mesmo admitindo-se sua importância, ainda que somente para a reprodução do capital (em vista de todo processo desencadeado a partir da descoberta do diamante), na manutenção da

⁴⁵ Fala do personagem Riobaldo Tatarana, em *Grande sertão, veredas*, de João Guimarães Rosa.

⁴⁶ “Fornecedor” era o provedor do garimpo, que abastecia de víveres e ferramentas a atividade garimpeira.

⁴⁷ “Capangueiro” era um pequeno negociante, comprador itinerante de diamantes.

superfluidade, do luxo e da ostentação, ou na efetiva contribuição para a emancipação política e consolidação socioeconômica do município de Três Ranchos, que serve como recorte espacial para o estudo que resultou nesta dissertação.

Uma energia misteriosa animava os garimpeiros àquela faina, inflamados pela miragem do diamante que podia nunca ser encontrado. Considerando a sensibilidade humana – tão inerente ao garimpeiro – Marx explica aquele “tormento” dizendo que

o homem enquanto ser objetivo sensível é, por conseguinte, um *padecedor*, e, porque é um ser que sente o seu tormento, um ser *apaixonado*. A paixão (*Leidenschaft, Passion*) é a força humana essencial que caminha energicamente em direção ao seu objeto (MARX, 2004, p. 128).

O que ao observador desavisado pode significar um sacrifício desmedido, para o garimpeiro era parte de seu trabalho, sua paixão, pela qual dispensava toda energia de que dispunha. Mesmo considerando a precariedade do ambiente garimpeiro em Três Ranchos, de há três décadas e mais, o discurso da modernidade surgido para justificar o barramento do rio não se sustenta: o rio Paranaíba, outrora depositário de sonhos, esperanças e diamantes, hoje significa pouco para o garimpeiro.

Privado da sua existência (do “vício” de sonhar!) por conta do alagamento dos sítios onde garimpava, o garimpeiro tornou-se um excluído típico. Em virtude da nova configuração econômica estabelecida, essencialmente voltada para a prestação de serviços relacionados ao turismo, muitos dos antigos garimpeiros de Três Ranchos se dispõem a trabalhar como serventes, cozinheiros, caseiros, jardineiros, vigilantes etc, provocando-lhes um tipo de banimento ao qual se referiu Castel (1998). Sem nenhum demérito a qualquer novo ofício que abraçaram por força das circunstâncias, a história do garimpeiro só se podia construir, porém, no garimpo. A nova realidade, perversa, embora aparentemente mais amena, escamoteia relações tão ou mais desiguais que aquelas pretéritas, além de expor o meio natural a uma agressão imensurável. A descaracterização do território, em função da implantação de usinas hidroelétricas, passa pela condenação de trabalhadores ao desterro, em dois sentidos: estrito, porque os obriga a sair de seus lugares, e figurado, pois mesmo reassentados, sentem-se degradados, banidos do ambiente onde construíram tantos significados para suas vidas.

O homem chega, já desfaz a natureza
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar [...]
Debaixo d’água lá se vai a vida inteira [...]
E o povo vai-se embora com medo de se afogar.
Adeus, adeus...⁴⁸

⁴⁸ Versos da canção “Sobradinho”, de Sá & Guarabyra.

3.3 – POBRES GARIMPEIROS DE RIQUEZA

*Um homem se humilha, se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida, e vida é trabalho...
E sem o seu trabalho o homem não tem honra
E sem a sua honra se morre, se mata...
Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz...*⁴⁹

Pouco se dirá aqui com respeito ao beneficiamento, à manufatura da pedra bruta, matéria prima do brilhante. Em Três Ranchos, por um curto período, existiu uma oficina de lapidação, da qual, mesmo na lembrança dos antigos garimpeiros, há poucos registros. Da mesma forma, não se conhece um caso que seja de garimpeiro mantido em sua atividade de forma assalariada. Quando não podia se aventurar no garimpo à própria custa, por falta da munição necessária e precisava, portanto, submeter-se a um fornecedor, essa era uma relação mais de parceria que propriamente na condição de empregado-empregador, da qual o garimpeiro podia se desvencilhar de acordo com sua própria conveniência. A bem dizer, essa era a única “conveniência” para o garimpeiro pois, como há de ser em toda e qualquer relação capital-trabalho, se o lucro não se apresenta, o primeiro “inconveniente” é o trabalhador.

À guisa de esclarecimento, o parágrafo anterior é necessário para que não se tome como excessivamente superficial a imersão na teoria marxiana, especialmente no que se refere à agregação de valor por via da manufatura, e no concernente à questão do salário, discussões tão presentes quanto necessárias se o assunto são as relações entre capital e trabalho, trabalhador e produção, pois tanto a industrialização do diamante quanto as relações trabalhistas no garimpo em Três Ranchos foram bastante precárias. A primeira porque praticamente não existiu e, as ditas relações trabalhistas, já se disse, sucediam diferentes do assalariamento conhecido. Para outras circunstâncias, os apontamentos de Karl Marx são, cada um a seu tempo, a estrita descrição do que vivenciaram os trabalhadores garimpeiros de Três Ranchos, ainda que pouco se assemelhem aos proletários referidos pelo pensador.

Considerado como “desclassificado” na sociedade mineradora do século XVIII e marginal na sociedade capitalista de nosso tempo, tal categoria merece uma revisão necessária que a situe no espaço onde atuou, de modo a lhe conferir o respectivo papel no processo histórico (MIRANDA, 1997, p. 7).

Nas primeiras páginas do panorama que traçou em sua obra *As metamorfoses da questão social*, para explicar a constituição da “sociedade salarial” moderna (fundamentado na realidade europeia, diga-se) ao propor a construção de pontes entre realidades distantes,

⁴⁹ Gonzaguinha, 1983.

ancestrais e o que contemporaneamente sucede, Robert Castel assegura a validade desta reflexão ao dizer que

uma análise desse tipo supõe, quanto à própria possibilidade, que realmente existam constantes no tempo e no espaço, a despeito das ou graças às diversidades culturais e históricas. “Constantes” não significa a perenidade das mesmas estruturas mas, sim, homologias nas configurações das situações e nos processos de suas transformações (CASTEL, 1998, p. 36).

Em Três Ranchos, a exploração do garimpeiro pela avidez do capital personificava-se nas figuras do *fornecedor* e do *capangueiro*. Este, um típico contrabandista, cumpria seu papel com maior transparência: agente itinerante, por conta própria ou a serviço de terceiros, sua função era subvalorar o trabalho, pagando o mínimo pelo diamante. Pelo fato de ser praxe a permanente urgência do dinheiro, fosse para cobrir as necessidades de casa ou para a fuzarca que se seguia ao encontro do diamante, o capangueiro gastava pouca saliva nos acertos com o garimpeiro, para logo depois passar a mercadoria adiante por um preço muito mais alto. Além disso, era corriqueiro “queimar”⁵⁰ a pedra, prática comum na perversa rede estabelecida pelos capangueiros (arremedando a prática do cartel *De Beers*) quando o próprio garimpeiro, considerando baixa a primeira oferta, saía em busca de um preço melhor pelo resultado do seu trabalho: em todo comprador que chegava, porém, a oferta era sempre a mesma, transmitida pelo primeiro que vira a pedra.

A participação de alguns fornecedores nesse logro é algo mais sórdido, ao pior estilo das piores práticas capitalistas. Encarregado do suprimento de víveres e ferramentas necessários para tocar o serviço, o fornecedor estava na qualidade de sócio do garimpeiro. Sucedia do meia-praça pegar um diamante e o próprio fornecedor se propor comprar a pedra. A experiência do garimpeiro fazia-o supor que a pedra valesse 50, mas o fornecedor dizia que não valia mais que 20 (o preço que lhe convinha!) cabendo, portanto, 10 a cada um. Ao argumento contrário do garimpeiro de que o diamante podia ter preço melhor, o fornecedor retorquia que, se assim era, não via problema, vendia a parte que lhe cabia por 10, ao garimpeiro. Evidentemente, tratava-se de um ardil, pois o trabalhador não tinha recursos para adquirir a parte do outro, e terminava obrigado a ceder à negociata. Nessa operação, não era raro o fornecedor contar com o respaldo financeiro de algum capangueiro, com o qual estabelecia o prévio conluio.

⁵⁰ No vocabulário garimpeiro, “queimar” era a informação passada adiante pelos capangueiros a respeito de alguma pedra que se quisesse vender, e que fosse enjeitada pelo primeiro comprador, em função do preço atribuído pelo garimpeiro. Se parece com um dos significados atribuídos ao termo pelo Dicionário Aurélio: “destruir ou desgastar [...] opondo-lhe restrições, ou por meio de intrigas, fuxicos ou expediente semelhante”.

Os negociantes de diamantes nos primeiros tempos do garimpo no Brasil armaram tramoias semelhantes ao que se fez em Três Ranchos: em vista da grande quantidade, e para que o comércio ainda mais os favorecesse, depreciaram os diamantes brasileiros. Em seu livro *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, Joaquim Felício dos Santos conta como funcionou na Europa o boato de que os diamantes brasileiros eram inferiores aos trazidos do oriente. Informações falsas que

excitaram na Europa um grande prejuízo contra os diamantes do Brasil; caíram logo nas mãos de poucas pessoas, que sabiam melhor manejar o negócio, as quais antevendo que o Governo não podia ficar indiferente, compraram todos os que se lhes ofereceram (SANTOS, 1976, p. 78).

Em seguida, os mesmos diamantes eram negociados por um preço muito maior, em evidente afronta ao trabalho dos garimpeiros. Assim continuaram agindo os negociantes atuais, capangueiros e fornecedores, a serviço deles próprios ou a mando de compradores maiores, grandes empresas, todos orbitando o cartel *De Beers*, fundado em 1888. Os riscos na aventura do garimpo para o capangueiro eram quase nulos. É o que disse Canstatt já em 1871 ao verificar que “em geral as lavras diamantíferas dão pequeno lucro, porque as despesas de exploração montam a grandes somas. Os grandes proventos são para os compradores que muitas vezes se retiram ricos desse negócio” (CANSTATT, 2002, p. 154).

Felício dos Santos se refere ao capangueiro como a um contrabandista:

Entre os contrabandistas havia uma classe chamada de *capangueiros*: era a dos que faziam o comércio da *capanga*, isto é, os que, com pequenos capitais, compravam aos garimpeiros pedras isoladas ou pequenas partidas para vendê-las aos exportadores. Os exportadores neste gênero faziam as vezes de comerciantes de grosso trato: levavam-nos ou mandavam-nos para fora. (SANTOS, 1976, p. 157)

Um dos capangueiros mais conhecidos em Três Ranchos foi João Costabille, o “João Draga” (assim chamado porque trouxe a primeira draga⁵¹ para os garimpos de Três Ranchos, facilitando a atividade: para os donos do garimpo porque ampliava a produtividade, e para os trabalhadores porque diminuía os riscos). João Calaça afirma que João Costabille, em sociedade com José Salmi, fundou uma empresa (**Figura 45**) às custas exclusivamente dos diamantes de Três Ranchos. Certamente foram muitas pedras, considerando que a empresa permanece no ramo até hoje, no mesmo endereço, na cidade de São Paulo.

Não cabem dúvidas a respeito de quão dispendioso em matéria de tempo e trabalho era o garimpo de diamantes em Três Ranchos. Especialmente pelo processo quase artesanal para extrair-lo da rocha engastada nos monchões ou no fundo do leito do rio, era

⁵¹ Máquina utilizada para retirar o cascalho do fundo do leito do rio.

Lapidação de Diamantes Antuérpia Ltda.

Todos os Tamanhos e Tipos de Brilhantes
Vendas a Prazo



Também Para o Interior
e Outros Estados

RUA SÃO BENTO, 290 - 5º Andar - Conjunto 3

Enderêço Telegráfico "SALMIDIAMANTES"

Tels.: 36-2251 — 32-9501 — 35-6529 — SÃO PAULO

C. J. SALMI

COMPRADOR DE DIAMANTES

ATO 1.243

DECRETO 52.299

FAZENDA FINA, INDÚSTRIA E TODOS OS TIPOS
PRINCIPALMENTE PEDRAS EXTRAS

Escritório: RUA SÃO BENTO, 290 - 5º andar - conj. 1

F O N E : 35-5932 — 37-9968

* * *

End. Teleg.: "SALMIDIAMANTES"

SÃO PAULO

—

B R A S I L

Figura 45 - Dois anúncios impressos na revista "O Diamantário", de março de 1974. Segundo João Calaça de Melo (que coleciona e cedeu a revista para consulta) a sociedade entre José Salmi e João Costabille surgiu graças unicamente aos diamantes de Três Ranchos. Notar como as duas empresas tinham o mesmo endereço (inclusive o "telegráfico"), onde permanecem até hoje, atuando no mesmo ramo.

necessário decompor grandes quantidades de material. Considerando que as estimativas são de que se necessita processar vinte toneladas de rocha para a obtenção de um quilate de diamante (COSTA & DA LUZ, 2005, p. 392), tem-se aí três variantes de análise: a raridade do diamante, o impacto ambiental e, a discussão em curso, a quantidade de trabalho invertida na procura do diamante. Um serviço pesado, trabalho que, propõe Marx, dedicado a outra atividade poderia fazer que esta adquirisse maior valor, mais rapidamente e de forma

mais segura. Aludindo à questão, Marx lembra como é a raridade dos diamantes na crosta terrestre o que provoca o exagero de trabalho na busca deles, fazendo que, tal como o ouro, metal precioso, e raro como o diamante, não seja capaz de pagar o seu próprio valor.

Com maior razão, vale isso para o diamante. Segundo Eschwege, em 1823 a exploração de oitenta anos das minas de diamante, no Brasil, não alcançava sequer o preço do produto médio de 1,5 ano das plantações brasileiras de açúcar ou café, apesar de que ela representava muito mais trabalho e, portanto, mais valor. Com minas mais ricas o mesmo quanto de trabalho representar-se-ia em mais diamantes, e diminuiria o seu valor. Caso se conseguisse, com pouco trabalho, transformar carvão em diamante, o valor deste poderia cair abaixo do de tijolos (MARX, 1988a, p. 49).⁵²

Há, portanto, fundamento no que diz Robert Southey, em sua *História do Brasil*, falando dos primórdios da exploração garimpeira em Goiás, ao anotar que

de São Paulo vinham regularmente provisões, mas não em quantidade suficiente para a população, por mais lucrativo que fosse o tráfico carreteiro. [...] Dentro em pouco começou-se a criar gado e cultivar a terra, vendo-se ser este meio de enriquecer mais fácil e mais certo que o das minas (SOUTHEY, 1977, p. 175).

Antes, fizera a mesma observação Aires de Casal, quando escreveu que

Muitos fizeram boiças e lavouras para suprir com as produções a falta, que padeciam de viveres; e para não se desaparecerem tão sensivelmente do seu insano, e continuado trabalho. Os que se rezolveram a este nobre, solido, e innocente modo de vida, ajuntavam com menos dispêndio tanta quantidade d'ouro (então unica moeda corrente no paiz) como os proprios mineiros (AIRES DE CASAL, 1976, p. 318)

Por conseguinte, à luz das palavras de Marx, conclui-se como o alto preço dos diamantes não advém do valor que adquire à custa do trabalho investido pelo garimpeiro, mas, justamente, da sua escassez deles, fazendo com que se tornem uma preciosidade tão incrivelmente cara, um fetiche, alimento da vaidade, representação criada e alimentada como significação de riqueza. *Vanity, my favorite sin!*⁵³.

Trazendo à contemporaneidade e contextualizando, infere-se do raciocínio de Marx que muito mais se poderia ter produzido em Três Ranchos, se tudo e todos os envolvidos, homens, mulheres e recursos de toda ordem, fossem aplicados a qualquer outro processo produtivo. A grande perda, nessa hipótese, seria ignorar o ser humano tão peculiar, toda emoção de que é dotado o garimpeiro, que, provavelmente, só o é por conta do

⁵² É curioso como Marx serviu-se de uma referência ao Brasil, quando poderia fazê-lo em relação à Índia, uma colônia inglesa, que precedeu o Brasil como maior produtor mundial de diamantes.

⁵³ “Vaidade, meu pecado favorito!” Comentário do Diabo, interpretado por Al Pacino, no filme *The Devil's Advocate*, dirigido por Taylor Hackford.

permanente jogo que impôs à vida, de sonhar e ter esperança. Como um diamante que não fosse encontrado, permaneceria o nosso garimpeiro um tesouro jamais sabido, com todo aporte sociocultural que tanto enriqueceu Três Ranchos (bem mais que os próprios diamantes!) advindo desses trabalhadores, imigrantes ou nativos.

Karl Marx refere-se ao “mais profundo sedimento” de uma superpopulação pobre, consequente do apoderamento da agricultura pela produção capitalista, transferindo das áreas rurais para as periferias urbanas grande parte dos trabalhadores, que engrossarão aí o exército de “vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito” (MARX: 1988b, p. 199). De forma análoga, pode-se considerar o deslocamento das famílias de regiões alagadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas, estes com vistas à produção da energia necessária à fome insaciável do capital. Isso foi o que forçou ao fim a garimpagem e removeu os trabalhadores de sua atividade, às margens e no leito do rio Paranaíba. Exposto a árduas condições de vida e sob precárias relações de trabalho, ainda assim o garimpeiro é saudoso dos tempos do garimpo, provavelmente em virtude dos devaneios e da esperança que o embalavam cotidianamente. Nas viradas e monchões, no leito e margens do rio Paranaíba, o sonho de encontrar um diamante fazia parte do ambiente; um anseio tão evidente e perceptível, quase tangível, a característica marcante do garimpeiro, o seu arrebatamento diante da possibilidade de achar um diamante. Devanear, intuir, pressagiar, são as razões de viver do garimpeiro. E a vontade de realizar os sonhos é o que o movia em sua lida, mesmo com os seus saberes constantemente tão vinculados à superstição, aos sinais, aos palpites. Os que se deixavam seduzir pela garimpagem ficavam de tal forma encantados que aparentavam perder a lucidez.

Havia caso do garimpeiro ser algum fulano sem eira nem beira, que ousava sair de sua terra, e seguir errante, em busca de leitões e monchões onde houvesse a informação do diamante. O que mais acontecia era terminar derrotado em sua empreitada, arruinado, a vida em desalinho, sem os últimos recursos que possuía apostados e perdidos na busca inglória. Abandonado à própria (má) sorte tornava-se um estereótipo do vagabundo. Assim como ele, foram chamados vagabundos trabalhadores de vários ofícios no século XVI. E também os proletários do século XIX. O mesmo adjetivo que ainda hoje serve para se referir a toda categoria de trabalhadores em greve, aos indígenas em luta por suas terras, aos integrantes do MST e de outros movimentos sociais etc., discurso difundido pela imprensa subserviente ao capital, e acatado pela alienação reinante. Um substantivo que se tornou adjetivo depreciativo logo após o nascedouro, síntese de condutas que desagradavam à dominação.

Etimologicamente, do termo em latim *vagabundus* originou-se *vagabundo* e a forma paralela *vagamundo*, para designar “aquele que vagueia pelo mundo”. Num dos mais belos momentos da literatura ocidental, *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, está um dos primeiros registros da palavra que, com o tempo, assumiu outros sentidos, impregnou-se de representações diversas do que foi o seu primitivo ideal. A utilização da forma paralela do termo, *vagamundo*, em substituição ao seu sinônimo num dos versos do célebre épico lusófono (“*vagamundo* vás passando a vida”)⁵⁴ em nada desvirtua o texto, ao contrário, facilita a compreensão do que diz Camões, referindo-se a Vasco da Gama, personagem histórica de Portugal, lembrado na epopeia camoniana como um navegante que passa a vida a vagar o mundo. Vasco da Gama seria, portanto, um vagabundo, sem rei que o dominasse, ou pátria que o aprisionasse.

Para o poder, porém, o indivíduo vagando à-toa (em terra firme!) não era bom sinal. A falta de trabalho impunha urgências, por vezes deixando o trabalhador sem meios até para o próprio sustento. O desassossego da dominação em torno da situação pode ser explicado pelas palavras de Robert Castel: segundo ele “quem nada tem e não está ligado a nada é levado a fazer com que as coisas não permaneçam como são” (CASTEL, 1998, p. 138). A pejoração em torno do vagabundo (ou vagamundo) não é mais que uma construção, chegada à atualidade por obra da dominação, para justificar a repressão às inquietudes sociais, ao inconformismo popular, ao sentido de liberdade intrínseco à vagabundagem.

O paradigma do vagabundo não tem que coincidir com a realidade sociológica da vagabundagem. [...] estigmatizando-se ao máximo os vagabundos, criavam-se os meios regulamentares e policiais para enfrentar os tumultos pontuais provocados pela reduzida proporção de vagabundos verdadeiramente perigosos (CASTEL, 1998, p. 139).

Insistindo nesse caminho, e acatando as palavras de Robert Castel, para quem “toda realidade social é uma construção social” (CASTEL, 1998, p. 294), a vagabundagem não é mais que um preconceito construído, diante de uma realidade igualmente construída.

Para o garimpeiro, assumir ofício que não o seu era circunstância passageira, no mais das vezes. Na hora da precisão, não enjeitava serviço: conhecia os segredos de outras

⁵⁴*Eu sou bem informado que a embaxada
Que de teu Rei me deste, que é fingida;
Porque nem tu tens Rei, nem pátria amada,
Mas vagabundo vás passando a vida.
Que quem da Hespéria última alongada,
Rei ou senhor de insânia desmedida,
Há-de vir cometer, com naus e frotas,
Tão incertas viagens e remotas?*



Figura 46 - A correnteza braba do rio Paranaíba expunha o trabalhador ao perigo constante, algo que não fazia o garimpeiro desanimar. Na foto de cima o mergulhador está pronto para ir ao fundo do rio. Na foto de baixo, Bráulio Calaça identificou, da direita para a esquerda: Tate e Mané Baiano; o quarto, de paletó, é João Custódio, e o quinto, sentado, também de paletó, é Manoel Custódio, respectivamente o tio e o pai do fotógrafo Celso Custódio. Adiante do grupo, Chiquito (Fotos feitas por Celso Custódio).

lidas, sabia de gado, de guerras e de terras, de tantas outras vivências no percorrer da vida. Mas o garimpo – Ah! O garimpo! – aquilo é faina de se surpreender, podia mudar a vida num susto. O trabalho era arriscado e duro, tanto quanto ou mais que os demais. Porém ali, de uma hora para outra, aquele tesouro dissimulado nas entranhas da terra, o diamante podia aparecer e resolver a vida. A seu modo próprio de compreenderas vicissitudes de um sistema no qual o garimpeiro não se adequa, e como que para justificar a sua tentação, esse trabalhador faz indagação semelhante à de Engels:

que segurança tem o operário de que amanhã a mesma sorte não o espera? Quem pode garantir-lhe que não perderá o emprego? Quem lhe assegura que amanhã, quando o patrão – com ou sem motivos – o puser na rua, poderá aguentar-se, a si e à sua família, até encontrar outro que “lhe dê o pão”? Quem garante ao operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as outras numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém. (ENGELS, 2008, p. 69).

Nas conversas com o garimpeiro, além de sua propensão à aventura, percebe-se a noção que tem do que o capitalismo reserva ao trabalhador. Por isso ele prefere arriscar!

Tomada ao pé da letra, a vagabundagem não é própria do garimpeiro. Impõe-se, então, desconstruir dois conceitos, um a respeito do garimpeiro e outro a respeito do vagabundo. Quanto ao primeiro, o trabalhador no garimpo, em que pese as peculiaridades do seu modo de vida, o considerar-se um trabalhador livre, sem vínculos, à busca só do diamante, eventualmente um errante, sem residência fixa, nuances coincidentes com a vagabundagem, esta não é, nem por isso, a analogia ideal com o que se sabe do garimpeiro. E o vagabundo, impregnado de preconceitos no passar do tempo, chegou à contemporaneidade como o que há de mais pejorativo⁵⁵ para referir-se a algum indivíduo na sociedade. O discurso construído em torno do vagabundo e da vagabundagem (conforme o senso comum contemporâneo) não é condizente com a natureza de nenhum trabalhador (sujeito às conjunturas do sistema) e menos ainda com a do garimpeiro de Três Ranchos; não é possível estabelecer analogia entre o vagabundo e o nosso garimpeiro, mas apenas lembrar como este padeceu preconceito semelhante ao que vêm sofrendo tantos trabalhadores, desde a Idade Média, impregnados de uma pecha inconveniente, injusta.

As raízes da vagabundagem tem procedência distante, e remonta ao século XV: Camões cita o *vagabundo* já em 1556 – ano provável da conclusão d’*Os Lusíadas*. Ao referir-se a uma categoria de indivíduos, tidos como a “franja mais marginal” da sociedade, Robert Castel afirma que os vagabundos eram parte de uma “*residual population*”, “indivíduos

⁵⁵ Do latim *pejorare*, “tornar pior”.

desterritorializados, com grande mobilidade, que não encontram lugar na organização tradicional do trabalho” (CASTEL, 1998, p. 117).

Laura de Mello e Souza, dissertando sobre a pobreza no ambiente da mineração no século XVIII, explica como “surge a ideia de que a mineração é ilusória porque, na realidade, não é trabalho. Este, por sua vez, configura-se claramente como *praga bíblica*: penoso, demorado, difícil, é provação necessária para a obtenção final da felicidade” (MELLO E SOUZA, 1986, p. 37).

Robert Castel cita Isambert, Taillandier e Decrusy, que por sua vez transcrevem um decreto emitido em 1534 por Francisco I, rei de França, cujo fito era o de circunscrever numa definição os vagabundos; a referida lei considerava todos como “ociosos, gente sem fé nem lei e outros que não tem nenhum bem para mantê-los e que não trabalham nem lavram a terra para ganhar a vida” (CASTEL, 1998, p. 120). Continuando, Castel diz que

o vagabundo foge da inscrição em uma linhagem e dos vínculos de interdependência que constituem uma comunidade. Esse homem sem trabalho nem bens é também um homem que não tem um senhor, nem onde cair morto. ‘Morador em toda parte’, para retomar uma expressão frequente nos processos contra a vagabundagem, é um ser de lugar nenhum (CASTEL, 1998, p. 120).

No presente estudo, do que ocorria nos garimpos de Três Ranchos, o “senhor” do garimpeiro era ele próprio (“*¡Yo soy un hombre sin amo!*” – GALEANO, 1973, p. 56); a menos que tivesse um fornecedor, caso em que a subordinação se devia apenas por conta dos víveres e ferramentas necessários à lida: podia desvencilhar-se desse senhor com facilidade, tão frágeis eram os vínculos trabalhistas nessa relação. Recorrendo a Karl Marx, associa-se a figura do garimpeiro à de um trabalhador cuja



Figura 47 - Na década de 1970, quando as fotos acima foram tiradas, os arriscados mergulhos utilizando esse tipo de escafandro ainda eram corriqueiros. Na foto da direita, os garimpeiros Lazinho, Bebê, Jorge Alonso, Bráulio e, sentado, Geraldo; dentro do escafandro, preparado para mergulhar, Elias Flor. Omário Calaça (Bebê), Bráulio Calaça e Geraldo Calaça, são irmãos; o quarto irmão, João Calaça, que não aparece na foto, também passou boa parte da vida garimpando no Paranaíba (Fotos: acervo do autor).

força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. (MARX, 1988a, p. 135).

Essa é uma das proposições que mais se identificam com o que era o cotidiano das relações de trabalho no garimpo de diamantes em Três Ranchos. Continuando:

como pessoa, ele tem de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode à medida que ele a coloca à disposição do comprador apenas provisoriamente, por um prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo, portanto, sem renunciar à sua propriedade sobre ela por meio de sua alienação (MARX, 1988a, p. 135).

Apesar de grande parte dos qualificativos relacionados por Robert Castel à vagabundagem não lhe serem adequados, na sua condição de trabalhador o garimpeiro de Três Ranchos se alinha na categoria dos que “não tem um senhor”, um “livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa”, um trabalhador que buscava ficar distante de uma relação de servidão. Cabe acrescentar ainda que mesmo considerando esta aparente situação de liberdade, sendo dono de sua força de trabalho, feito qualquer outro trabalhador, o garimpeiro tinha como “sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia” (MARX, 1988b, p. 200); no caso, a riqueza do fornecedor, a quem, a rigor, o garimpeiro vendia sua força de trabalho. “O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador” (MARX, 2004, p. 82). Não é raro encontrar velhos garimpeiros acometidos de traumas na coluna vertebral, causados pelos longos períodos de suas vidas no trabalho repetitivo de levantar e sacolejar as pesadas peneiras de cascalho, numa postura incorreta.

Se acontecia, eventualmente, de bamburrar, dividia com o fornecedor o dinheiro da venda do diamante e passava a maior parte do tempo no ofício da gastança. Quando o dinheiro terminava, lá ia ele novamente ao garimpo, com a mesma esperança de antes para encontrar outro diamante. Era, enfim, como já se disse, alguém sem rei nem pátria (como o navegante d’*Os Lusíadas*), “*un hombre sin amo*”, um “morador de lugar nenhum” ou “em toda parte”, dependendo de onde houvesse a mancha de diamantes.

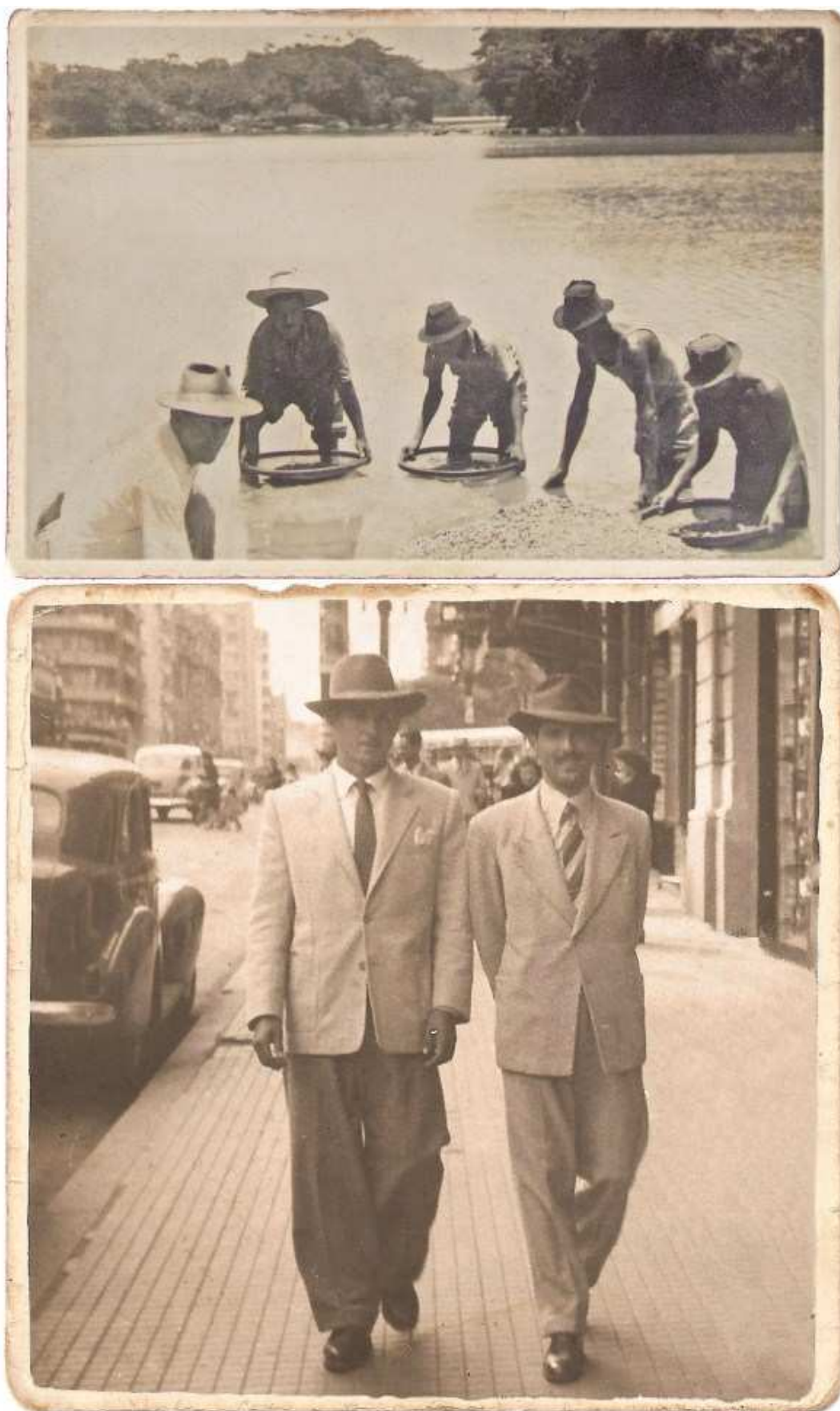


Figura 48 - Do garimpo ao centro da capital paulista: a foto de cima, cedida por José Natal Procópio, mostra um garimpo no rio Paranaíba; embaixo, na foto de 1946, cedida pela S^{ta} Maria Pereira Saldanha, Roldão Pereira Carneiro passeia ao lado do capangueiro João “Draga” Costábille, em São Paulo.

Dentre muitos, conta-se um caso sucedido em Três Ranchos, no ano de 1970, em que um diamante de excelente qualidade, com 29 quilates, foi vendido por 29 mil cruzeiros novos (quantia equivalente hoje a algo entre 150.000 e 270.000 reais, dependendo do índice de atualização utilizado). Evandro, o tal garimpeiro, amante de toda farra e boemia, dividiu com o fornecedor o bambúrrio; do que lhe coube, deu a cada um de seus três irmãos uma parte. Em seguida, montou um bar e comprou do farmacêutico Luís Horta um carro Simca-Chambord, que pouco tempo depois foi trocado por uma moto Lambretta. Passados seis meses no ócio e na diversão, foi-se o bar e a Lambretta do garimpeiro, que já não carregava consigo mais nenhum tostão. Voltou ao garimpo.

E sucedeu do afamado sanfoneiro Mário Zan dar um show na cidade de Catalão, em julho de 1966. Roldão Pereira achou que era a ocasião de assistir ao seu ídolo. Mas não lá, num espetáculo para tanta gente. Sem perder tempo, pagou o que foi pedido para que o sanfoneiro viesse à sua casa, em Três Ranchos, dar um show particular. Quando os garimpos já tendiam para a exaustão, conta-se que Roldão tinha mais de cem garimpeiros por sua conta. Os diamantes vinham poucos, e quando o garimpo já não era mais possível, Roldão Pereira devia num açougue da cidade o equivalente a vinte e duas vacas gordas. Roldão parou com o garimpo e honrou todos os seus compromissos. Terminou na beira do rio represado, tocando o “ranchão”, primeiro ponto de lazer às margens do lago.

Extravagâncias que lembram a que conta Eduardo Galeano:

Allá por los años cuarenta, Barrabás encontró en El Polaco un diamante del tamaño de un huevo de paloma que valía medio millón de dólares. Esa mañana, disse, los comerciantes le habían negado el desayuno. [...] el diamante era perfecto, transparente y con reflejos azulados, aun que tenía los bordes irregulares. Nunca visto. [...] Barrabás le ofrecía banquetes al presidente y daba grandes fiestas en Caracas. [...] Se hizo arrancar todos los dientes y se hizo poner una dentadura de oro puro. Se enamoró de la hija del presidente. [...] quando volvió de Caracas, no le fiaban nin un quilo de arroz. Y ya no puede servirse ni de sí mismo. (GALEANO, 1973, p. 60) ⁵⁶

Algum espectador, desacorçoado de se embrenhar naquela lida, pelo que em pouco ou nada via resultar a luta do garimpeiro, resumia numa frase a sua (des)crença: “se a água traz, a água leva”! O garimpeiro, porém, se bamburrava gastava sem controle porque acreditava que a sorte finalmente o encontrara e não o deixaria mais, acertara na “mancha”, naquele garimpo muito mais diamantes encontraria.

⁵⁶Lá pelos anos quarenta, Barrabás encontrou em El Polaco um diamante do tamanho de um ovo de pomba, que valia meio milhão de dólares. Nessa manhã, disse, os comerciantes haviam negado o café-da-manhã. [...] o diamante era perfeito, transparente e com reflexos azulados, ainda que tivesse bordas irregulares. Nunca visto. [...] Barrabás oferecia banquetes ao presidente e dava grandes festas em Caracas. [...] Se fez arrancar todos os dentes e colocou uma dentadura de ouro puro. Namorou a filha do presidente. [...] quando voltou de Caracas, não lhe fiavam nem um quilo de arroz. E já não pode nem servir-se de si mesmo.



Figura 49 - A dura realidade do garimpo: pés no chão, pouca roupa e peixe seco, o rancho coberto com folhas de babaçu e paredes de pau-a-pique... Na foto, da direita para a esquerda: Alpenor, Branco do Modesto, Zé Eustério, Eugênio, Bráulio, Ariel e Sebastião Camilo. (Foto cedida por Celso Custódio)

Para Aires da Mata Machado Filho, “o minerador é imprevidente por índole. Contam-se casos de muitos que enriqueceram e ficaram pobres da noite para o dia. Se conseguem tirar alguma coisa, gastam desmedidamente o capital reunido. Não pensam no dia de amanhã” (MACHADO FILHO, 1964, p. 29).

Quanto à propalada violência no ambiente do garimpo, provocada pelo próprio garimpeiro, e o conceito de que se trata de um indivíduo a-social e perigoso, não procedem. Os poucos casos de brigas violentas em Três Ranchos, motivadas pelo garimpo, se explicam no fato da maioria dos garimpeiros já serem moradores do lugar desde muito antes, não eram errantes e nem historicamente violentos em suas relações. O que podia, eventualmente, fazê-lo perseverar na “andança sem destino” era a persistência da má-sorte, a ponto de ficar sem nada com o que se manter, e nem haver fornecedor que com ele quisesse se associar. Aliada às superstições comuns no ambiente da garimpagem, a pecha da má-sorte podia inclui-lo entre aqueles que, incapazes de se sustentar, não o eram também pelos fornecedores, estes tementes do azar que impregnara o garimpeiro: a urucubaca podia contaminar o garimpo inteiro!

Alexandre Vexliard – citado por Robert Castel – na *Introduction à La sociologie Du vagabondage*, lembra o trecho de um decreto real de 1701, posteriormente adotado quase sem retoques pelo Código Penal napoleônico, este já na travessia do século XVIII para o XIX, segundo o qual eram declarados

vagabundos e pessoas sem fé nem lei aqueles que não tem profissão, nem ofício, nem domicílio certo, nem lugar para subsistir e que não são reconhecidos e não podem valer-se da recomendação de pessoas dignas de fé que atestem sobre sua boa conduta e bons costumes (CASTEL, 1998, p. 121).

Nesse ponto, embora tivessem profissão, ofício e domicílio reconhecidos, o garimpeiro de Três Ranchos padecia, na organização social, a falta de confiança, sobretudo por parte dos comerciantes, pelo que não vendiam fiado a muitos desses trabalhadores, tementes do atraso na liquidação da dívida. Tinham fé, contudo, algumas mulheres, esposas daqueles mesmos garimpeiros, quebradeiras de coco do babaçu, cuja produção de castanhas era segura, uma garantia do pagamento. Além disso, o fato de ser, eventualmente, um imigrante, poderia mais ainda inclui-lo na descrição expressa pelo decreto, pelo menos durante o tempo necessário para tornar-se conhecido naquele meio, e terminar sustentado por algum fornecedor, que o acolhia, e lhe dava fiança, se demonstrasse merecimento.

Quanto a não lavrarem a terra, também não seria completamente aplicável a todo garimpeiro de Três Ranchos. Até porque, o garimpeiro, “como agricultor, não possui a terra” (NETO, ALBUQUERQUE e PONTES, 1984, p. 173). É bem verdade que se envolviam, de corpo e alma, na garimpagem, de lá só saindo no tempo “das águas”, quando a chuvarada tornava o rio cheio e perigoso para a atividade. Mas se havia alguns poucos que nesse intervalo preferiam só esperar que as águas baixassem ou folgar na pouca diversão que havia, outros, pela precisão ou pela própria condição de gente do campo, saíam da beira do rio justamente no momento de plantar e cuidar das roças. Uma conveniência para quem, ao contrário do que se convencionou chamar de vagabundo, nunca deixava de trabalhar.

Aventureiro, sonhador, carregando consigo saberes herdados de si mesmo, todo o tempo provando-se contra os preconceitos descritos por Robert Castel, o garimpeiro de Três Ranchos distingue-se, especialmente, pela afeição ao lugar e aos laços familiares, embora as condições de vida e trabalho que experimentava (e a própria incipiente estrutura urbana, diga-se) não representassem motivações para tal apego.

Cristóbal Mendoza explica:

Los lugares están llenos de significados y tienen una dimensión existencial, una vinculación emocional con el ser humano, y se relacionan siempre con un espacio concreto y con unos atributos bien definidos. Por tanto, los lugares no existen como entidades, sino como representaciones que son

resultado de las diferentes experiencias de las personas. [...] El espacio, entendido como algo abstrato y genérico, se transforma en lugar gracias a la experiencia y a la acción de los individuos que, viviéndolo cotidianamente, lo humanizan y llenan de contenidos y significados. [...] Durante el curso de la vida, las personas se implican con varios lugares y les dan diferentes significados, dejando en algunos casos “marcas” que actúan sobre diversos niveles de conciencia. Así algunos migrantes sienten identificación geográfica o “idiotipia” con algunos lugares como una expresión precisa de la pertenencia a un lugar. (MENDOZA, 2012, p. 31) ⁵⁷

Mário Palmério descreve o modo de vida do garimpeiro à beira do Paranaíba, em meados do século passado:

O rancho são apenas algumas folhas de coqueiro amarradas mal-e-mal. E o sujeito que mora ali, aluado e esquisitão. A comida, ele mesmo a faz, que comida de garimpeiro dá pouco ou nenhum trabalho: charque cozido com feijão, e café adoçado com rapadura. O fumo de rolo e a cachaça completam o restinho de sustento. Para que mais? (PALMÉRIO, 1984, p. 104).

Por conta do alagamento dos sítios onde garimpava, o garimpeiro tornou-se um excluído típico. Sem outro conhecimento, nem outro interesse que o de achar diamantes, o garimpeiro simplesmente “acampou”, para se tornar uma espécie de força ambulante, disponível à “infantaria ligeira do capital, que, de acordo com sua necessidade, ora a lança neste ponto, ora naquele. Quando não em marcha, ‘acampa’. O trabalho nômade é empregado em várias operações...” (MARX, 1984, p. 224); em virtude da nova configuração econômica, essencialmente voltada para a prestação de serviços, muitos dos antigos garimpeiros de Três Ranchos se dispõem a trabalharem como caseiros, jardineiros, vigilantes etc. Se pudessem escolher o garimpo, é para lá que iriam.

Vida de vaqueiro? – futuro nenhum. Vida de capinador de enxada? – essa, então, piorou... Um dia, o recruta experimenta – e acontece com ele o que acontece com novato em jogo de carteador: ganha na certa: croa mesmo, na última peneira, um danadinho de xibio. E adeus peão de boiadeiro, adeus lavourista, adeus namorada... Feitiço! (PALMÉRIO, 1984, p. 122).

Mário Palmério diz que entre os garimpeiros havia “muito aventureiro desgarrado, muito criminoso fugido, muita pessoa de instrução, e até de família boa, irremediavelmente perdido pelo vício louco [do garimpo]” (PALMÉRIO, 1984, p. 103). Marina Marconi, em

⁵⁷ Os lugares são cheios de significado e têm uma dimensão existencial, uma ligação emocional com os seres humanos, e estão sempre relacionadas com um espaço específico e com características bem definidas. Portanto, os lugares não existem como entidades, mas como representações que resultam das diferentes experiências das pessoas. [...] O espaço, entendido como algo abstrato e universal transforma-se em lugar pela experiência e ação dos indivíduos, que o vivenciam cotidianamente, humanizam-no e preenchem-no de conteúdo e significado. [...] Na trajetória da vida, as pessoas se envolvem com vários lugares e dão-lhes significados diferentes, às vezes deixando “marcas” que atuam em diferentes níveis de consciência. Assim, alguns migrantes sentem identificação geográfica ou “idiotipia” com alguns ambientes como a expressão exata de pertencer a um lugar.

pesquisa realizada a respeito do assunto, no município de Patrocínio Paulista, norte do Estado de São Paulo, confirma:

Para o garimpeiro, o garimpo é um “vício” porque está sempre pensando nele, mesmo que tenha outra profissão, como no caso dos faiscadores ou daqueles que foram para a lavoura: há sempre um desejo de volta; o indivíduo que participa do garimpo fica envolvido, tão apaixonado, que não quer abandoná-lo. (MARCONI, 1978, p. 115).

Uma energia o excitava àquela faina, inflamado unicamente pela miragem do diamante, que podia nunca ser encontrado. “O diamante desmede e esperta as paixões em ardência”, diz João Guimarães Rosa (1985, p. 263). Isto ocorria porque

as necessidades humanas, as exigências emocionais e as aspirações, em geral, não são racionais [...]. Crer no que se deseja (*wishfulthinking*) e delusão permeiam todos os nossos ideais [...] e geram força emocional, suficiente para exigir ação (TUAN, 1980, p.16).

Em relação ao que “movia” o garimpeiro, nada mais legítimo que isso, dito por Yi-Fu Tuan em sua *Topofilia* sobre a “racionalização”, no capítulo relativo às estruturas e respostas psicológicas comuns. Falando de simbolismo e esquemas cosmológicos, Tuan afirma que, “na psicanálise [...] a água é uma imagem do inconsciente [...] simboliza o lado feminino da personalidade humana. A imersão na água significa a extinção do fogo e da consciência” (TUAN, 1980, p.26). “Extinção da consciência”: efetivamente é a isso que se refere Mário Palmério ao descrever a atitude de muitos garimpeiros, que condicionavam o resultado do seu trabalho à intercessão divina: “Um dia – quem sabe? – Deus ajuda” (PALMÉRIO, 1984, p. 106), ou como quando João Guimarães Rosa diz que “o garimpo era o reino da impura sorte” (ROSA, 1985, p. 274). Na opinião de Aires da Mata Machado Filho, “... no coração do mineiro⁵⁸ só há lugar para a esperança, a esperança teimosa e quase infantil, que diante de nada esmorece” (MACHADO FILHO, 1964, p. 29).

A louvação que Mário Palmério faz ao garimpeiro não é propriamente nova; em meados do século XIX a literatura regional já se referia com enlevo a este personagem: Joaquim Felício dos Santos pode ter sido o primeiro nome a exaltar o caráter e o jeito de viver do garimpeiro. Embora a primeira edição das *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* seja de 1868, a publicação começou antes, em capítulos, a partir de 1862, no jornal *O Jequitinhonha*, de Diamantina, do qual o próprio Felício era editor. Em suas *Memórias*, quase cem anos antes de Mário Palmério, Joaquim Felício dos Santos narra fatos ocorridos desde o século XVIII, início da exploração dos diamantes na Província de Minas Gerais, tempos em que a Coroa tinha o privilégio exclusivo da exploração das lavras

⁵⁸ **Mineiro**, nesse caso, é o minerador, o garimpeiro, e não o nativo de Minas Gerais.

diamantinas, sendo proibido (e severamente punido) o exercício da atividade pelo trabalhador autônomo. Por esta razão, aventureiros de toda classe partiam para as “grimpas”⁵⁹ das serras, indo esconder-se nas brenhas mais secretas, esquivando-se da sanha fiscalista oficial. É conveniente esclarecer: nas primeiras obras a respeito da exploração de diamantes, mineiro era o explorador a quem a Coroa delegava o direito de exploração das minas descobertas, enquanto garimpeiro era um trabalhador autônomo, que não concordava com as condições impostas para a sua atividade, e se arriscava na vida fora-da-lei. Com o passar do tempo, garimpeiro tornou-se uma designação a qualquer um que de alguma maneira se envolvesse com a mineração dos diamantes, como neste trabalho, embora sempre se faça distinção ao *capangueiro* e ao *fornecedor*.

O fato de o garimpeiro ser, nos relatos contemporâneos aos primeiros diamantes, um fora-da-lei, sobre quem se abatia com especial rigor as normas vigentes (houve casos de garimpeiros que foram degredados para a África) o tornava personagem recorrente como herói romântico, possuidor dos melhores predicados, sempre à custa da própria sorte.

A fascinação pelo diamante faz o garimpeiro perder a noção do que lhe ocorre, “os dentes caem, o cabelo cresce, as costas encascam assadas ao sol” (PALMÉRIO, 1984, p.105). Associada a esse desejo incontido da busca pela pedra mais preciosa há uma série de simbologias, relacionadas ao próprio diamante e ao ambiente do garimpo. Jean Chevalier, na introdução do *Dicionário dos Símbolos*, explica que

o símbolo exprime o mundo percebido e vivido tal como o sujeito o experimenta, não em função de razão crítica e no nível de sua consciência, mas em função de todo o seu psiquismo, afetivo e representativo, principalmente no nível do inconsciente (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2009, p. xvii).

Antes, no mesmo texto introdutório, Chevalier diz o seguinte:

Os símbolos [...] revelam os segredos do inconsciente, conduzem às mais recônditas molas da ação, abrem o espírito, para o desconhecido e o infinito. Ao longo do dia e da noite, em nossa linguagem, nossos gestos ou nossos sonhos, quer percebamos isso ou não, cada um de nós utiliza os símbolos. Eles dão forma aos desejos, incitam a empreendimentos, modelam comportamentos, provocam êxitos ou derrotas. [...] Seria dizer pouco que vivemos num mundo de símbolos – um mundo de símbolos vive em nós. A expressão simbólica traduz o esforço do homem para decifrar e subjugar um destino que lhe escapa através das obscuridades que o rodeiam. (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2009, p. xii).

⁵⁹ **Garimpo** (o local onde se garimpa) deriva de garimpeiro, por sua vez de “grimpeiro” – usualmente acontece de o trabalhador ser chamado por uma derivação do que é seu trabalho, que não é o caso aqui.

Mais adiante, os autores dirão, um a um, os significados de alguns elementos, dentre os quais aqueles que compõem o ambiente e o cotidiano da garimpagem: “a água é o símbolo das energias inconscientes, das virtudes informas da alma, das motivações secretas e desconhecidas” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2009, p. 21); a areia “é, efetivamente, como uma busca de repouso, de segurança, de regeneração” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2009, p. 79); em relação ao diamante, dizem que suas “qualidades físicas, de dureza, limpidez, luminosidade, fazem do diamante um símbolo maior da perfeição [...] É o auge da maturidade. Simboliza a clareza, a irradiação, a glória” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2009, p. 338); “a peneira é a imagem da seleção [...] o instrumento da escolha [mas] também simboliza a generosidade irrestrita dos deuses, que espalham uma profusão de dádivas do alto do céu” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2009, p. 706); “o simbolismo do rio e do fluir de suas águas é, ao mesmo tempo, o da possibilidade universal e o da fluidez das formas, o da fertilidade, da morte e da renovação. O curso das águas é a corrente da vida e da morte” (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2009, p. 780) – note-se aqui a dualidade sempre presente na vida do garimpeiro, como a riqueza e a pobreza, alternadas segundo a incapacidade do garimpeiro de administrar a eventual fortuna trazida pelo diamante.

Tanto quanto a água, o diamante, em diversas culturas, assume uma conotação mítica e a sua busca desencadeia uma série de simbologias (uma “geografia mítica”, como diz Tuan, 1983). No presente caso, o garimpeiro punha em prática os seus saberes, permanentemente vinculados à superstição. A respeito do que conhecia o garimpeiro acerca de seu trabalho, a narrativa de Mário Palmério elucida:

A prática o ensinou a conhecer o cascalho só num relance de vista. Se palpita boa forma, a peneira tira a dúvida; e, se informou bem, o homem arrancha. [...] Vício louco! [...] Lá fica ele, o maluco, cozinhando o couro ao sol, com água pelos joelhos. E peneirando, peneirando. [...] E cisca, e remexe, e remexe, e cisca – ainda não, mas qualquer hora croa um xibio⁶⁰, nem que seja um avoão, nem que seja um olho-de-mosquito. (PALMÉRIO, 1984, p. 105-106).

Supersticioso, exposto à vastidão dos seus devaneios,

o garimpeiro quase sempre espera encontrar no sonho palpites para o garimpo; [...] é bom sinal se o sonho simbolizar um desafio: remar contra a correnteza, encontrar-se em extrema penúria ou em qualquer situação de desconforto; mas se em sonho a própria pessoa aparecer muito bem de vida, rica, ou tiver encontrado diamante, o sinal indica que a sorte não vai ajudá-lo naquele dia, nem precisa tentar (MARCONI, 1978, p. 111).

⁶⁰ A grafia adotada no *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa* é **xibiu**, designação corriqueira nos garimpos de Três Ranchos para o diamante pequeno, de pouco valor, assim como o *avoão* e o *olho-de-mosquito*.

A crença nos sinais leva o garimpeiro a interpretar sonhos e acasos como indícios ora de sorte, ora de azar. Para Aires da Mata Machado Filho, o garimpeiro

é supersticioso como um jogador. Muitas vezes desmancha-se sociedade, em face de mau êxito, ‘porque as sortes não combinam’. De outra parte crê nos sonhos fastos e nefastos. Variam as interpretações, segundo o resultado da experiência. Aliás, diante da instabilidade das controvérsias, em mineração não há certeza: tudo são opiniões variáveis. Em todo caso, há sonhos que se decifram de maneira igual para quase todos. Sonhos com águas claras, é bom sinal; não assim com águas turvas. É de bom agouro sonhar com menino pequeno, nos braços, dando mostras de inoportuna disenteria. É bom sonhar com cobra. Ora bom, ora mau, é o augúrio dos sonhos onde apareçam negros ou padres. São de bons auspícios quase todos os sonhos. Parece que neles o mineiro espera encontrar, acima de tudo, um palpite. Sonhar com boi à distância é diamante certo, mas demorado. Se ele aparece mais perto, mostra que o diamante não tarda. Sairá na primeira lavagem, se a pessoa luta com o boi durante o sonho. (MACHADO FILHO, 1964, p. 40).

Na situação em que o garimpeiro não tinha como se sustentar em sua lida, por conta própria, apresentava-se a figura do “fornecedor”, sócio/patrão que financiava os víveres e ferramentas para o garimpeiro se manter na atividade. Por tal envolvimento numa atividade de risco, eventualmente acontecia desse investidor perder tudo o que possuía financiando a procura dos diamantes que nunca eram encontrados. “Também os donos da venda gostam de aventurar. Não podem resistir à sedução atávica. Quase sempre, volta para a terra o dinheiro que de lá saiu” (MACHADO FILHO, 1964, p. 28-9).

Uma suposição recorrente é de que o garimpeiro, ao encontrar uma pedra que lhe resolvesse a vida, pudesse sem qualquer hesitação fugir com ela, sem dar satisfação ao patrão, pois aqueles “caminhos não são trilhos que guardem rastos, a terra sem fim não tem dono, as furnas da mataria não cobram pouso nem delatam foragido nenhum” (PALMÉRIO, 1984, p. 125). Para o autor esse trabalhador nunca se dispõe à desonestidade. Mário Palmério não duvida da personalidade e dos valores do garimpeiro:

Tem perigo não: meia-praça não conhece conflitos de consciência, não demora maus pensamentos na cabeça boa. Esquece que ele, só ele, foi quem achou o diamante; que ninguém viu, ninguém sabe; que testemunha, apenas o surdo-mudo do sertão. [...] tão fácil esconder a pedra, voltar à corrutela, fingir doença, desânimo, vontade de abandonar de vez aquela vidinha ingrata. [...] Um mês, dois meses de espera, e depois mudar de ponto, soverter. [...] Para que voltar? Dali mesmo tomava rumo, mudava de nome, iriam pensar que morreu afogado ou comido de bicho... Tão fácil! Mas não: meia-praça é meia-praça. Pouco importa se já é noite, se até se esqueceu de quentar a comida. Fecha a pedra na mão – é grande demais e não cabe no picuá – e vira nos pés, doido de alegria, já imaginando a cara do companheiro na hora em que lhe mostrar o bamburro. Seu nome? Ninguém sabe direito. Tião? Inácio? Batista? Mas o sobrenome é conhecido e respeitado. E sobrenome macho como poucos: Meia-Praça. (PALMÉRIO, 1984, p. 124-125).



Figura 50 - O garimpeiro Bráulio Calaça, em atividade, da maneira como Mário Palmério escreveu: “pés enterrados na areia do fundo do ribeirão, calção arregaçado até às virilhas, o sol malhando nas costas nuas, o garimpeiro peneira o cascalho, paciente, organizado... galeio rápido para a frente e para trás - aprende a técnica: em cima, ajuntam-se as pedras leves, e embaixo, no fundo da peneira, as mais pesadas, as formas. Na virada certa, treinada, o garimpeiro emborça o cascalho peneirado - e o que se ajuntou no fundo passa para a coroa do piquete que se vai amontoando ao lado”. Em seguida “o maníaco cisca o montinho das formas croadas no topo do piquete... Vício louco! Os dentes caem, o cabelo cresce, as costas encascam assadas ao sol” (PALMÉRIO, 1984, p. 105).

As fotos acima, cedidas pelo próprio Bráulio Calaça, estavam danificadas, por conta do tempo decorrido desde que foram tiradas, e pela constante manipulação. A importância documental, no entanto, exigiu a recuperação das fotos com o programa Adobe Photoshop. A foto da direita, mais desgastada, teve alguns detalhes colorizados, objetivando visualizar melhor todo o cenário, de forma a auxiliar na compreensão do texto. Recursos considerados válidos, pois as fotos poderiam servir de suporte para produzir outros tipos de ilustração como, por exemplo, uma gravura; neste caso, o que se fez foi, tanto quanto possível, apenas recuperar as imagens. A restauração das fotos, mostrada ao garimpeiro, agradou-o bastante!

Do fragmento tomado de *Vila dos Confins* para este trabalho percebe-se, como a nenhum outro personagem do romance, homenagem tão afetuosa.

Evidentemente podia acontecer, dentre tantos malogros, de o garimpeiro acertar a mão, bamburrar⁶¹ de uma hora para outra o sonho virar realidade e ficar “rico! Fazendão, gado de criar, dinheiro no banco!” (PALMÉRIO, 1984, p. 124). Enquanto o garimpeiro esperava, os devaneios se avolumavam, e se acrescentavam de pedras sonhadas, grandes e belíssimas, muitas; outras menos, essas a sorte lhe trouxera e foram jogadas fora, vendidas a preço de nada, à esperteza dos capangueiros. Embora seja difícil discernir devaneios de realidade, o certo é que muito diamante saiu dos monchões⁶² e das viradas⁶³ do Paranaíba.

⁶¹ **Bamburrar**, no *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*, é tido como um termo utilizado nas lavras diamantinas da Bahia, que significa “fazer fortuna inesperadamente, ou encontrar diamante muito valioso”; como a palavra é utilizada corriqueiramente em Três Ranchos desde os tempos da garimpagem, pode-se tê-la como um indício da migração havida de várias partes do país para os garimpos daqui.

⁶² **Monção** é um veio diamantífero em terra firme, algumas vezes distante do leito do rio.

⁶³ A **virada** é o desvio do leito do rio para a retirada do cascalho ali depositado.

De repente, qualquer um tinha seu bambúrrio. Descontido, já diverso, pegava revólver, disparava, de aviso a Deus, à voa nova, que podia chamar do ar a sua perdição. Acorriam, os outros, por inveja de esperança, se abraçavam todos, custava preços a cerveja (ROSA, 1985, p. 265).

Mário Palmério, a seu modo, descreve o momento do bambúrrio:

Deus do céu! Nossa Senhora! No fundo da ferragem faísca, lilás, o feitiço. Roxo, sim, espelhando a tardinha que sangra o céu bem no meio do caminho que o rio abre mata acima. Lilás, não: rosa – rosa-claro, rosa-nuvem, que é cor-de-rosa a lindeza da fofa braçada de paina que o vento acabou de empilhar frente ao sol que descai. Ai! É amarelo, é azeiteiro – flor de vinhático que se debruçava sobre a rasoura de pedra. Não: é azulado que nem o céu, verde que nem a folhagem do mato, limpo que nem a água do rio. O garimpeiro enxuga os olhos: a pedra ofusca a vista. Sombreia-a no oco da mão, esconde-a dos doidos reflexos coloridos, procura a jaça. Nada – torra nenhuma, urubu nenhum, bolha nenhuma, nenhum defeito. Pedra puríssima, diamante da melhor água. (PALMÉRIO, 1984, p. 124-125).

Uma disparidade anotada por Paulo Prado no livro *Retrato do Brasil* convém ao arremate desta dissertação; segundo o autor é fato “que há povos alegres e povos tristes. Num mesmo país, em alternâncias de luz e sombra se sucedem os dois estados de espírito” (PRADO, 1928). Esta citação serve para ressaltar como a alegria é o legado mais significativo dos garimpeiros para Três Ranchos: ao observador atento é perceptível a diferença deste lugar para outros, mesmo próximos, cada um incensado por emoções distintas. Para quem não viveu o tempo do garimpo de diamantes em Três Ranchos e conviveu com aqueles sujeitos soa improvável que tal possa ocorrer, mas o cronista Joaquim Felício dos Santos, que conheceu de perto os primeiros descobertos no Brasil, já testemunhara que, diferente do agricultor, o garimpeiro

é alegre, pródigo, descuidado, indiscreto, só vê o presente; o agricultor é severo, econômico, amante da riqueza, desconfiado, circunspecto, e inimigo dos prazeres ruidosos. [...] Na distância de menos de uma légua mudam-se repentinamente o aspecto das povoações e o gênio dos habitantes. (SANTOS, 1976, p. 297).

É o que se percebe na população nativa de Três Ranchos: um “gênio próprio”, a alegria como primeiro ingrediente na solução de toda situação que se apresente. E não há dúvida: os responsáveis por este estado de espírito são aqueles “sujeitos anônimos”, os garimpeiros de diamantes, tão cativados pela aventura do seu trabalho. E se jamais se ocuparam em produzir relatórios de sua atividade, que eventualmente pudessem servir como fontes documentais, deixaram, melhor que isso, como sua marca, a sentença irrecorrível de que vale a pena trocar a vida inteira por um único sonho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa não deve se encerrar nela mesma. Ao contrário, seu melhor resultado é exatamente o de suscitar novas questões, cujo esclarecimento demandará novos estudos. Isso é especialmente importante porque é uma das maneiras de fazer com que as pessoas se descubram e se reconheçam protagonistas do processo histórico. No presente caso, a tentativa foi a do desvendamento de apenas um dos aspectos do trabalho de homens e mulheres na caracterização de um lugar: os garimpeiros imprimiram, concretamente, as suas marcas na construção de Três Ranchos.

Uma controvérsia não terminou esclarecida: questionando de um ponto de vista estritamente racional, teria sido melhor o garimpo de diamantes continuar, ou o represamento do rio trouxe, a despeito de uma profunda transformação das relações que até então existiam (entre as pessoas e entre as pessoas e o seu meio) melhorias para a vida dos garimpeiros, ainda que tenham sido alijados do que mais gostavam de fazer? Há os que consideram, lembrando como viviam e trabalhavam, que houve benefícios; outros gostariam que fossem mantidas as condições de antes, que houvesse ainda a possibilidade de encontrar um diamante, aquele que solucionasse de vez as aperturas da vida. E têm fé que o teriam conseguido, se as pedras não tivessem sido naufragadas em tanta água.

Da conversa com o garimpeiro de Três Ranchos, a primeira inferência é a de que aquele sujeito já nasceu sonhador. E considerando a sua quantidade em relação aos restantes mortais, tal como os diamantes que buscava, o garimpeiro é pedra rara! Um sujeito ímpar, um trabalhador diferenciado dos demais em quase tudo: algum desprendimento em relação às estruturas, uma grande afeição aos amigos e à família, alheio à acumulação (até porque quando aparecia um diamante, o garimpeiro formulava que aquele era apenas o primeiro, outros muitos o sucederiam, pelo que então podia gastar sem medidas) os sonhos e devaneios balizavam o seu comportamento. Agora nostálgico, lembra-se do tempo e das situações vividas como a um alento aos incômodos do presente. A nostalgia não é pelos anos que pesam, não é a vida que já vai perdendo o brilho, e sim porque o garimpo não existe mais. Para ele, garimpeiro, se ainda pudesse garimpar, a vida seria outra, a mesma de antigamente, saudável, descompromissada, alienada até, à margem do rio e do resto do mundo. E não importam as probabilidades, os contratempos daquele jogo: a vida é assim! No garimpo, a esperança era cotidiana, nascia no raiar do dia e continuava no brilho das estrelas, noite adentro. A alegria, que era dos traços mais marcantes do garimpeiro, corrompeu a sisudez e as agruras daqueles tempos e permanece, ainda.

Não há uma “contabilidade” que esclareça quantos diamantes os garimpeiros de Três Ranchos extraíram; conjectura-se que (mesmo considerando a forma rudimentar como sempre foram explorados) os garimpos ficaram exauridos.

Temporalmente, se pode definir com clareza o início e o fim da garimpagem em Três Ranchos: desde os primeiros achados, na década de 1930, foram quase cinquenta anos, até que, em 1981, a enchente viesse e arrasasse tudo. Todavia, no imaginário do garimpeiro, houve apenas uma pausa, os diamantes ainda lhe transtornam o sono, permanecem lá, onde foram obrigados a deixá-los, só não foram pegos.

O diamante podia ser pequeno, isso não o tornava menos precioso: nem sempre a preciosidade estava no tamanho, o que mais valia era tê-lo encontrado. Qualquer xibiuzinho de boa água causava contentamento, a cidade inteira se alegrava com a felicidade do garimpeiro. Um inesperado, é certo. Porém, quando encontrado, demudava de sentido, e causava imaginados de antes longínquos, a fartura de amigos, a vida transtornada, rodeada de alegrias. Entre os garimpeiros, em suas insanas consciências, há os que cogitam a remota e absurda expectativa de que um dia toda aquela água retorne ao rio, e deixe à mostra as pedras que buscaram a vida inteira.

Ainda os move o sonho.

Mandam as normas que, neste momento, desfecho da dissertação, o autor expresse sua própria opinião a respeito do que fez, e que já não haja o recurso da citação a outros escribas. Mas esta é uma das minhas “primeiras estórias”, como João Guimarães Rosa batizou a uma de suas obras, na qual, à página 72, ele anotou o que logo abaixo menciono para descontinuar esta prosa. Esquivo-me da norma no intento tão-só de suscitar no leitor os seus próprios raciocínios, que podem muito bem ser antagônicos a esta reflexão, ora entregue ao seu julgamento. Discutida, contraditada, esta pesquisa há de continuar, convertida agora não mais que num primeiro passo para o desvendamento de outros nós do enredo histórico-geográfico de Três Ranchos.

Quando assim sucedido, darei por cumprida a minha tarefa.

Se me permite, espero, agora, sua opinião, mesma, do senhor, sobre tanto assunto. Solicito os reparos que se digne dar-me, a mim, servo do senhor, recente amigo, mas companheiro no amor da ciência, de seus transviados acertos e de seus esbarros titubeados. Sim?

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano. **Capítulos da história colonial** – caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: UnB, 1998.
- AIRES DE CASAL, Manuel. **Corografia brasílica**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976.
- ALENCASTRE, J. M. P. **Anais da província de Goiás** – 1863. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.
- ALMEIDA, Maria Geralda. **A geografia imaginária dos lugares turísticos**. Disponível em <http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/comunicacao_coordenada/008.pdf>. Acesso em 27-ago.-2010.
- _____. Em busca do poético do sertão. **Espaço e Cultura**. UERJ-Rio de Janeiro, nº 06, p. 33-43, jul./dez. 1998.
- ANDRADE, Kerley Wanderson e CHAVES, Mario Luiz de Sá Carneiro. Geologia e a redistribuição sedimentar pós-cretácica dos depósitos diamantíferos da região ao sul de Coromandel (MG). **Geonomos** 17(1): 27-36. 2009.
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 2. ed. Brasília: ANEEL, 2005. 243 p. il. Disponível em <http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/livro_atlas.pdf>. Acesso em 18-mai.-2012.
- ARAUJO, Andre. **Os reis do diamante saem do mercado**. Disponível em <<http://advivo.com.br/blog/luisnassif/oppenheimer-entrega-diamantes-para-anglo-american>>. Acesso em 17-mai.-2012.
- ASMAR, José. **Notas para uma história dos cursos jurídicos em Goiás**. Disponível em <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2006/textos/historia_direito.pdf>. Acesso em 23-jul.-2007.
- ASSIS, Lenilton Francisco. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano VII. Nº 11, 12 e 13. Set./out. 2003.
- AZZI, Antonio J. **Catalão ilustrado**. [Catalão-Go.]: 1937.

BACHELARD, Gaston (1884-1962). **A poética do espaço**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Col. Tópicos)

BAMBURRAR. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Escolar**. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 83.

BARBOSA, Rodrigo Correia. **Kimberlito** – morfologia, formação e kimberlitos diamantíferos em Minas Gerais. Universidade Federal de Minas Gerais: 2006. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/57540488/Kimberlito-Morfologia-Formacao-e-Kimberlitos-Diamantiferos-Em-Mg-Rodrigo-Barbosa>>. Acesso em 26-ago.-2011.

BENITEZ, Leila. **Províncias diamantíferas de Minas Gerais**: uma proposta para a caracterização de populações de diamantes típicas como subsídio à Certificação Kimberley. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRANCO, Pêrsio de Moraes. **Glossário gemológico**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra, 1989.

_____. **Dicionário de mineralogia**. 3. ed. Porto Alegre: Sagra, 1987.

BRANDÃO, Ignacio de Loyola. **Joias são sonhos**. Dreams. Disponível em <www.amsterdamsauer.com.br/skin/frontend/amsterdamsauer/default/images-static_pages-catalogos/cat_dreams_2010>. Acesso em 22-jan.-2012.

BRASIL. CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Diamante**. Disponível em <<http://www.cprm.gov.br>>. Acesso em 14-set.-2011.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia – PORMIN. **Lapidação de Gemas e Diamantes**. [2008]. Disponível em <http://www.pormin.gov.br/informacoes/arquivo/lapidacao_de_gemas_e_diamantes.pdf>. Acesso em 29-nov.-2011.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Boletim referencial de preços de diamantes e gemas de cor**. DNPM/IBGM: 2009. 6ª ed.

BRUNHES, Jean. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

CAMARGO JR, Sérgio de Souza; FEIRE JR, Fernando Lázaro; JORNADA, João Alziro Herz. Diamond and Related Materials. **Braz. J. Phys.**2000, v. 30, n.3, p. 469-469. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-97332000000300001>. Acesso em 07-jul.-2011.

CAMÕES, Luís de (1524-1580). **Os Lusíadas**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1997. 288 p.

CANSTATT, Oscar (1842-1912). **Brasil**: terra e gente – 1871. Trad. Eduardo de Lima e Castro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 448 p. (Coleção o Brasil visto por estrangeiros)

Carta Catalão. Esc. 1:100.000. Folha SE.23-Y-A-I. MI-2415. Ministério do Exército. Departamento de Engenharia e Comunicações. Diretoria de Serviço Geográfico. 1972.

CASSEDANE, Jacques P. Diamonds in Brazil. **The mineralogical record**. 1989. **20**: 325-336. September-October 1989.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/>> Acesso em: 07.mar.-2011.

_____. **Emborcação**. Disponível em <<http://www.cemig.com.br/>> Acesso em: 6-mar.-2011.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

CONDIE, Kent C. **Mantle plumes and their Record in earth history**. Cambridge (UK): Cambridge University Press. 2001.

COSTA, Luciano Rodrigues. **Homens de ouro**: o *métier* de garimpeiro e os garimpos em Minas Gerais. XII Congresso Brasileiro de Sociologia – 29 de maio a 1º de junho de 2007. Universidade Federal do Pernambuco. Recife, PE, 2007.

COSTA, Mário Jorge e DA LUZ, Adão Benvindo. **Diamante** – Comunicação Técnica elaborada para Edição do Livro Rochas & Minerais Industriais: Usos e Especificações. Rio de Janeiro: CETEM, 2005. p. 375-397.

COSTA, Vicente Sérgio. **Estudos mineralógicos e químicos do Kimberlito Batovi 6 (MT) em comparação as intrusões Três Ranchos 4 (GO) e Limeira 1 (MG)**. 1996. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1996.

COUTO, José Vieira (1752-1827). **Memória sobre a capitania de Minas Gerais**: seu território, clima e produções metálicas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia de João Inácio da Silva, 1874, t. 1.

_____. **Memória sobre as minas da capitania de Minas Geraes** – suas descrições, ensaios, e domicílio proprio. (1842). Disponível em <<http://books.google.com.br/books?id=dJgwAAAAYAAJ&printsec>>. Acesso em 31-Out.-2011.

CRULS, Luís. **Relatório Cruls** – relatório da comissão exploradora do planalto central do Brasil. (Edição fac-similar). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

_____. **Atlas dos Itinerários**. Disponível em <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/174485>>. Acesso em 19-out.-2010.

D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/dalincourt.html>>. Acesso em 21-nov.-2006.

DANESE, Luciana Cabral e CARLOTTO, Marília Bouret de Medeiros. **Diamante**. In: Brasil, Departamento Nacional de Produção Mineral. Economia Mineral do Brasil. Coord. Antônio Fernando da Silva Rodrigues. Brasília-DF: DNPM, 2009. 764 p. Ilust. Cap. 5: p. 391-409.

DARDENNE, Marcel Auguste e SCHOBENHAUS, Carlos. **Depósitos Minerais no Tempo Geológico e Épocas Metalogenéticas**. In: Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil. Capítulo VII. Brasília: CPRM, 2003.

Découverte d'une planète formée en grande partie de diamant. Disponível em: <<http://www.afp.com/fr/node/589538>>. Acesso em 12/out.-2012.

Decretos e Leis do Município de Três Ranchos – Livro de 1955 a 1967.

DEL REY, Mario. **Tudo sobre diamantes**. Barueri (SP): Disal, 2009.

Em busca de diamantes. Disponível em <<http://agencia.fapesp.br/12469>>. Acesso em 06.set.-2011.

En Sibérie, une gigantesque réserve de diamants longtemps gardée secrète. Disponível em <<http://www.afp.com/fr/node/521896>>. Acesso em 22.set.-2012

ENGELS, Friedrich (1820-1895). **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

EPSTEIN, Edward Jay. Have You Ever Tried to Sell a Diamond? **The Atlantic Magazine**. February, 1982a. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/02/have-you-ever-tried-to-sell-a-diamond/4575/>>. Acesso em 05-dez.-2011.

_____. **The diamond invention**. [1982b]. On-line. Disponível em <<http://www.edwardjayepstein.com/diamond/prologue.htm>>. Acesso em 04-dez.-2011.

ESTANISLAU GUTERRES. Disponível em <<http://www.emdiv.com.br/brasil/geografia/3000-rio-paranaiba.html?lang=pt>>. Acesso em 18-jan.-2012.

FONSECA, José Pinto. Cópia da carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyazes, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sítio onde portou. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo VIII, p. 376-390. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. [2ª. edição, 1867]. Disponível em <<http://biblio.etnolinguistica.org>>. Acesso em 17-jun.-2010.

FOUCAULT, Michel (1926-1984). **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, Coleção tópicos.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. Coleção estudos latino-americanos, Vol. 12. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Vagamundo**. Buenos Aires: Crisis, 1973.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GOMES, Modesto. **Estudos de história de Goiás**. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano, 1974.

GOMEZ, Luis Palacín; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História política de Catalão**. Goiânia: UFG, 1994. 289 p. ilust. (Coleção Documentos Goianos, 26).

GONÇALVES, Ricardo Júnior de Assis Fernandes. **A vida pode mudar com a virada da peneira**: (re)organização do território e do trabalho nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Departamento de Geografia. Catalão (GO) [manuscrito], 2012. 266 f.: il.

GUERRA, Antônio Teixeira e GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2008. 652 p. il.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vocabulário Geográfico do Estado de Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1957.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1980/CD_1980_Sinopse_Preliminar_GO.pdf>. Acesso em 02-nov.-2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=522130>>. Acesso em 02-nov.-2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Três Ranchos – Área Territorial Oficial. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em 02-nov.-2012.

INSITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Almanaque Brasil socioambiental (2008)**. Beto Ricardo e Maura Campanili (ed.). São Paulo: ISA, 2008.

JUNIOR, Luiz Gonzaga do Nascimento. Um homem também chora (guerreiro menino). In: GONZAGUINHA. **Alô alô Brasil**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1983. 1 disco (LP): som. Faixa nº 5.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 3. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LACERDA FILHO, Joffre Valmório *et al.* Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Geologia e Recursos Minerais do Estado de Goiás e do Distrito Federal. Escala 1:500.000. **Projeto de Mapeamento Geológico/Metalogenético Sistemático**. CPRM/METAGO S.A./UnB, 1999.

MACHADO FILHO, Aires da Mata (1909-1985). **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MAGALHÃES, Sônia Maria. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca (SP) [manuscrito], 2004. 260 f.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão (1824-1881). **A escravidão no Brasil**. (1867). Vol. II – Índios. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/malheiros2.html>>. Acesso em 18.abr.-2010.

MARANHÃO, Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres. Collecção de etymologias brasilicas. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo VIII, p. 69-81. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. [2ª edição, 1867]. Disponível em <<http://biblio.etnolinguistica.org>>. Acesso em 22-jun.-2010.

MARCONI, Marina de Andrade. **Garimpos e garimpeiros em Patrocínio Paulista**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. 152 p.

MARTYRE, Sérgio. **Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas**. São Paulo: SBF, 1975.

MARX, Karl (1818-1883). **O capital**. vol. 1, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. v. I. Tomo 1. (Os economistas).

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. v. I. Tomo 2. (Os economistas).

MATOS, Raimundo José da Cunha (1776-1839). **Carta corografica plana da provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e desemboque da provincia de Minas Geraes**. [Material cartográfico / Raimundo Jozé da Cunha Mattos. Escala [ca. 1:3000000], 18 Leguas de 18 em um grao = [3,75 cm]. – [S.l.] : Lith. do Archivo Militar, 1875. – 1 mapa : p&b ; 80,50x38,90 cm em folha de 82,60x52,90. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em <<http://purl.pt/3432/1/P1.html>>. Acesso em 23-set.-2010.

_____. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004. 528 p. il.

MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da inconfidência**. Disponível em <<http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5628>>. Acesso em 18-jan.-2012.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 2. ed. 1986.

MELO, Iris Consuelo. **Tropeirismo em Três Ranchos** – passagens e memórias. 2008. 86 p. Monografia (Graduação). Curso de História. Catalão (GO): Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, 2008.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente (SP): Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente (SP), 2004.

MENDOZA, Cristóbal. Mapas mentales, sentido de lugar y procesos migratorios: la comunidad mexicana en Albuquerque (Nuevo Mexico). **Cuadernos de Geografía – Revista Colombiana de Geografía**. vol. 21, nº 2, jul.-dic. del 2012. p. 29-43. Bogotá (Colombia): Universidad Nacional de Colombia, 2012.

MIRANDA, Jocy Gonçalo *et al.* **Atividades garimpeiras no Brasil: aspectos técnicos, econômicos e sociais**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1997. 61 p. (Série Estudos e Documentos, 38).

MORAIS, Rafael Marques. **Diamond Extraction and Crimes Against Humanity in Northeastern Angola**. Disponível em <<http://allafrica.com/stories/201203051508.html>>. Acesso em 19-jul.-2012.

_____. **Os Diamantes da Tchizé**. Disponível em <<http://makaangola.org/2011/12/15/os-diamantes-da-tchize/>>. Acesso em 19-jul.-2012.

_____. [Entrevista]. Disponível em <<http://videos.sapo.pt/s9zfziao4lcWoVD0GZPP>>. Acesso em 28-ago.-2012.

MORAIS, Rubens Borba. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. **Revista Geografia**. Ano I, nº 1. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1935.

NETO, Pedro de Albuquerque; ALBUQUERQUE, Apolo Scherer e PONTES, Adenor Pereira. **Cooperativa de garimpeiros: uma solução?** In: Em busca do ouro – garimpos e garimpeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm (1844-1900). **Segunda consideração intempestiva** – da utilidade e do inconveniente da história para a vida. São Paulo: Escala, 2008. 125 p.

PALACIN, Luiz. **Goiás 1722/1822** – estrutura e conjuntura numa capitania de minas. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1972.

PALACÍN, Luís e MORAES, Maria Augusta S. **História de Goiás (1722-1972)**. 5. Ed. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1989. 125 p. il.

PALMÉRIO, Mário. **Vila dos Confins**. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984. 298 p.

Pasta de Ofícios encaminhados pela Câmara Municipal de Três Ranchos ao Prefeito – de 15 de fevereiro de 1955 a 11 de julho de 1964.

PRADO, Paulo (1869-1943). **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. Disponível em <www.ebooksbrasil.org/eLibris/pauloprado.html>. Acesso em 28-nov.-2010.

Promotoria pede 80 anos de prisão para ex-presidente da Libéria Charles Taylor. Disponível em <<http://www.afp.com/pt/node/88431>>. Acesso em 16-jul.-2012.

RABELLO, David. **Os diamantes do Brasil** – na regência de Dom João (1792-1816): um estudo de dependência externa. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

RAMOS, Cornélio. **Catalão**: poesias, lendas e histórias. 3. Ed. Catalão (GO): Modelo, 1997.

Relatório da Rede Mineira de Viação para 1944. Disponível em <<http://doc.brazilia.jor.br/TrilhosHist/1944patrocinioOuvidor.htm>>. Acesso em 18 nov. 2009.

Revista “O Diamantário”. Ano XXX – nº 342, março de 1974.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedit Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. **Viagem pela estrada real dos Goyazes**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Os sertões proibidos da Mantiqueira**: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. In: Revista Brasileira de História. pp. 253-279. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf>> . Acesso em 11-dez.-2008.

ROSA, João Guimarães. **Estas estórias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SÁ, Luiz Carlos Pereira e GUARABYRA, Guttemberg Nery. Sobradinho. In: SÁ & GUARABIRA. **Pirão de peixe com pimenta**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1977. 1 disco (LP): som. Faixa 1.

SAINT-HILAIRE, Auguste (1779-1853). **Viagem à província de Goiás**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. (Reconquista do Brasil, v. 8).

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil**. 1500-1627. Livro primeiro, em que trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais e do mesmo Brasil. [Escrita na Bahia a 20 de dezembro de 1627]. Documento em PDF. Disponível em <www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/bn000138.pdf>

SANTOS, Clézio. Globalização, turismo e seus efeitos no meio ambiente. In: **Terra Livre**. Ano 18, n. 19. p. 191-198. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Jul./dez. 2003.

SANTOS, Joaquim Felício (1828-1895). **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. (Reconquista do Brasil; v. 26)

_____. Cenas da vida do garimpeiro João Costa. In: **Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade**. Prefeitura do Município de São Paulo. Jan.-Jun. 1978. v. 39. p. 67-131.

SANTOS, Milton (1926-2001). **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2009. (Col. Milton Santos; 1)

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAUER, Jules Roger. **Brasil** – paraíso das pedras preciosas. [Rio de Janeiro]: Edição do Autor, 1982.

_____. **As eras do diamante**. [Rio de Janeiro: [s.e.] 2002].

SILVA, Henrique. **A bandeira do Anhanguera a Goiás em 1722**. Reconstituição dos roteiros de José Peixoto da Silva Braga e Urbano do Couto [Rio de Janeiro, 1917]. In: Memórias Goianas I. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/Centro de Cultura Goiana, 1982. p. 9-31.

SILVA, Miriam Rodrigues *et al.* Mapeamento de áreas potenciais do babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) na bacia do rio Cocal, Tocantins. **Espaço e Geografia**, vol. 12, nº 1 (2009) 1-29.

SOUSA, Luiz Antonio da Silva. Memoria sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo XII, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. [2ª. edição 1872]. Disponível em <<http://biblio.etnolinguistica.org>>. Acesso em 11-ago.-2010.

SOUZA, Luiz Neves. **O turista de segunda residência e os impactos da atividade turística: o caso do balneário Escarpas do Lago em Capitólio – Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado). Centro Universitário UNA. Belo Horizonte, 2006.

SOUTHEY, Robert (1774-1843). **História do Brasil**. Trad. Luís Joaquim de Oliveira e Castro. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977. v. III.

SVIZZERO, Darcy Pedro. As múltiplas facetas do diamante. **Revista USP**. São Paulo, n. 71, nov. 2006. Disponível em <http://www.revistausp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0103-99892006000400008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08-ago.-2010.

SWEET, Matthew. [comentário postado na internet]. Disponível em <<http://regionbuzz.com/Africa/Angola/---13092012>>. Acesso em 19-set.-2012.

TANAKA, Jamila Torii. **Os impactos do turismo de segunda residência na represa de Itupararanga**. T.C.C. (Bacharelado) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Unidade Rosana (SP). Rosana (SP) [manuscrito], 2008. 49 f. : il.

TORSVIK, Trond H.; BURKE, Kevin; STEINBERGER, Bernhard; WEBB, Susan J.; ASHWAL, Lewis D. Diamonds sampled by plumes from the core–mantle boundary. **Nature Physics**, 15 July 2010, 466. p. 352-355.

TRÊS RANCHOS. In: **Vocabulário Geográfico do Estado de Goiás**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957. p. 223.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia** – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

SOUSA, José Luiz Vaz. **Três Ranchos** – um breve histórico. Disponível em: <<http://www.tresranchos.go.gov.br/?secao=conteudo&link=Historia>>. Acesso em 07-out.-2008.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson; SCHLEE, Andrey R.; BARBO, Lenora C. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da capitania de Goiás? **História-e-História** (revista eletrônica). Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=128>>. Acesso em 28-dez.-2011.

